

**FRANCISCO CORREIA PEREIRA**

**ASSOCIATIVISMO MIGRANTE E PARTICIPAÇÃO CÍVICA**

**DINÂMICAS ORGANIZATIVAS DAS ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES  
ANGOLANOS, GUINEENSES E EUROPEUS DE LESTE  
NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RELAÇÕES INTERCULTURAIS  
ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA ANA PAULA BEJA HORTA**



**Lisboa, Fevereiro de 2007**

**FRANCISCO CORREIA PEREIRA**

**ASSOCIATIVISMO MIGRANTE E PARTICIPAÇÃO CÍVICA**

**DINÂMICAS ORGANIZATIVAS DAS ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES  
ANGOLANOS, GUINEENSES E EUROPEUS DE LESTE  
NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RELAÇÕES INTERCULTURAIS  
ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA ANA PAULA BEJA HORTA**

**Universidade Aberta**

*Lisboa, Fevereiro de 2007*

*À memória do meu pai, João Pereira.*  
*Com quem aprendi que devemos fazer dos nossos*  
*sonhos os nossos objectivos e que devemos*  
*lutar harmoniosamente por eles.*

*“Não somos o que somos  
mas o que fazemos para mudar o que somos”*

Eduardo Galeano.

## ÍNDICE GERAL

|   |           |
|---|-----------|
| Índice de Quadros.....  | IV        |
| Índice de Gráficos.....   | V         |
| Índice de Figuras.....  | V         |
| Índice de Tabelas.....  | V         |
| Siglas Utilizadas.....  | VII       |
| Agradecimentos.....   | IX        |
| Resumo.....   | XI        |
| <b>CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>1</b>  |
| 1 - Problemática e Natureza do Estudo.....  | 2         |
| 1.1 - Objectivos da Investigação.....   | 6         |
| 1.2 - Pergunta de Partida e Questões Complementares.....  | 6         |
| 1.3 - Justificação e Contribuição do Estudo.....  | 7         |
| 1.4 - Enquadramento e Itinerário Metodológico.....  | 9         |
| 1.5 - Estrutura da Dissertação.....   | 14        |
| <b>CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....</b>  | <b>16</b> |
| 2 - Migrações e Transnacionalismo no Contexto da Globalização.....                                      | 17        |
| 2.1 - Migrações: Um Fenómeno Social de Sempre!.....   | 17        |
| 2.2 - Paradigmas Teóricos das Migrações Internacionais.....   | 21        |
| 2.2.1 - Teorias Micro-sociológicas: Perspectiva de Equilíbrio.....                                      | 21        |
| 2.2.1.1 - Teoria de Push-Pull (atração e repulsão).....   | 22        |
| 2.2.1.2 - As Teorias do Capital Humano.....   | 25        |
| 2.2.2 - Teorias Macro-sociológicas: Perspectiva Histórico-estrutural.....                               | 27        |
| 2.2.2.1 - Capitalismo, Divisão Internacional de Trabalho, Desenvolvimento Desigual e Sistema-mundo..... | 28        |
| 2.2.2.2 - Segmentação do Mercado de Trabalho, Economia Informal e Enclaves de Imigrantes.....           | 29        |
| 2.2.2.3 - Instituições, Sistemas Migratórios e Redes Sociais.....                                       | 31        |
| 2.3 - Transnacionalismo no Contexto Migratório.....   | 34        |
| 2.3.1 - A Emergência do Transnacionalismo das Comunidades Imigradas.....                                | 34        |
| 2.3.2 - Efeitos de Transnacionalidade das Comunidades Migrantes.....                                    | 38        |

|   |           |
|---|-----------|
| 2.4 - Os Imigrantes na Sociedade Receptora .....  | 41        |
| 2.4.1 - Integração Social dos Imigrantes.....   | 41        |
| 2.4.2 - Modalidades de Integração .....   | 46        |
| 2.4.2.1 - Teoria Assimilacionista.....  | 46        |
| 2.4.2.2 - Teoria baseada na Etnicidade .....  | 50        |
| 2.4.2.3 - Teoria baseada no Pluralismo Cultural / Multiculturalismo.....                      | 53        |
| 2.5 - Associativismo Migrante e Capital Social .....  | 58        |
| 2.5.1 - A Emergência e Persistência do Associativismo Migrante .....                          | 58        |
| 2.5.2 - Associativismo Migrante: Funções e Estratégias de Intervenção .....                   | 64        |
| 2.5.2.1 - Funções Culturais.....  | 64        |
| 2.5.2.2 - Funções Políticas .....   | 66        |
| 2.6 - Capital Social: Contextualização do Fenómeno .....                                      | 69        |
| 2.6.1 - Conceito e Indicadores .....  | 69        |
| <br>  |           |
| <b>CAPÍTULO III – O FENÓMENO IMIGRATÓRIO EM PORTUGAL.....</b>                                 | <b>73</b> |
| <br>  |           |
| 3 – Fenómeno Imigratório Contemporâneo em Portugal (1974/2006) – Dinâmicas e Tendências ..... | 74        |
| 3.1 - Evolução dos Fluxos Imigratórios .....  | 74        |
| 3.2 - Contextualização da Imigração Angolana.....   | 80        |
| 3.2.1 - Caracterização dos Imigrantes Angolanos .....   | 81        |
| 3.2.1.1 - Dimensão da Comunidade.....   | 81        |
| 3.2.1.2 - Distribuição Geográfica .....   | 83        |
| 3.2.1.3 - Situação Profissional .....   | 85        |
| 3.3 - Contextualização da Imigração Guineense.....  | 87        |
| 3.3.1 - Caracterização dos Imigrantes Guineenses.....   | 90        |
| 3.3.1.1 - Dimensão da Comunidade.....   | 90        |
| 3.3.1.2 - Distribuição Geográfica .....   | 92        |
| 3.3.1.3 - Situação Profissional .....   | 94        |
| 3.4 - Contextualização da Imigração dos Europeus de Leste.....                                | 96        |
| 3.4.1 - Caracterização dos Imigrantes da Europa de Leste.....                                 | 103       |
| 3.4.1.1 - Dimensão da Comunidade.....   | 103       |
| 3.4.1.2 - Distribuição Geográfica .....   | 105       |
| 3.4.1.3 - Situação Profissional .....   | 107       |

|   |            |
|---|------------|
| 3.5 - Políticas de Imigração em Portugal - Ruptura e Continuidade .....             | 109        |
| 3.5.1 - Primeira Fase: Política Laissez Faire (1974-1990) .....                     | 110        |
| 3.5.1.1 - Enquadramento Político-legal e Medidas de Integração.....                 | 110        |
| 3.5.2 - Segunda Fase: Política Assimilacionista / Integracionista (1991-1995) ..... | 114        |
| 3.5.2.1 - Enquadramento Político-legal e Medidas de Integração.....                 | 114        |
| 3.5.3 - Terceira Fase: Política Integracionista / Pluralista (1996-2002).....       | 119        |
| 3.5.3.1 - Enquadramento Político-legal e Medidas de Integração.....                 | 119        |
| 3.5.4 - Quarta Fase: Política Pluralista (2002 até presente).....                   | 126        |
| 3.5.4.1 - Enquadramento Político-legal e Medidas de Integração.....                 | 126        |
| 3.6 - O Movimento Associativo de Imigrantes em Portugal .....                       | 136        |
| 3.6.1 - Emergência, Consolidação e Intervenção.....                                 | 136        |
| <br>  |            |
| <b>CAPITULO IV - DINÂMICAS ORGANIZATIVAS DAS ASSOCIAÇÕES DE</b>                     |            |
| <b>IMIGRANTES ANGOLANOS, GUINEENSES E EUROPEUS DE LESTE NA ÁREA</b>                 |            |
| <b>METROPOLITANA DE LISBOA (ESTUDO EMPÍRICO).....</b>                               | <b>142</b> |
| <br>  |            |
| 4 – Introdução .....  | 143        |
| 4.1 - Estrutura Organizacional das Associações .....                                | 144        |
| 4.1.1 - Características Organizacionais .....                                       | 144        |
| 4.1.1.1 - Natureza das Actividades .....  | 145        |
| 4.1.1.2 - Recursos Humanos, Materiais e Económicos .....                            | 149        |
| 4.1.1.3 - Capacidade de Mobilização .....   | 156        |
| 4.2 - Densidades das Redes Organizacionais das Associações .....                    | 158        |
| 4.2.1 - Redes Inter - Organizacionais .....   | 158        |
| 4.2.2 - Redes Intra - Organizacionais .....   | 161        |
| 4.2.3 - Redes Transnacionais.....   | 163        |
| 4.3 - Participação Cívica e Política das Associações .....                          | 166        |
| 4.3.1 - Natureza e Intensidade das Actividades Cívicas e Políticas .....            | 166        |
| <br>  |            |
| <b>CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                      | <b>170</b> |
| <br>  |            |
| 5 – Notas Conclusivas.....  | 171        |
| <br>  |            |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>   | <b>177</b> |
| <br>  |            |
| <b>ANEXOS .....</b>   | <b>192</b> |

## ÍNDICE DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Quadro 1:</b> Associações Inquiridas .....   | 12  |
| <b>Quadro 2:</b> Número de imigrantes em Portugal por Nacionalidade em 2004 .....   | 78  |
| <b>Quadro 3:</b> Número de imigrantes angolanos com estatuto legal em 2004.....   | 81  |
| <b>Quadro 4:</b> Imigrantes angolanos residentes em Portugal, por distrito de residência.....   | 83  |
| <b>Quadro 5:</b> Distribuição dos imigrantes angolanos por grupos socio-económicos.....   | 85  |
| <b>Quadro 6:</b> Distribuição percentual de imigrantes angolanos por nível de qualificação académica em 2001.....                                     | 86  |
| <b>Quadro 7:</b> Número de imigrantes guineenses com estatuto legal em 2004 .....   | 90  |
| <b>Quadro 8:</b> Imigrantes guineenses residentes em Portugal, por distrito de residência.....  | 92  |
| <b>Quadro 9:</b> Distribuição dos imigrantes guineenses por grupos socio-económicos .....   | 94  |
| <b>Quadro 10:</b> Distribuição percentual de imigrantes guineenses por nível de qualificação académica em 2001.....                                   | 95  |
| <b>Quadro 11:</b> Progresso no processo de transição dos países da Europa de Leste.....   | 98  |
| <b>Quadro 12:</b> Indicadores de pobreza em alguns países da Europa de Leste nos anos 80/90 .....   | 99  |
| <b>Quadro 13:</b> Frequência e dimensão da corrupção em alguns países da Europa de Leste nos anos 90 .....  | 100 |
| <b>Quadro 14:</b> Número de imigrantes de alguns países da Europa de Leste, com estatuto legal em 2004 .....  | 103 |
| <b>Quadro 15:</b> Imigrantes da Europa de Leste com Autorização de Permanência, por distrito de residência.....                                       | 105 |
| <b>Quadro 16:</b> Distribuição dos imigrantes da Europa de Leste por grupos socio-económicos, em 2001.....  | 107 |
| <b>Quadro 17:</b> Distribuição percentual de imigrantes da Europa de Leste por nível de qualificação académica, em 2001 .....                         | 108 |
| <b>Quadro 18:</b> Cronologia dos principais diplomas normativos no âmbito da Primeira fase: Política Laissez Faire (1974-1990).....                   | 113 |
| <b>Quadro 19:</b> Cronologia dos principais diplomas normativos no âmbito da Segunda fase: Política Integracionista/Assimilacionista (1991-1995)..... | 115 |
| <b>Quadro 20:</b> Cronologia dos principais diplomas normativos no âmbito da Terceira Fase: Política Integracionista/Pluralista (1996-2002).....      | 125 |
| <b>Quadro 21:</b> Cronologia dos principais diplomas normativos no âmbito da Quarta Fase: Política Pluralista (2002 até Presente).....                | 134 |

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Gráfico 1:</b> Evolução da população estrangeira em Portugal, com estatuto legal desde 1974 a 2004 ..... | 74  |
| <b>Gráfico 2:</b> Comunidades imigrantes (não comunitários) mais numerosas em 2004 .....                    | 79  |
| <b>Gráfico 3:</b> Imigrantes angolanos com Autorização de Residência (AR), por sexo, em 2004 .....          | 82  |
| <b>Gráfico 4:</b> Imigrantes guineenses com Autorização de Residência (AR), por sexo, em 2004.....          | 91  |
| <b>Gráfico 5:</b> Imigrantes da Europa de Leste com Autorização de Residência (AR), por sexo, em 2004 ..... | 104 |

## ÍNDICE DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| <b>Figura 1:</b> Factores positivos e negativos das migrações e obstáculos intervenientes .....      | 23 |
| <b>Figura 2:</b> Factores explicativos da emergência e persistência do associativismo migrante ..... | 61 |
| <b>Figura 3:</b> Funções do associativismo migrante .....  | 64 |
| <b>Figura 4:</b> Padrão dominante das migrações internacionais em Portugal nos anos 80 e 90 .....    | 76 |
| <b>Figura 5:</b> Rota de imigração para Portugal.....  | 77 |
| <b>Figura 6:</b> Modelo de análise do fluxo emigratório guineense para Portugal.....                 | 87 |
| <b>Figura 7:</b> Mapa dos países de Europa de Leste .....  | 97 |

## ÍNDICE DE TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| <b>Tabela 1:</b> Distribuição do ano de fundação das associações inquiridas.....   | 144 |
| <b>Tabela 2:</b> Distribuição das actividades desenvolvidas pelas associações inquiridas .....                                 | 145 |
| <b>Tabela 3:</b> Categorias de auto-definição das associações inquiridas .....   | 146 |
| <b>Tabela 4:</b> Âmbito geográfico de actuação das associações inquiridas .....  | 147 |
| <b>Tabela 5:</b> Frequência de realização de actividades das associações inquiridas, nos últimos 2 anos.....                   | 147 |
| <b>Tabela 6:</b> Distribuição de apoio efectuado aos associados nos últimos 2 anos.....  | 148 |
| <b>Tabela 7:</b> Distribuição de edição, publicações e programas de rádio/Tv. desenvolvidas pelas associações inquiridas ..... | 148 |
| <b>Tabela 8:</b> Estimativa dos membros, participantes não associados e clientelas das associações.....                        | 149 |
| <b>Tabela 9:</b> Distribuição da composição das associações inquiridas.....  | 150 |
| <b>Tabela 10:</b> Número de membros que fazem parte da Direcção das associações inquiridas .....                               | 150 |
| <b>Tabela 11:</b> Distribuição de indivíduos do sexo feminino na Direcção das associações .....                                | 151 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Tabela 12:</b> Distribuição por sexo do Presidente da Direcção das associações inquiridas .....  | 151 |
| <b>Tabela 13:</b> Número de sócios presentes na última Assembleia geral das associações inquiridas.....   | 152 |
| <b>Tabela 14:</b> Distribuição da existência de sede das associações inquiridas .....   | 152 |
| <b>Tabela 15:</b> Distribuição de outro espaço para as actividades das associações inquiridas .....   | 153 |
| <b>Tabela 16:</b> Distribuição dos recursos de comunicação das associações inquiridas.....  | 153 |
| <b>Tabela 17:</b> Distribuição de orçamento anual das associações inquiridas .....  | 154 |
| <b>Tabela 18:</b> Distribuição da amostra segundo o pagamento de quotas .....   | 155 |
| <b>Tabela 19:</b> Distribuição de funcionários remunerados e voluntários das associações inquiridas .....   | 155 |
| <b>Tabela 20:</b> Capacidade de mobilização das associações inquiridas .....  | 157 |
| <b>Tabela 21:</b> Distribuição de organizações e instituições não imigrantes, com as quais as associações inquiridas mantiveram consultas e cooperação, nos últimos 2 anos .....                        | 160 |
| <b>Tabela 22:</b> Distribuição de outras organizações de imigrantes, com as quais as associações inquiridas mantiveram consultas, nos últimos 2 anos .....  | 161 |
| <b>Tabela 23:</b> Distribuição de outras organizações de imigrantes, com as quais as associações inquiridas cooperaram, nos últimos 2 anos.....   | 162 |
| <b>Tabela 24:</b> Organizações de referências para o conjunto das associações inquiridas .....  | 163 |
| <b>Tabela 25:</b> Distribuição de organizações e instituições internacionais, com as quais as associações inquiridas mantêm contactos .....   | 164 |
| <b>Tabela 26:</b> Distribuição de contactos das associações inquiridas com outras organizações da mesma comunidade na Europa, na América, etc. e com organizações locais dos seus países de origem..... | 164 |
| <b>Tabela 27:</b> Natureza dos contactos estabelecidos entre associações inquiridas e outras organizações da mesma comunidade no estrangeiro e no país de origem.....                                   | 165 |
| <b>Tabela 28:</b> Distribuição de acções de protesto, em que as associações inquiridas participaram nos últimos 2 anos.....   | 166 |
| <b>Tabela 29:</b> Intensidade das actividades cívicas e políticas das associações inquiridas.....   | 167 |
| <b>Tabela 30:</b> Participação das associações inquiridas e dos seus associados em campanhas eleitorais .....   | 168 |
| <b>Tabela 31:</b> Eleições dos membros das associações inquiridas.....  | 168 |
| <b>Tabela 32:</b> Distribuição de convites e participação das associações inquiridas, nos processos de tomada de decisão a nível local, municipal e nacional, nos últimos dois anos .....               | 169 |

## **SIGLAS UTILIZADAS**

**ACIME** – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

**AMI** – Assistência Médica Internacional

**A.M.L** – Área Metropolitana de Lisboa

**AP** – Autorização de Permanência

**AR** – Autorização de Residência

**CMA** – Câmara Municipal de Amadora

**CML** – Câmara Municipal de Lisboa

**CDS-PP** – Centro Democrata Social – Partido Popular

**CEE** – Comunidade Económica Europeia

**CGTP** – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

**CIDAC** – Centro de Informação e Desenvolvimento Amílcar Cabral

**CLAI** – Centro Local de Apoio ao Imigrante

**CNAI** – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante

**COCAI** – Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração

**CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**D.L** – Decreto-Lei

**D.R** – Diário da República

**EFTA** – Associação Europeia de Livre Comércio

**GARSE** – Gabinete Para Assuntos Religiosos e Sociais Específicos

**GNR** – Guarda Nacional Republicana

**IDICT** – Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho

**ILE'S** – Iniciativas Locais de Emprego

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**IPSS** – Instituição Particular de Solidariedade Social

**MPLA** – Movimento para a Libertação de Angola

**ONG's** – Organizações não Governamentais

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OIT** – Organização Internacional de Trabalho

**PAE** – Plano de Ajustamento Estrutural

**PAIGC** – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

**PALOP** – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

**PCP** – Partido Comunista Português

**PER** – Programa Especial de Realojamento

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PS** – Partido Socialista

**PSD** – Partido Social Democrática

**PSP** – Polícia de Segurança Pública

**SCAL** – Secretariado Coordenador das Associações para a Legalização

**SEF** – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

**UGT** – União Geral dos Trabalhadores

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura

**UNITA** – União Nacional para a Independência Total de Angola

**UNIVA** – Unidade de Inserção na Vida Activa

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste trabalho de investigação beneficiou do apoio e estímulo de um grande número de pessoas, sem as quais não seria certamente o mesmo. Quero expressar a minha gratidão a todos aqueles que mais de perto apoiaram este trabalho:

- À Professora Doutora Ana Paula Beja Horta, pela orientação dedicada e competente, pelo estímulo à minha auto-confiança e pelas sugestões brilhantes que permitiram finalizar com êxito este trabalho.
- Aos dirigentes e membros do movimento associativo de imigrantes angolanos, guineenses e europeus de leste que, ao serem contactados, prontamente acederam em participar no preenchimento dos questionários, sem os quais não teria sido possível este estudo.
- Aos Professores Doutores Hermano Carmo e Maria Beatriz Rocha-Trindade, por me terem incentivado a ingressar no Mestrado de Relações Interculturais e pela abertura que sempre me dispensaram.
- Ao corpo docente e aos colegas do 14º Curso de Mestrado em Relações Interculturais da Universidade Aberta, pelo incondicional apoio e espírito de companheirismo.
- À Dr.<sup>a</sup> Carolina Vilhena Cunha, pela revisão de toda a bibliografia final e pela amizade demonstrada desde sempre.
- À Dr.<sup>a</sup> Lília Louro, pela leitura e correcção ortográfica desta dissertação, pela troca de opiniões e pelas suas palavras de confiança.
- Aos funcionários do Centro de Documentação da Universidade Aberta, em particular ao senhor Sérgio Pereira e à Dr.<sup>a</sup> Carla Gaspar pela prontidão e profissionalismo.
- Ao Dr. Johnson Marques do Centro de Documentação do ACIME, pela total disponibilidade demonstrada, ao fornecer os dados necessários para esta dissertação.
- Às colegas Fátima Pereira, Amélia Xara-Brasil, Sara Torres, Niranjana Nunes e Aurélia Pinto pelo apoio administrativo prestado ao longo destes dois anos.
- À Mestre Rosana Albuquerque e à Mestre Lígia Ferreira, pelo apoio e pela disponibilidade demonstrados ao longo desta caminhada.

- À Mestre Dora Possidónio, da Geoideia, pela sugestão no tratamento dos dados.
- À Mestre Isabel Saraiva e à minha amiga Isabel Gelásio, pela compreensão e apoio manifestado durante este período. Jamais esquecerei.
- Aos meus colegas de serviço, pela paciência com que alguns ouviram as minhas questões, dúvidas e preocupações. Quero em particular, agradecer ao Nuno Gomes, pelo diligente apoio informático que quis prestar a este trabalho.
- Aos meus amigos: Paulo, Faustino, Olívio, Ângelo, Sabino, Pedro, Mamadú, Agostinho, Zaida, Manuela, Evelise, Anilta, Alda, Paula, Luísa e Cátia, pela amizade e pelas palavras de confiança. É bom saber que posso contar convosco em momentos como este.
- Às “jovens” Catarina Florentim e Lucineia Semedo, pelo interesse demonstrado. Desejamos o mesmo percurso.
- À minha mãe, pelo apoio sem reservas em todos os momentos da minha vida e por me ter ensinado a combinar a humildade com altruísmo, a perseverança com a flexibilidade e o respeito pela diferença, no contínuo processo de luta pela sobrevivência.
- Aos meus irmãos, tios, sobrinhos, primos e cunhados pelo incentivo e apoio a esta nova etapa da minha vida.
- Aos meus sogros pelo apoio prestado.
- Ao Jeremy, j’espère ta compréhension par cette absence.
- Finalmente, quero manifestar o meu profundo reconhecimento à minha mulher, que no meio deste trabalho vimos o nosso filho Francisco Júnior a nascer. Foi um momento inesquecível! Quero agradecer-te pelo encorajamento e confiança demonstrados desde o início dos seminários até a conclusão deste projecto. A tua paciência inesgotável perante o meu estado emocional mais conturbado, aliada ao apoio, que sempre me manifestaste nas horas mais difíceis, representaram para mim, como um suporte basilar em todo este percurso. Ao Júnior, agora vou ter tempo de prestar toda a atenção que mereces.

A todos o meu sincero muito obrigado.

Sintra, Dezembro de 2006.

## RESUMO

A presente dissertação inscreve-se no domínio temático do associativismo migrante e tem como objectivo principal analisar as dinâmicas organizativas das associações de imigrantes angolanos, guineenses e de europeus de leste na Área Metropolitana de Lisboa.

Debruçámos a nossa análise mais especificamente sobre a estrutura organizacional dessas associações. Para tal, considerámos um conjunto de indicadores, tais como: o ano de fundação das organizações; o número de organizações; a natureza das actividades; a dimensão dos recursos humanos, materiais e económicos, bem como a capacidade de mobilização dessas organizações.

Examinámos igualmente as densidades das suas redes organizacionais. Para o efeito, centrámos a nossa análise em três dimensões: *redes inter-organizacionais* (as relações das associações em estudo, com organizações e instituições não imigrantes); *redes intra-organizacionais* (relações dessas associações com outras organizações de imigrantes) e *redes transnacionais* (as relações das associações com organizações/instituições internacionais e com associações da mesma comunidade estabelecidas no estrangeiro e nos países de origem).

Por último, analisámos a natureza da participação cívica e política das associações em estudo, privilegiando às actividades de acção de protesto, ou outras formas de confrontação, tais como: manifestação, petições; conferências de imprensa, etc; bem como aos seus relacionamentos com o sistema político nacional e os seus envolvimento em campanhas eleitorais.

Tendo em vista o objecto e os objectivos que nos propusemos analisar e compreender, alicerçámos o nosso estudo, por um lado, na pesquisa documental, baseada em obras científicas nacionais e estrangeiras e por outro lado, na aplicação de um inquérito por questionário aos quadros dirigentes das associações supracitadas.

Os resultados evidenciam que, as associações em estudo apresentam características organizacionais diferenciadas. As associações de imigrantes angolanos e guineenses foram estabelecidas, na sua maioria, em meados dos anos 80 e no início dos anos 90 e já se encontram relativamente consolidadas. As organizações de imigrantes da Europa de Leste são recentes, foram todas constituídas a partir do ano 2000 e, estão em fase da consolidação. Apesar de tudo, essas organizações apresentam um forte dinamismo em vários espaços sociais e políticos.

As suas actividades não são muito divergentes, orientam-se mais para áreas de solidariedade social, educação, cultura, saúde, emprego e assuntos relativos à imigração, tendo, contudo, fracos recursos humanos, materiais e económicos. Apesar destas limitações, apresentam uma grande capacidade de mobilização dos indivíduos. As organizações de imigrantes da Europa de Leste demonstram uma grande capacidade de actuação na área de *mass-media*.

A dimensão das suas redes organizacionais é relativamente baixa. No que concerne às redes inter-organizacionais inferimos que, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, ACIME e ONG's de carácter social, bem como os partidos políticos são entidades com as quais a maioria dessas associações mantém contactos e cooperação. Relativamente às redes intra-organizacionais, verificou-se que as associações tendem a privilegiar as colaborações com outras associações da mesma comunidade. As organizações de imigrantes angolanos e guineenses tendem a colaborar mais entre si, do que com as organizações de europeus de leste. Estas últimas não mantêm basicamente contactos com as organizações de imigrantes originários dos PALOP.

Muitas dessas organizações estão envolvidas no campo transnacional e mantêm contactos regulares com as organizações congéneres no estrangeiro e nos seus países de origem, com vista a promover colaboração em projectos, bem como iniciativas de desenvolvimento e activismo político nos seus países de origem.

A nível da participação cívica e política, concluímos que os assuntos relacionados com o fenómeno de imigração (políticas de imigração; direitos de cidadania; perseguição racial/discriminação e defesa das tradições culturais das minorias) são os que, em geral, mais mobilizam essas organizações. Depreendemos, igualmente, que essas organizações, em particular as dos imigrantes angolanos e guineenses participam em campanhas eleitorais e demonstram grande capacidade em promover a participação e integração dos seus membros nos processos eleitorais.

**Palavras-chave:** Migrações; Transnacionalismo; Associativismo Migrante; Capital Social; Participação Cívica; Participação Política; Angolanos; Guineenses; Europeus de Leste; Área Metropolitana de Lisboa.

## RÉSUMÉ

La mémoire présentée aborde le thème de l'associativisme migrant et a pour objectif principal analyser les dynamiques organisationnelles des associations d'immigrés angolais, guinéens et de l'Europe de l'Est dans la zone métropolitaine de Lisbonne.

Nous avons centré notre analyse sur la structure organisationnelle de ces organisations. Pour cela, nous avons pris en considération une série d'indicateurs, tels que : l'année de fondation des organisations ; le nombre d'organisations ; la nature de leurs activités ; la dimension des ressources humaines, matérielles et économiques, ainsi que leur capacité de mobilisation.

Nous avons également examiné les densités de leurs réseaux organisationnels. Nous avons donc centré notre analyse sur trois dimensions : *réseaux inter-organisationnels* (les relations des associations étudiées avec des organisations et des institutions non-immigrants) ; *réseaux intra-organisationnels* (relations de ces associations avec d'autres organisations d'immigrés) ; et *des réseaux transnationaux* (les relations des associations avec des organisations/institutions internationales et avec des associations de la même communauté, établies à l'étranger et dans les pays d'origine).

Nous avons encore analysé la nature de la participation civique et politique des associations dans l'étude, en privilégiant les activités d'action de protestation, ou d'autres formes de confrontation, telles que : manifestations ; pétitions ; conférences de presse ; etc. ; ainsi que leurs rapports au système politique national et leur engagement dans les campagnes électorales.

En tenant compte de l'objet et des objectifs que nous nous sommes proposés d'analyser et de comprendre, nous avons fondé notre étude, d'un côté, sur la recherche documentaire d'oeuvres scientifiques nationales et étrangères ; et de l'autre, sur l'application d'une enquête par questionnaire, posé aux cadres dirigeants des associations citées plus haut.

Les résultats démontrent que les associations étudiées présentent des caractéristiques organisationnelles différenciées. Les associations d'immigrés angolais et guinéens furent créées, dans leur majorité, vers le milieu des années 1980 et le début des années 1990 et se trouvent déjà relativement consolidées. Les organisations d'immigrés de l'Europe de l'Est sont plus récentes; elles se sont constituées à partir de l'an 2000 et sont en phase de consolidation. Malgré tout, ces organisations présentent un fort dynamisme dans plusieurs espaces sociaux et politiques.

Leurs activités ne sont pas très divergentes entre elles et s'orientent plutôt vers des domaines tels que la solidarité sociale, l'éducation, la culture, la santé, l'emploi et des sujets relatifs à l'immigration, ayant, néanmoins, de faibles ressources humaines, matérielles et économiques. Malgré leurs limitations, elles présentent une grande capacité de mobilisation des individus. Les organisations d'immigrés de l'Europe de l'Est démontrent une grande capacité d'action dans les mass-media.

La dimension de leurs réseaux organisationnels est relativement faible. En ce qui concerne les réseaux inter-organisationnels, nous avons constaté que les Mairies, l'ACIME et les ONG travaillant dans le social, ainsi que les partis politiques, sont des entités avec lesquelles la majorité de ces associations maintiennent des contacts et une coopération. Relativement aux réseaux inter-organisationnels, on a pu vérifier que les associations ont tendance à privilégier les collaborations avec d'autres associations de la même communauté. Les organisations des immigrés angolais et guinéens ont plus tendance à collaborer entre elles, que les organisations des pays de l'Europe de l'Est. Ces dernières ne maintiennent pratiquement pas de contacts avec les organisations des immigrés originaires des PALOP (pays africains de langue officielle portugaise).

Une grande partie de ces organisations se meuvent dans le champ transnational et maintiennent des contacts réguliers avec des organisations congénères à l'étranger et dans leurs pays d'origine, ayant pour but la collaboration dans des projets, ainsi que dans des initiatives de développement et d'activisme politique dans leurs pays d'origine.

Au niveau de la participation civique et politique, nous avons conclu que les sujets relatifs au phénomène de l'immigration (politiques de l'immigration ; droits de citoyenneté ; persécution raciale et discriminatoire et défense des traditions culturelles des minorités) sont ceux qui, en général, mobilisent ces organisations. Nous avons encore constaté que ces organisations, en particulier celles des immigrés angolais et guinéens, participent aux campagnes électorales et démontrent une grande capacité à promouvoir la participation et l'intégration de leurs membres dans les processus électoraux.

**Mots-clés :** Migrations ; Transnationalisme ; Globalisation ; Associativisme Migrant ; Capital Social ; Participation Civique ; Participation Politique ; Angolais ; Guinéens ; Européens de l'Est ; Zone Métropolitaine de Lisbonne.

## **ABSTRACT**

This dissertation concerns migrant associations and their organizational dynamics. The study was carried out by performing a deep analysis on communities of Angola, Guinea and East Europe immigrants living within Lisbon metropolitan area.

Its main purpose was to analyse the organizational structure of such associations. The pursuit of such a purpose took into consideration a set of features like the total number of associations, their foundation year, the nature of their activities, the human resources they involve, the material and economical means at their disposal as well as their mobilization capacity.

Furthermore, the density of the organizational networks these associations are able to establish was also studied. In order to achieve this specific purpose a three dimensional analysis took place: i) inter-organizational networks dimension (that is, the relations these associations are able to establish with non-migrant organizations); ii) intra-organizational networks dimension (that is, the relations established with other migrant associations); and iii) trans-national networks dimension (that is, the relations established with international institutions either based in their native countries or in other foreign countries sharing a common national identity).

Besides, the civic and political participations were analysed. Emphasis was given to protest actions and to other confrontation forms such as manifestations, petitions and press conferences among others. The involvement of these associations within the Portuguese political system and, more specifically, with election campaigns was studied.

The achievement of this dissertation is based on documentary research (national and international scientific works) and on a questionnaire applied to the top leading staff of the analysed migrant associations.

The results obtained brought to light organizational differences among the migrant associations under study. The associations of Angola and Guinea immigrants were mostly established in the middle 80's and in the 90's were already considerably consolidated. The communities of East European immigrants are more recent, they were all created after 2000. Although they are still consolidating themselves, these associations show a strong social and political dynamics.

However, the immigrants associations share the same concerns about social solidarity, education, culture, employment and immigration. In spite of their scarce human, material and economical resources, the associations denote a strong capacity for mobilizing individuals. The East European immigrants' organizations show a powerful activity in the mass media area.

The dimension of their organizational networks is relatively low. In what concerns the inter-organizational network dimension the associations are closer related and co-operate more with entities such as City Councils, Village Councils, ACIME and Non-Governmental Organizations having social concerns, as well as with political parties.

In what concerns the intra-organizational dimension, the associations prefer to collaborate with other associations of the same community. The Angolan and Guinea immigrants' associations are closer to each other than to East European communities. The East European associations rarely establish contact with associations from Portuguese speaking countries.

Many of these associations keep regular contacts with similar organizations abroad and in their native countries, aiming at promoting collaboration in projects, development initiatives and political activities in their original countries.

Regarding the political and social participation, it was possible to conclude that subjects concerning the immigration, such as immigration policies, citizenship rights, racial persecution and discrimination and defence of minorities cultural traditions, are the most mobilizing subjects of such associations. Furthermore, these organizations (specially the Angolan and Guinea one) are highly committed in promoting the participation and integration of their members in election processes.

**Keywords:** Migrations; Transnationalisme; Globalization; Migrant Associations; Social Capital; Civic Participation; Political Participation; Angola Citizens; Guinea Citizens; East Europe Citizens; Lisbon Metropolitan Area.



## ***CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO***

## 1 - PROBLEMÁTICA E NATUREZA DO ESTUDO

Marcado historicamente pelo fenómeno emigratório, Portugal conheceu nas últimas décadas um crescente movimento de imigração, com importantes consequências na estruturação da sociedade nacional.

Segundo os dados estatísticos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no início dos anos oitenta, a população residente não nacional, com a situação regularizada cifrava-se em 50.750 indivíduos. No final do ano de 2004, os cidadãos estrangeiros a residir legalmente no país totalizavam 449.16 (SEF, 2004). O aumento exponencial da imigração deve-se a um conjunto de factores que se prendem com o processo de mudança social ocorrido após a Revolução de Abril de 1974, prosseguido com a instauração da democracia e com a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986.

Nos meados da década de setenta e no início dos anos oitenta, os imigrantes que escolheram Portugal como país de destino eram, na sua esmagadora maioria, oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), circunstância a que não foi alheia a situação político-económica decorrente da independência das antigas colónias portuguesas. Pena Pires (2003:133), salienta que nesta primeira fase da imigração, coexistem dois tipos de migrações: a *migração de refugiados*, composta maioritariamente por angolanos e moçambicanos e a *migração laboral*, constituída maioritariamente por cabo-verdianos.

Nos finais da década de oitenta, com a adesão à então CEE, Portugal passou a usufruir de um maior desenvolvimento económico e social (fundos estruturais, liberalização da economia, investimento estrangeiro, etc.), o que desempenhou um importante papel na reconfiguração do país como pólo de atracção e de fluxos imigratórios, funcionando, igualmente como ponto de entrada para uma posterior fixação no espaço comunitário. Neste período, era notório os fluxos de imigrantes oriundos da União Europeia (UE), dos PALOP e do Brasil.

No início do ano 2000, Portugal passou a ser um país de destino dos imigrantes provenientes dos países da Europa de Leste, com especial destaque para Ucrânia, Moldávia, Rússia e Roménia. Como afirmam Baganha, Marques e Góis (2004), a emigração

dos europeus de leste para Portugal é um fenómeno relativamente recente e de grande amplitude que transformou drasticamente a composição e o panorama da população imigrante no país. Esta realidade tornou-se mais visível com o “processo de legalização extraordinária” de 2001 (DL nº 4/2001), o qual permitiu a legalização de milhares desses imigrantes. De um total de 169.953 autorizações de permanência emitidas, 52% foram concedidas aos imigrantes da Europa de Leste. Deste modo, 60.310 ucranianos; 11.746 moldavos; 10.089 romenos e 6.431 russos viram a sua situação regularizada no país (SEF, Relatório de 2001).

É neste contexto de profunda alteração do fenómeno imigratório em Portugal, que o presente trabalho se situa, procurando conhecer a natureza e as dinâmicas do movimento associativo de imigrantes angolanos, guineenses e de europeus de leste na sociedade portuguesa.

Com o aumento e estabelecimento de uma dada corrente migratória, começam, normalmente, a surgir estruturas associativas de imigrantes que, numa fase inicial têm por base os imigrantes com a mesma origem étnica e que se destina a apoiar a respectiva comunidade. As associações de imigrantes, surgem como um elemento fundamental que desempenha funções de representação, de interlocução e de acompanhamento nas relações com sociedade receptora. Estas organizações passam a funcionar como uma “segunda família”, na medida em que têm como objectivo e função conciliar as duas facetas da imigração: a *integração* e a *preservação da identidade*. Para atingirem esta meta, as associações de imigrantes assumem-se como um instrumento dos interesses colectivos, lutando, pela igualdade dos direitos sociais e políticos das comunidades que representam (Rocha-Trindade, 1995; Albuquerque *et al*, 2000).

Para além de funcionarem como lugares privilegiados de pertença, de afiliações étnicas e organizadoras das sociabilidades comunitárias e das redes com o país de origem, as associações de imigrantes têm-se transformado em actores colectivos capazes de uma mobilização política, visando a participação na sociedade maioritária.

O debate que coloca o enfoque na extensibilidade do direito à cidadania dos migrantes, admite que a igualdade de direitos políticos, civis e sociais permitir-lhes-á uma maior participação. Estes alicerces são, indelevelmente importantes para o fortalecimento do

diálogo e cooperação e, não obstante para diminuir as tensões que, por sua vez, favorece a inserção dos imigrantes na sociedade receptora.

O associativismo migrante opera assim, como uma das peças fundamentais na representação das comunidades imigrantes junto das esferas decisórias da sociedade de acolhimento. Como salienta Machado (2002), a acção colectiva migrante, é um elemento fundamental na integração e politização da etnicidade em Portugal.

A importância que é dada a estas organizações está bem expressa no facto destas serem reconhecidas e terem assento, quer em organismos nacionais com competências na matéria, quer no Fórum dos Migrantes da União Europeia, órgão consultivo do Parlamento Europeu, sediado em Bruxelas. Em Portugal, vários canais institucionais<sup>1</sup> foram criados para promover a participação activa das comunidades migrantes, contando hoje com centenas de associações e outras organizações de solidariedade social que trabalham na mira da integração de imigrantes.

Dado ao papel que estas organizações têm vindo a desempenhar em vários espaços sociais e políticos, o presente trabalho analisa as dinâmicas organizativas das associações de imigrantes angolanos, guineenses e de europeus de leste, procurando deste modo, preencher o vazio existente nesta área de estudo. De facto, os trabalhos científicos realizados sobre o movimento associativo dessas comunidades são escassos. Sobre a comunidade guineense, importa, no entanto, salientar os trabalhos do sociólogo Fernando Luís Machado (1998, 2002) e da antropóloga Celeste Quintino (2004), que retratam a problemática desta comunidade. Por sua vez, Paulino (2003), desenvolveu também um trabalho que esboça a problemática da comunidade guineense, a partir do estudo da Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINENSO), em que analisou os seus objectivos, as suas actividades e as suas relações institucionais, bem como a adesão e participação dos seus membros associados.

---

<sup>1</sup> É de salientar que em Portugal, as associações de imigrantes estão representadas no Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e Minorias Étnicas, da Câmara Municipal de Lisboa, e no Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes no Município da Amadora. Possuem estatuto de interlocutores privilegiados em matéria de competência da Comissão Interdepartamental para a Integração dos Imigrantes e Minorias Étnicas e do ACIME.

Sobre a comunidade angolana em Portugal, não encontramos qualquer referência, excepto o trabalho de Possidónio (2006) que estuda a problemática de inserção geográfica e social dos descendentes de angolanos e de luso-angolanos na Área Metropolitana de Lisboa.

Em relação às comunidades migrantes provenientes da Europa de Leste, é de salientar que como se trata de um fenómeno recente, o trabalho científico produzido é ainda, muito escasso. Os trabalhos empíricos mais aprofundados que temos conhecimento sobre o fenómeno imigratório dos europeus de leste, são os de Baganha, Marques e Góis (2004), subordinado ao tema *“Novas Migrações, Novos Desafios: A Imigração do Leste Europeu”*; o trabalho de Oliveira (2004) que examina o percurso migratório e estratégia de integração social dos ucranianos, no Concelho de Leiria; e o trabalho de Portella (2001), que aborda igualmente o percurso imigratório dessas comunidades. Estes trabalhos tendem, sobretudo, a incidir sobre os processos de integração socio-económica destas comunidades na sociedade portuguesa, com particular atenção para as dinâmicas de inserção no mercado de trabalho.

É neste contexto que gostaríamos de salientar o carácter inovador desta pesquisa, na medida em que pretende fornecer uma análise comparativa do movimento associativo de comunidades migrantes com níveis de consolidação diferenciados. Referimo-nos às correntes imigratórias mais antigas provenientes das ex-colónias (angolanos e guineenses) e aos fluxos de imigrantes mais recentes, originários da Europa de Leste.

## **1.1 - OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO**

Esta pesquisa tem como objectivo principal o estudo das dinâmicas organizativas das associações de imigrantes angolanos, guineenses e de europeus de leste, na Área Metropolitana de Lisboa. Para o efeito, debruçar-nos-emos sobre a estrutura organizacional dessas associações (densidade, tamanho, participantes, actividades e recursos humanos e materiais); sobre a densidades das suas redes organizacionais (redes inter-organizacionais; redes intra-organizacionais e redes transnacionais) e sobre a natureza da sua participação activa, privilegiando às actividades cívicas e políticas por elas realizadas.

## **1.2 - PERGUNTA DE PARTIDA E QUESTÕES COMPLEMENTARES**

Tendo em conta os objectivos propostos para este trabalho, a pergunta de partida que orienta a pesquisa aqui apresentada é a seguinte:

- ❖ *Quais as dinâmicas organizativas do movimento associativo dos imigrantes angolanos, guineenses e europeus de leste na Área Metropolitana de Lisboa?*

A pergunta de partida levanta uma série de questões complementares que nos permitem aprofundar o conhecimento sobre este objecto de estudo. Desta forma, desdobramos a pergunta em quatro questões a saber:

- *Quais são as práticas e estratégias das associações de imigrantes angolanos, guineenses e de europeus de leste face às respostas e exigências quer colectivas quer individuais dos imigrantes que representam?*
- *Quais são as convergências e divergências entre as associações de imigrantes angolanos, guineenses e de europeus de leste, no que diz respeito às suas estruturas e densidades organizacionais?*
- *Que tipo de modelos de actuação caracterizam a acção colectiva das comunidades angolana, guineense e da Europa de Leste?*
- *Qual a natureza da sua participação cívica e política na sociedade portuguesa?*

### **1.3 – JUSTIFICAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DO ESTUDO**

As problemáticas geradas pelas migrações internacionais são indiscutivelmente um dos maiores desafios do século XXI. Para a sua compreensão, torna-se imperativo aprofundar a investigação científica nesta matéria. Só através de uma análise multidisciplinar se pode identificar o que leva o indivíduo a migrar, qual o percurso do migrante e quais as consequências da sua acção. Neste contexto, o estudo sobre associativismo migrante, parece-nos constituir um instrumento de grande importância para análise, dado ao seu carácter mutável de funcionalidade quer no seio da comunidade migrante, quer na sociedade de acolhimento. Neste sentido, o nosso interesse em estudar as dinâmicas organizativas das associações dos imigrantes angolanos, guineenses e dos europeus de leste, prendeu-se, essencialmente, com as seguintes dimensões:

- A temática do associativismo migrante e, mais especificamente a das comunidades angolana, guineense e da Europa de Leste ter sido uma problemática pouco explorada e estudada na sociedade portuguesa, suscitou-nos interesse e a curiosidade de avançarmos com a pesquisa nesta área.
- As comunidades da Europa de Leste, ao contrário da angolana e da guineense, não terem tido historicamente, quaisquer relações de ordem social, económica, política, linguística, religiosa e cultural com Portugal, assume particular importância para melhor compreender as especificidades dos modelos organizativos dos imigrantes da Europa de Leste. De acordo com dados do Serviços Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no final de 2004, residiam 100.282 imigrantes provenientes da Europa de Leste, com destaque para a comunidade ucraniana que, por sua vez, se apresenta como a segunda maior comunidade imigrante, contando com 66.227 cidadãos a viver legalmente em Portugal.
- As comunidades angolana, guineense e da Europa de Leste apresentam características e percursos migratórios distintos. Assim, pareceu-nos importante uma análise comparativa, no que respeita às suas dinâmicas associativas, tendo em conta, as suas estruturas e densidades (redes) organizacionais.

Ao abordar esta temática, pretendemos contribuir para um maior conhecimento e compreensão de uma realidade relativamente recente, mas com grande impacto na sociedade portuguesa.

Neste sentido, atrevemo-nos a enunciar os seguintes potenciais contributos deste trabalho:

- **Consciencialização e sensibilização da problemática da imigração como processo dinâmico e irreversível na sociedade portuguesa;**
- **Uma melhor compreensão das comunidades angolana, guineense e da Europa de Leste em Portugal;**
- **Compreender as dinâmicas associativas destas comunidades e a natureza das suas acções de mobilização e reivindicação.**

É também a nossa intenção dar a conhecer aspectos que possam contribuir para a elaboração de políticas que tomem em consideração a diversidade das comunidades migrantes e que potenciem a sua participação social e política na sociedade portuguesa.

## 1.4 - ENQUADRAMENTO E ITINERÁRIO METODOLÓGICO

*“O facto científico é conquistado, construído e verificado”*

Quivy e Campenhoudt

No contexto do presente trabalho, a estratégia metodológica adoptada teve em consideração um conjunto diversificado de técnicas de pesquisa que passamos a descrever.

Numa primeira fase, a investigação centrou-se no levantamento bibliográfico e documental sobre a temática das migrações internacionais, bem como, outras problemáticas a ela adjacentes: globalização, transnacionalismo, cidadania; associativismo migrante, etc. Esta pesquisa abrange, fundamentalmente, a análise de obras publicadas a nível nacional e internacional, privilegiando, sobretudo, abordagens multidisciplinares centradas no âmbito de pesquisa da Sociologia, da Ciência Política e da Antropologia.

Pesquisámos em bibliotecas inseridas em Faculdades que ministrem Licenciaturas, Mestrados e Doutoramentos neste domínio. Nesta conformidade, a nível internacional, consultámos as bibliotecas da “*Université de Genève; Université de Lausanne*” na Suíça e a Biblioteca da “*Université de Nice-Sophia Antipolis*” em França. A nível nacional, consultámos o Centro de Documentação da Universidade Aberta; a Biblioteca do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE); a Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa; a Biblioteca da Universidade Nova – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; a Biblioteca da Universidade Lusófona; a Biblioteca da Universidade Católica de Lisboa. Para além dessas, consultamos também, as Bibliotecas Municipais de Lisboa e Sintra.

Embora não se deva descurar outras fontes documentais, recorreremos a documentos essencialmente escritos. Procurámos ao longo deste estudo, estabelecer ligações entre diversas fontes documentais com domínios de interesse em comum, com a finalidade de interrelacioná-los e, assim, obter um aproveitamento mais frutuoso dos conhecimentos. Trata-se, no fundo, de documentos produzidos por autores de diferentes quadrantes da área do saber já mencionada.

Para facilitar a elaboração do nosso estudo, predefinimos um índice que foi sujeito apenas a alguns ajustamentos temáticos. Procurámos, desde modo, realizar pesquisa bibliográfica das obras científicas que, directa ou indirectamente, pudessem contribuir para um aprofundamento do nosso objecto. Neste sentido, a análise de documentos que apenas afloram o nosso tema acabou por nos conceder um contributo imprescindível na compreensão de diversas variáveis.

Para o nosso trabalho, foi ainda importante, o recurso a diversas publicações, designadamente jornais e revistas, que ao longo deste período, tivemos o cuidado de reservar de acordo com o interesse que lhes atribuímos. O manuseamento destas fontes documentais, exigiu-nos uma atenção redobrada quanto ao seu grau de veracidade. Sabemos que são documentos que podem manifestar correntes de opiniões dissimuladas sob uma apresentação aparentemente imparcial dos factos. Trata-se, portanto, de ao recorrer a estes documentos, analisar o seu conteúdo, mais precisamente, o significado das palavras-chave do documento e descobrir o seu verdadeiro significado. Carmo e Ferreira (1998: 39 e 62), alertam-nos para este facto. Salientaram, que o investigador deve cingir-se nos critérios de selecção de informação, de modo a não se perder num *“turbilhão de nevoeiro informacional”*.

A par destas publicações e obras científicas, sentimos necessidade de recorrer, igualmente, às estatísticas publicadas por diversos organismos, designadamente o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Os dados quantificados por estas duas fontes não podem ser comparados, isto porque não assentam nos mesmos critérios de selectividade. Enquanto o SEF efectua o apuramento de dados estatísticos referentes aos estrangeiros em situação juridicamente legalizada, os dados da INE assentam nos resultados censitários, não oferecendo, portanto, uma fiabilidade total, dado que não está garantido que a população imigrante responda às perguntas colocadas com total veracidade, quer por dificuldades de interpretação das respectivas perguntas, quer por receio de alguma represália perante o conhecimento da sua eventual situação e irregularidade. De qualquer modo, os dados do INE e do SEF assumiram um papel indispensável para a realização do nosso terceiro capítulo – Fenómeno Imigratório em Portugal.

A segunda fase da pesquisa baseou-se na aplicação de um inquérito por questionário aos quadros dirigentes de associações de imigrantes angolanos, guineenses, e de europeus de leste na Área Metropolitana de Lisboa entre Julho e Setembro de 2006.

A delimitação da Área Metropolitana de Lisboa para o desenvolvimento deste estudo prendeu-se com dois factores que foram determinantes:

- O primeiro factor relaciona-se com o grande número de associações de imigrantes angolanos, guineenses e dos europeus de leste existentes e estabelecidas nesta área, que por sua vez, não são alheias ao dinamismo imigratório. Como veremos no capítulo III deste trabalho, a Área Metropolitana de Lisboa, que já tinha sido o pólo de fixação das populações imigrantes oriundas dos países africanos da língua oficial portuguesa, tornou-se, também uma metrópole receptora de imigrantes provenientes da Europa de Leste, embora estes apresentem uma maior dispersão geográfica.
- O segundo factor, relaciona-se com o próprio investigador, que pelo facto de viver e de participar na dinâmica desta área, teve facilidade nas deslocações para a realização das entrevistas e recolha de dados.

Circunscrevemos o nosso objecto de análise à todas organizações activas desses imigrantes que, frequentemente, cooperam e trabalham com os membros destas comunidades.

Neste sentido, com o intuito de obter a informação para atingir os objectivos deste trabalho, foram seleccionadas 30<sup>2</sup> associações dessas comunidades, das quais, 11 são angolanas, 9 são guineenses e 10 são de imigrantes provenientes da Europa de Leste. Todavia, das associações seleccionadas, foram inquiridas apenas 21. Dessas, 8 são de imigrantes angolanos; 6 de imigrantes guineenses e 7 de europeus de leste (ver o quadro 1). Das restantes 9 associações, algumas deixaram de funcionar e outras não nos foi possível contactá-las.

---

<sup>2</sup> Chegamos a este número através da listagem oficial de ACIME e, também os próprios dirigentes/membros das associações indicaram e facultaram-nos os contactos de outras associações da mesma comunidade.

Quadro 1: Associações Inquiridas.

| <b><i>Associações de Imigrantes Angolanos</i></b>   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação Casa de Angola</li> <li>• Associação Defesa dos Angolanos (ADA)</li> <li>• Associação da Mulher Migrante Angolana</li> <li>• União da Juventude Angolana em Portugal (UJAP)</li> <li>• Associação de Estudantes Angolanos em Portugal (AEAP)</li> <li>• Associação Angolana de Solidariedade em Portugal – ASAP</li> <li>• Associação dos Residentes Angolanos no Concelho de Odivelas (ARACODI)</li> <li>• Associação de Coordenação e Integração dos Migrantes Angolanos (ACIMA)</li> </ul> |
| <b><i>Associações de Imigrantes Guineenses</i></b>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Casa da Guiné</li> <li>• Associação Coligativa Bissau-Biombo (ACBB)</li> <li>• Associação Guineense e Povos Amigos (AGUIPA)</li> <li>• Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINENSO)</li> <li>• Associação GUINEÁSPORA-Fórum de Guineenses na Diáspora</li> <li>• AUEGB/P – Associação Unida dos Emigrantes da Guiné - Bissau em Portugal</li> </ul>  |
| <b><i>Associações de Imigrantes da Europa de Leste</i></b>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação Bulgari</li> <li>• Centro Cultural Moldavo</li> <li>• Associação dos Ucrânicos em Portugal</li> <li>• Casa da Língua e Cultura Russas – Casa da Rússia</li> <li>• Associação Cultural dos Romanos Mircea Eliade-Lisboa</li> <li>• Associação dos Imigrantes Romanos e Moldavos – FRATIA</li> <li>• Associação dos Imigrantes dos Países de Leste – EDINSTVO</li> </ul>  |

O questionário foi aplicado através de uma entrevista “face a face”. Esta opção teve por base, por um lado, a dimensão (21 associações) e a heterogeneidade do grupo (angolanos, guineenses e europeus de leste) que, em alguns casos, não dominam totalmente a língua portuguesa e, por outro lado, o facto de o questionário ser relativamente extenso (composto por cinquenta e oito perguntas com vários ítems, cuja durabilidade de aplicação e resposta era em média de cinquenta a sessenta minutos). Devido a estas características, optámos por estar sempre presentes no preenchimento de cada um dos questionários e explicar o seu significado e conteúdo.

A falta de receptividade no preenchimento de algumas perguntas do inquérito por parte de algumas associações, levou-nos a dedicar mais algum tempo a explicar a importância e o verdadeiro significado do nosso estudo. Referimos também que, à semelhança deles, o investigador conhece, relativamente bem, a dinâmica organizativa das associações dos imigrantes em Portugal, porque como imigrante, participou, ao longo dos anos, na dinamização do movimento associativo. Este esclarecimento, permitiu-nos criar um ambiente muito mais informal e amistoso que, por sua vez, acabou por deixar os inquiridos descontraídos.

Após o preenchimento dos questionários, iniciámos a fase do apuramento dos dados recolhidos. O apuramento dos dados foi realizado através do programa informático, “*Statistical Package for Social Science – SPSS*”.

É importante enfatizar a importância que reveste o apuramento dos dados, bem como a sua posterior análise e apresentação, pois este estudo procurou sempre respeitar as normas étnicas e deontológicas, de modo a traduzir, o mais fielmente possível, as respostas das associações de imigrantes inquiridas.

Neste sentido, iremos analisar os resultados do questionário, tendo em conta, três áreas chave: a estrutura organizacional das associações (características das associações); o capital social das associações (*densidades das suas redes organizacionais*) e as actividades cívicas e políticas das associações.

## **1.5 - ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

Este estudo está estruturado em cinco capítulos, que passamos a descrever:

O primeiro capítulo corresponde à introdução, onde apresentamos a problemática e natureza do estudo, explicitando o objecto, os objectivos da investigação, a pergunta de partida e questões complementares e os motivos que presidiram a sua escolha, bem como o enquadramento e itinerário metodológico que norteou a nossa pesquisa.

No segundo capítulo, procedemos ao enquadramento teórico e conceptual deste estudo. Começamos por contextualizar as migrações como um fenómeno social, que atravessa a história da humanidade, bem como a problemática do transnacionalismo migrante potenciada pelos processos de globalização. Seguidamente, abordamos as formas como os imigrantes são aceites pelas sociedades de acolhimento. Deste modo, problematizamos a integração social dos imigrantes, bem como as modalidades de integração de imigrantes na sociedade receptora, dando particular ênfase às teorias de assimilação, etnicidade e pluralismo cultural / multiculturalismo. Neste capítulo abordamos igualmente a problemática do associativismo migrante, focalizamos os factores conducentes à sua emergência e persistência e, examinamos as funções e estratégias de intervenção que as associações operam junto da comunidade migrante e da sociedade receptora. Por último, foram analisados o conceito e indicadores de capital social, aproximando-os ao contexto da nossa análise.

O terceiro capítulo, centra-se em torno das principais dinâmicas e tendências dos fluxos migratórios em Portugal, com especial destaque para a imigração angolana, guineense e dos europeus de leste. Procedeu-se, igualmente, a análise das políticas de imigração e ao seu impacto na integração das comunidades imigrantes, desde 1974 até 2006. Por último e de modo a fornecer o quadro contextual da pesquisa procedeu-se à caracterização das dinâmicas do movimento associativo migrante no contexto nacional.

No quarto capítulo, analisámos as dinâmicas organizativas das associações de imigrantes angolanos, guineenses e de europeus de leste na Área Metropolitana de Lisboa, com base nos resultados empíricos. Neste sentido, debruçámos a nossa análise sobre a estrutura organizacional dessas associações. Para isso, considerámos um conjunto de indicadores, tais como: o ano de fundação das organizações; o número de organizações; a natureza

das actividades; a dimensão dos recursos humanos, materiais e económicos, bem como a capacidade de mobilização dessas organizações. Examinámos também as densidades das suas redes organizacionais. Para o efeito, centrámos a nossa análise em três dimensões: *redes inter-organizacionais* (as relações das associações em estudo, com organizações e instituições não imigrantes); *redes intra-organizacionais* (relações dessas associações com outras organizações de imigrantes) e *redes transnacionais* (as relações das associações com organizações/instituições internacionais e com associações da mesma comunidade afincadas no estrangeiro e nos países de origem). Explorámos igualmente, a natureza da participação cívica e política das associações em estudo, privilegiando às actividades de acção de protesto, ou outras formas de confrontação, tais como: manifestação, petições; conferências de imprensa, etc; bem como os seus relacionamentos com o sistema político nacional e os seus envolvimento em campanhas eleitorais.

No quinto capítulo, apresentámos as considerações finais deste trabalho, realçamos as notas conclusivas dos três principais eixos de análise que nortearam o nosso estudo empírico, isto é, da estrutura organizacional; da dimensão das redes organizacionais e da participação cívica e política das associações em estudo. Focamos igualmente algumas pistas para a investigação futura.



## ***CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL***

## 2 - MIGRAÇÕES E TRANSNACIONALISMO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

*“As sociedades humanas não são estáticas, tendo de uma forma geral, estado sujeitas a desastres, a guerras e convulsões que provocaram migrações, fugas e a busca de refúgios seguros”.*

Jackson, 1991:1

Nas últimas décadas, as profundas alterações provocadas pelos processos de globalização mudaram o mundo, com reflexos profundos na organização social, política, económica e cultural das sociedades contemporâneas. A globalização, definida como *“a proliferação de fluxos transfronteiriços e de redes transnacionais”*, alterou o contexto das migrações. As novas tecnologias de comunicação e de transportes permitem fluxos frequentes e multidireccionais de pessoas, de ideias e de símbolos culturais. *O desgaste da soberania e da autonomia dos Estados-Nação enfraquece os controles fronteiriços e a assimilação. O resultado destes processos é a transformação das práticas materiais e culturais associadas às migrações e à formação de comunidades, bem como a emergência de comunidades transnacionais, de identidades múltiplas e de cidadanias mescladas* (Castles, 2005:43-44). Neste sentido, propomo-nos para esta secção, examinar as dinâmicas do processo migratório, um fenómeno social de sempre, que atravessa a história da humanidade, bem como a problemática do transnacionalismo imigrante.

### 2.1 - MIGRAÇÕES: UM FENÓMENO SOCIAL DE SEMPRE!

Designa-se por migração qualquer movimento de população, de carácter temporário ou permanente, entre dois espaços geográficos (Jackson, 1991: 7; Rocha-Trindade, 1995: 32; Pena Pires, 2003: 57-58). Contudo, como refere Rocha-Trindade (1995), não se poderá considerar migração a ida regular para o local de trabalho mesmo que distante, ou a visita de familiares.

A migração é um conceito que engloba dois sub-conceitos: emigração e imigração. De acordo com Rocha-Trindade (1995:31), o termo emigração designa tradicionalmente o acto de emigrar, isto é, a saída de alguém com ausência suposta de duração significativa, do país que é seu por relação de nacionalidade e por vivência no território que politicamente lhe está adstrito.

Assim, emigrar significa, “*deixar a pátria ou a terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em país estranho*” (Rocha-Trindade, 1995:31). Os protagonistas desta acção são designados por emigrantes. Do outro lado do itinerário, temos imigração, isto é quando um indivíduo entra num determinado lugar ou país diferente de origem. Os mesmos protagonistas são agora encarados como aqueles que chegam do exterior e, são considerados como imigrantes (Rocha-Trindade, 1995:31).

As migrações são normalmente agrupadas em diferentes tipologias, com diversos critérios, que vão desde os espaciais, temporais, motivacionais, socio-económicos, jurídicos, etc. (Rocha-Trindade, 1995; Malheiros, 1996; Peixoto, 1999; 2004; Pena Pires, 2003). No entanto, na perspectiva desses autores, os critérios mais utilizados para fazer a tipologia das migrações são os seguintes:

- O tipo de limites físicos ou fronteiras que foram transpostos, procurando aqui distinguir migrações internas das internacionais. Nestes moldes, quando a migração pressupõe os *movimentos de população dentro das fronteiras de um Estado*, estamos perante uma migração interna (Rocha-Trindade, 1995:33). Se, por outro lado, são transpostas as fronteiras de um ou mais Estados, referimo-nos a migrações internacionais. Numa visão simplificadora, Baganha e Peixoto (1996:234) sublinham que este tipo de migração emana o “*movimento de trabalhadores, ou de seus familiares, de um país para outro, por períodos mais ou menos longos*”, tendo implícita uma mudança de residência. Esta definição confina, em si, um conceito não menos relevante, que é o de Estado. Um dos fundamentos do Estado é o pressuposto da existência de um povo que dentro de um determinado território está sujeito a um poder político soberano (Fernandes, 1996:71). Os Estados soberanos delinaram as suas fronteiras que não podem ser transpostas sem os seus consentimentos explícito ou tácito. O cidadão de um Estado de direito democrático tem liberdade para sair do seu país, porém esta pode ser limitada pela prerrogativa do Estado de acolhimento de não permitir a sua entrada.
- Duração temporal do movimento, para se poder identificar as migrações que são temporárias<sup>3</sup> e as que se tornam permanentes.

<sup>3</sup> Rocha-Trindade (1995:36), descreve que os movimentos migratórios a que correspondem estadias a priori limitadas no tempo são considerados como migrações temporárias. A autora aponta as migrações sazonais como caso particular destas, encontrando-se exemplos tanto em contexto de migrações internas como no das migrações internacionais. Exemplificando a Suíça, como país receptor de migrações sazonais

- **Condição da migração, podendo esta ser voluntária ou forçada, sendo esta última, muitas vezes resultado da necessidade de salvaguardar a vida e liberdade individual. Já o refugiado é aquele que manifestamente, segundo a definição da Organização das Nações Unidas (ONU), receia ser perseguido por motivos raciais, religiosos, de nacionalidades ou por opiniões políticas.**
- **Estatuto administrativo que o país de acolhimento atribui ao migrante. Assim, quando falamos de imigrantes, estes podem ter o estatuto de residentes, de trabalhadores contratados, quando entram no país com finalidade de exercerem uma função específica, ao abrigo de um contrato de trabalho a termo certo. Pode também, dar-se o caso de “imigrantes profissionais”, como é o caso dos trabalhadores de empresas multinacionais ou transnacionais que se movem de um país para outro consoante a necessidade da empresa. O imigrante pode ainda ser considerado ilegal, quando entra no país clandestinamente. A situação de clandestinidade verifica-se, quando existe uma transposição de fronteiras nacionais sem autorização ou conhecimento das autoridades envolvidas, ou quando através de um visto de turismo ou de negócios se prolonga a estadia de um indivíduo para além de prazo estabelecido para o efeito, ou até mesmo quando a documentação individual, como sejam autorizações de residência ou de permanência, se encontram caducados. Como salienta Rocha-Trindade (1995:44), a migração apenas é considerada legal quando se verificam, no percurso migratório individual, o integral conhecimento e controlo de todas as fases do processo, por parte das autoridades competentes, tanto no país de origem como no acolhimento.**

Um outro elemento indispensável, relacionado com o estatuto administrativo do migrante, é o da naturalização, através do qual o imigrante pode ascender à plenitude dos direitos de cidadania no país de acolhimento. Este é um processo que depende da satisfação de determinadas condições impostas pelo país de destino e que, no entanto, varia consoante a legislação interna de cada país.

---

*essencialmente dedicadas a determinadas agrícolas ou a trabalhos de construção civil que se não podem realizar durante o Inverno ou ainda, a indústria hoteleira, especialmente activa durante esta estação. A autora exemplificou migrantes fronteiriços como outra situação de natureza essencialmente temporária.*

Independentemente dos critérios da tipologia que acabamos de analisar, a migração envolve, necessariamente, uma transição social bem definida, implicando por regra uma mudança de estatuto ou uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, quer físico quer social. Como descreve Jackson (1991:1), a migração “ (...) tem um carácter eminentemente social, indiciando uma mudança de status que se manifesta através de alterações nos relacionamentos espaciais”.

Falar de migrações é, portanto, falar de processos estruturais, de mudanças de grande amplitude e profundidade que se têm vindo a fazer sentir à escala de todo o planeta, embora com expressão variável nas diferentes áreas do mundo e de país para país.

A mobilidade espacial dos indivíduos não é uma novidade recente. Pois, as migrações têm sido um fenómeno constante e influente da história da humanidade. Todavia, tornou-se, contemporaneamente, mais saliente devido aos processos de globalização, transnacionalização, desenvolvimento económico, social e de inovação tecnológica, (Rocha-Trindade, 1995; Pena Pires, 2003; Castles, 1998, 2005; Papastergiadis, 2000).

Nesta lógica, Nikos Papastergiadis (2000:86), salienta que “(...) *the globalization of migration can be defined through the following features: multiplication of migratory movements; differentiation in the economic, social and cultural backgrounds of immigrants; acceleration of pattern; expansion in the volume of migrants; feminization of migration; deterritorialization of cultural communities; and multiple loyalties of diasporas. (...) Economic practices of shifting labour-intensive production, and political barriers to immigration, will neither totally direct nor block the flows of migration. Globalization will lead to turbulent flows of people with patterns of movement which counter and cross economic demands and political policies*”.

De facto, neste tempo de globalização ou de mundialização, de trocas de mercadorias, de capitais e de ideias, em que cada vez é maior a fluidez dos movimentos dos migrantes, a migração adquire outra dinâmica. O ser humano tem hoje outras aspirações e outros direitos e comporta-se, por vezes, de maneira diferente. Por isso, a migração que denominamos “contemporânea” apresenta-se bem diferente da migração “tradicional”. Como vimos, surgiram novas situações, originando mesmo uma tipologia própria onde o tempo e o espaço actuam de forma mais ou menos intensa tanto como o próprio migrante nas mais diversas situações pela quais passa e vive.

Uma vez que o presente trabalho trata das problemáticas geradas pelas migrações internacionais, torna-se, imperioso apresentar, embora resumida, referências teóricas que conduziram ao desenvolvimento desse tipo de migração. Por conseguinte, sem pretensão de exaustividade, vamos analisar, no ponto que se segue, os paradigmas teóricos das migrações internacionais.

## **2.2 - PARADIGMAS TEÓRICOS DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS**

Desde meados do século XIX, que existe uma preocupação sistemática com os fenómenos migratórios e com as consequências daí adjacentes. São inúmeras as contribuições teóricas que abordam esta problemática (Rocha-Trindade, 1995; Malheiros, 1996; Pena Pires, 2003; Peixoto 2004). Por seu turno, Peixoto (2004) e Rocha-Trindade (1955), distinguem nas suas análises, dois paradigmas explicativos dos movimentos migratórios internacionais: um direccionado para a análise *micro-sociológica: perspectiva do equilíbrio*, assente nos princípios clássicos da economia, onde a decisão de migrar é percebida como um fenómeno individual, baseada numa escolha racional em estreita relação com os factores económicos. O outro paradigma está vocacionado para a análise *macro-sociológica: perspectiva histórico-estrutural*. Esta perspectiva, desenvolve-se a partir de uma teoria da mudança socio-económica, da qual faz parte integrante o *materialismo histórico de Marx*. O presente paradigma privilegia a acção de factores de tipo colectivo, ou estruturante, que condiciona, sob formas diversas, as decisões migratórias dos agentes sociais.

### **2.2.1 - TEORIAS MICRO-SOCIOLÓGICAS: PERSPECTIVA DE EQUILÍBRIO**

As chamadas teorias micro-sociológicas ou teorias de equilíbrio, apresentam como ponto comum, no fundamental, o privilégio analítico concedido ao papel do agente individual. Como observa Peixoto (2004:13), *é a racionalidade individual que, no limite, conjuga (diferenciadamente) estas envolventes e promove a decisão de mobilidade”*.

Esta teoria elege diversas abordagens analíticas do movimento migratório, começando com a teoria *Push-Pull*, (enquanto domínio de estudo que privilegia a decisão individual de migração face a diferenciais de rendimentos e emprego entre países) e a *teoria do capital humano*, que por sua vez, estuda o papel do capital humano e a sua influência nos fluxos migratórios. De seguida, vamos analisar, sem exaustividade, esses dois modelos.

### 2.2.1.1 - TEORIA DE PUSH-PULL (ATRACÇÃO E REPULSÃO)

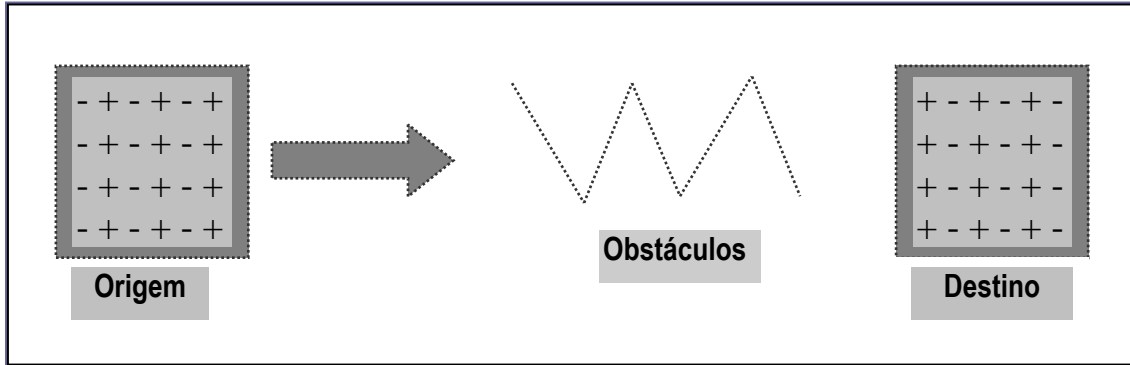
O modelo push – pull é considerado como clássico na explicação dos fluxos migratórios. O modelo resume-se às condições de atracção e repulsão dos agentes migrantes (indivíduos) por um determinado espaço de vida. O modelo não só se identifica como clássico, como ainda constitui nos nossos dias uma norma de escolha, de compreensão e interpretação dos agentes migrantes. Assenta em dois princípios ligados entre si: *repulsão* dos agentes migrantes dos seus locais de origem, através de um exercício racional e *atracção* dos mesmos para certas zonas ou locais de destino.

Ravenstein, foi o autor pioneiro desta teoria, elaborando um conjunto de leis, expressas na sua obra *“The Laws of Migration”* (1885), que procuravam explicar os fluxos migratórios, através de variáveis associadas ao local de origem e de destino (Rocha-Trindade, 1995; Pena Pires, 2003; Peixoto, 2004). Ravenstein defende que é a consciencialização do indivíduo na escolha racional das suas opções e decisões a tomar, perante vários “obstáculos intervenientes”, que determina o projecto de mobilidade migratório.

O modelo é extremamente selectivo do ponto de vista individual e racional, visto que a escolha e decisão para onde e como migrar requerem uma racionalidade submetida a vários exames de consciência e subjectividade. Estes dois imperativos (racionalidade/obstáculos) têm uma grande importância na manobra de concretização dos objectivos. Tal refuta a ideia de que nem todos os indivíduos podem e devem migrar. Como sublinha Rocha-Trindade (1995:73), *“as teoria baseadas nos modelos de atracção – repulsão pressupõem que, em ordem a maximizar as vantagens e a reduzir o desconforto, o homem é conduzido a efectuar escolha racionais em funções de determinadas “pressões”. Estas pressões são facturas de repulsão e atracção,” empurram” indivíduos do seu local de origem, “atraindo-os” para outros locais”*

Todavia, apesar do contributo inegável de Ravenstein, o seu trabalho só seria reconhecido, bem mais tarde, pelo demógrafo americano Everett Lee (Rocha – Trindade, 1995:73). Defensor dos princípios de Ravenstein, Lee apresentou um segundo modelo de migração que faz uma ligação entre factores positivos e negativos relativos tanto ao local de destino como ao de origem, tomando em consideração obstáculos intervenientes e factores pessoais na decisão de migrar (ver a figura 1).

Figura 1: Factores positivos e negativos das migrações e obstáculos intervenientes.



Fonte: Adaptado in Sardinha, 2001: 16.

Partindo desses moldes, Lee (cit. in Rocha-Trindade, 1995:74) reorganiza as “Leis das Migrações” enunciadas por Ravenstein, segundo sete critérios, dando origem às seguintes proposições:

#### 1. Migrações e Distância:

- *A maioria dos migrantes desloca-se para curtas distâncias;*
- *Os migrantes que se deslocam para longe preferem geralmente fazê-lo para grandes centros de comércio e de indústria;*

#### 2. Migrações por etapas:

- *As movimentações populacionais dão origem a correntes migratórias que se dirigem para os grandes centros de comércio e indústria;*
- *Os habitantes das áreas rurais aglomeram-se nas cidades contíguas, que evidenciam um rápido crescimento; o lugar deixado vago por essas populações é então preenchido por migrantes oriundos de regiões mais afastadas (...);*
- *O processo de dispersão é inverso ao de absorção, e apresenta características semelhantes;*

#### 3. Correntes e contra-correntes:

- *Cada corrente migratória produz uma contra corrente compensatória;*

#### 4. Propensão relativa das populações rurais e urbanas para migração:

- *A população urbana é menos propensa a migrar do que a população rural;*

#### 5. Preponderância do contingente feminino nas migrações de curta distância:

- *Os movimentos populacionais de curta distância são na maioria constituídos por mulheres;*

#### 6. Relação da Tecnologia com as migrações:

- *O desenvolvimento de meios de transporte e a expansão do comércio e da indústria conduzem ao aumento dos fluxos migratórios;*

#### 7. Domínio dos motivos de ordem económica:

- *Más leis ou leis opressivas, o agravamento dos impostos, climas pouco atractivos, meios sociais adversos e até pressões de vária ordem conduziram e continuam a produzir correntes migratórias, mas nenhuma destas correntes pode ser comparada em volume com aquelas que estão na origem no desejo intrínseco à maioria dos homens em melhorar as suas condições.*

Rocha-Trindade (1995:75), reforça que as migrações podem resultar numa comparação entre os factores a montante e a jusante, ideia essa que sublinha não só a selectividade da migração mas também o compromisso assumido pelo indivíduo, ao ter a consciência dos aspectos negativos e positivos que rodeiam a sua teia migratória. O mesmo autor vai mais longe, ao sublinhar que estes aspectos positivos e negativos não decidem “per si” a migração; salientando que há um conjunto de obstáculos intervenientes entre a origem e o destino (como a distância, as barreiras, as leis de migração, os gastos de transportes de pessoas e bens, etc.).

A racionalidade individual, realçada no modelo Push-Pull, impera na abordagem clássica das migrações, onde as razões das migrações eram dominadas por uma abordagem que se fundia com a economia política. O homem era um ser racional e considerado “*homo economicus*”, destinado a maximizar as vantagens e minimizar o desconforto. Este factor estava associado ao modelo de migração definido como atracção e repulsão, isto é, tendo em conta os factores que afastam ou aproximam indivíduos de determinados locais em detrimento de outros. Os factores eram de índole puramente economicista, tais como: a falta de acesso à propriedade ou uso de terra, o desemprego, os baixos salários, as terras improdutivas, as secas e a fome, ou o aumento populacional. As várias causas e motivações das migrações actuais (não cingidas a moldes economicistas) são os limites destas teorias, que contudo são o exemplo clássico das teorias migratórias.

### **2.2.1.2 – AS TEORIAS DO CAPITAL HUMANO**

Outro modelo da perspectiva de equilíbrio, reporta-se às teorias do capital humano. Elas estão ligadas a um conjunto de qualificações e qualidades profissionais e comportamentais que facilitam a integração e uma possível ascensão dos imigrantes no mercado de trabalho. Na perspectiva de Peixoto (2004:16-17), o conceito de capital humano nas migrações está ligado à ideia de integração, segmentação de mercado de trabalho e consequente rendimento salarial. A elevada apreciação do capital humano num agente migrante traz-lhe benefícios nos modos de incorporação no espaço de vida do país do destino.

Barry Chiswick (cit. in Rocha-Trindade, 1995:77), um dos pioneiros da teoria do capital humano, advoga que a maior parte dos migrantes não possui o capital humano elevado, o que os obriga a aceitar rendimentos mais baixos e consequente precariedade no mercado de trabalho em relação às posições ocupadas pelos nacionais. Esta limitação do capital humano leva a uma prática de trabalho forçada pela rotina diária do trabalhador.

O imigrante sem o capital humano ou de baixo nível de qualificações, é obrigado a ter “engenho” e habilidade na adaptação às novas tarefas que lhe são incumbidas, sob a pena de auferir uma remuneração incompatível com as funções desempenhadas. Aliás, a história da realidade migratória mostra que os próprios se inserem em mercados secundários, que a princípio não necessitam de uma obrigatoriedade de qualificação mínima. Por isso, é natural encontrar imigrantes com qualificações superiores a desenvolver as mesmas funções sem nenhuma diferenciação ou pouca.

O mesmo autor defende ainda, a necessidade do investimento no capital humano, num processo traduzido no aperfeiçoamento e acumulação de qualificações – linguísticas, educacionais, formação profissional e consequente mobilidade profissional.

A ideia de investimento em capital é reforçada por muitos investigadores e tomada por várias políticas de migração, como um investimento complementar na integração profissional e mobilidade do próprio migrante. Schaeffer (1985) (cit. in Peixoto, 2004:17), defende a ideia de que a aquisição de capital humano (escolarização, formação e experiência profissional) favorece a possibilidade de mudança posterior de emprego e, em consequência, de migração.

O problema da definição do capital humano tem suscitado várias discussões e algumas contestações por parte de alguns sociólogos. Portes (1999), contraria a ideia de Barry Chiswick, quando este último defende que a influência do inglês, em alguns migrantes no EUA, tem contribuído para a rápida acumulação de competências e consequente “mobilidade” dos rendimentos. Para Portes, há outros factores de relevo na integração dos migrantes nas sociedades de acolhimento, como políticas governamentais, sociedade civil, opinião pública e a própria organização da comunidade étnica.

Becker (cit. in Peixoto, 2004:16), chama a atenção para o papel da família na influência da formação do capital humano. As limitações familiares e o isolamento de certos grupos são factores que têm repercussões na aquisição e transmissão de conhecimentos entre grupos e gerações, e podem “pesar” negativamente na aprendizagem da nova geração.

Böhning (cit. in Rocha-Trindade, 1995: 78), defende que *“as migrações constituem um factor de desenvolvimento na correcção das assimetrias e desequilíbrios de produção ao nível urbano, interurbano e regional, de tal modo que as migrações temporárias constituem um processo capaz de gerar desenvolvimento entre países menos e mais desenvolvidos, através de processamento de transferências dos recursos humanos”*.

Esta última concepção pode ser associada ao conceito de retorno, e revela uma vantagem comparativa que um migrante pode desenvolver nos dois países envolventes. Ao contribuir com o seu trabalho na economia da sociedade de acolhimento, pode, por um lado, enviar remessas, consideradas como instrumentos de restauração da balança de pagamentos, estímulo às poupanças e possível investimento no país de origem. Por outro lado, pode constituir um novo recurso humano no país de origem, identificado como agente de mudanças ao aplicar novas ideias e experiências profissionais, servindo de modelo não só de aplicação do capital humano desenvolvido como referência a seguir pelos demais indivíduos.

Contudo, por precaução, Böhning tem o discernimento de sublinhar que há factores que podem impedir um desenvolvimento dos países de emigração. Por exemplo, *“em primeiro lugar a contracção da força de trabalho pode gerar uma distribuição mais eficiente dos factores de produção, mas também pode gerar uma situação de exploração generalizada conducente a mais ciclos emigratórios. Quanto às remessas, segundo factor, elas podem, por um lado, permitir à nação importar bens de capital e matérias-primas, que fortalecem a*

*sua capacidade económica, mas também podem induzir consumos de luxo e inflação, enfraquecendo a balança de pagamentos” (Böhning, cit. in Rocha-Trindade, 1995:79).*

Quanto à possibilidade dos migrantes regressarem ao país de origem e poderem aplicar as suas capacidades ou capital humano desenvolvido, o autor argumenta *“que as qualificações adquiridas podem não ser convertidas em capacidades imediatamente transferíveis para a sociedade de origem, além de engrossarem o número de desempregados (Rocha-Trindade, 1995: 79).*

## **2.2.2 - TEORIAS MACRO-SOCIOLÓGICAS: PERSPECTIVA HISTÓRICO-ESTRUTURAL**

Ao contrário das teorias micro-sociológicas ou de equilíbrio que, como vimos, privilegiam o papel do agente individual ou a racionalidade individual como elementos decisivo e explicativos dos fluxos migratórios. A abordagem macro-sociológicas ou histórico-estruturais privilegia a acção de factores de tipo colectivo ou estruturante, que condiciona, sob forma diversas, as decisões migratórias dos agentes sociais. Como salienta Rocha-Trindade (1995:83), a perspectiva histórico-estrutural *“pressupõe que a explicação para os movimentos populacionais deve ser buscada nas pressões e contrapressões, quer internas quer externas, que se exercem sobre as economias nacionais, as quais conduzem a modificações na organização da produção (...) as migrações são consideradas como um processo macro-social, ligado aos fenómenos de classe, processo em que a unidade de análise são as próprias correntes migratórias e não efeitos agregados de decisões individuais”.*

Neste contexto, o indivíduo interage com o ambiente que o rodeia, gerando assim, uma interacção entre actores sociais e a sociedade envolvente. É precisamente nesta interacção, que surgem novos contributos como as teorias estruturais de capitalismo, divisão internacional de trabalho, desenvolvimento desigual, sistema mundo; teorias de segmentação de trabalho, economia informal, enclaves de imigrantes e teorias de instituições, sistemas migratórios e redes sociais.

### **2.2.2.1 - CAPITALISMO, DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E SISTEMA-MUNDO**

Surgidas durante os anos 70 e inspiradas na economia política marxista, as teorias estruturais do capitalismo, de índole histórico-estruturalista, opõem-se à análise individualista dos fluxos migratórios desenvolvida pelos os mentores do modelo push-pull (Jackson, 1991; Rocha-Trindade, 1995; Pena Pires, 2003; Peixoto, 2004). Estas teorias analisam as transformações em larga escala, de vertente macro, que seguram os movimentos populacionais, apontando para as graves desigualdades na distribuição do rendimento e as fortes disparidades na regulação dos poderes político e económico a nível mundial. As teorias estruturais do capitalismo propõem a divisão do mundo entre as economias capitalistas (desenvolvidas) e os países pobres, ou subdesenvolvidos, com relacionamentos de dependência económicas e ideológicas.

A teoria da divisão internacional de trabalho e desenvolvimento desigual, baseada na dinâmica do modo de produção capitalista, estrutura a economia-mundo em três grandes grupos: as periferias, as semi-periferias e os centros onde os respectivos fluxos são ditados pela dinâmica destes últimos. Tendo por base a supremacia dos centros, Castles e Kosack (cit. in Rocha-Trindade, 1995:84), defendem que as movimentações de trabalho (periferia-centro) ao invés de promoverem a optimização dos factores, reforçam as desigualdades globais, na medida em que produzem ganhos assimétricos. Enquanto o centro se desenvolve, a periferia subdesenvolve-se na mesma proporção.

Na perspectiva destes autores, as correntes migratórias para a Europa do pós-guerra, ficaram a dever-se não só à falta de mão-de-obra desqualificada, mas também ao desenvolvimento desigual, à acumulação de capital e às disparidades e assimetrias verificadas entre os “centros” dos sistemas capitalistas mundiais e as “periferias” que funcionaram como uma reserva de trabalho disponível.

Como assevera Rocha-Trindade (1995: 85), para estes autores, a restrição da imigração imposta pela Europa capitalista a partir de meados da década de 70, foi motivada não só por questões económicas (crise petrolífera, recessão da economia), mas também por questões políticas e ideológicas, traduzidos no aumento do custo social dos imigrantes e na tensão provocada pelo facto da emigração temporária ter se tornado definitiva.

Manuel Castells (1975) e Nikolinakos (1975), dois autores do quadro do Desenvolvimento Dependente (cit. in Rocha-Trindade, 1995:83-84), consideram que a partir dos anos 60 a transferência de mão-de-obra das periferias para os centros, fomentou-se, numa cadeia que vai sucessivamente englobando novos países emissores. Estes países, confrontados com a emigração e a contracção demográfica, recorrem da mesma forma a outras periferias ainda mais pobres, promovendo a expansão à escala mundial do sistema capitalista e o seu desenvolvimento desigual, perpetuando a colonização interna desses países.

As teorias da Dependência, em estreita ligação à teoria do sistema-mundo, desenvolvida por Wallerstein (Jackson, 1991:34; Pena Pires 2003: 79; Peixoto, 2004:26), explicam a génese e a estrutura dos movimentos migratórios centrados nas dinâmicas do subdesenvolvimento. Massey (1993), (cit. in Pena Pires, 2003:79), acrescenta que *“os mesmos processos económicos que criam emigrantes nas regiões periféricas, atraem-nos simultaneamente para os países desenvolvidos”*.

Como salienta, Pena Pires (2003:79), nas teorias da dependência, como nas do sistema-mundo, o subdesenvolvimento é explicado como consequência da expansão e desenvolvimento desigual do capitalismo à escala mundial. O mesmo autor acrescenta ainda que *“esse desenvolvimento tenderia a confluir na constituição de um sistema social global (economia-mundo) regulado por relações assimétricas, simultaneamente, no plano funcional (divisão Internacional do trabalho) e hierárquico (dominação-dependência), estruturantes de uma diferenciação em dois subsistemas principais (centro-periferia)”* (Pena Pires, 2003:79).

#### **2.2.2.2 – SEGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO, ECONOMIA INFORMAL E ENCLAVES DOS IMIGRANTES**

Michael Piore e Alejandro Portes são autores pioneiros das teorias dualistas do mercado de trabalho (Jackson, 1991; Rocha-Trindade, 1995; Portes, 1999; Pena Pires, 2003 e Peixoto, 2004). Esta teoria defende que as migrações internacionais ocorrem em função da dinâmica do mercado de trabalho. Tal consubstancia a correlação entre o crescimento migratório (dinâmica dos fluxos) e a oferta/procura do mercado de trabalho no país de acolhimento.

Piore (cit. in Rocha-Trindade, 1995:86), defende que as diferenças entre as oportunidades de emprego, relativamente às qualificações requeridas para o trabalho, constituem a chave para a compreensão dos processos migratórios. Assim, o argumento central da sua tese sustenta que *“as migrações internacionais devem ser entendidas em função da estrutura das oportunidades de trabalho e das motivações dos trabalhadores imigrantes relativamente às motivações dos trabalhadores das áreas para as quais os imigrantes se deslocam”* (Rocha-Trindade, 1995: 86).

Neste sentido, Piore introduz a noção de *mercado de trabalho dualista*, composto por dois segmentos hierarquizados: O mercado primário e mercado secundário. O mercado primário, incorpora os trabalhadores mais qualificados, cujo recrutamento se processa endogenamente. Ou seja, é neste mercado de trabalho onde se encontram, a generalidade, dos nacionais. Como descreve Tremblay, neste mercado *« souvent syndiqués (quoique de moins en moins), offrant un salaire élevé, de bons avantages sociaux, de bonnes conditions de travail, la sécurité d’emploi, une certaine (...) des possibilités de promotion et ainsi de suite* (Tremblay, 1990 ; cit. in Monteiro, 1997:86).

No Mercado Secundário, a situação é inversa. É ocupado por mão-de-obra pouco ou nada qualificada, cujo emprego é de tempo parcial ou de duração limitada, raramente sindicalizado, com baixos salários. Aliás Tremblay caracteriza-o como mercado *“sans sécurité d’emploi, généralement faits sous contrôle et surveillance serres, n’offrant pas (ou peu) de possibilités de promotion, souvent très instables et occasionnant de fréquents passages par le chômage”* (Tremblay, 1990 ; cit. in Monteiro, 1997:86).

A questão da segmentação do mercado de trabalho na análise migratória está associada a vários factores, tendo em conta a vulnerabilidade do próprio mercado onde se inserem os migrantes. A situação de precariedade a que estão sujeitos não favorece um grande desenvolvimento do capital humano e a consequente mobilidade profissional em sentido ascendente. A inserção no mercado secundário é constituída por um estatuto jurídico precário, mobilidade não idêntica à dos nativos, estatuto migratório habitualmente temporário ou ilegal. A vulnerabilidade, ocupação de tarefas pontuais e redução de salários forçada, não favorecem o conceito de mobilidade profissional.

Na esteira de Peixoto (2004), este modelo considera que o modo de recepção de trabalhadores estrangeiros é condicionado pelas políticas públicas existentes, pela atitude de recepção da sociedade, pelas características do sistema de coesão da própria comunidade étnica e ainda pelas qualificações que o próprio imigrante detém, sendo que a combinação de diferentes atitudes se revela preponderante para posteriormente compreender a formação ou não de enclaves étnicos.

Em contrapartida, a teoria de enclaves económicos ou étnicos<sup>4</sup> (Rocha-Trindade, 1995: 89; Pena Pires, 2003:92; Peixoto, 2004: 24), aparece como uma alternativa ao mercado de trabalho secundário, caracterizando-se por um modo muito específico de integração de alguns imigrantes na sociedade do país de acolhimento.

Como forma de incorporação na economia da sociedade receptora, Rocha-Trindade (1995:90), afirma que *“os enclaves possuem um conjunto de características distintas relativamente à maioria dos trabalhadores. (...) por um lado, a sua formação depende da iniciativa e dos recursos dos próprios imigrantes e não da iniciativa do estado ou das necessidades do trabalho da classe capitalista. Por outro lado, os enclaves proporcionam oportunidades de emprego, de educação e de formação profissional aos seus constituintes e, conseqüentemente, criam oportunidades de progressão profissional e economia aos seus trabalhadores”*.

Os enclaves fornecem, entre outros benefícios, alguma protecção ao imigrante face à precariedade do mercado secundário, para além das vantagens inerentes à língua (regra geral, comum), bem como a constituição de redes sociais dentro do mesmo grupo. Ponto este que desenvolveremos a seguir.

### **2.2.2.3 - INSTITUIÇÕES, SISTEMAS MIGRATÓRIOS E REDES SOCIAIS**

As teorias institucionais estudam o papel das instituições no desencadear ou acompanhamento dos fluxos migratórios. Peixoto (2004:28), sublinha que o tipo de instituições a considerar nesta teoria é variável, pode-se, no entanto, incluir organizações como: Estado, empresas privadas e públicas, agências de emprego, associações de apoio aos migrantes, etc.

---

<sup>4</sup> O termo foi inventado por Alejandro Portes (1981), para designar a concentração de grupos de imigrantes numa localização espacial distinta, grupos esses capazes de organizar uma série de empresas que servem o seu próprio mercado étnico ou a população em geral (Rocha-Trindade, 1995: 89).

O Estado desempenha um papel fundamental no percurso migratório<sup>5</sup> ao fomentar políticas de imigração mais ou menos abertas e na sua regulação (controlo de entradas, permanência e concessão de vistos de residência), bem como na articulação das diversas políticas no campo de saúde, educação, segurança social, trabalho entre outras, que promovam a efectiva integração dos imigrantes no país de acolhimento.

É indiscutível a relevância do papel das instituições na gestão das migrações e, em particular do Estado enquanto agente principal, nomeadamente através de políticas de imigração que leva a cabo. Este é um aspecto focado em diversas teorias e não apenas nas de carácter institucionalista. Como refere Peixoto (2004:27-28), este aspecto está subjacente na teoria dos sistemas migratórios<sup>6</sup>, cujos fluxos migratórios são resultantes da interacção entre as estruturas micro (papel das redes sociais informais, da informação, do capital cultural, das famílias e das comunidades), as estruturas macro (economia política, relações internacionais, direito) e as estruturas intermédias que actuam como “intermediárias” entre os migrantes e as instituições políticas ou económicas.

Castles (2005), considera que estes movimentos se associam, regra geral, a laços previamente existente entre os países que enviam os migrantes e os que os recebem, não implicando, necessariamente, uma proximidade geográfica entre eles. Esses laços podem ser de índole colonial, política, militar, comercial, cultural entre outros. O autor considera que os fluxos iniciais tendem a despoletar de acordo com os factores exógenos, como: “*serviço militar*”, ou por “*movimentos pioneiros*” (normalmente associados a jovens). Posteriormente, os padrões de deslocações repetem-se, com a ajuda de quem já se encontra nos países de destino. Pois como sublinha Peixoto (2004: 29), “*os migrantes não actuam isoladamente, nem no acto de reflexão inicial, nem na realização dos percursos concretos, nem nas formas de integração no destino (...) eles estão inseridos em redes de Conterrâneos, familiares que fornecem a informação, as escolhas disponíveis, os apoios à deslocação e à fixação definitiva*”.

---

<sup>5</sup> Designa por percurso migratório “o conjunto de passos, acções ou situações, dados ou experimentados por um indivíduo migrante (...) que estão na base e explicam a intenção de partir, as expectativas, os preparativos, a viagem, a instalação, a inserção, a fixação ou o regresso” (Rocha-Trindade: 1995: 37-39).

<sup>6</sup> Peixoto (2004:27), salienta que a noção de sistemas migratórios, surgiu inicialmente, em meados dos anos 60. Ela foi primeiro aplicada, de forma sistemática num texto de Mabogune, publicado em 1970. Rocha-Trindade (1995:91), designa o termo sistema migratório como dois ou mais espaços ligados por correntes e contra-correntes.

Por conseguinte, Portes (1999:12-13), refere que as migrações devem, também ser analisadas, na perspectiva da teoria das redes sociais<sup>7</sup>, advogando que as redes sociais são importantes para a análise do sistema migratório, na medida em que *“são meios de aquisição de recursos escassos, como o capital e a informação, e porque impõem simultaneamente constrangimentos eficientes à prossecução ilimitada dos interesses pessoais”*.

Por seu turno, Rocha-Trindade (1995:91), salienta que as redes sociais fundadas em laços familiares, de amizade e com base na identidade de uma determinada comunidade, são categorias analíticas fundamentais para a análise dos sistemas migratórios. A autora refere que *“ao efectuarem ligações entre os países de origem e os de destino, as redes sociais baseadas em laços interpessoais constituem factores de intermediação entre os actores individuais e as forças estruturais (...) ao ligarem migrantes e não migrantes no espaço e no tempo, as redes sociais dão origem a teias complexas como processo social”*.

As redes sociais podem ser analisadas na óptica de integração e defesa dos problemas que afectam a comunidade migrante. Normalmente, a modalidade mais escolhida são as associações de imigrantes que numa fase migratória “madura”, assumem-se, naturalmente funções não iludíveis e nem delegáveis na defesa dos direitos dos seus membros, na gestão das relações com as instituições do país de acolhimento e com a própria comunidade autóctone. Vamos complementar essa análise nos pontos a seguir, isto é, a partir da problemática de transnacionalismo e do associativismo migrante.

---

<sup>7</sup> Portes (1999:12), define redes sociais como *“conjuntos de associações recorrentes entre grupos de pessoas ligadas por laços ocupacionais, familiares, culturais ou afectivos.*

Por seu turno, Rocha-Trindade (1995:90), advoga que a introdução do conceito de redes sociais constitui um momento de viragem no âmbito da Sociologia das Migrações, na medida em que tornou possível estabelecer uma ponte entre as abordagens micro e macroscópia dos fenómenos migratório. A autora frisou que não se trata de um conceito novo quer no âmbito da Antropologia quer no da Sociologia. Segundo Rocha-Trindade, Radcliffe-Brown (1974) foi um dos primeiros antropólogos a definir a estrutura social como *“a rede de relações existentes entre os indivíduos implicados numa determinada sociedade”*.

## **2.3 - TRANSNACIONALISMO NO CONTEXTO MIGRATÓRIO**

### **2.3.1 - A EMERGÊNCIA DO TRANSNACIONALISMO DAS COMUNIDADES IMIGRADAS**

Como vimos, a globalização engendra importantes transformações na arena das migrações internacionais. Uma das consequências destas transformações incide-se na emergência do transnacionalismo das comunidades imigradas. Na acepção de Castles (2005:78), estes fenómenos estão assentes nas premissas de integração global. O autor acentua que, para além de se tratar de *“uma questão tecnológica, trata-se, acima de tudo, de uma questão social e cultural, isto é, a globalização está estreitamente associada a alterações nas estruturas e nas relações sociais, e a mudança nos valores culturais relacionados com o lugar, com a mobilidade e a pertença”*.

Neste sentido, centrando no campo das migrações, Portes (1999:133), define Transnacionalismo como *“(...) processos através dos quais os imigrantes forjam e mantêm relações sociais a vários níveis que ligam as suas sociedades de origem e de acolhimento (...)”*. O autor chama este processo de transnacionalismo, com intenção de dar ênfase ao facto de muitos imigrantes construírem hoje em dia redes sociais que cruzam fronteiras geográficas, culturais e políticas (...) é a multiplicidade de envolvimento que os transmigrantes mantêm tanto na sociedade de origem, como na anfitriã (...).

Nesta conformidade, Portes (1999:128-143), destaca três formas de transnacionalismo no contexto de migrações. A primeira forma, tem a ver com as redes de *comércio informal*, em que o imigrante tornado “empresário” se desloca constantemente entre a origem e o destino, aproveitando os contactos, o diferencial de preços e as vantagens criadas pelas fronteiras políticas para florescer. A segunda forma, emerge com o evoluir destas redes comerciais, isto é, a médio ou longo prazos, surgem, sobretudo na área dos serviços, investimentos económicos mais volumosos, dotados já de uma estrutura formal. Exemplificando este facto, Portes (1999:139), salienta que *“(...) o crescimento de comunidades asiáticas em diversas cidades dos Estados Unidos criou oportunidades para os empresários endinheirados de Taiwan, Hong Kong e da Coreia do Sul investirem lucrativamente nos Estados Unidos e acabando por essa via por se tornarem parte da comunidade transnacional (...)”*.

A terceira forma de transnacionalismo, refere-se à *influência política e social* que os grupos de imigrantes podem adquirir sobre as comunidades de origem. Isto é, organizam como força de pressão política e económica junto dos seus governos, com objectivos sociais de desenvolvimento local, assim como na promoção e divulgação de intercâmbios culturais e religiosos.

Por sua vez, Castles (2005:114-117), destaca que de entre os diversos tipos de comunidades transnacionais incluem:

- *As comunidades transnacionais de negócios assentes na utilização de ligações étnicas transfronteiriças como recurso para a condução de negócios de diferentes tipos e dimensões. O pequeno negócio étnico baseado na transacção de produtos e serviços do país de origem no bairro étnico, e no envio de produtos do país de acolhimento e eventualmente capital, constitui um exemplo de transnacionalismo popular. A grande empresa multinacional que cria a sua cultura-empresarial transnacional e abandona a mentalidade do país sede ou de “quartel-general” constitui uma forma de transnacionalismo dos poderosos;*
- *As comunidades políticas transnacionais, baseadas na solidariedade entre membros da mesma etnia em dois ou mais países, normalmente com intuito de provocar transformações no país de origem, mas, por vezes, para melhorar também a situação do grupo nos países de acolhimento (...);*
- *As comunidades culturais transnacionais que procuram manter herança e a língua do seu país de origem entre o grupo de imigrantes que se fixou no país de acolhimento (...) muitas vezes procuram também o reconhecimento, por parte da autoridade do seu país de origem, de que a diáspora constitui parte da nação (...);*
- *As comunidades sociais transnacionais. Estas existem em situações em que a transmigração se torna parte integrante da vida normal das pessoas de um determinado local; quando existe por exemplo, migrações transfronteiriça regular de uma aldeia ou cidade de origem para um destino específico (...).*

Nesta consonância, Castles, descreve que as comunidades transnacionais podem ser definidas como *“grupos baseados em dois ou mais países, envolvidos em actividades transfronteiriças significativas, recorrentes e duradouras, que podem ser de natureza económica, política, social ou cultural”* (Castles:2005:80). Por sua vez, Vertovec, define comunidades transnacionais, como *“(...) dense networks across political borders created by immigrants in their quest for economic advancement and social recognition. Through these networks, an increasing number of people are able to live dual lives. Participants are often bilingual, move easily between different cultures, frequently maintain homes in two countries, and pursue economic, political and cultural interests that require their presence in both”* (Vertovec, 2002:4).

O termo transmigrante é utilizado para identificar pessoas cuja existência é moldada através da participação em comunidades transnacionais estribadas na imigração. Castles (2005:81), sustenta que *“as pessoas que vivem as suas vidas cruzando fronteiras, desenvolvendo redes sociais, familiares, políticas, económicas e religiosas que as incorporam em dois ou mais Estados podem ser considerados como transmigrantes”*.

Ao analisar a realidade imigratória actual, Kastoryano (2005:147-148), constata que a emergência de comunidades transnacionais é um *“fenómeno global”*; incrementado pelo aumento da mobilidade e o desenvolvimento da comunicação, como vimos, contribuíram para intensificar essas relações transfronteiras através de redes construídas e de comunidades organizadas. Neste sentido, a autora defende que a institucionalização de uma comunidade transnacional, demanda uma *“coordenação de actividades baseadas, sobretudo em referências comuns – objectivas ou subjectivas – e interesses comuns entre os membros, uma coordenação de recursos, informações e locais de força social do outro lado das fronteiras nacionais, desenhada para atingir fins políticos, culturais, económicos, tecnológicos e sociais”*.

No que concerne à emergência transnacional da comunidade imigrante no contexto da União Europeia, a mesma autora, justifica que essa emergência está associada a várias e complexas interações entre os Estados e as identidades colectivas expressas pelos imigrantes, ou por qualquer tipo de grupo de interesses que tende demarcar a sua independência em relação ao Estado, salientando porém, que os intervenientes transnacionais, como por exemplo, os líderes das associações de voluntariado, as pessoas de negócios ou os activistas, desenvolvem estratégias para além dos Estados-

nações, expressando sua solidariedade através de redes transnacionais, baseadas numa identidade ou num interesse comum, muitas vezes em ambos. Não obstante, Kastoryano (2005), salienta que algumas dessas redes transnacionais baseiam-se em *“iniciativas locais, algumas provêm do país de origem e outras são incentivadas por instituições supranacionais, particularmente pelo Parlamento Europeu, que se encontra, pela sua essência, no cerne da legitimidade e da democracia europeia (...) mas todas elas ajudam os activistas a desenvolverem estratégias políticas e formas de mobilização para além dos Estados”* (Kastoryano, 2005:149).

Na sua análise sobre *Transnationalization in Internalizational Migration: Implications for the Study of Citizenship and Culture*, Thomas Faist (1999: 2-3), distingue a multiplicidade de envolvimento que os transmigrantes mantêm na sociedade de origem e na anfitriã, separando as situações em que ocorrem contactos esporádicos e ocasionais entre imigrantes *“relativamente imóveis”* e os seus países de origem e as relações estabelecidas através de correntes e redes formais e informais, mais ou menos densas e duradouras. Neste sentido, o autor caracteriza aquilo a que chama *“espaços transnacionais”* como espaços que têm uma grande densidade de laços a diversos níveis, nomeadamente formais (institucionais) e informais. Por conseguinte, o mesmo autor divide estes espaços em três tipos: grupos transnacionais familiares, circuitos transnacionais e comunidades transnacionais (Faist, 1999:7-8).

- Grupos transnacionais familiares caracterizam-se por reciprocidade, sobretudo nas primeiras gerações de imigrantes. Faist (1999:8), advoga que *“(...) reciprocity can be seen, for example, in remitters sending back money to members of his or her kinship group in the country of origin (...)”*.
- Por sua vez, os *circuitos transnacionais* caracterizam-se, por *“(...) a constant circulation of goods, people, and information transversing the borders of sending and receiving states along the principle of Exchange viz. Instrumental reciprocity (...)”* (Faist, 1999:9).
- Por último, o autor salienta que as comunidades transnacionais caracterizam situações *“(...) which international movers and stayers are connected by dense and strong social and symbolic ties over time and across space to patterns of networks and circuits in two countries – based upon solidarity (...)”* (Faist, 1999:9).

Autores como, Portes (1999), Faist (1999), Vertovec (2002) e Castles (1998, 2005), são unânimes ao defenderem o papel dos processos tecnológicos – facilitadores dos meios de comunicação e de transporte no desenvolvimento e crescimento da importância das comunidades transnacionais, nomeadamente, na manutenção de relações entre os diversos países em que as mesmas se encontram localizadas. Todavia ambos autores, estão de acordo que o florescimento dessa transnacionalidade, cuja identidade não se funda na ligação a um território específico, constitui um grande desafio às ideias tradicionais de pertença ao Estado-Nação. No ponto a seguir, serão analisadas algumas consequências deste fenómeno.

### **2. 3.2 - EFEITOS DE TRANSNACIONALIDADE DAS COMUNIDADES MIGRANTES**

Como sublinham Portes (2004: 77-78) e Castles (2005:88), os efeitos da transnacionalidade das comunidades migrantes podem variar consideravelmente segundo o contexto político e social, tanto nos países de origem como nos de acolhimento.

Ao analisar os efeitos das acções transnacionais realizadas por imigrantes, Portes (2004:77), conclui que esses efeitos resultam num processo de significativo impacto económico e social para as comunidades e para o próprio país de origem em causa. O autor realça, “ (...) *se numa perspectiva individual, o acto de enviar remessas, de comprar uma casa na terra natal, ou de até aí viajar de vez em quando, acarreta consequências meramente pessoais, no cômputo geral esses actos podem alterar a fortuna e a cultura dessas terras e, inclusivamente, dos países a que estas permanecem. Estas acções e outras semelhantes, multiplicadas milhares de vezes, traduzem-se num fluxo monetário possível de se tornar uma fonte primacial de moeda estrangeira para os países da emigração, em investimentos que sustentam a industria da construção nessas nações, e em novas práticas culturais que vêm alterar radicalmente os sistemas de valores e do quotidiano de vastas regiões (...)*” (Portes, 2004:77).

Esses eminentes benefícios económicos, políticos e culturais levam, como afirma Castles (2005:88), os governos dos países de emigração a “*procurar laços entre os seus expatriados à sua terra natal*”. O autor exemplifica a China e Filipinas como países paradigmáticos dessa afirmação.

Segundo Castles (2005: 88-89), *os países de imigração* influenciam também a formação de comunidades transnacionais de imigrantes de diversas formas, tanto negativas como positivas. As práticas de exclusão ou de discriminação contra os imigrantes podem impedir a integração e encorajar as orientações no sentido da terra natal. Nestes casos, poderão surgir *comunidades de enclave* com as suas próprias *infra-estruturas económicas, culturais e políticas*. Quando os imigrantes são vítimas de marginalização ou de racismo, a melhor hipótese de serem bem sucedidos, reside na mobilização das solidariedades comunitárias e dos laços transnacionais – uma espécie de “*etnicidade reactiva*”.

Por conseguinte, atitudes mais positivas por parte dos países de imigração podem, igualmente, encorajar a transnacionalidade das comunidades imigrantes. As políticas públicas que admitem o princípio da manutenção da língua e da cultura conduzem a ligações transnacionais. Por outro lado, as políticas anti-discriminatórias facilitam o sucesso da inserção dos imigrantes na sociedade de acolhimento.

O transnacionalismo imigrante pode ameaçar o princípio da soberania territorial ao criando ligações transfronteiriças duráveis, identidades múltiplas e lealdades divididas. Castles (2005), salienta que uma das consequências óbvias do surgimento do transnacionalismo é o fim do sonho nacionalista de uma nação homogénea:

*“O que os nacionalistas do século XIX desejavam era um espaço para cada raça, uma territorialização de cada identidade social. Em vez disso viram-se confrontados com uma cadeia de cidades cosmopolitas e uma crescente proliferação de identidades subnacionais e transnacionais que não podem ser subsumidas no sistema de Estados-nação”* (Castles, 2005:118).

O autor frisa porém, que o crescimento das comunidades transnacionais de migrantes, implica a redefinição dos próprios conteúdos da cidadania<sup>8</sup>. Pode ser necessário estabelecer formas diferenciadas de pertença aos Estados, de modo a reconhecer os diferentes tipos de relações que os transmigrantes possuem com os diferentes Estados, com os quais se encontram envolvidos – como a consagração de direitos políticos num local, de direitos económicos noutra e de direitos culturais num terceiro.

---

<sup>8</sup> Para Castles (2005), uma teoria de cidadania num mundo globalizado deverá assentar na separação entre nação e Estado. O autor salienta porém que, a Cidadania não deve ser associada à nacionalidade (à ideia de um povo com características culturais comuns) mas deverá constituir-se como uma comunidade política sem qualquer ligação a uma identidade comum.

Na sua análise sobre *“Participação e Cidadania Transnacionais: Os imigrantes na União Europeia”*, Riva Kastoryano (2005), questiona as implicações da transnacionalidade das comunidades imigrantes na identidade e na cidadania europeia. A autora afirma que a construção da União Europeia passa por uma comunidade política europeia plural, onde caibam não só os Estados e as Nações da Europa, mas também os seus imigrantes. Salientou porém que a *“participação política crescente dos imigrantes através de associações de voluntariado contribui para a formação de uma identidade de cidadão no país de residência (...) esta identidade foi moldada em relação às instituições nacionais que criaram uma identificação com a comunidade política através de uma acção colectiva (...) a nível europeu “a identidade de cidadão” está a ser moldada em relação às instituições supranacionais, o que contribui para fazer da Europa o bem público e origina uma nova identificação política para os indivíduos envolvidos na mobilização transnacional (...)”* (Kastoryano, 2005:157-158).

Estas afirmações ilustram a importância da diversidade cultural na construção da União Europeia e vão ao encontro daquilo que Yasemin Soysal (1994), define como *“pós-nacional”*, isto é, a criação de normas internacionais que digam respeito à *residência* ou à pessoa humana, em vez da cidadania legal.

Estas teses estão também evidentes na abordagem de Vermeulen (2001:35), que ao citando autores, como Featherstone e Lash, sublinha que *“a globalização que coloca em crise os Estados-nação e a pós-modernidade traz o esbatimento de fronteiras e de todos os cruzamentos e misturas, gerando hibridação, criouliização e pastiche (...) o Estado-nação é alvo de ameaças tanto do exterior como do interior; do exterior, através da génese de identidades e de associações políticas supra-nacionais; do interior, através do aparecimento de novas identidades”*. O autor esboça também, que ao nível da tolerância se verifica este efeito paradoxal, com as duas evidências: *“a crescente tolerância à diferença, a maior possibilidade de escolha e a hibridação das identidades mas também as reacções étnicas e nacionalistas que estremam a diferença”*.

Consequentemente, é possível que este processo conduza a um repensar dos modos de incorporação dos imigrantes nas sociedades de acolhimento, que como veremos a seguir emana múltiplas facetas.

## **2.4 - OS IMIGRANTES NA SOCIEDADE RECEPTORA**

*“Somos todos anjos de uma só asa,  
e só poderemos voar se abraçarmos uns aos outros”*  
Luciano de Crecenzo

*“Tudo vale a pena se a alma não é pequena”*  
Fernando Pessoa

Nos pontos anteriores deste capítulo, foram dedicados à descrição dos fundamentos teóricos e conceptuais dos vários modos de encarar e explicar os movimentos migratórios, bem como à problemática do transnacionalismo das comunidades imigradas. Nesta secção, vamos abordar as formas como os migrantes são aceites pelas sociedades de acolhimento. Deste modo, começaremos por analisar a problemática da integração dos imigrantes na sociedade receptora, dando particular ênfase às modalidades assentes em teorias de assimilação, etnicidade e pluralismo cultural / multiculturalismo.

### **2.4.1 - INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS IMIGRANTES**

Demetrios Papademetriou (2003) (cit. in Fonseca, 2004:108), define integração como *“processo de interacção, ajustamento e adaptação mútua entre imigrantes e a sociedade de acolhimento, pelo qual ao longo do tempo, as comunidades recém-chegadas e a população dos territórios de chegada formam um todo integrado”*. Na mesma linha de pensamento, Rinus Pennix (2003) (cit. in Fonseca, 2004:108), considera a integração como *“processo de aceitação dos imigrantes pela sociedade receptora, como indivíduos e como grupos”*. Ambos os autores enfatizam a diversidade de intervenientes no processo de integração: imigrantes, governos, instituições e comunidades locais.

Partindo destes moldes, Fonseca (2004:108), realça que a integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento é um processo complexo e multifacetado em permanente mudança, resultante de influências bastante diversas ao nível da macro-estrutura económica, social, política e institucional dos países do destino, no momento da migração e das especificidades dos contextos locais dos territórios onde se fixam.

De facto, ao chegar o novo país, o indivíduo faz um percurso que se inicia com a sua “acomodação” ao meio físico e que implica a habituação ao clima, ao espaço, ao novo habitat, mas também a *adaptação*<sup>9</sup> ao novo ritmo de vida e tempo.

Neste sentido, Emmanuel Abou (1981:83), considera que a *integração* diz respeito à inserção nas estruturas económicas, sociais e políticas do país receptor e pode ser mais ou menos “*perfeita*” de acordo com uma combinação de variáveis que dizem respeito às estratégias do indivíduo, às condições materiais, bem como ao dinamismo da sociedade receptora e às políticas adoptadas com esse objectivo.

Por sua vez, Cashmore (1996:172-173), acentua que a *integração* só existe quando há uma situação na qual os diferentes grupos, mantendo a sua especificidade, participam em pé de igualdade, nos processos essenciais da produção, distribuição e de governo. A *integração*, na sua concepção, implica a igualdade de oportunidades e diversidade cultural numa atmosfera de respeito mútuo, mantendo ou fortalecendo as diferenças dos grupos. Portanto, para o autor a *integração* requer a participação activa dos vários grupos e uma concordância quanto aos métodos adequados de distribuição de poder, privilégios, direitos, recursos e serviços sem comprometer a diversidade cultural.

Por seu turno, Pena Pires (2003:13), descreve que o termo *integração* é correntemente usado na literatura sociológica para designar, no plano micro, o modo como os actores são incorporados num espaço social comum, e, no plano macro, o modo como são compatibilizados diferentes subsistemas sociais.

Partindo desta esteira, o autor define o conceito, postulando-o, quer no plano social, quer no plano sistémico. Remetendo-nos para a distinção entre a *integração social* e *integração sistémica*, relacionando a primeira com “*as relações entre actores*” e a segunda com as “*articulações entre os subsistemas institucionais de uma qualquer ordem social*” (Pena Pires, 2003:47).

---

<sup>9</sup> Rocha-Trindade (1995:358), descreve que a *adaptação* é “um fenómeno multidimensional que compreende aspectos tais como a satisfação, a aculturação linguística, o tipo de desempenho económico, a *integração social* e a *identidade cultural*. Neste sentido, a *adaptação* pode ser definida operacionalmente como a *participação nos produtos, em termos económicos e sociais, e a utilização dos benefícios disponíveis (oportunidades de desenvolvimento, cultura, serviços sociais etc.) que contribuem para a integração dos indivíduos não autóctones num determinado espaço nacional. No caso particular da inserção dos imigrantes, o processo de adaptação é fortemente condicionado por múltiplos factores, tais como a idade, situação familiar, a instrução e qualificação profissional; ainda, a situação à entrada no país (legal ou clandestino); o enquadramento proporcionado por compatriotas e conterrâneos, e muitos outros factores.*

Nesta óptica, o autor sustenta que no caso da integração social é o “actor” e a “interacção” que estão em destaque, no caso da integração sistémica são os “domínios da institucionalização e da dominação” (Pena Pires, 1999:16).

A integração social, é entendida como “os modos de incorporação dos actores individuais em novos quadros de interacção, em consequência de episódios de mudança social e de deslocamentos intra-sistema de ordem (ciclos geracionais ou mobilidade social), ou inter-sistemas de ordem (migrações)” (Pena Pires, 1999:35).

Assim, os actores tomam parte nesses processos de forma activa e motivada, transportando consigo histórias variadas e, acima de tudo, “poderes desiguais”, que lhes condicionam a acção, na reprodução ou transformação dos “sistemas de regras sociais estruturadores da interacção (gramáticas sociais), de forma a reparametrizarem a sua inclusão na ordem interactiva”.

Na perspectiva de Pena Pires (1999), a “reparametrização” é uma característica geral da interacção e dos processos de socialização, embora seja de destacar nos momentos “momentos decisivos”, quando os “quadros da interacção são profundamente desrotinizados”. O autor sublinha que nesta circunstância, a “reparametrização” poderá ser “parcialmente induzida” pela intervenção da “acção estratégica de macroactores” que sejam capazes de traduzir os “problemas de integração social dos vários microactores num problema colectivo através de procedimentos de delegação e representação”. Nesta circunstância, haverá lugar à formação de grupos e também de “novas hierarquias (...) e as consequências dos processos de integração social poderão manifestar-se como acréscimos de variabilidade sistémica” (Pena Pires, 1999:35).

Neste contexto, o autor salienta que o problema da integração sistémica é o da “ (...) integração destes acréscimos de variabilidade, sempre que surjam situações de incoerência, incompatibilidade, ou disjunção sistémicas (...) essas situações envolvem incoerências sócio-culturais no plano simbólico, incompatibilidades funcionais no plano organizacional e disjunções entre aqueles dois planos” (Pena Pires, 2003:51).

Perotti (2003:49), advoga que integração implica a capacidade de permuta, numa posição de igualdade e de participação, de valores, normas e modelos de comportamento entre os grupos migrantes e a sociedade onde se inserem.

Na mesma linha do pensamento, Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000:21), definem a integração social como *“um processo gradual através do qual os sujeitos e os grupos migrantes se tornam participantes activos na vida económica, sindical, cívica, política, cultural e espiritual do país receptor, o que conduz ao exercício de cidadania”*.

Na década de cinquenta, Marshall (cit. in Dominique Schnapper (2000:139-140) e Beja Horta (2005:206-207), propõe três componentes distintas e sequenciais de cidadania. Componentes essas que configuram direitos conducentes à integração.

A primeira diz respeito à cidadania civil, de acentuado carácter jurídico, que faz com que cada cidadão seja, simultaneamente, detentor de deveres e de direitos, garantidos pelo Estado de Direito. Neste sentido, o indivíduo tem a liberdade individual; a liberdade de consciência e de expressão; a liberdade de circulação, etc. Tem, por outro lado, a obrigação de respeitar as leis da sociedade de que é membro, de contribuir para as despesas colectivas inerentes e para a sua defesa.

Uma segunda componente é a política, definida pelo exercício de direitos políticos, como ser informado, eleger e ser eleito. Cada cidadão tem, desta forma, direito a uma parte da soberania política da sua nação. São os cidadãos, constituídos enquanto colectividade política, que escolhem aqueles que os devem governar e que legitimam esse poder, na medida em que, nesta acepção, constituem a fonte do poder.

A terceira componente da cidadania é a social, definida pela preponderância de um conjunto de direitos económicos e sociais como o direito à protecção social, ao trabalho, à educação, à saúde. Esta componente não se relaciona com o direito de acesso ao poder, mas sim com o direito de aceder a uma parte dos recursos materiais e condições sociais de determinada colectividade social.

De facto, os alicerces da integração social estão directamente ligados ao exercício do direito de cidadania. Tradicionalmente, o conceito da cidadania dependia, exclusivamente, do conceito de nacionalidade, o que implicaria dizer que um indivíduo só beneficiará da condição de cidadão de um determinado país, caso possua a nacionalidade desse país.

Como refere Paulo Costa (2004:40-41), nos tempos presentes, esta visão tem vindo a perder o seu carácter tradicionalista e a ideia de cidadania<sup>10</sup> emancipa-se, progressivamente do conceito de nacionalidade. Começam, porém a surgir novos critérios (residência, direitos humanos etc.) para concepção de alguns direitos de cidadania aos não nacionais (migrantes).

Partindo dessa perspectiva, Yasemin Soysal (1994), aponta factores como: Processos de integração regional, globalização económica e desenvolvimento do Direito Internacional, especialmente dos Direitos Humanos, como elementos fundamentais para a compreensão da dinâmica da cidadania, que por sua vez acabam por fomentar a integração social dos imigrantes. Advogando que *“(...) the notion of human rights, as a codification of abstract concepts of personhood, has become a pervasive element of world culture. (...) Continual invocation of human rights establishes and advances universal contingencies and thus legitimates claims for rights and identities of “persons”, from within or without national limits”* (Soysal, 1994:7).

Assistimos a um decréscimo da importância do Estado Nacional e da nacionalidade, enquanto instrumentos para garantir os direitos de cidadania, dado que direitos que tradicionalmente pertenciam aos nacionais são agora tornados extensivos aos estrangeiros, com fundamento na personalidade humana e na existência de direitos humanos comuns a todos.

---

<sup>10</sup> Paulo Costa (2004:43-47), salienta que os debates sobre a cidadania se travam na actualidade, com várias posições que podem ser enquadradas em três correntes principais: o Liberalismo, o Comunitarismo e o Republicanismo Cívico, cujo ideias chaves são as seguintes:

- *O Liberalismo parte da ideia de que entre cidadãos vigora o princípio de igualdade, devendo ser lhes reconhecidos os direitos e deveres básicos que lhes permitem participar na sociedade. Assenta numa separação clara entre a esfera pública, ligada à participação nas instituições básicas da sociedade, e a esfera privada do indivíduo, na qual reside o conjunto de crenças e valores que o definem e o ligam a uma determinada cultura. A finalidade da comunidade é garantir a satisfação das necessidades básicas de segurança e liberdade dos indivíduos, sendo que estes são anteriores à comunidade e devem ter o máximo de liberdade que não coloque em causa a sobrevivência desta.*
- *O Comunitarismo defende que, para assegurar uma igual participação dos indivíduos na sociedade, as instituições públicas devem reconhecer e integrar as particularidades culturais dos vários grupos que a integram, pois sendo através destes que os indivíduos formam a sua identidade, as instituições não podem reflectir os valores e crenças apenas de um grupo, mas devem integrar, no seu seio, os valores e crenças de todos os grupos, facilitando a ligação dos indivíduos à comunidade e a sua coesão. O autor acrescenta ainda que o comunitarismo, por contrastes com o liberalismo, supõe a existência de um “bem comum” que vincula todos os membros da comunidade política, o qual não é definido a priori, mas o resultado da deliberação pública.*
- *No que refere ao Republicanismo Cívico, o princípio essencial é que as instituições tal como existem são o resultado da participação dos cidadãos na esfera pública, no exercício dos seus direitos, pelo que aquelas não terão um carácter abstracto, reflectindo antes os valores e crenças dos indivíduos tornados visíveis pela sua participação.*

No entanto, com o progressivo alargamento de direitos de cidadania aos estrangeiros, Yasemin Soysal (1994:130-131), alerta-nos para o facto da concessão de direitos aos imigrantes subverter o modelo sequencial de concessão de cidadania de Marshall, onde cada tipo de direito é um pré-requisito para a concessão dos outros. Ou seja, como vimos, em primeiro lugar, teriam sido concedidos os direitos civis, depois os direitos políticos e, finalmente, os direitos sociais. Aos imigrantes foram concedidos, em primeiro lugar, os direitos sociais e os direitos civis e, só recentemente, que se começou a discutir a concessão dos direitos políticos. Como descreve Soysal (1994:131), “(...) *economic and social rights were the first ones to be fully granted to migrant workers in host countries (...) political rights became part of the agenda much later*”.

Na verdade, o alargamento dos princípios da cidadania tem desempenhado um papel fundamental na estruturação das sociedades democráticas modernas. Através dela e das suas componentes, todos os indivíduos enquanto cidadãos, têm procurado alcançar a coesão social.

## **2.4.2 - MODALIDADES DE INTEGRAÇÃO**

### **2.4.2.1 - TEORIA ASSIMILACIONISTA**

As primeiras teorias acerca da integração dos imigrantes na sociedade receptora tiveram origem nos Estados Unidos de América, marcados pelo nacionalismo<sup>11</sup> e pela afirmação da identidade do povo americano. Essas teorias tinham a *assimilação*<sup>12</sup> como o paradigma ideal para a integração dos imigrantes, o que significaria que os imigrantes teriam que abandonar os seus costumes, passando a pautar o seu comportamento pelos valores e normas da sociedade receptora.

Uma abordagem deste tipo exige que os imigrantes mudem a sua linguagem, forma de vestir, estilo de vida e a sua cultura, para que possam integrar na nova ordem social.

---

<sup>11</sup> *Emergiu na Europa nos finais do século XIX e no início do século XX. É uma doutrina filosófica que exalta os valores da própria nação e que implica desprezo pelas demais nações. O nacionalismo degenera por vezes em xenofobia ou aversão aos estrangeiros, sobretudo aos que vivem no próprio país.*

<sup>12</sup> *Rocha-Trindade (1995,359), define assimilação como “aceitação de um grupo minoritário por parte da população majoritária, em que o grupo adopta as normas e os valores da cultura dominante. Processo através do qual os grupos minoritários são absorvidos ou incorporados no sistema socio-cultural do grupo majoritário.*

Neste modelo, a integração traduz-se num processo social conducente à eliminação das barreiras culturais entre as minorias étnicas e a maioria, através do qual os indivíduos pertencentes a minorias étnicas adquirem traços culturais do grupo dominante.

Poutignat (1995:73), considera que as teorias assimilacionistas são subsidiárias do postulado da tendência para o “*universalismo e estandardização dos modos de vida e dos comportamentos que caracterizam as sociedades industriais*, pautando-se pela anulação das diferenças de carácter cultural e consequentemente dos comportamentos.

Segundo Milton Gordon (1964) (cit. in Rocha-Trindade, 1995:252), esta política de “*americanização*” implementou-se em duas fases. A primeira foi designada por “*anglo-conformity*”, na qual tinha por fim levar os grupos minoritários a adoptar, voluntária ou coercivamente a cultura maioritária, através de práticas conducentes à eliminação das características culturais que distinguem as minorias do grupo dominante. Neste período, a corrente imigratória fazia-se fundamentalmente da Europa e o grupo dominante era anglo-saxónico, pelo que os imigrantes, embora europeus, mas das regiões de Leste e Sul, teriam que se submeter às práticas dominantes do grupo anglo-saxónico, considerando superior.

A segunda fase, que se designou por “*melting-pot*”, postulava também, a assimilação dos diferentes grupos na sociedade americana, dissolvendo-se numa amálgama que teria como resultado o “*americano ideal*”. Todavia a distância cultural, étnica e racial em relação à sociedade receptora tinha-se acentuado em resultado de fluxos provenientes de outros continentes que não a Europa. Os negros, por exemplo, apesar de viverem a longos séculos nos Estados Unidos de América e estarem assimilados em termos culturais, sempre foram objecto de segregação, situação que ainda hoje se mantém.

Como afirma Emmanuel Todd (1994: 89), “*em 1990, 80% dos negros americanos fizeram estudos secundários, mas continua a segregação matrimonial e residencial, a aparência física é inultrapassável*”.

É à Escola de Chicago (1920-1930), que se deve a teoria de assimilação, ou seja, mais especificamente a dos seus representantes, Robert Park; E.W. Burgess, William Thomas e Florian Znaniecki que com os estudos empíricos: *Os Polacos fixados na periferia de Chicago* – “*The Polish Peasant in Europe and America*”, levados a cabo em 1918,

concluíram que apesar das condições miseráveis dos recém-chegados nos Estados Unidos e dos conflitos entre diferentes culturas, a assimilação iria ser o resultado final de interacções entre os imigrantes e a sociedade anfitriã (Beaud, 1991; Coulon, 1995; Rocha-Trindade, 1995; Malheiros, 1996; Pena Pires, 2003).

Como descreve Rocha-Trindade (1995:98), a Escola de Chicago foi determinante para a construção de uma visão alternativa acerca da interacção entre diferentes grupos, nomeadamente para a perspectiva *interaccionista*<sup>13</sup>, ao sublinhar a importância dos aspectos simbólicos e subjectivos do relacionamento interétnico.

Nos seus estudos dos fenómenos ligados à imigração, Willian Thomas e Florian Znaniecki (cit. in Coulon, 1995:33), deram as suas principais contribuições ao nível dos conceitos da “desorganização” e “reorganização” que tinham a ver com a integração do indivíduo na família e na sociedade.

A desorganização, segundo eles, tem lugar em consequência de uma mudança muito rápida. Daí que para eles a imigração é “*um indício do estado de desorganização da sociedade*” (Coulon, 1995:35).

A reorganização implica a integração na sociedade receptora, o que não significa obrigatoriamente a assimilação. Segundo Willian Thomas (cit. in Coulon: 1995:39), a assimilação “*exige a construção, inevitável e desejável de uma memória comum ao nativo e ao imigrante*”. Segundo ele, partindo duma “*não pertença*” até à “*pertença plena*”, os imigrantes ver-se-iam dissolvidos na sociedade receptora, à custa da anulação dos seu valores, das suas visões do mundo e da sua cultura. Na sua opinião, os indivíduos devem emancipar-se das “*uniformidades culturais*” do grupo a que pertencem, para poderem aprender a língua, a história, aceitar os valores e ideias da nova sociedade. A escola será, assim, a mais importante instância socializadora.

Neste contexto, Robert Park e E.W.Burgess desenvolveram também, a teoria denominada *Race Relations Cycle*, que, por sua vez, parte da premissa que a “*(...) vida social é determinada, tanto pela competição como pela acomodação*” (Rocha-Trindade, 1995:96). Segundo Park, o abandono dos padrões culturais próprios a favor dos da sociedade receptora, torna-se a única forma possível de equilibrar as diferenciações sociais

<sup>13</sup> Segundo os *interaccionistas*, o significado dos factos sociais, bem como pertença a grupos raciais, são influenciados pelo contexto situacional em que decorrem as interacções (Rocha-Trindade, 1995:98).

existentes que ditavam os desiguais estatutos sociais. As diferenças registadas dentro do mesmo grupo, eram fundamentadas pelo decurso de tempo. Como é frisado por Rocha-Trindade (1995:96-97), nesta situação, o processo de interacção social passaria por uma fase de competição e conflito (emprego, habitação e espaço), seguido de uma acomodação (língua, costume e valores), culminando com a adaptação dos padrões sociais da maioria (assimilação).

Mais tarde, nos anos 30, William Brown (cit. in Coulon, 1995:52), apresenta uma visão oposta a do Park, no que concerne ao conflito. Na sua opinião, o conflito marca todas as fases do ciclo de relações entre as várias comunidades, considerando ainda que, por exemplo, *“nunca poderia haver uma assimilação completa da comunidade negra, sempre inferiorizada pela cultura e a ordem social brancas”*. A rejeição permanentemente ergue uma fronteira de separação em relação ao outro.

Dentro dessa esteira, Franklin Frazier (cit. in Coulon, 1995:54-55), considera que o ciclo não se encerra com a assimilação e pode nunca ter lugar. O autor exemplifica que os asiáticos e os negros nunca foram assimilados à sociedade americana. Na sua opinião, *“a adaptação limita, mas não elimina completamente o conflito”*. Neste sentido, Frazier estabelece a distinção entre *aculturação* e *assimilação*. Na sua óptica, no caso da aculturação, *“o indivíduo adquire a cultura do grupo”*, mas em relação aos negros essa cultura será *“freada pela discriminação e a segregação”*. Já a assimilação, engloba a aculturação, mas vai mais além, implicando a *“completa identificação do indivíduo ao grupo”*.

O citado autor, faz também a distinção entre *“assimilação cultural”* e *“assimilação social”*. Segundo ele, no caso dos negros, por exemplo, apenas tem lugar a assimilação cultural. A assimilação social não chega a ter lugar em resultado da rejeição a que este grupo está votado, e também pelo facto de subsistirem inúmeras barreiras sociais, uma vez, que estes não tinham os *“mesmos direitos políticos e sociais, a sua assimilação (...) passa por uma luta contra a discriminação racial e pela igualdade de direitos”*. Na sua concepção, existe ainda uma outra etapa - *“o amálgama”, estado supremo duma população que se assimilou, que portanto, se diluiu na outra cultura, anulando as suas especificidades, sendo totalmente absorvida por ela.*

Todavia, o modelo assimilacionista não conseguiu resolver o problema de integração de grande número de imigrantes. Como refere Rocha-Trindade (1995: 99), ao longo dos anos 60 e 70 “ (...) o direito à educação, à saúde, à habitação e ao trabalho não era acessível a todos os estratos da população; os níveis de rendimento, a esperança de vida e o nível de instrução variavam significativamente de grupo para grupo”.

A autora salienta ainda que ao longo desses anos, foi possível constatar que “muitos grupos de imigrantes (descendentes da segunda geração e terceira geração) não só não se poderiam considerar assimilados como, ao invés, manifestavam interesse em recuperar as tradições e normas culturais dos seus antepassados”. O facto de comunidades migrantes, embora adaptadas e aculturadas, continuassem a alimentar uma herança cultural própria, levou a constatação de que as políticas de assimilação teriam de ser revistas. Nesta consonância, a teoria assimilacionista foi posta em causa pela teoria baseada na Etnicidade.

#### **2.4.2.2 - TEORIA BASEADA NA ETNICIDADE**

A teoria baseada na etnicidade surgiu, sobretudo, como uma estratégia de combate ao modelo assimilacionista. Traduz objectivos específicos que se prendem, por exemplo, com alcance de uma maior participação nas estruturas da sociedade de acolhimento, isto é, a teoria baseada na etnicidade parte do pressuposto de fomentar a coesão e a segurança interna do grupo, mantendo um sentido de pertença entre os seus membros. Esta teoria põe em saliência determinados problemas ou determinadas dificuldades que o grupo étnico esteja a vivenciar (racismo, discriminação laboral, marginalização social etc.).

Na sua obra “*Assimilation in American Life*”, Milton Gordon (1964) (cit. in Rocha-Trindade, 1995:99) vem chamar a atenção para a complexidade da teoria assimilacionista, ao distinguir o processo de *assimilação cultural* de *assimilação estrutural*. Afirmando que a *assimilação cultural* traduz-se na “ forma como as minorias étnicas adquiriam as maneiras, modos de agir, de vestir e de comunicar (língua e linguagem utilizada), bem como todas as outras normas de interacção quotidiana”. Quanto à *assimilação estrutural*, o autor afirma que esta traduz “o grau de acesso das minorias étnicas às principais instituições sociais, especialmente ao nível dos grupos primários” (Rocha-Trindade, 1995:99).

Para além das premissas apontadas, Gordon (cit. in Rocha-Trindade, 1995:99), identifica factores tais como: o grau de assimilação por intermédio do casamento, o grau de identificação com a cultura americana, a ausência de preconceitos raciais, o grau de discriminação das minorias pelos grupos dominantes e a existência de conflitos e valores e de poder entre os vários grupos étnicos que também influenciavam e permitiam avaliar a assimilação dos grupos na sociedade global.

Como resultado destes acontecimentos, vários autores passam a dar a relevância à emergência de fenómenos ligados à pertença étnica, considerando-os determinantes para a organização do tecido social.

Na monumental obra *“Beyond the Melting Pot”*, Glazer e Moynihan (cit. in Rocha-Trindade, 1995:100), entendem a etnicidade como um factor essencial no aparecimento de uma nova cultura – *“cultura emergente”*, resultante da interacção entre diferentes grupos num mesmo contexto social. Defendendo, assim, que o contacto entre culturas diversificadas provocaria uma alteração nas normas e valores originais, produzindo mudanças sociais e culturais ao nível da sociedade global. Assim, um italiano torna-se um italo-americano, um alemão um germano-americano (Rocha-Trindade, 1995:100). Nestes termos, a cultura americana seria o produto dessa *cultura emergente*.

A teoria produzida acerca da etnicidade é diversificada e abarca uma série de perspectivas que, por um lado, considera os fenómenos étnicos como decorrentes de factores intrínsecos, isto é, como algo que é interiorizado e inato; por outro lado, entende esses fenómenos como o resultado de factores exteriores ao indivíduo, conferindo às situações sociais um valor explicativo dos comportamentos étnicos.

Hans Vermeulen (2001:20), faz a distinção entre duas perspectivas de etnicidade: a perspectiva *primordialista* e a perspectiva *situacional*. Na primeira perspectiva que é também referida como *adscritiva* *“(...) as relações étnicas são mantidas apenas na medida em que as tradições culturais também forem preservadas (...) os membros de um grupo étnico se vêem a si próprios de um modo diferente”*.

Esta perspectiva, considera a etnicidade e os comportamentos étnicos como aspectos essenciais da natureza humana. A necessidade de haver uma filiação étnica é vista como biológica e assenta em afinidades e lealdades primordiais, tais como a existência de uma

língua e de uma história comum, de uma herança cultural ou de uma religião partilhadas pelos membros de um grupo.

A perspectiva *situacional* que o autor chama também de abordagem *circunstancial* ou *interaccionista*, pelo contrário, parte do “*pressuposto de que as pessoas se vêem como “diferentes” através do contacto com os outros, dependendo das circunstâncias*” (Vermeulen, 2001:20).

Esta teoria emana um carácter dinâmico da cultura. Isto é, o grupo étnico é considerado como uma realidade social construída, fruto das práticas sociais dos actores que utilizam esta forma de diferenciação em função das circunstâncias ou do contexto social.

Estas perspectivas vão ao encontro do trabalho desenvolvido por Fernando Luís Machado (2002) que analisou a etnicidade como um conceito abrangente, incluindo não apenas as diferenças raciais, mas também outros aspectos tais como traços culturais, religião ou modos de vida. Neste sentido, o autor define a etnicidade como “*a relevância que, em certas condições, assume, nos planos social, cultural e político, a pertença a populações étnica ou racialmente diferenciadas. Essa pertença traduz-se e é veiculada por traços como língua, religião, origem nacional, composição social, padrões de sociabilidade, especificidades económicas e outros, traços que se sobrepõem, em maior ou menor número, na distintividade de cada grupo particular*” (Machado, 2002:29).

Nesta acepção, os grupos étnicos ou imigrantes deixam de ser apenas ou sobretudo agentes económicos para passarem a desempenhar o papel de actores sociais, estabelecendo redes sociais alargadas. Assim sendo, podemos afirmar que a teoria baseada na etnicidade está intimamente ligada às reivindicações de reconhecimento de uma identidade específica face ao contexto envolvente. Esta tese tem alguma saliência nas teorias baseadas no pluralismo cultural / multiculturalismo, que aliás, analisaremos a seguir.

### 2.4.2.3 - TEORIA BASEADA NO PLURALISMO CULTURAL / MULTICULTURALISMO

Assentes no padrão da sociedade plural e heterogénea, as teorias baseadas no pluralismo cultural<sup>14</sup> / multiculturalismo visam o reconhecimento das diferenças e a tolerância pela diversidade dos grupos étnicos que integram na sociedade. Trata-se, de uma forma de conservação das identidades e das diversidades socio-culturais, em que “maioria” e “minoría” encontram formas de acomodação mútuas, face às diferenças dos indivíduos e dos grupos que as constituem. Como descreve Giddens (2004:258), “ (...) *uma abordagem pluralista considera os grupos étnicos minoritários como iguais na sociedade, o que significa que estes desfrutam dos mesmos direitos da maioria da população (...) as diferenças étnicas são respeitadas e celebradas enquanto componentes vitais da vida*”.

Esta questão de reconhecimento tornou-se célebre na obra – *Multiculturalismo: Examinando a Política de Reconhecimento* de Charles Taylor (1994). Segundo o autor, a construção da nossa identidade passa necessariamente pelo reconhecimento das nossas singularidades por parte dos outros. Sem esse reconhecimento, grande parcela de indivíduos que não partilham a cultura dominante das nossas sociedades ficarão à margem da realização plena da cidadania, mesmo que tenham acesso a uma política de redistribuição. É aí que reside a justificação da acção dos movimentos sociais, por exemplo, associativismo migrante que procuram o reconhecimento das suas identidades culturais.

Neste contexto, Rocha-Trindade (1995:253), descreve que o pluralismo deve, no entanto, ser observado em dois domínios: *cultural* e *estrutural*. No primeiro domínio, os grupos mantêm algumas das suas características próprias, como por exemplo, os valores, religião, crenças e estilos de vida, partilhando outras com a sociedade onde se inserem. Relativamente ao domínio estrutural, a autora refere que neste caso, os grupos têm e podem organizar nas suas próprias instituições e estruturas (igrejas, sindicatos, associações, etc.) partilhando, todavia, outras com a sociedade em geral (língua, sistema jurídico, moeda, etc.).

---

<sup>14</sup> Na acepção de Rocha-Trindade (1995:375), o pluralismo cultural é “padrão de relações sociais múltiplas em que vários grupos étnicos e socialmente distintos partilham instituições comuns numa dada sociedade. Cada grupo tende a manter as suas características étnicas através da perpetuação da cultura de origem, alimentando as relações sociais primárias ao nível restrito dos membros que o integram (...) existe a participação do grupo na estrutura da sociedade onde se insere”.

A autora acrescenta ainda que, as sociedades organizadas segundo este modelo são metaforicamente ilustradas como *mosaicos*<sup>15</sup>, já que constituem entidades unas, mas compostas por diferentes elementos, distintos e separados entre si.

Nesta perspectiva, as sociedades onde as diversidades são valorizadas e mantidas, quer pelos grupos, quer pelas instituições governamentais são denominadas sociedades multiculturais. Nestes moldes, baseando no estudo de Berry, Félix Neto (1993:67), faz a distinção entre sociedade multicultural e sociedade pluralista, descrevendo, porém, que *“uma sociedade multicultural é uma sociedade pluralista em que o pluralismo é valorizado (pela população, pelos diversos grupos culturais e pela política governamental) e em que a diversidade é susceptível de se manter (...) uma sociedade multicultural é aquela em que a integração é geralmente o modo aceite de tratar com a diversidade cultural”*. O autor acrescenta que ao contrário da sociedade multicultural, *“numa sociedade pluralista que não é multicultural há tentativas para homogeneizar a população (via assimilação), para a dividir (via separação) ou para a segmentar (via marginalização ou segregação)”*.

Partindo dessa esteira, Rocha-Trindade (1995:249), advoga que o multiculturalismo avoca duas acepções, uma *descritiva* e outra *prescritiva*. Enquanto fenómeno social, a *acepção descritiva* enfatiza o carácter heterogéneo das sociedades, advindo da diversidade étnica das respectivas populações. Já na *acepção prescritiva*, o multiculturalismo refere-se a *“um conjunto de medidas legislativas e de acções pragmáticas que tem por fim (alegado ou real) a integração dos diferentes grupos étnicos nas sociedades em que estão radicados”*. Assim sendo, pode designar-se por multiculturalismo *“um conjunto de políticas aplicadas em vários sectores da administração pública, nomeadamente no da educação, formação profissional, emprego e acção social, com o propósito de responder aos requisitos específicos das sociedades plurais”* (Rocha-Trindade, 1995:249).

Segundo a análise da autora, as acções, realizadas quer por instituições públicas quer por privadas, têm como objectivo combater a discriminação social, o etnocentrismo e o racismo, e, deste modo, promover a igualdade de oportunidades.

---

<sup>15</sup> Rocha-Trindade (1995:253), exemplificou o caso do Canadá como mosaico, dado que o tecido social canadiano sempre apresentou uma acentuada diversidade étnica. Embora a própria população autóctone integrasse vários grupos distintos, sob o ponto de vista linguístico e cultural, a principal causa dessa heterogeneidade encontra-se intimamente relacionada com a ocorrência de grandes afluxos populacionais.

John Rex (1988:70), sustenta que, só é possível assegurar a igualdade de oportunidades e simultaneamente a tolerância, no que diz respeito à diferença cultural, se tiverem em conta *duas esferas de vida diferentes*: uma do *domínio público*, outra do *domínio privado*, que condicionarão diferentes tipos de sociedades. A sociedade *“ideal”*, seria aquela que assegurasse a igualdade de oportunidades no domínio público e, no domínio privado, a diversidade cultural. Desta forma, seria possível aos indivíduos terem direitos iguais perante a lei, no âmbito jurídico, político, económico e social e, por outro lado, o direito à sua cultura, religião e língua, no domínio privado, da família e da sua comunidade étnica. Neste caso, segundo o autor, os cidadãos estariam *“incorporados”*, isto é, integrados na sociedade.

Por conseguinte, o autor sublinha que a questão que se coloca é a dificuldade da distinção destes dois domínios, dada a interdependência das várias actividades e da actuação das várias instituições. As instituições que constituem o domínio público são as do *“direito, da política e da economia”* que, em princípio, devem assegurar a *“incorporação”* na sociedade. No entanto, o Estado também intervém em assuntos que são considerados da esfera do domínio privado, ao nível social, o que pode chocar com as funções e valores da família.

Não obstante, Rex (1988: 192), salienta que a sociedade multicultural não pode ser *“nem um processo forçado de multiculturalidade nem um processo forçado de assimilação (...) o importante é criar um tipo de sociedade em que todos possam escolher a sua filiação cultural.”*

Ao recorrendo à análise multicultural de Castles (1994), Vermeulen (2001:211), descreve o modelo multicultural segundo os quatro pontos seguintes:

1. *A primeira prioridade é que os imigrantes se tornem cidadãos. Os imigrantes devem ser capazes de obter a nacionalidade do país onde se instalam de forma relativamente rápida e sem problemas. Nos países que seguem o modelo multicultural, os imigrantes podem naturalizar-se pouco tempo depois da sua chegada. Na Austrália, por exemplo, a naturalização pode ser requerida após dois anos de residência.*

2. *A obtenção de cidadania de pleno direito através da naturalização não garante, no entanto, a “cidadania substancial”, ou a igualdade real. Incumbe ao Governo anular a desigualdade real entre grupos étnico-culturais e combater as suas causas, incluindo o racismo.*
3. *Os imigrantes não se podem tornar em “cidadãos plenos”, a menos que o governo e a sociedade estejam dispostos a aceitar o direito à diferença cultural, não só dos indivíduos, como grupos. O tratamento diferencial de grupos com características e necessidades distintas e interesses culturais colectivos constitui, assim, elemento central do multiculturalismo.*
4. *As regras gerais que prevalecem numa sociedade são determinadas pelo grupo dominante, normalmente ainda antes da chegada dos imigrantes. Elas não são exteriores nem neutras à cultura, mas sim culturalmente específicas. Torna-se, assim, necessária a adaptação destas regras aos novos grupos.*

Desta forma, o autor argumenta que, o modelo multicultural não se refere exclusivamente à cultura. “ (...) a sua essência se encontra na atenção simultânea prestada à integração política; à integração ou emancipação socioeconómica e ao reconhecimento do princípio de igualdade entre culturas” (Vermeulen, 2001:213).

Contudo, a teoria de multiculturalismo não escapa às críticas! Na concepção de Machado (2002:15, 24), a teoria de multiculturalismo ignora vectores de *diferenciação estrutural* - factores como a classe social, o género, a religião que contribuem decisivamente para a configuração das estruturas sociais e das identidades e que com eles se articulam. Outra crítica, bastante saliente, reporta-se à hipervalorização da pertença de cada indivíduo a uma determinada comunidade pretensamente caracterizada por uma cultura “única” e específica, relativamente inalterável e ao facto de todos os processos de aculturação serem impostos pelas culturas dominantes (Machado, 2002:24).

Na perspectiva de Hans Vermeulen (2001:213), a teoria baseada no multiculturalismo é criticada, tendo em conta três aspectos: o primeiro aspecto, provém sobretudo, mas não exclusivamente, dos partidos da direita que assentam as suas ideologias na unidade nacional, cultura nacional e identidade nacional. Um segundo aspecto criticado é o facto

de as teorias de multiculturalismo requererem a “*divisão da população em grupos étnicos ou étnico-raciais*”. Segundo o autor, essas classificações exigem um certo grau de institucionalização, o que implica quase sempre algumas consequências negativas: estas classificações assumem vida própria e são difíceis de abolir, podendo mesmo contribuir para a criação de estereótipos e para estigmatização. E o terceiro aspecto refere-se à relação entre a cultura e a desigualdade socioeconómica, mesmo acreditando que a teoria baseada no multiculturalismo visa oficialmente combater a desigualdade socioeconómica entre os grupos étnicos, pode-se argumentar que, no que respeita à prática política, as questões culturais são por vezes mais acentuadas.

Para além das premissas apontadas, é visível notar que nos últimos anos a teoria baseada no multiculturalismo tem sido alvo de ataques por parte de investigadores, governos e a própria sociedade civil. A Holanda, por exemplo, até recentemente considerada como um país de virtudes na aplicação do modelo multicultural na sua sociedade, tem vindo a ser alvo de acontecimentos, tais como: o assassinato do líder da Liga Pym Fortuin em 2002 e, mais recentemente, o assassinato do realizador – Theo Van Gogh por parte de um cidadão holandês de origem marroquina, dias após a transmissão de um programa em que o Islão era severamente criticado e posto em cheque pelo realizador, o que por sua vez, tem vindo a colocar em causa as virtualidades do multiculturalismo no país.

## 2.5 - ASSOCIATIVISMO MIGRANTE E CAPITAL SOCIAL

*“Não há nada que a vontade humana desista de alcançar pela acção livre do poder colectivo dos indivíduos unidos numa adesão pública de um certo número de indivíduos a estas ou aquelas doutrinas ou interesses e no compromisso que assumem em contribuir de alguma forma para que elas prevaleçam”.*

Tocqueville, 2001

Como verificámos nas secções anteriores deste trabalho, o processo migratório constitui um acto de mudança a vários níveis, isto é, os constrangimentos inerentes à deslocação de pessoas para uma sociedade cujas normas sociais e padrões culturais lhes são praticamente desconhecidos, vão repercutir-se na forma como se organizam, quer a nível individual quer a nível grupal, as acções que integram o seu modo de viver no sentido de se relacionarem de forma “harmoniosa” com o meio envolvente.

Assim, o objectivo primacial desta secção é contextualizar teoricamente a problemática do associativismo migrante. Analisaremos os factores conducentes à emergência e persistência do associativismo migrante, bem como as funções e estratégias de intervenção que este opera junto da comunidade migrante<sup>16</sup> e da sociedade receptora. Analisaremos igualmente o conceito de capital social, aproximando-o ao contexto de associativismo migrante.

### 2.5.1 - A EMERGÊNCIA E PERSISTÊNCIA DO ASSOCIATIVISMO MIGRANTE

Carita e Rosendo (1993:136), definem o termo associação, como *“um grupo voluntário e organizado de indivíduos, formado para atingir e defender determinados interesses comuns”*. Por seu turno, Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000:11-12), acrescentam que as associações representam um espaço de convívio, educação, comunicação, organização social, socialização, informação, reinterpretação das tradições, solidariedade e mediação entre a sociedade de origem e a de acolhimento.

---

<sup>16</sup> Rocha-Trindade (1995:184), define comunidade migrante como *“um conjunto de indivíduos migrantes que, permanecendo num determinado território de contornos razoavelmente definidos, possui uma dimensão que lhe permite revelar uma estrutura social com alguma representatividade em termos de grupos etários, sexos, relações familiares e interacções sociais. A estas características deverá conjugar-se uma unidade de propósitos e um sentimento comum de pertença”*.

Salientaram também, que é através delas que as identidades culturais colectivas se encontram “organizadas”, com base na reivindicação de um espaço público que parte de uma ideia de pertença cultural e territorial a uma comunidade cuja origem comum se tornou no símbolo de uma herança colectiva.

Os obstáculos que vão surgindo ao longo do processo de adaptação dos imigrantes vão influenciar o modo como passam a organizar as suas acções no sentido de se relacionarem de forma harmoniosa com a sociedade anfitriã. Normalmente, as dificuldades em termos de adaptação são partilhadas entre a maioria dos membros que compõem uma determinada comunidade étnica.

Ao descrever o que leva as comunidades imigrantes a organizarem-se, Rocha-Trindade (1995:184), afirma também que “ (...) a tendência para a concentração de compatriotas ou mesmo de conterrâneos, nos mesmos países de destino e em particulares zonas de fixação, constitui uma natural resposta ao isolamento do imigrante em terras e culturas estranhas. De igual modo, a proximidade dos locais de residência ou de emprego favorece encontros frequentes e ocasiões de breve convívio social, que tendem a prolongar-se mais tarde por via da actividade associativa, informal ou formalizada”

Como afirma Monteiro (1997:59), o imigrante é um estranho inserido num contexto estranho que não oferece garantias e nem possui *status* que o ponha em condição de paridade com os cidadãos do país de acolhimento. Este é, precisamente, um dos factores que leva os imigrantes a se aproximarem uns dos outros.

A identidade cultural<sup>17</sup> partilhada entre os membros de um grupo torna-se um dos principais factores para a formação de associações. Em contrapartida, o associativismo

---

<sup>17</sup> Antonio Perotti (2003:48), descreve que a identidade cultural é um conceito que encerra dois sentidos muito importantes. O primeiro diz respeito ao “conceito de identidade” que tem sobretudo um significado de ordem psicológica. A identidade liga-se à percepção que cada indivíduo tem de si próprio, isto é, da sua própria consciência de existir enquanto pessoa em relação com outros indivíduos, com os quais forma um grupo social (a família, as associações, a sua própria nação, etc. Esta percepção da identidade não é individual. É o reconhecimento recíproco entre o indivíduo e a sociedade. Comporta um aspecto subjectivo ( a percepção da auto-identificação e da continuidade da sua própria existência no tempo e no espaço) e um aspecto relacional e colectivo ( a percepção de que os outros reconhecem ao indivíduo as suas próprias identificação e continuidade).

O segundo diz respeito ao termo “cultural” que, pelo contrário, tem um significado mais tipicamente sociológico. Vem da palavra cultura, enquanto património global do indivíduo e dos grupos sociais aos quais este pertence. Este património cultural é, pois, composto pelas normas de conduta, pelos valores, pelos costumes e pela linguagem, que unem ou diversificam os grupos humanos.

representa-se como uma peça fundamental na vida dos imigrantes, desempenhando um papel essencial na organização funcional para melhor adaptar os seus membros à nova ordem social.

Rex (1994), (cit. in Albuquerque et al, 2000:17), defende que não podem ser definidas ou identificadas simplesmente como “*instrumentos sociais*” cuja utilização só serve para defender determinados objectivos colectivos. As estruturas-base de uma associação funcionam, também, como meios que permitem preservar a herança cultural do grupo em conjunto com o reforço da identidade étnica<sup>18</sup>. Tendo em conta que existe um sentimento de pertença comum entre os associados e um envolvimento subjectivo numa estrutura partilhada, as associações de imigrantes, poderão ser também denominadas por *associações étnicas*.

Partindo desta esteira, Rex (1994) (cit. in Albuquerque et al, 2000:17), considera que existem quatro funções principais das associações de migrantes, a saber:

- *ajudar a vencer o isolamento social;*
- *afirmar os valores e as crenças do grupo;*
- *proporcionar um apoio assistencial aos seus membros;*
- *agir na defesa dos seus interesses e na resolução de conflitos com a sociedade receptora.*

Pode-se, então afirmar que as associações acabam por assumir um papel de mediação entre os migrantes e o resto da sociedade. Como sublinham Carita e Rosendo (1993:139), o associativismo migrante surge como “*um instrumento aglutinador das expectativas e exigências dos imigrantes pertencentes a minorias étnicas numa sociedade de acolhimento*”.

---

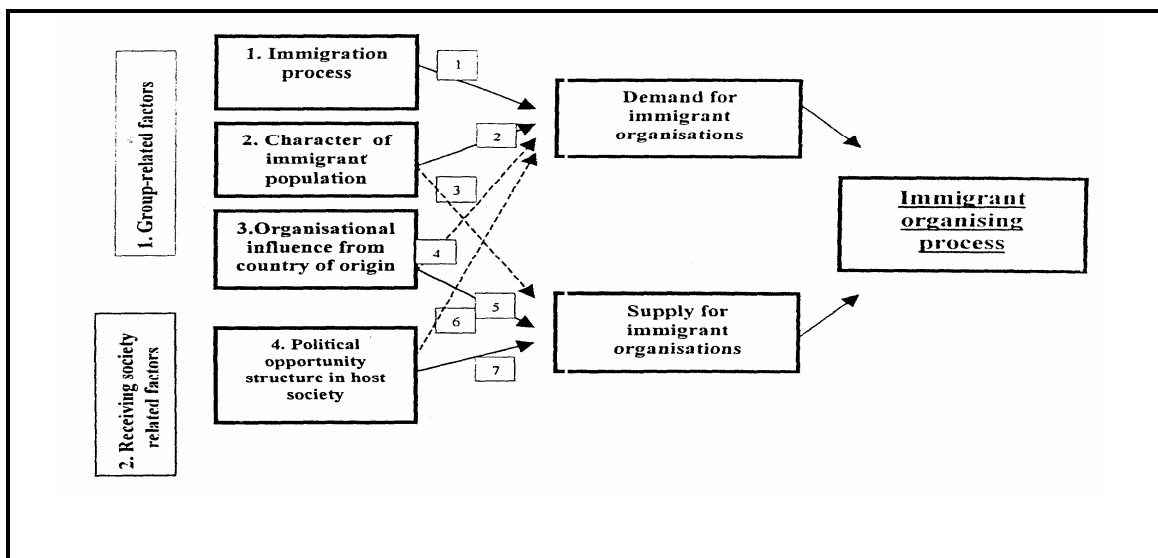
*Por conseguinte, o autor salienta que, quando falamos de identidade cultural de uma pessoa, queremos significar a sua identidade global, isto é, uma constelação de várias identificações particulares a outras tantas pertenças culturais distintas.*

<sup>18</sup> Antonio Perotti (2003:49), refere que a identidade étnica é a referência a uma ou a uma origem comum simbolizada por uma herança comum, mas que, contudo, apenas cobre um fragmento da cultura do grupo. (...) este facto de consciência (consciência colectiva do grupo étnico) funda-se sobre dados objectivos tais como uma língua, uma raça ou uma religião comum, ou mesmo um território, instituições ou traços culturais comuns, ou embora alguns desses dados possam faltar. O autor sublinha ainda que, há um desfazamento mais ou menos pronunciado – mas sempre real – entre identidade étnica e identidade cultural. Afirmando que reduzir a identidade cultural à identidade étnica – pela redução a uma única das identidades significativas presentes – conduziria, na realidade, ao aniquilamento da real do indivíduo.

Freek Vermeulen (2005:30), descreve que as associações de imigrantes são um bem necessário para a comunidade migrante, tal como lojas e empresas étnicas, ou enclaves étnicos. Salientando que *“immigrant organisations are a product of their constituency; they are in this regard comparable to other creations of the immigrant population, such as immigrant shops or ethnic enterprises. For these products the “law of supply and demand” is applicable. (...) a model that explains the formation and maintenance of organisations in general and immigrant organisations in particular needs to focus on both the supply and demand side of the immigrant organising process.*

Por conseguinte, o autor estabelece dois grandes factores conducentes à emergência e persistência do associativismo migrante. O primeiro factor está directamente relacionado com o grupo de imigrante, tais como: o processo de imigração; característica da população imigrante e influência organizacional do país de origem. O segundo factor está relacionado com a sociedade receptora, dando saliência à estrutura de oportunidade política (ver a figura 2).

Figura 2: Factores Explicativos da Emergência e Persistência do Associativismo Migrante.



Fonte: in Freek Vermeulen, 2005:31.

Como podemos observar na figura 2, há uma complementaridade entre factores materiais do grupo (factores identitários) e factores estruturais de oportunidade política na sociedade receptora. A constituição de associações de imigrantes com base nas características do grupo, é dependente do reconhecimento oficial por parte das instâncias soberanas do país de acolhimento.

No que se refere a este último factor, ou mais concretamente, à estrutura de oportunidade política na sociedade receptora, Yasemin Soysal (1994: 85-86), considera-na como alicerce crucial no modo como as associações se implantam na sociedade. A autora salienta que, a forma como os imigrantes são aceites pela sociedade receptora e pelos seus poderes políticos tem influência sobre os discursos e estratégias organizacionais das suas associações. Certos países colocam ao dispor da população migrante, canais formais para a sua participação e encorajam-lhes na criação das suas organizações. Usufruindo desse direito, essas organizações definem os seus fins, estratégias, funções e níveis de operação consoante as políticas pautadas pelo Estado de acolhimento. Neste sentido, a autora argumenta que *“the expression and organization of migrant collective identity are framed by the institutionalized forms of the state’s incorporation regime”* (Soysal, 1994:86).

Mesmo considerando que partilham redes e objectivos sociais similares em diferentes países de imigração, isso não significa que o associativismo se exteriorize da mesma forma. Os princípios organizacionais e estilos de incorporação no país de acolhimento são, por isso, variáveis cruciais no que diz respeito ao padrão organizacionais dos imigrantes.

Ainda na perspectiva da Yasemin Soysal (1994:86-110), a diversidade de modelos de organização encontra-se uma explicação plausível nos diferentes tipos de pertença à comunidade e nos diferentes tipos de recursos disponíveis. Em relação à incorporação das organizações de imigrantes, a autora identifica países que se encaixam nos seguintes três regimes: corporativo, liberal e estatal.

Nos regimes corporativos, como é o caso da Holanda e da Suécia, os imigrantes integram-se melhor através das suas próprias associações. As organizações são consolidadas pelo governo central e as políticas governamentais apoiam as associações de imigrantes. Neste caso, é também encorajada a participação e representação das associações em termos políticos.

Nos regimes liberais, como é o caso do Reino Unido e da Suíça, o processo de incorporação é estruturado e tem como referência o indivíduo e não as organizações centralizadas. Associações de imigrantes não são promovidas pelo Estado e não existe nenhuma ligação entre o Estado e as organizações de imigrantes. Neste caso, as

associações funcionam como organizações de solidariedade social e desempenham, muitas vezes, funções não executadas pelos poderes políticos centrais.

Por último, nos regimes estatais, como é o caso da Alemanha e França, tal como os regimes liberais, também não apoiam as organizações que se baseiam em identidades étnicas. O que distingue o regime estatal do liberal é que o Estado, neste caso, presta algum auxílio em termos financeiros às associações, mas a sua representação ou consulta, em termos políticos, não é sistemática.

Dentro de uma estrutura política centralizada, os imigrantes orientam as suas próprias acções a fim de influenciar o Estado. As suas actividades são direccionadas às autoridades políticas, não para receber gratidão, mas sim para definir e estabelecer planos de políticas ao nível nacional.

## 2.5.2 - ASSOCIATIVISMO MIGRANTE: FUNÇÕES E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

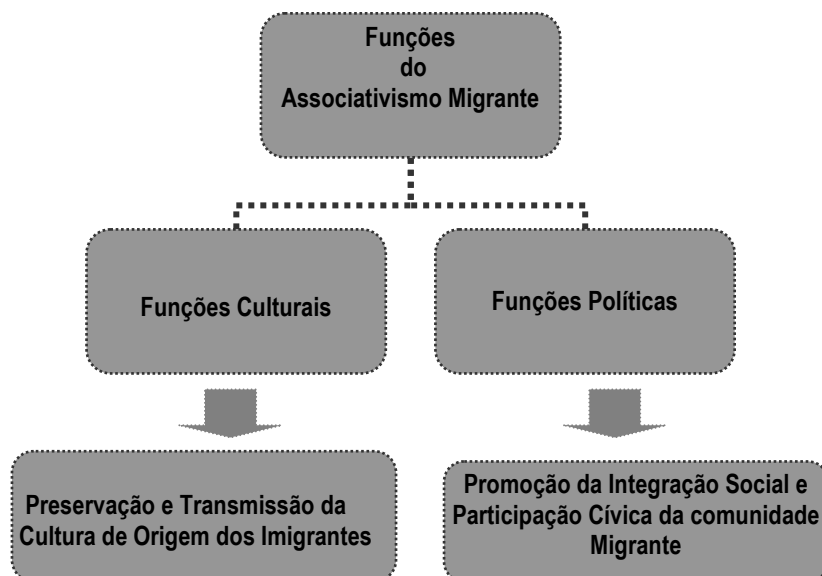
*“Não se trata de um convite para sonhar,*

*mas de um convite para agir”*

Altiero Spinelli

A existência do associativismo migrante justifica-se, como vimos, pela necessidade de realizar permanentemente certos fins essenciais no seio da comunidade migrante. A realização desses fins implica que o associativismo migrante desenvolva um conjunto de actividades que, de certo modo, segue um padrão relativamente constante. Essas actividades cingem-se em duas grandes funções: funções culturais e políticas (ver a figura 3).

Figura 3: Funções do Associativismo Migrante.



### 2.5.1 - FUNÇÕES CULTURAIS

Uma das funções primordiais do associativismo migrante consiste na preservação e transmissão da cultura de origem dos imigrantes, isto é, o associativismo fomenta uma ligação entre os imigrantes e as suas raízes. Ao promoverem a transmissão de uma herança cultural às gerações descendentes, fazem-na através de um conjunto de acções e de simbolismos desenvolvidos ao nível do quotidiano.

Nesta conformidade, dentro dos planos associativos, vão-se desenvolvendo actividades que permitem conservar e transmitir a sua cultura. Neste sentido, Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000:19), referem alguns exemplos:

- *a manutenção da língua materna em contexto familiar, comunitário ou associativo;*
- *o ensino formal da língua materna às crianças desde a idade infantil, quer tenham ou não nascido no país receptor;*
- *a comemoração de datas festivas de carácter religioso ou profano;*
- *a organização de festas e de convívios frequentes;*
- *a constituição de grupos de expressão cultural.*

Nos seus primeiros anos de existência, a maior parte das actividades mencionadas são levadas a cabo dentro das associações mas, com a passagem do tempo, a sua presença torna-se visível.

Neste contexto, Rocha-Trindade (1995:189), sublinha que o associativismo migrante é *“uma forma de garantir uma certa privacidade social nas manifestações da cultura do grupo, enquanto este não sente ainda a força e a coragem de extroverter a sua identidade no meio de inserção – o que fará quando atingir a dimensão e a confiança para tal necessárias”*. Quando essa dimensão for alcançada, começa a exteriorizar tradições populares, como por exemplo, música, dança, gastronomia, etc., que se assumem como símbolos da terra natal, com as quais o grupo imigrante se identifica e deseja conservar.

O associativismo migrante não permite apenas a reprodução dos modelos de cultura ou das práticas sócio-culturais transportadas pelas populações migrantes, mas proporciona, ao mesmo tempo, a emergência de novas formas de sociabilidade, nascidas da influência dos contactos que vão sendo estabelecidos quer com a sociedade receptora quer entre compatriotas de diferentes proveniência regionais.

Neste sentido, Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000:19), sustentam que esta realidade traduz, de certo modo, uma resposta à necessidade de adequação de valores e de comportamentos tradicionais a um novo contexto social e cultural (situação que corresponde ao processo de adaptação) e funciona, igualmente, como um mecanismo de suporte ao processo de inserção social.

### 2.5.2.2 – FUNÇÕES POLÍTICAS

Após a fase inicial de adaptação, o associativismo migrante começa a canalizar a sua intervenção na defesa, inserção e integração social dos imigrantes. Nesta óptica, Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000:21), observam que “(...) *as actividades desenvolvidas pelas associações começam a ser dirigidas para a relação dos migrantes com o meio envolvente, nomeadamente para a afirmação colectiva do grupo no contexto social de inserção e para a sua participação activa nas estruturas da sociedade receptora (...) a predominância das funções associativas canalizadas para a conservação da identidade cultural e para uma vivência virada para dentro da própria comunidade, vai cedendo lugar a formas de organização colectiva que valorizam, de igual maneira, o diálogo com a sociedade receptora visando integração social*”.

O diálogo com a sociedade receptora, que as autoras referem, nasce, principalmente, da discriminação ou marginalização social que se traduzem nas dificuldades sentidas pelas minorias étnicas<sup>19</sup> no acesso aos determinados benefícios nos sistemas de educação, saúde, habitação, segurança social, mercado de trabalho, etc. Neste contexto, Rex (1986), (cit. in Albuquerque et al, 2000: 23-24), menciona que essas minorias são alvos de seis situações de discriminação, a saber:

- *falta de acesso aos lugares de decisão sindicalistas;*
- *desigualdades de acesso ao mercado de trabalho, sujeitando-se com frequência aos lugares pior remunerados e de difícil promoção;*
- *índices de desemprego elevados, devido às políticas de imigração e as situações de imigração clandestina;*
- *segregação residencial e habitacional;*
- *segregação ao nível da educação;*
- *diferenciação perante a Lei.*

<sup>19</sup> Rocha-Trindade (1995:222), define minoria étnica, como “um grupo minoritário identificado, geralmente, através de certos traços socialmente visíveis ou detectáveis, tais com a cor da pele, a linguagem, a religião etc”. Por seu turno, Antonio Perotti (2003:50), advoga que não existem minorias propriamente ditas; elas apenas se definem estruturalmente. O autor define minorias étnicas como “grupos postos em situação minoritária pelas relações de força, e de direito, que submetem a outros grupos no seio de uma sociedade global cujo interesses estão a cargo de um Estado que opera a discriminação, quer por meio de estatutos jurídicos desiguais (exemplo, políticas de apartheid), quer graças aos princípios de igualdade cívica (privado de direitos específicos colectividade cuja situação social e económica é particular, a igualdade cívica pode criar ou perpetuar desigualdades de facto)”.

Observando estas situações, podemos afirmar que, o associativismo migrante, funciona como *grupo de pressão*<sup>20</sup> na esfera política ao representar os interesses dos seus membros, pois ele funciona como o veículo de promoção da integração social e participação cívica dos imigrantes. As acções de associativismo migrante, poderão contribuir para minimizar as desvantagens sociais e económicas sentidas pelos imigrantes e levar a que estes beneficiem dos mesmos direitos e regalias de que desfrutam os cidadãos do país de acolhimento. Como afirmam Carita e Rosendo (1993), as associações acabam por assumir um papel de mediador entre os seus membros e os poderes políticos.

Como forma organizada de satisfazer as necessidades colectivas dos seus membros, o associativismo migrante delinea estratégias de intervenção de modo a corresponder às expectativas tanto colectivas como individuais. Neste âmbito, Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000:24), sustentam que as associações devem canalizar as suas estratégias de intervenção, para diversas actividades, contemplando por exemplo:

- *negociação com várias instâncias ao nível do poder político, visando a criação de medidas que protejam e promovam os direitos sociais dos migrantes, nomeadamente nas áreas da saúde, habitação, emprego, educação e protecção jurídica;*
- *participação em organismos administrativos e de apoio social local, tais como autarquias, escolas, instituições de saúde e outras instituições públicas;*
- *articulação com instituições de solidariedade para com as populações migrantes e de defesa dos Direitos Humanos.*

Neste contexto, torna-se imperioso destacar o papel dos líderes associativos<sup>21</sup>, na liderança e na gestão das estratégias de actuação das associações. Isto porque, enquanto representantes e porta-vozes das comunidades migrantes, estes indivíduos estão,

<sup>20</sup> António José Fernandes (1995:179), define Grupo de Pressão como “associações que exercem uma pressão sobre os poderes públicos, para que as decisões destes sejam favoráveis à realização dos seus interesses e aspirações: exercem pressão sobre os governantes para que modifiquem a lei em benefício dos seus interesses, sem pretenderem conquistar o poder político”.

<sup>21</sup> Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000:26), definem os líderes associativos como “homens e mulheres que trabalham como membros activos, definindo modos de actuação e emitindo opiniões, que exercem grande influência sobre os restantes membros da comunidade, dada responsabilidade dos postos que ocupam e do papel informal que desempenham”. Elas defendem ainda, que as suas características confirmam que a liderança se encontra ligada a determinadas qualidades pessoais e a habilidade com que, estrategicamente, utilizam alguns dos seus recursos: o domínio da língua do país receptor; o grau de formação académica; o nível de rendimentos; as habilidades políticas e a credibilidade que sustentam no seio do grupo.

directamente ou indirectamente ligados à acção política e portadores de reivindicações frente ao poder político.

Partindo do exposto, convém salientar, que os líderes associativos dirigem, como é óbvio, as suas reivindicações às instituições que melhor possam resolver os seus anseios, isto é, consoante os objectivos que eles pretendem alcançar. A título de exemplo, uma importante acção, frequentemente, levada a cabo pelos líderes associativos, é a pressão junto dos governos e partidos políticos, para que esses regularizem a situação dos imigrantes clandestinos que residem e trabalham no país anfitrião. A legalização dos imigrantes clandestinos é um passo essencial na integração social, uma vez que só desta forma poderão exigir o respeito pelos seus direitos.

O associativismo está também, virado para a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores imigrantes, isto é, tendem a se aproximar e desenvolver actividades em conjunto com os sindicatos e determinados partidos políticos.

Outra acção de extrema importância, desenvolvida pelo associativismo migrante é a solidariedade social. Neste caso, a maior parte das associações actuam no auxílio a indivíduos e famílias que sobrevivem com dificuldades por motivo de doença, de desemprego ou de evidentes carências económicas. De modo complementar, as suas acções estendem-se ao apoio nos processos de reagrupamento familiar e no acolhimento de recém-chegados. Para além desses apoios é comum, por exemplo, as associações organizarem cursos de alfabetização, bem como de aprendizagem da língua do país receptor. Para os filhos dos imigrantes, as associações organizam cursos de formação profissional e de igual modo, auxiliam a integração dos jovens em estabelecimento de ensino formal, frequentemente fornecendo-lhes um acompanhamento directo e personalizado. É também comum, as associações criarem cursos de aprendizagem da língua materna para os descendentes dos imigrantes, a fim de a preservar.

## 2.6 - CAPITAL SOCIAL: CONTEXTUALIZAÇÃO DO FENÓMENO

### 2.6.1 - CONCEITOS E INDICADORES

*“Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de te ajudar e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua”.*

Putman, 2006:173

Um factor marcadamente social, que tem vindo a ganhar cada vez maior importância no campo das migrações, é certamente, o papel que o capital social, estruturado em rede, vem desempenhando no seio das comunidades migrantes.

O conceito de capital social tem merecido várias interpretações por parte de diferentes autores sociais, tais como: Bourdieu; Coleman; Putman; Portes; etc. Este fenómeno assenta em dois pilares: por um lado, as redes de cooperação social, em grande parte consubstanciadas nas associações e, por outro lado, a confiança social que se geraria nesse contexto relacional. O conceito de capital social aplica-se a um país, região ou qualquer outra comunidade, e permite avaliar os níveis de cooperação nesse todo social, com implicações em áreas muito diversas, sendo as mais salientes: a consciência cívica, a integração social e política, bem como as performances no campo económico e institucional.

Esta teoria ganhou maior visibilidade a partir do estudo *“Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna”* realizado em 1993, por Robert D. Putman. O autor estabeleceu uma relação directa entre o nível do envolvimento cívico da comunidade e a qualidade da sua governança. A explicação de um desempenho económico e institucional superior no Norte da Itália está atrelada nas instituições e organizações que datam de mil anos atrás, com a presença do associativismo (horizontal) e alto nível de participação cívica. O capital social está relacionado com os laços de confiança mútua, redes de cooperação estabelecidas, mecanismos comunitários de coerção e comportamento para a solução de problemas dependentes da acção colectiva.

Partindo desta abordagem, Putman (2006:177), define capital social como “*características de organizações sociais, como redes, as normas e a confiança, que facilitam a acção e a cooperação com vista a um mútuo benefício*”.

Assim como outras formas de capital (financeiro, humano), o capital social é produtivo, viabilizando a realização de certos objectivos colectivos, que seriam inatingíveis se ele não existisse. O capital social pode trazer benefícios aos vários aspectos da vida em sociedade. Contribui positivamente para o desenvolvimento económico, reduzindo de forma sensível os custos das transacções comerciais, por facilitar o estabelecimento de novas regras de cooperação e ajuda mútua. Contribui também para a melhoria do funcionamento das instituições democráticas, por estimular o interesse dos cidadãos pela vida cívica (Putman, 2006:173-176).

Como se depreende a partir de análise de Putman, as relações de confiança desempenham um papel fundamental no acumular do capital social, configurando-se como seu componente básico. Na perspectiva de Putman (2006:181), a confiança surge por meio de *regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica* que, por sua vez, fortalecem e facilitam a cooperação.

Segundo Putman (2006:181), existem dois tipos de *regras de reciprocidade*: *reciprocidade “específica”* e *“generalizada”*. A primeira diz respeito à permuta simultânea de itens de igual valor. Por exemplo, quando colegas de trabalho trocam seus dias de folga; políticos combinam apoiar-se mutuamente. A segunda refere-se a uma contínua relação de troca que, a qualquer momento, apresenta desequilíbrio ou falta de correspondência, mas que supõe expectativas mútuas de que um favor concedido hoje venha a ser retribuído no futuro.

As regras de reciprocidade são também uma componente altamente produtiva do capital social. As comunidades em que essas regras são obedecidas, têm melhores condições de cobrir o oportunismo e solucionar os problemas da acção colectiva. Por outro lado, as regras de *reciprocidade generalizada* servem para conciliar interesse próprio e solidariedade. Nas comunidades em que as pessoas acreditam que a confiança será retribuída, sem que dela venham a abusar, existe maior probabilidade de ocorrer intercâmbio. Além disso, o intercâmbio contínuo ao longo do tempo costuma incentivar o estabelecimento de regras de reciprocidade generalizada (Putman, 2006:182).

Outro elemento de extrema importância para uma *comunidade* tem a ver com os sistemas de participação cívica, bem como as associações comunitárias, quando representam uma intensa interacção horizontal. Putman (2006:183), salienta que o sistema de participação cívica é uma forma essencial do capital social, isto é, quando mais desenvolvido for esse sistema numa comunidade, maior será a probabilidade de os seus cidadãos cooperarem em benefício mútuo.

Em suma, os efeitos sociais dos componentes do capital social, analisado por Putman (2006: 173-183), resumem-se em quatro pontos:

- *Promovem sólidas regras de reciprocidade reforçadas por cadeias de relacionamento dependentes da reputação individual ou institucional;*
- *Aumentam os custos potenciais para o transgressor das regras nas transacções individuais, prevenindo o oportunismo;*
- *Facilitam a comunicação e melhoram o fluxo de informações sobre a confiança dos indivíduos;*
- *Corporificam o êxito alcançado em acções anteriores, criando, assim, um modelo culturalmente definido para futuras colaborações.*

A acumulação de capital social por parte de uma comunidade é um processo dinâmico de aquisição de poder. A ideia que o capital social exige participação num colectivo e que o capital pode ter um uso instrumental afigura-se extremamente pertinente para a nossa análise sobre as dinâmicas associativas de imigrantes, porque como afirma Portes:

*“O capital social refere-se à capacidade dos indivíduos ou grupos em mobilizar recursos escassos em virtude da sua pertença a redes ou a estruturas sociais mais ampla. Estes recursos podem incluir bens económicos tangíveis, como descontos e empréstimos sem juros, ou intangíveis, como informação sobre negócios, dicas de emprego, etc. (...) Os recursos, em si, não são “capital social”; o conceito refere-se antes à capacidade do indivíduo para os mobilizar quando necessita...” (Portes, 1999: 17).*

Ancorando nestes indicadores do capital social, autores sociais, como Vertovec (1999); Fennema e Tillie (1999; 2004), debruçaram os seus estudos no seio da comunidade migrante, analisando especialmente o grau da participação política das organizações dessas comunidades. Aqui, a questão é saber se as *organizações étnicas* estão ligadas

numa rede de relações, a qual tende a aumentar com a confiança social e participação política.

Nos seus trabalhos sobre a *Participação Política das Comunidades Étnicas em Amesterdão* e noutras cidades holandesas, Fennema e Tillie (1999:703-726), identificaram uma ligação entre as redes das associações étnicas, o grau de participação política e confiança política. O estudo comparativo sobre as organizações turcas, marroquinas, surinamenses e antilianas em Amesterdão tem mostrado, por exemplo, que as organizações turcas têm uma rede mais densa do que as marroquinas e têm também uma elevada confiança e participação política. Esta análise leva os autores a sustentar a hipótese de que a natureza da comunidade cívica étnica é um elemento de extrema importância na determinação do envolvimento político dessas comunidades. Isto é, quanto mais densa for a rede entre organizações étnicas (capital social) maior será o grau da sua participação política.

Como podemos observar, os indicadores de capital social na integração política das comunidades migrantes têm sido uma questão chave nas democracias contemporânea. O nosso trabalho vai, precisamente ao encontro desses indicadores. Vamos analisar as dinâmicas de associações de imigrantes angolanos, guineenses e de europeus de leste na Área Metropolitana de Lisboa. Neste sentido, debruçaremos a nossa análise sobre a estrutura organizacional dessas associações (densidade, tamanho, participantes, actividades e recursos humanos e materiais) e sobre densidades das suas redes organizacionais (redes inter-organizacional, redes intra-organizacional e redes transnacionais). Debruçaremos igualmente, sobre a participação activa dessas organizações, privilegiando às actividades cívicas e políticas por elas realizadas.



**CAPÍTULO III - O FENÓMENO IMIGRATÓRIO EM PORTUGAL**

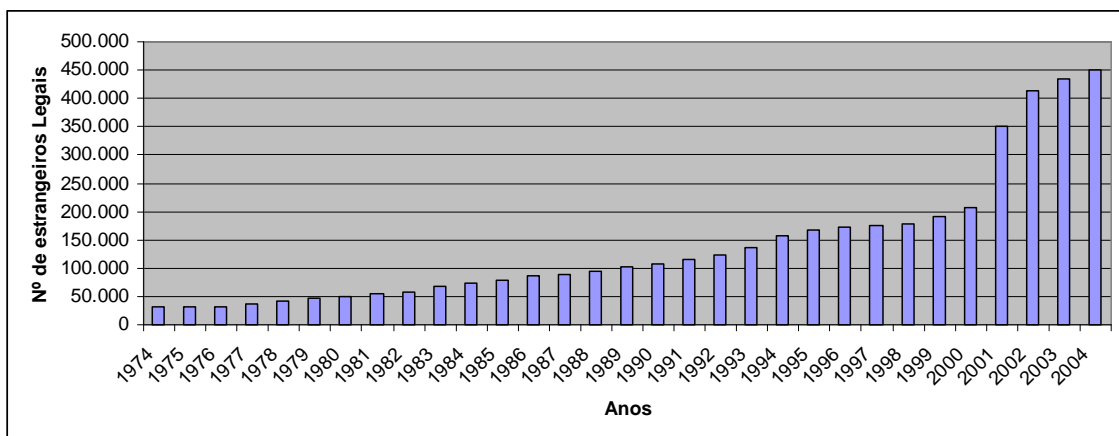
### 3 - FENÓMENO MIGRATÓRIO CONTEMPORÂNEO EM PORTUGAL (1974/2006) - DINÂMICAS E TENDÊNCIAS

Este capítulo tem como objectivo analisar o fenómeno migratório em Portugal. Centraremos em torno das principais mudanças observadas nas últimas décadas, dando ênfase à evolução dos fluxos migratórios, com especial destaque para a imigração angolana, guineense e dos europeus de leste. Analisaremos igualmente, as políticas de imigração e ao seu impacto na integração das comunidades migrantes, desde 1974 até a actualidade. De modo a fornecer o quadro contextual da pesquisa, analisaremos também, as dinâmicas do movimento do movimento associativo imigrante no contexto nacional, salientando a sua emergência, consolidação e intervenção.

#### 3.1 - EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

As transformações operadas no contexto migratório europeu nas duas últimas décadas tiveram importantes repercussões em Portugal. Conhecido tradicionalmente como país de emigração, Portugal transformou-se num país de imigração. Como podemos observar no gráfico 1, a realidade migratória em Portugal é um fenómeno em constante evolução e assume especial amplitude nas últimas décadas.

Gráfico 1: Evolução da população estrangeira em Portugal, com estatuto legal desde 1974 a 2004.



Fonte: Elaborado com base em dados do INE, Estatística Demográfica (1974 a 1980); SEF, Relatório Global da População Estrangeira (1981 a 2004).

Nota: A partir de 2001, os totais englobam Autorizações de Residência e de Permanência (AR's e AP's).

Nos meados da década de setenta, a população residente não nacional, com a situação legalizada cifrava-se em 32.057 indivíduos. Segundo os dados estatísticos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)<sup>22</sup>, esta realidade aumentou exponencialmente, contando no final do ano de 2004, cerca de 449.016 cidadãos a residir legalmente na sociedade portuguesa. Esta realidade está associada ao processo de mudança social ocorrido após a Revolução de Abril de 1974, prosseguido com a instauração da Democracia e com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986. Estes factores foram decisivos na evolução do fenómeno imigratório em Portugal.

Durante os anos setenta e oitenta, os imigrantes que escolheram Portugal como país de destino são, na sua esmagadora maioria, oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), circunstância a que não foi alheia a situação político-económica que sucedeu à declaração de independência das antigas colónias portuguesas. Neste período, Portugal ganha capacidade atractiva sobre importantes contingentes populacionais provenientes de espaços com quem estabeleceu relações económicas, políticas e sociais ao longo da história. Segundo Saint-Maurice e Pena Pires (1989:226), nesta fase a imigração assumiu, essencialmente uma dimensão “*pós-colonial*”, que traduziu num processo de “*africanização*” da imigração.

À luz dessa reflexão, Pena Pires (2003), salienta que nesta primeira fase da imigração, coexistem dois tipos de migrações: a *migração de refugiados*, composta maioritariamente por angolanos e moçambicanos; a *migração laboral*, constituída maioritariamente por cabo-verdianos. O autor acrescenta que esses tipos de migrações “*corresponde perfis de migrantes específicos que se encontram expressos com particular clareza: na maior juventude das populações de imigrantes angolanos e moçambicanos; na maior presença de uma componente familiar na imigração cabo-verdiana; na elevada taxa de actividade entre os imigrantes cabo-verdianos, na maior presença de estudantes entre os imigrantes angolanos e moçambicanos; na menor qualificação escolar e profissional dos imigrantes cabo-verdianos; na grande percentagem de cabo-verdianos com profissões operárias*” (Pena Pires, 2003:133).

No final dos anos oitenta (1986), com a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, o país passou a ter um acentuado dinamismo e desenvolvimento económico e social, que veio a repercutir no quadro migratório internacional. Este facto prende-se, por um lado, com as oportunidades proporcionadas ao investimento

---

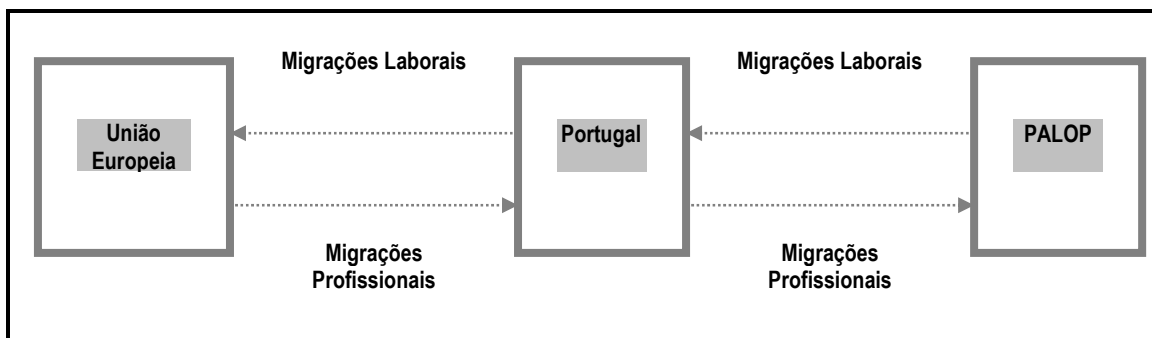
<sup>22</sup> In [www.sef.pt](http://www.sef.pt), consultado em 24 de Julho de 2006.

estrangeiro que levaram muitas empresas de dimensão multinacional a instalar unidades industriais de grande porte na sociedade portuguesa. Por outro lado, com as transferências de fundos estruturais comunitários possibilitaram ao Estado português realizar importantes obras públicas (auto-estradas, pontes, metropolitanos, etc.), as quais têm fomentado um maior crescimento e desenvolvimento em vários sectores de economia e acentuada procura de mão-de-obra.

Estes factores afiguram-se pertinentes para compreender a atracção que o país passou a exercer no quadro internacional das migrações, constituindo-se igualmente como ponto de entrada de fluxos migratórios que pretendem fixar-se, posteriormente noutros do espaço europeu.

Neste contexto, Pena Pires (2003:147-149), salienta que é necessário destacar a posição específica que Portugal tem vindo a ocupar no contexto das migrações internacionais, realçando a sua posição de “*semiperifericidade*” ou de “*regionalização*” da inserção no sistema de relações *centro-periferia*. O autor sublinha que, por um lado, instalam-se, em muitos casos temporariamente, nacionais dos países desenvolvidos da Europa com níveis elevados de qualificação (*migrações de profissionais*), fluxo qualitativamente simétrico ao da emigração portuguesa de trabalhadores desqualificados para esses mesmos países, que reemerge em meados dos anos 80. Por outro lado, Portugal é destino de trabalhadores desqualificados oriundos dos *PALOP* (*migrações laborais*), países para onde, em contrapartida, se dirige um número de trabalhadores portugueses qualificados de difícil quantificação, nomeadamente no âmbito dos acordos de cooperação (ver a figura 4).

Figura 4: Padrão dominante das migrações internacionais em Portugal nos anos 80 e 90.

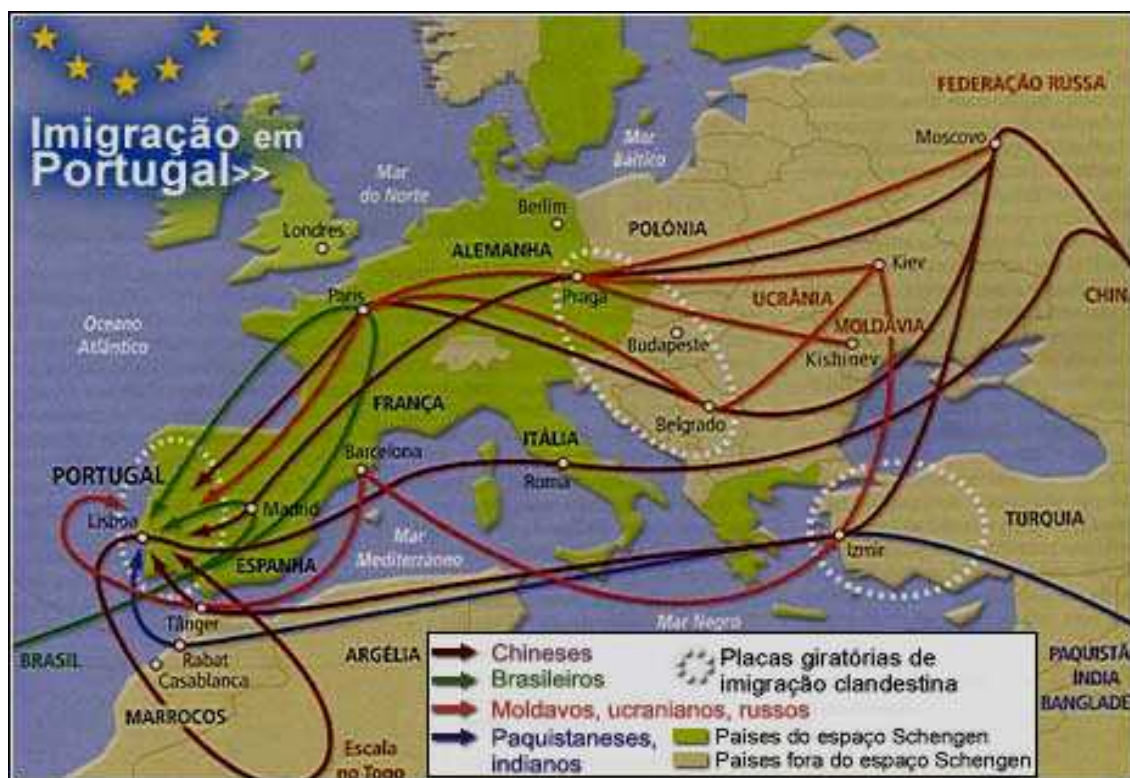


Fonte: Pena Pires, 2003:148.

De facto, com a contínua integração da economia a nível mundial, Portugal integrou-se nas rotas migratórias internacionais, passando a funcionar como país de fixação e de plataforma de passagem dos fluxos de imigrantes, por vezes, sem qualquer tradição migratória para este país.

O aumento exponencial da imigração nas últimas décadas, operou alterações significativas nos padrões migratórios, cuja génese se encontra ligada aos impactos do processo de globalização em vários países da periferia mundial, em particular naqueles que emergiram do desmembramento da antiga União Soviética, e posteriormente vivenciaram crises económicas, políticas e sociais graves, conducentes a pressão migratória. A figura 5 ilustra categoricamente esse facto.

Figura 5: Rota de imigração para Portugal.



Fonte: [www.imigrantes.pt](http://www.imigrantes.pt), consultado em 05/06/2006.

Na esteira dessa reflexão, é de salientar que no início do novo milénio, Portugal passou a ser um país destino dos imigrantes provenientes da Europa de Leste, com especial destaque para a Ucrânia, Moldávia, Rússia e Roménia. Baganha, Marques e Góis (2004), afirmam que a emigração dos europeus de leste para Portugal é um fenómeno súbito e intenso que transformou drasticamente a composição e o panorama da população imigrante no país.

Esta realidade tornou-se, especialmente visível com a promulgação da Lei nº 4/2001, que ao introduzir a figura de Autorização de Permanência (AP), permitiu a legalização de milhares desses imigrantes. Segundo os dados do SEF, de um total de 169.953 autorizações de permanência emitidas, 52% foram concedidas aos imigrantes da Europa de Leste. Deste modo, 60.310 ucranianos; 11.746 moldavos; 10.089 romenos e 6.431 russos, viram a sua situação regularizada no país. Este fenómeno está cada vez mais patente na sociedade portuguesa. Como se pode observar no quadro 2, dos imigrantes portadores do título de Autorização de Permanência, as comunidades migrantes provenientes dos países da Europa de Leste são aquelas que configuram mais numerosas, em finais de Dezembro de 2004.

Quadro 2: Nº de Imigrantes em Portugal por Nacionalidade: (AP+AR – Autorizações de Permanência + Autorizações de Residência).

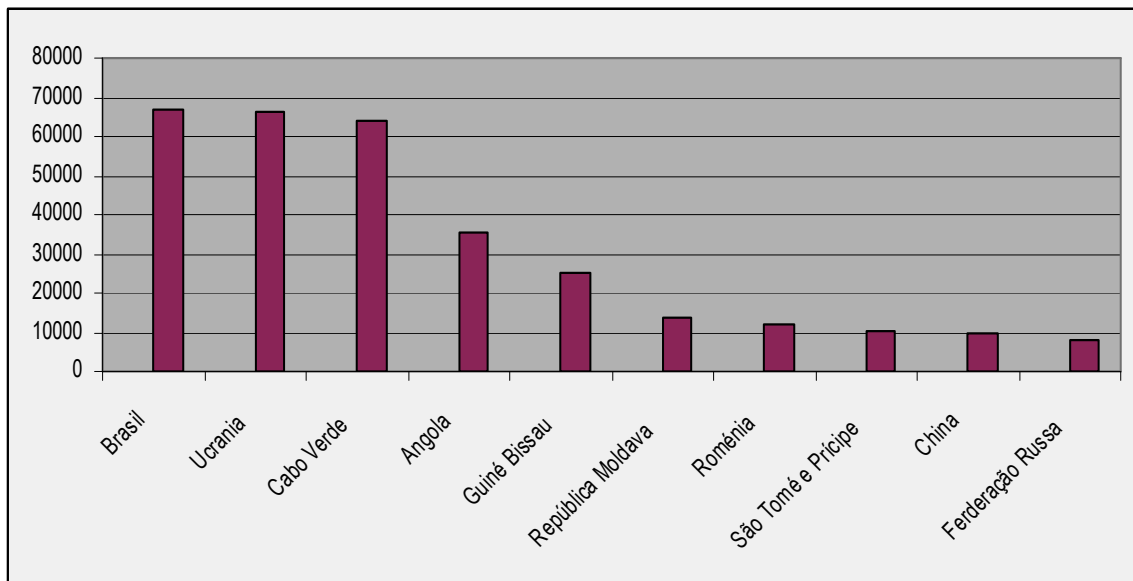
| Nacionalidades       | AP (2001-2004) | AR 2004        |
|----------------------|----------------|----------------|
| <b>EUROPA</b>        | <b>101106</b>  | <b>83859</b>   |
| União Europeia       | 0              | 74542          |
| Federação Russa      | 7053           | 1158           |
| República Moldava    | 12647          | 1042           |
| Roménia              | 10944          | 1211           |
| Ucrânia              | 64730          | 1497           |
| <b>ÁFRICA</b>        | <b>29808</b>   | <b>123093</b>  |
| Angola               | 8562           | 26702          |
| Cabo Verde           | 8574           | 55590          |
| Guiné-Bissau         | 4323           | 20825          |
| Moçambique           | 461            | 5010           |
| São Tomé e Príncipe  | 2555           | 7928           |
| <b>AMÉRICA</b>       | <b>39054</b>   | <b>45161</b>   |
| Brasil               | 37951          | 28956          |
| Canadá               | 30             | 1863           |
| EUA                  | 63             | 7998           |
| <b>ÁSIA</b>          | <b>13724</b>   | <b>12410</b>   |
| China                | 3913           | 5605           |
| Índia                | 3389           | 1699           |
| Paquistão            | 2854           | 1358           |
| <b>OCEÂNIA</b>       | <b>19</b>      | <b>553</b>     |
| <b>APÁTRIDAS</b>     | <b>39</b>      | <b>273</b>     |
| <b>DESCONHECIDOS</b> | <b>83</b>      | <b>12</b>      |
| <b>SOB-TOTAL</b>     | <b>183.833</b> | <b>265.561</b> |
| <b>TOTAL</b>         | <b>449.194</b> |                |

Fonte: SEF, Relatório de 2004.

De facto a criação da autorização de permanência de 2001, vista como visto de trabalho, vem alterar profundamente a composição das origens da população imigrante consolidada nas últimas décadas do século XX, tendo como consequências a subida dos ucranianos para o primeiro lugar e brasileiros para o segundo lugar dessa panorama, logo a seguir aos cabo-verdianos.

O acordo Luso-Brasileiro de 11/07/2003, (vulgarmente conhecido por acordo de Lula) que previa a legalização de todos os brasileiros que entraram e que possuísem contrato válido no país até a data da assinatura do acordo, contribuiu para que a comunidade brasileira passasse de segundo para o primeiro lugar, contando no final de 2004, com 66.907 cidadãos. Os ucranianos passaram do primeiro para o segundo lugar, contando com 66.227 cidadãos e os caboverdianos que nos outros anos lideravam a tabela passaram para terceiro lugar, com 64.164 cidadãos (ver o gráfico 2).

Gráfico 2: Comunidades imigrantes (não comunitárias) mais numerosas em 2004. (Autorizações de Permanência (2001-2004) + Autorizações de Residência (2004)).



Fonte: SEF, Relatório de 2004.

Em suma, poder-se-á afirmar que, a evolução do fenómeno imigratório em Portugal é impulsionado por transformações de diversa ordem, ocorridas não só nos países de origem e nos países de destino dos fluxos migratórios, mas também nos quadros mais alargados de âmbito regional e global com as quais aqueles interagem directa ou indirectamente. Todavia, é nos locais onde os imigrantes se inserem que as mudanças desencadeadas pela imigração se fazem sentir.

Dado o objectivo deste trabalho, iremos, em seguida, examinar a génese e o desenvolvimento da imigração angolana, guineense e dos europeus de leste, com o intuito de compreender melhor o seu dinamismo na sociedade portuguesa.

### 3.2 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO ANGOLANA

Angola, país que esteve sujeito à administração colonial portuguesa durante séculos, foi o território com o maior número de residentes de ascendência europeia. Dado os seus valiosos recursos naturais – jazidas de petróleo, diamantes, ferro, cobre e ouro, entre outros de elevado valor económico, tornaram o país no alvo dos interesses de várias potências internacionais.

Todavia, devido a guerra contra o domínio colonial português que começou em 1961 e perdurou praticamente até a sua independência – 11 de Novembro de 1975, sob a liderança do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), chefiado por Agostinho Neto, a população angolana viveu em constante instabilidade social e política.

Angola viu-se, igualmente, confrontada com a guerra civil entre MPLA e a UNITA (União Nacional para a Independência total de Angola), que apesar de algumas tentativas frustradas de restabelecimento da paz, se arrastou até 2002 com a morte do General Jonas Savimbi.

Neste contexto de instabilidade, não é de estranhar os fluxos emigratórios que se vieram a registar naquele país. Na sua análise sobre a história da imigração em Portugal, Rocha-Trindade (2001:172), salienta três fases da emigração angolana para Portugal. A primeira fase, decorreu-se entre 1974 a 1976 com os chamados “*retornados*” (com ascendência portuguesa e africana). Entre eles contava-se grande proporção de empresários, comerciantes, funcionários públicos e quadros superiores.

A segunda fase, corresponde ao período que se inicia por volta dos anos de 1977 e 78 e que se viria a prolongar até aos finais da década de oitenta, quando um novo fluxo de pessoas altamente qualificadas e de estatuto socio-económico elevado, vieram reconhecer a sua incapacidade de se integrar na nova sociedade angolana, dado o agravamento das condições de vida e o sentimento de insegurança provocado pela violência das acções militares. Como frisa Possidónio (2006:93), “*esta foi uma emigração forçada e não preparada, tanto que muitos não trouxeram consigo os seus haveres*”.

Numa terceira fase, a partir dos anos 89-90, deu-se um novo movimento de saída de angolanos, de qualificações médias, muito abaixo dos fluxos anteriores, tendo como motivações principais procurar trabalho e a fugir da guerra civil em que o país atravessava.

### **3.2.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS IMIGRANTES ANGOLANOS**

#### **3.2.1.1 - DIMENSÃO DA COMUNIDADE**

Surgem inúmeras dificuldades quando se pretende quantificar as populações imigrantes a residir em Portugal. Referimos, Por um lado, à escassez de dados e, por outro lado, ao facto de estatísticas oficiais considerarem unicamente o número de estrangeiros legalizados em Portugal, desconhecendo, deste modo, a real dimensão do fenómeno imigratório.

Não obstante, segundo os dados do SEF, em 1994, residiam legalmente em Portugal 13.589 angolanos, que por sua vez, representava 8,7% no total dos imigrantes residentes. Com o Processo Extraordinário de Regularização de 1996, foi notório o crescimento desta comunidade. Passou de 16.487 residentes em 1998 para 17.721 em 1999 e tendo vindo a duplicar nos próximos anos. Assim em 2004, residiam legalmente em Portugal 35.264 angolanos. Afirmando-se, deste modo, como a quarta comunidade mais numerosa e a segunda maior dos PALOP (ver o quadro 3 e o gráfico 2, p.79).

Quadro 3: Nº de Imigrantes angolanos com estatuto legal em 2004 (AP+AR – Autorizações de Permanência + Autorizações de Residência).

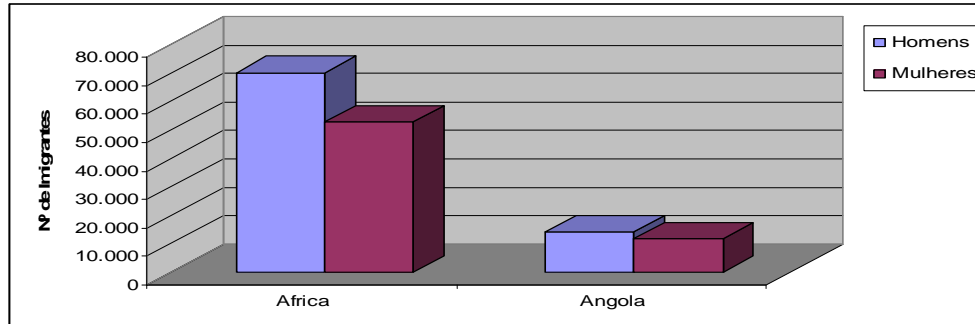
| PAÍSES | AP (2001-2004) | AR 2004 |
|--------|----------------|---------|
| ÁFRICA | 29.808         | 123.093 |
| Angola | 8.562          | 26.702  |

Fonte: SEF, Relatório de 2004.

O perfil demográfico da comunidade angolana, não difere dos restantes grupos dos PALOP, cuja percentagem das mulheres é relativamente baixa. Segundo os dados do SEF, dos 123.093 africanos com Autorização de Residência (AR), em Portugal, 26.702 são angolanos, dos quais 14.597 são homens e 12.105 são mulheres, sendo a idade média de

30 anos. Estes factos ilustram que em termos etários, trata-se, portanto de uma população jovem, predominantemente masculina (ver o gráfico 3).

Gráfico 3: Imigrantes angolanos com Autorização de Residência (AR) por sexo, em 2004.



Fonte: SEF, Relatório de 2004.

No entanto, em termos quantitativos, à semelhança das outras comunidades imigrantes em Portugal, também no caso dos angolanos a verdadeira dimensão da comunidade é superior aos números indicados pelo SEF, pois, como vimos, esta comunidade abrange angolanos portadores de Autorizações de Residência e Permanência e um grupo de dimensão indeterminada de indivíduos de origem angolana com nacionalidade portuguesa (naturalizados) e apresenta igualmente uma forte proporção de clandestinos.

No seu estudo sobre *“Descendentes de Angolanos e de Luso-Angolanos na Área Metropolitana de Lisboa: Inserção Geográfica e Social”*, Possidónio (2006:97), afirma categoricamente que, a forte presença de angolanos em situação irregular viria a ser confirmada pelos Processos de Regularização Extraordinária de imigrantes levados a cabo em 1992 / 1993 e 1996, em que, os indivíduos de nacionalidade angolana foram aqueles que mais solicitaram a regularização da sua situação de clandestinidade. Esses indivíduos solicitaram, respectivamente, 12.525 pedidos de regularização no primeiro Processo de Regularização e 9.255 no Processo de Regularização Extraordinária de 1996.

### 3.2.1.2 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A comunidade angolana, tal como as restantes populações africanas, concentra-se maioritariamente nos grandes centros urbanos. Segundo o relatório provisório de 2005, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), os principais núcleos de fixação dos angolanos residentes em Portugal situam-se nos distritos de Lisboa, Setúbal, Faro, Aveiro, Porto e Coimbra (ver quadro 4).

Quadro 4: Imigrantes angolanos residentes em Portugal, por distrito de residência.

| Distritos        | Nº de Angolanos |
|------------------|-----------------|
| Aveiro           | 469             |
| Beja             | 24              |
| Braga            | 357             |
| Bragança         | 63              |
| Castelo Branco   | 51              |
| Coimbra          | 520             |
| Evora            | 60              |
| Faro             | 1060            |
| Guarda           | 69              |
| Leiria           | 234             |
| Lisboa           | 18627           |
| Portalegre       | 78              |
| Porto            | 997             |
| Santarém         | 220             |
| Setúbal          | 4600            |
| Viana do Castelo | 81              |
| Vila Real        | 85              |
| Viseu            | 126             |
| Açores           | 24              |
| Madeira          | 55              |
| Total            | 27800           |

Fonte: SEF, Relatório provisório de 2005.

Ao especificar as áreas de fixação dos angolanos, Rocha-Trindade (2001:172), destaca o Bairro da Bela Vista (Setúbal); Bairro da Torre (Cascais); Vale de Amoreira (Barreiro); periferia da Amadora, Quinta Grande da Charneca de Lumiar, Bairro da Serafina, Santa Apolónia (Poço do Bispo) e Zonas J e N (Chelas). Outro pólo de fixação importante, situa-se no Porto, entre São Bento e Vila Nova de Gaia.

Não obstante, como se pode observar no quadro 4, a comunidade angolana apresenta uma dispersão significativa no território português. Concentram-se mais no Norte, Centro e Sul do país.

Segundo Possidónio (2006:102), a dispersão geográfica da população angolana pode ser motivada por uma estratégia de procura de apoio entre os *retornados* de Angola e os *luso-angolanos* que se encontravam dispersos pelo país, com os quais existem prováveis laços de amizade e parentesco. Os indivíduos que possuíam familiares de origem portuguesa, buscaram igualmente apoio junto dessas pessoas que, naturalmente, não se encontravam todas na região de Lisboa. Criaram-se, deste modo, várias áreas de fixação de angolanos.

### 3.2.1.3 - SITUAÇÃO PROFISSIONAL

A situação profissional dos imigrantes na sociedade de acolhimento, é sem dúvida, um elemento instrumental de integração, destinado a satisfazer as necessidades básicas dos imigrantes. Embora, apresentando características intimamente relacionadas com factores de ordem socio-política, com instabilidade social e com o clima de insegurança vivido durante e pós-guerra, a imigração angolana em Portugal, tem vindo a adquirir traços típicos das migrações económicas. Como podemos constatar no quadro 5, os dados do último Recenseamento Geral da População, evidenciam que 22.463 angolanos residentes em Portugal são activos, com um elevado número de operários qualificados e semi-qualificados.

Quadro 5: Distribuição dos imigrantes angolanos por grupos socio-económicos.

| Grupos Socio-económicos                    | Angolanos    |
|--|--------------|
| Empresários e Pequenos Patrões             | 1406         |
| Independentes                              | 650          |
| Dirigentes e Quadros Superiores            | 214          |
| Quadros Intelectuais e Científicos         | 630          |
| Quadros Intermédios                        | 998          |
| Empregados do Comércio e Serviços          | 4019         |
| Operários Qualificados e Semi-qualificados | 7635         |
| Operários não qualificados                 | 5810         |
| Outros Activos                             | 1101         |
| <b>Total de Activos</b>                    | <b>22463</b> |
| Inactivos                                  | 14550        |
| <b>Total</b>                               | <b>37014</b> |

Fonte: Recenseamento Geral da População 2001. In Estatística de Imigração 2005; ACIME.

O perfil socio-económico da comunidade angolana, aproxima-se aos outros imigrantes dos PALOP, principalmente dos guineenses, que adiante analisaremos. Importa, contudo, realçar que, um grande número de angolanos está ocupado em profissões menos qualificadas em comparação com aquelas que exerciam no país de origem.

O estudo de Jorge Malheiros (1995), intitulado “*Labour Market Experience of Refugees in Portugal and Spain: A Case Study of Angolans, Timorese and Saharais*” corrobora esta afirmação. Dos indivíduos angolanos inquiridos houve, claramente uma desvalorização da sua situação profissional em Portugal comparativamente à possuída em Angola.

Segundo o autor, esta situação não é específica aos imigrantes angolanos, reporta-se igualmente aos “outros” imigrantes africanos. O autor atribui esta situação ao conjunto de desvantagens trazidas pelos próprios indivíduos, como sejam problemas na equivalência de certificados académicos, dificuldades linguísticas, desconhecimento dos sistemas locais do mercado de trabalho, etc., a que se junta o preconceito comum nas sociedades europeias de que os africanos têm qualificações escolares e profissionais reduzidas e, como tal, apenas estão aptos a desempenhar tarefas desqualificadas como a indústria transformadora e construção civil e, no caso feminino, serviços domésticos e comércio – mesmo quando os indivíduos possuem um grau de instrução mais elevado. Como podemos observar no quadro 6, os dados do último Recenseamento Geral da População, não ressalva à comunidade angolana.

Quadro 6: Distribuição percentual de imigrantes angolanos por nível de qualificação académica em 2001.

| Pais   | Não sabe ler nem escrever | Sabe Ler e escrever sem possuir qualquer grau | Ensino Básico | Ensino Secundário | Ensino Superior |
|--------|---------------------------|---|---------------|-------------------|-----------------|
| Angola | 8,2                       | 9,7   | 60,4          | 17,8              | 3,9             |

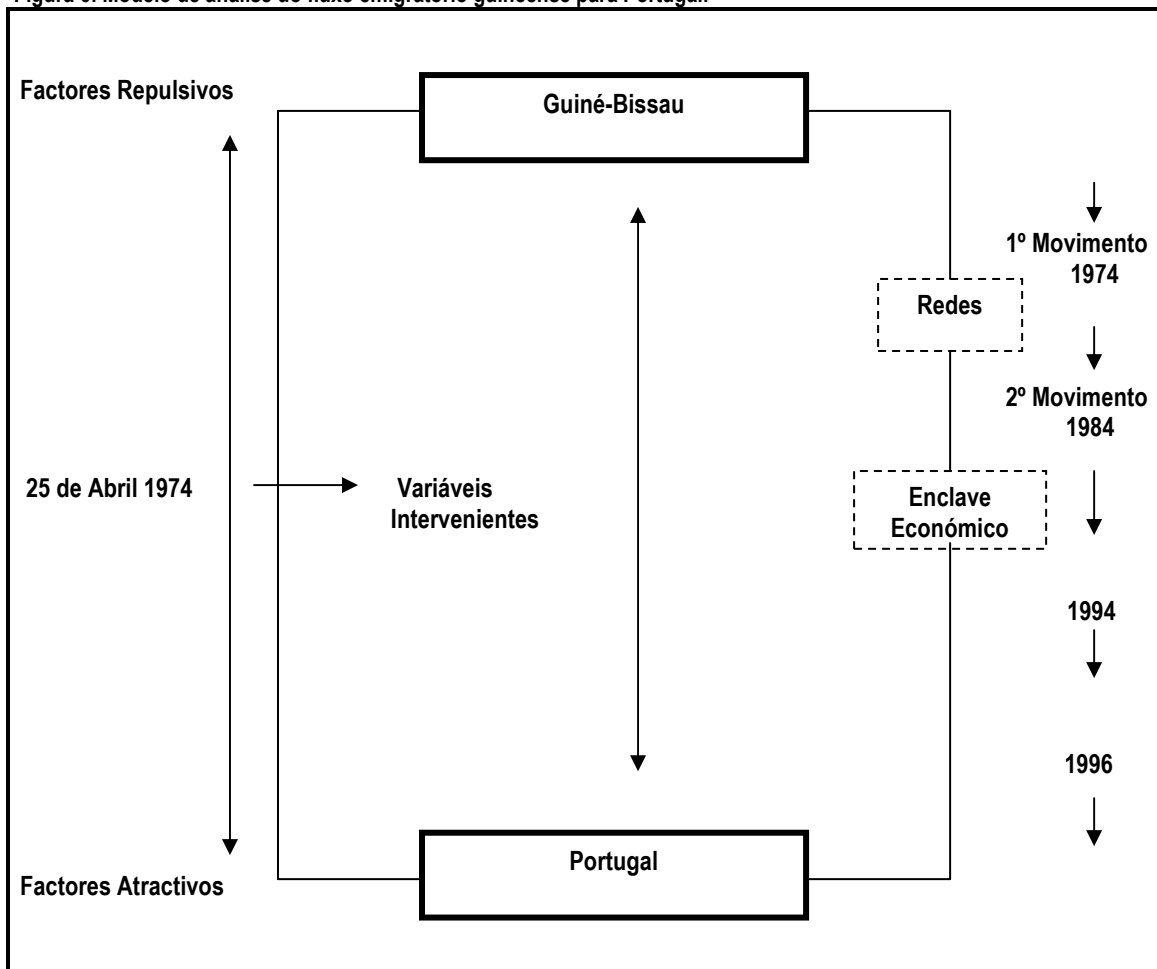
Fonte: Recenseamento Geral da População 2001. In ACIME: Estatística de Imigração 2005.

Apesar de serem, relativamente escolarizados, os imigrantes angolanos, como qualquer outros dos PALOP, enfrentam grandes dificuldades no mercado de trabalho português. No estudo sobre “*OS Movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*”, Baganha, Ferrão e Malheiros (2002), sublinham esta situação de precariedade, ao identificar uma sobre-representação dos trabalhadores dos PALOP no mercado de trabalho informal, assim como uma maior precarização laboral destes trabalhadores – menor proporção de contratos permanentes, taxas de inscrição na Segurança Social inferiores às do total de população imigrada, ocorrência de situações de salários inferiores aos dos nacionais e à sua efectiva categoria profissional e não pagamento de regalias e mesmo de salários após o término do acordo de trabalho.

### 3.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO GUINEENSE

Ao analisar as causas da emigração guineense para Portugal, Quintino (2004:96), articulou no seu estudo sobre “*Migrações e Etnicidade em Terrenos Portugueses: Guineenses: Estratégias de Invenção de uma Comunidade*”, as teorias da *perspectiva do equilíbrio* (factores que no país emissor e no país receptor motivam os indivíduos a partir e o conjunto de obstáculos e facilidades que se colocam entre a origem e o destino) com as abordagens que se inserem no paradigma *histórico-estrutural*, em que permite fazer a ponte entre a microvisão centrada no indivíduo e a macrovisão centrada nos factores estruturais – *rede social e enclave económico* (ver a figura 6).

Figura 6: Modelo de análise do fluxo emigratório guineense para Portugal.



Fonte: Quintino, 2004:97.

Neste quadro, segundo Quintino (2004:96-98) e Machado (2002:79-86), a emigração dos guineenses para Portugal foi efectuada, de *grosso modo*, em dois movimentos distintos. O primeiro inicia-se no período após a independência e insere-se no movimento de retorno das ex-províncias ultramarinas, constituído por indivíduos de origem portuguesa e guineenses de nacionalidade portuguesa, designados por Machado (2002:79), de “*lusoguineenses*”. O segundo tem o seu início após o período crítico da descolonização e da consolidação da independência, ganhando maior expressão a partir de 1984. Segundo Machado (2002:80), é nesse ciclo que se encontram os *imigrantes propriamente ditos*.

O primeiro movimento migratório, resulta das mudanças estruturais decorrentes da Revolução de Abril de 1974 e do rápido processo de descolonização. Por outro lado, a instabilidade gerada e as incertezas face ao poder que se instalaria com a independência, a 11 de Setembro de 1974, constituíram, seguramente, factores de repulsão para aqueles que residiam naquela ex-província ultramarina, hoje República da Guiné-Bissau.

Na concepção de Quintino (2004:98), este movimento migratório, embora se inclua no movimento de *retornados* das ex-províncias ultramarinas, possui características que o tornam um padrão distinto. Ao contrário das outras províncias, como foi o caso de Angola, o volume da população repatriada e refugiada foi reduzido, o momento da migração foi ponderado e o abandono do território processou-se de uma forma organizada e num ritmo gradual, extenuando-lhe o carácter de migração forçada, súbito e imperativo (Rocha-Trindade, 2001: 173; Machado, 2002:79).

Ao centrar no caso de *lusoguineenses*, isto é, aqueles que possuíam a nacionalidade portuguesa, resultante da existência de ascendentes portugueses, ou que desempenharam funções nas antigas administração coloniais, Machado (1998: 11), afirma que se tratava de um grupo fortemente escolarizados e detinham um elevado capital económico, social e cultural. São maioritariamente provenientes da cidade de Bissau, descendentes de famílias miscigenadas e, por conseguinte, não se identificam em termos étnicos.

Sublinha-se, ainda que o facto de possuírem nacionalidade portuguesa e manterem a mesma categoria profissional que detinham na Guiné-Bissau, conferiu-lhes um estatuto diferente no país receptor, facilitando deste modo, a sua rápida integração na sociedade portuguesa.

Se a emigração dos *lusogineenses* deriva do contexto de transição política associado à independência do país, a vinda dos *imigrantes* ocorre num quadro mais amplo de repulsão migratória, característico de muitos países em via de desenvolvimento, isto é, resultante da instabilidade económica, política e social.

Perante este cenário, em que todos os sectores da economia apresentavam taxas negativas de crescimento, o então Governo guineense estabeleceu um programa de reformas económicas – o Plano de Desenvolvimento Nacional (1983-86) com os objectivos de liberalizar o comércio, aumentar os preços aos produtores e encorajar o investimento privado. Nesta sequência, em 1987, em cooperação e/ou negociação com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, o governo alicerçou à sua estratégia de desenvolvimento no chamado *Plano de Ajustamento Estrutural (PAE)*. Plano esse, que ficou “a quem das expectativas”, dado que a sua aplicação não atingiu os pressupostos pretendidos, isto é, em vez de promover o desejado crescimento económico, fomentou o “*aumento galopante da inflação e novas acumulações de endividamento externo*” (Machado, 2002:80).

Segundo Machado (2002:80-81), o fracasso destas medidas económicas teve especial impacto na classe dos trabalhadores assalariados, na sua maioria, funcionários públicos, em que viram os seus salários em atraso e, conseqüentemente, acabaram por perder o poder de compra que resulta, por um lado, desse fenómeno e, por outro, da adopção da moeda: franco CFA (Comunidade Financeira Africana), vigente entre outros países da África Ocidental.

A convulsão política de 1998, agravou também a situação económica naquele país, sobretudo devido à quase total destruição das infra-estruturas produtivas (Rocha-Trindade, 2001:173). Por conseguinte, considerando a situação de desemprego e a conseqüente pobreza, os guineenses sentiram a necessidade de emigrar para outras paragens à procura de melhores condições de vida. No que concerne ao país de destino, é de salientar que Portugal aparece como um destino privilegiado. A preferência por Portugal prende-se, com a questão das afinidades culturais e linguísticas, devido ao seu passado histórico (Machado, 2002:82).

Estes factos, contribuíram para o aumento de imigrantes guineenses em Portugal. Nota-se um peso significativo das etnias: *fula, mandinga, manjaca e mancanha*, predominantemente jovens do sexo masculino que na sua maioria vêm sozinhos para Portugal, com objectivos de arranjar trabalho (Machado, 1998:23).

### 3.3.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS IMIGRANTES GUINEENSES

#### 3.3.1.1 - DIMENSÃO DA COMUNIDADE

Segundo Machado (1998:15), em 1981, residiam legalmente em Portugal, apenas 1.126 guineenses. Era a comunidade mais reduzida dos PALOP. A partir desta data, os números têm vindo a aumentar progressivamente. Em 1986, a população guineense a residir legalmente em Portugal estimava-se em 2.494. Nos finais dos anos noventa, ou mais concretamente em 1998, residiam legalmente, no país 12.894 imigrantes guineenses (Rocha-Trindade, 2001:172).

Por conseguinte, os dados oficiais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, referentes a Dezembro de 2004 indicam 25.148 guineenses com estatuto legal a residirem em Portugal, afirmando-se deste modo, como a quinta comunidade mais numerosa e a terceira maior dos PALOP (ver o Quadro 7 e o gráfico 2, p.79).

Quadro 7: Nº de imigrantes guineenses com estatuto legal em 2004 (AP+AR – Autorizações de Permanência + Autorizações de Residência).

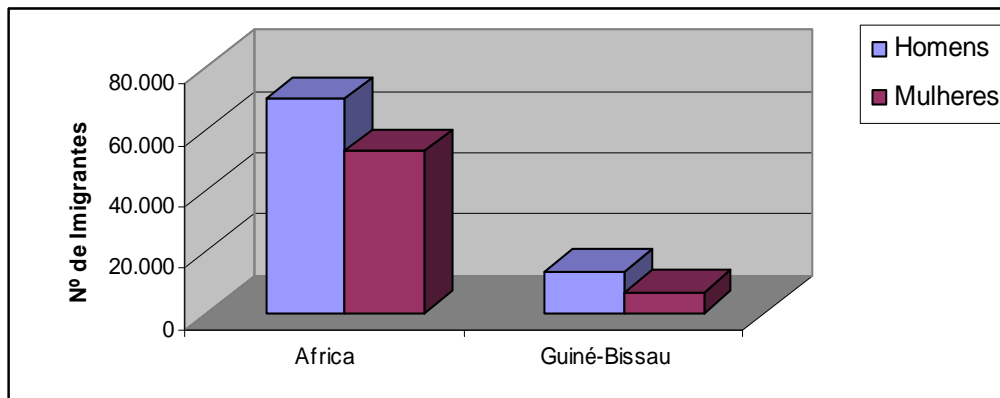
| PAÍSES       | AP (2001-2004) | AR 2004 |
|--------------|----------------|---------|
| ÁFRICA       | 29.808         | 123.093 |
| Guiné-Bissau | 4.323          | 20.825  |

Fonte: SEF, Relatório de 2004.

O crescimento deste grupo em Portugal está, como vimos, subjacente à efectiva crise política e económica prolongada nas últimas décadas naquele país. Desta forma o abandono da Guiné-Bissau surge, segundo Machado (2002:82), como *“uma real alternativa de vida e é assim que se vai encontrar, entre os guineenses residentes em Portugal, uma proporção considerável de jovens com ensino secundário completo ou com diplomas universitários”*.

Segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, referentes a Dezembro de 2004, dos 123.093 africanos com Autorização de Residência (AR), em Portugal, 20.825 são guineenses, dos quais 13.821 são homens e 7.004 são mulheres, sendo a idade média de 30 anos. Estes factos asseveram que a comunidade guineense é bastante jovem e predominantemente masculina (ver o gráfico 4).

Gráfico 4: Imigrantes guineenses, com Autorização de Residência (AR) por sexo, em 2004.



Fonte: SEF, Relatório de 2004.

A elevada taxa de “masculinidade”, parece estar associada a padrões tradicionais de uma imigração laboral protagonizada por jovens e adultos do sexo masculino em idade activa que abandonaram o país de origem em busca de melhores condições de vida em Portugal. Esses imigrantes concentram-se nos grandes centros urbanos, locais onde já têm amigos e familiares. Após a sua inserção e estabilidade no mercado de trabalho começam a delinear o processo de reagrupamento familiar, “mandando vir”, principalmente as mulheres e os filhos.

### 3.3.1.2 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A distribuição geográfica da comunidade guineense em Portugal, está relacionada com as zonas de maior actividade do sector da construção civil e obras públicas. Segundo o relatório provisório de 2005 do SEF, os principais núcleos de fixação dos guineenses residentes em Portugal situam-se nos distritos de Lisboa, Setúbal, Faro, Aveiro, Porto e Coimbra (ver o quadro 8). Nesta conformidade, Rocha Trindade (2001:173), especifica que as famílias mais abastadas, correspondendo à imigração inicial de quadros e funcionários (*luso-guineenses*), localizam-se em Campo de Ourique, Avenidas Novas e Benfica. As populações mais desfavorecidas, aquelas que Machado (1998, 2002), chama de *imigrantes* propriamente ditos, habitam, maioritariamente na zona J, da freguesia de Marvila, Santo António dos Cavaleiros (Loures) e Paço de Arcos (Oeiras), na margem sul, em Almada/Laranjeiro e Corroios/Seixal.

Quadro 8: Imigrantes guineenses residente em Portugal, por distrito de residência.

| Distritos        | Nº de Imigrantes Guineenses |
|------------------|-----------------------------|
| Aveiro           | 522                         |
| Beja             | 18                          |
| Braga            | 121                         |
| Bragança         | 14                          |
| Castelo Branco   | 1                           |
| Coimbra          | 325                         |
| Évora            | 28                          |
| Faro             | 2494                        |
| Guarda           | 2                           |
| Leiria           | 65                          |
| Lisboa           | 14943                       |
| Portalegre       | 10                          |
| Porto            | 359                         |
| Santarém         | 73                          |
| Setúbal          | 2162                        |
| Viana do Castelo | 24                          |
| Vila Real        | 24                          |
| Viseu            | 21                          |
| Açores           | 79                          |
| Madeira          | 140                         |
| Total            | 21475                       |

Fonte: SEF, Relatório provisório de 2005.

Na perspectiva de Paulino (2003:99), a elevada concentração dos imigrantes guineenses, nos distritos referidos, sobretudo no de Lisboa, está associada aos seguintes factores:

- A localização de grandes empreendimentos públicos: construção de habitações, auto-estradas, unidades fabris, pontes;
- A concentração de actividades como a construção civil, os serviços domésticos ou de restauração nas grandes áreas urbanas;
- As características das próprias cidades que, com as suas infra-estruturas, facilitam, a instalação de um conjunto de indivíduos com condições económicas muito desfavoráveis nas suas periferias;
- A procura da integração étnica, social e comunitária, dado que os recém-chegados vão viver para junto da sua comunidade, que facilita a sua integração na sociedade através de quadros relacionais de inter-ajuda.

A fixação dos guineenses, tal como “outros” contingentes dos PALOP em geral, reflecte o tipo de imigração que os caracteriza. São, na sua maioria, imigrantes laborais.

### 3.3.1.3 - SITUAÇÃO PROFISSIONAL

A situação profissional, ou mais concretamente, o mercado de trabalho e a esfera profissional ocupam um lugar de grande centralidade no seio da comunidade migrante, e a comunidade guineense não é excepção. Como podemos constatar no quadro 9, os dados referente ao último Recenseamento Geral da População, evidenciam que, num total de 15.824 imigrantes guineenses, 10.390 indivíduos estavam no activo.

Quadro 9: Distribuição dos imigrantes guineenses por grupos socio-económicos.

| Grupos Socio-económicos                    | Guineenses |
|--|------------|
| Empresários e Pequenos Patrões             | 630        |
| Independentes                              | 284        |
| Dirigentes e Quadros Superiores            | 112        |
| Quadros Intelectuais e Científicos         | 338        |
| Quadros Intermédios                        | 314        |
| Empregados do Comércio e Serviços          | 1085       |
| Operários Qualificados e Semi-qualificados | 4780       |
| Operários não qualificados                 | 2475       |
| Outros Activos                             | 327        |
| Total de Activos                           | 10390      |
| Inactivos                                  | 5434       |
| Total                                      | 15824      |

Fonte: Recenseamento Geral da População 2001. In ACIME: Estatística de Imigração 2005.

Todavia, tal como acontece com a generalidade dos imigrantes laborais dos PALOP, a maioria dos imigrantes guineenses activos, enfrenta a precariedade no mercado de trabalho, independentemente do seu grau de escolaridade.

Sobre este assunto, Machado (2002:177), salienta que “a necessidade de garantir em termos imediatos a subsistência própria, e da família que ficou, é incompatível com a procura, demorada e de resultado incerto, de um emprego mais qualificado (...) a possibilidade de encontrar rapidamente um emprego desse tipo é pequena, quer porque os imigrantes têm aí de competir com muitos licenciados nacionais à procura do mesmo, quer porque os diplomas por eles obtidos fora de Portugal têm, regra geral, menos valor no mercado. Pelo contrário no sector de construção é fácil encontrar trabalho dois ou três dias depois de ser chegado, independentemente das qualificações possuídas”.

Na perspectiva de Machado (1998, 2002), o facto acima descrito, não significa necessariamente, que os imigrantes não detenham eles próprios qualificações. De facto, o autor conclui que 35,3% dos imigrantes guineenses à chegada a Portugal, tinham como nível de escolaridade, o secundário complementar e 32, 5% o ensino secundário geral. Estes níveis de escolaridade são reflexos da condição urbana destes migrantes (Machado, 1998:33-34), sendo o sexo feminino, aquele que apresenta habilitações literárias ligeiramente superiores em relação às do sexo masculino.

Os dados do último Recenseamento Geral da População revelam igualmente o nível de qualificação académica da comunidade guineense em Portugal. Num total de 15.824 desses imigrantes, a grande maioria era detentor do ensino básico e secundário (ver o Quadro 10).

Quadro 10: Distribuição percentual de imigrantes guineenses por nível de qualificação académica em 2001.

| Pais                  | Não sabe ler nem escrever | Sabe Ler e escrever sem possuir qualquer grau | Ensino Básico | Ensino Secundário | Ensino Superior |
|-----------------------|---------------------------|---|---------------|-------------------|-----------------|
| Imigrantes Guineenses | 12,0                      | 12,6  | 56,3          | 14,4              | 4,7             |

Fonte: Recenseamento Geral da População 2001, in ACIME: Estatística de Imigração 2005.

Salientamos, porém, que o grupo *lusu-guineense*, caracterizado como os membros da comunidade fortemente escolarizados, pertencentes ao seguimento com mais recursos e com mais capital económico, social e cultural, não são considerados nos Censos, visto possuíram nacionalidade portuguesa.

### 3.4 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO DOS EUROPEUS DE LESTE

*“Muitas coisas mudaram, mas não se passou nada.*

*Ou se preferirem, muitas coisas se passaram, mas  
não mudou nada.”*

*Mikhail Svanetski*

A profunda transformação ocorrida nos países da Europa de Leste<sup>23</sup> e o processo de transição para a democracia ali desenvolvido, no pós desmoronamento de ex-União Soviética e da queda de Muro de Berlim (1989), vieram provocar, entre outros, assinaláveis efeitos no domínio específico da circulação de pessoas e um agravamento sensível da pressão migratória exercida sobre os países da União Europeia.

Não tendo qualquer ligação histórica, linguística e cultural com Portugal, os imigrantes provenientes da Ucrânia, Moldávia, Roménia e da Rússia tornaram-se a partir de 2001, um dos principais grupos de imigrantes a residir no país. A existência de novas oportunidades económicas em Portugal, constituiu um importante factor de atracção para estas populações imigrantes.

Para uma melhor compreensão do contexto em que os países da Europa de Leste se inserem no circuito migratório, torna-se importante, examinar as três dimensões: geográfica, política e económica.

A nível geográfico, convém salientar que, a vastíssima região da Europa Central e de Leste, entre os seus vales, planícies e montanhas (ver a figura 7), distingue-se do resto da Europa pela diversidade dos elementos que a compõem.

---

<sup>23</sup> *Considera-se Europa de Leste, todos os países do continente europeu que ficam a Leste dos países que compõe a EU até à Rússia. Nomeadamente: Rússia, Letónia, Lituânia, Bielo-Rússia, Ucrânia, Moldávia, Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria, Roménia, Eslovénia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Estónia, Servia, Macedónia, Albânia e Bulgária. É, contudo possível que este grupo se possa subdividir entre Europa de Leste propriamente dita e Europa Central. A República Checa, Hungria e Eslováquia fazem parte do último grupo fazendo o resto dos países do primeiro. No entanto, sempre que referimos a “Europa de Leste” estaremos a considerar este grupo como um todo. Mas dentro deste grupo, damos maior relevância aos países constituintes do nosso grupo de estudo (Ucrânia, Moldávia, Bulgária, Roménia e Rússia).*

Lucas Pires (1992:26), afirma que “a Europa, do ponto de vista orogénico, não é mais do que um corredor alargado entre maciços e cadeia divergentes (...) que fragiliza as fronteiras do Centro e Leste da Europa”.

Figura 7: Mapa dos países de Europa de Leste.



Fonte: [www.encyclopedia.tiosam.com](http://www.encyclopedia.tiosam.com), consultado em 27/07/2006.

No que concerne à dimensão política/económica, é de salientar que nos últimos tempos, estes países têm atravessado uma grave crise estrutural, consequência das transformações que se têm vindo a operar a nível político, económico e social. Estas radicais mudanças tiveram a sua génese, como vimos, no desmoronamento da URSS e de toda a ordem política estabelecida após Segunda Guerra Mundial. Em todos estes países, iniciou-se a transição para a economia de mercado, com sérios impactos sociais. A radical transição de um modelo económico socialista-planificado e centralizado para um modelo democrático e uma economia liberal de mercado, tem revelado algum progresso (ver o quadro 11), mas não deixa de ser, particularmente dolorosa, empobrecendo e fragilizando largos sectores da sociedade. As subvenções a uma extensa gama de produtos básicos foram suprimidas, o que ocasionou o colapso de inúmeros circuitos de comercialização.

Abandonou-se, portanto, um modelo estatizante baseado na propriedade colectiva dos meios de produção e no planeamento económico altamente centralizado para um sistema capitalista “*laissez faire*” inspirado no modelo do estado liberal e capitalista ocidental, onde o intervencionismo se reduz ao mínimo, com a passagem das propriedades estatais para o controlo e administração privada.

Quadro 11: Progresso no processo de transição dos países da Europa de Leste.

| PROGRESSO NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO |                     |                         |              |     |                      |                  |                                       |
|------------------------------------|---------------------|-------------------------|--------------|-----|----------------------|------------------|---------------------------------------|
| Países                             | População (milhões) | % do sector priv do PIB | Privatização |     | Mercado              |                  | Inst. financ.                         |
|                                    |                     |                         | G. Empresas  | PME | Liberaliz. de preços | Política concor. | Reforma da banca e liberal. taxa juro |
| Bulgária                           | 8,2                 | 60                      | 3            | 3+  | 3                    | 2                | 3-                                    |
| Rep. Checa                         | 10,3                | 80                      | 4            | 4+  | 3                    | 3                | 3+                                    |
| Hungria                            | 10,1                | 80                      | 4            | 4+  | 3+                   | 3                | 4                                     |
| Polónia                            | 38,8                | 65                      | 3+           | 4-  | 3+                   | 3                | 3+                                    |
| Roménia                            | 2,4                 | 60                      | 3-           | 4-  | 3                    | 2                | 3-                                    |
| Eslovénia                          | 2,0                 | 55                      | 3+           | 4+  | 3                    | 2                | 3                                     |
| Rússia                             | 146,7               | 70                      | 3+           | 4   | 3-                   | 2+               | 2-                                    |
| Bielorrússia                       | 10,2                | 20                      | 1            | 2   | 2-                   | 2                | 2                                     |

A escala de avaliação para se medir o progresso do processo de transição varia de zero a cinco com ponderações de mais ou menos. No peso do sector privado no PIB deverá ter-se em atenção que muitas das grandes empresas privatizadas ou mantêm a maioria do capital nas mãos do Estado ou este dispõe de "golden shares", o que distorce a análise.

Fonte: in Almeida, 2001:26.

Todavia, a situação socioeconómica dos países da Europa de Leste, durante a década de 90, não deixa de ser bastante preocupante. Como observa Pestana (1995:93-99), toda a estabilidade estrutural socio-económica, como o acesso à educação, à cultura e aos bens de equipamento essenciais que faziam parte do salário social, onde o emprego nas grandes empresas era acompanhado por infra-estruturas sociais, como infantários, hospitais e habitação quase gratuitas, terá sofrido um cataclismo a todos os níveis. Encerraram muitas fábricas de tecnologia e gestão anacrónicas, bem como muitas empresas e serviços públicos artificialmente suportados pelo Estado, deixando sem ocupação milhões de pessoas. O autor descreve ainda que, “só a desmilitarização da economia da ex-União Soviética atingiu 18 milhões de civis que trabalhavam directamente para a defesa e a produção de armamento, grande parte deles sem possibilidade de recolocação” (Pestana, 1995:93).

Guy Standing (cit. in Pestana, 1995: 93), responsável pelo dossier “*Leste Europeu*” na OIT (Organização Internacional de Trabalho), avaliou em 7 milhões o número de pessoas atingidas pelo desemprego corrente na Rússia, podendo este número ter ultrapassado os 10 milhões nos anos 90. A agravar os custos da transição, verificou-se a impotência dos governos em conseguirem modernizar os seus aparelhos industriais e produtivos; legitimar os sistemas de propriedades (em muitas situações, continuou a verificar-se a consolidação de antigos privilégios de função através do acesso à propriedade privada), e regularizar os sistemas tributários, o que provocou a exiguidade de recursos públicos e o consequente colapso nos serviços públicos (educação, saúde, transportes e segurança).

Nos anos 90, segundo um relatório do Ministério do Trabalho da Rússia, publicado em 5 de Fevereiro de 1994, “*três em cada quatro russos não auferiam mais de 11.400 escudos (100 mil rublos), (correspondente a 58€ actual) por mês (Pestana, 1995: 94). Como podemos observar no Quadro 12, milhões de pessoas daquela região viviam abaixo do chamado limiar de pobreza.*

Quadro 12: Indicadores de pobreza em alguns países da Europa de Leste nos anos 80/90.

| INDICADORES DE POBREZA |                                   |       |   |       |                               |
|------------------------|-----------------------------------|-------|---|-------|-------------------------------|
| Países                 | Pop. abaixo do nível de pobreza % |       | Número total pop. abaixo nível pobreza em milhões |       | Nível pobreza de US\$ por mês |
|                        | 87-88                             | 93-95 | 87-88   | 93-95 |                               |
| Bulgária               | 2                                 | 15    | 0,1   | 1,3   | 30                            |
| Rep. Checa             | 0                                 | <1    | 0,0   | 0,1   | 32                            |
| Hungria                | 1                                 | 4     | 0,1   | 0,4   | 57                            |
| Polónia                | 6                                 | 20    | 2,1   | 7,6   | 51                            |
| Roménia                | 6                                 | 59    | 1,3   | 13,5  | 28                            |
| Eslovénia              | 0                                 | <1    | 0,0   | 0,0   | 73                            |
| Rússia                 | 2                                 | 50    | 2,2   | 74,2  | 21                            |
| Tajiquistão            | 12                                | 88    | 0,5   | 4,0   | 16                            |

A escala de avaliação para se medir o progresso do processo de transição varia de zero a cinco com ponderações de mais ou menos. No peso do sector privado no PIB deverá ter-se em atenção que muitas das grandes empresas privatizadas ou mantêm a maioria do capital nas mãos do Estado ou este dispõe de “golden shares”, o que distorce a análise.

Fonte: in Almeida, 2001:26.

Segundo Pestana (1995:94), em Moscovo, o número de pessoas sem-abrigo foi estimado entre 50 mil e 150 mil. O salário mínimo nacional rondava o equivalente a 10€. A quase totalidade dos rendimentos familiares era consagrada à alimentação. Desde 1989 tem diminuído substancialmente o consumo de carne (com um quilo a custar metade do salário mínimo), do peixe, da fruta e dos produtos lácteos, tendo aumentado, em

contrapartida, o de pão e de batatas. Na Bulgária, mais de metade dos 8,9 milhões de habitantes viviam abaixo do limiar da pobreza. Para os milhares de ucranianos, o rendimento médio mensal correspondia a menos de 8€, traduzidos em moeda ucraniana (karbowanjes) uma das mais desvalorizadas moedas de mundo. Na Roménia, onde o salário médio rondava os 45€, 42% dos 28 milhões de habitantes viviam na pobreza e 13% abaixo do chamado nível de subsistência. O vencimento de um cirurgião chegava a ser na Roménia, quarenta vezes menor do que aquele que normalmente lhe caberia num país da União Europeia.

Outros elementos dignos de análise têm a ver com a criminalidade; aumento da delinquência e corrupção, fenómenos geralmente associados aos períodos de crise económica e de convulsão social, propiciadores de um clima de anomia e desagregação.

A corrupção alastrou por todo o tecido social, o que no entender de Almeida (2001:27), representa, um dos factores limitativos para o incentivo ao investimento. O quadro que se segue ilustra a frequência e dimensão da corrupção de alguns países da Europa de Leste na década de 90.

Quadro 13: Frequência e Dimensão da Corrupção em alguns países da Europa de Leste nos anos 90.

| FREQUÊNCIA E DIMENSÃO DA CORRUPÇÃO |                               |  |
|------------------------------------|-------------------------------|--|
|                                    | Empresas que pagam subornos % | Peso corrupção % volume anual receitas |
| <b>Bulgária</b>                    | 23,9                          | 3,5                                    |
| <b>Rep. Checa</b>                  | 26,3                          | 4,5                                    |
| <b>Hungria</b>                     | 31,3                          | 3,5                                    |
| <b>Polónia</b>                     | 32,7                          | 2,5                                    |
| <b>Roménia</b>                     | 50,9                          | 4,0                                    |
| <b>Eslovénia</b>                   | 7,7                           | 3,4                                    |
| <b>Rússia</b>                      | 29,2                          | 4,1                                    |
| <b>Moldova</b>                     | 38,8                          | 8,1                                    |

*Os valores deste quadro têm de ser entendidos como meramente indicativos, dada a impossibilidade de se dispor de estatísticas credíveis relativamente à corrupção.*

Fonte: in Almeida, 2001:27.

Pestana (1995:96), estima que havia na década de 90 mais de 5800 diferentes organizações criminosas em actividade no território da Comunidade de Estados Independentes. “ (...) Calcula-se que 30 milhões de armas de fogo possam estar na posse dos civis no conjunto de todas as repúblicas da ex-União Soviética (...) com o exército em

*fase de descontrolada liquidação, vendem-se ao desbarato munições e armamento, desde granadas a “bazookas” passando pelas pistolas “Makarov” e pelas metralhadoras “Kalashnikov” (Pestana, 1995:96).*

Por tudo isto, não surpreende que muitos cientistas – em especial matemáticos, informáticos, médicos etc. tenham abandonado a Europa de leste. No entender de Pestana (1995: 95), esta *“fuga de cérebros era acompanhada, em todo o leste europeu, por migrações substanciais de milhares de indivíduos e de famílias que procuram, no ocidente, melhores condições de vida”*.

Portugal não ficou imune a esse fenómeno. Muitos autores (Baganha, 2004; Pena Pires, 2003; Rocha-Trindade, 2001; Portella, 2001; Ferreira, 2005), apontam os meados da década de 90 como o período em que começou a surgir novos fluxos migratórios provenientes da Europa de Leste.

Segundo Portella (2001:184-185), foi entre 1993 e 1995 que surgem os primeiros cidadãos do leste, atraídos pelas perspectivas de trabalho abertas em Portugal devido às obras de construção da Expo 98. De facto, com a entrada de Portugal na União Europeia e consequentemente, com o desenvolvimento de infra-estruturas derivado dos fundos estruturais, constituem factores importantes para a compreensão deste súbito fenómeno migratório. Estes factores “push” devem ter em consideração os factores “pull” dos países de origem, devido, como vimos, às suas fraquezas económicas.

Os romenos foram os primeiros a chegar. Em 1996, após a legalização extraordinária, o fluxo migratório acentua-se, acrescido de moldavos, ucranianos e demais nacionalidades da Europa Leste.

Ainda na opinião de Portella (1995:184-185), esses imigrantes entram em Portugal, normalmente, legais com vistos de turista obtidos nos consulados sedeados nos seus países de origem. Os imigrantes desta região entram no espaço Schengen pela Áustria, Alemanha, Holanda ou França, com vistos de turista concedidos por esses países.

Todavia, no final da década de noventa, o número de imigrantes provenientes da Europa do Leste, residentes em Portugal, era bastante reduzido. Em 1999, residiam legalmente no país 2.373 desses indivíduos (SEF - Relatório de 1999).

Com a viragem do milénio, esta tendência foi drasticamente alterada, devido à entrada de dezenas de milhar de imigrantes provenientes da Europa de Leste em Portugal, com destaque para Ucrânia, Moldávia, Rússia e Roménia. Como afirmam Baganha, Marques e Góis (2004), a emigração do Leste da Europa para Portugal é um fenómeno recente e de grande amplitude na sociedade portuguesa. Salientaram, porém que “ (...) *esta mudança foi particularmente imprevisível porque Portugal não adoptou, durante este período, nenhuma política pró-activa de recrutamento de imigrantes do Europa de Leste, nem tinha quaisquer laços históricos, culturais ou económicos privilegiados com esta região a que possa atribuir este súbito e intenso movimento de trabalhadores migrantes desta região para Portugal*”.

Tendo em conta este repentino movimento migratório dos europeus de leste para Portugal, procederemos, em seguida, uma breve caracterização destas comunidades, analisando a sua dimensão e dinamismo na sociedade portuguesa, salientando a sua distribuição geográfica e situação profissional.

### 3.4.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS IMIGRANTES DA EUROPA DE LESTE

#### 3.4.1.1 - DIMENSÃO DA COMUNIDADE

Como vimos, até ao final da década de noventa, a população migrante proveniente dos países da Europa de Leste cifrava-se em 2.373 indivíduos. Com a criação do título de Autorização de Permanência (DL nº 4/2001), os dados estatísticos revelaram a verdadeira magnitude deste fenómeno migratório. Nesta conformidade, no final desse mesmo ano, encontravam-se a residir legalmente em Portugal 70.430 imigrantes provenientes da Europa de Leste (Baganha, Marques e Góis: 2004:96).

Como podemos observar no Quadro 14, no final de 2004, residiam legalmente em território português um elevado número de imigrantes provenientes da Europa de leste, tendo-se alguns desses países, como é o caso da Ucrânia, afirmado como a segunda comunidade mais numerosa em Portugal e a maior da Europa de Leste (ver o quadro 14 e o gráfico 2, p.79).

Quadro 14: Número de imigrantes de alguns países da Europa de Leste, com estatuto legal em 2004 (AP+AR – Autorizações de Permanência + Autorizações de Residência).

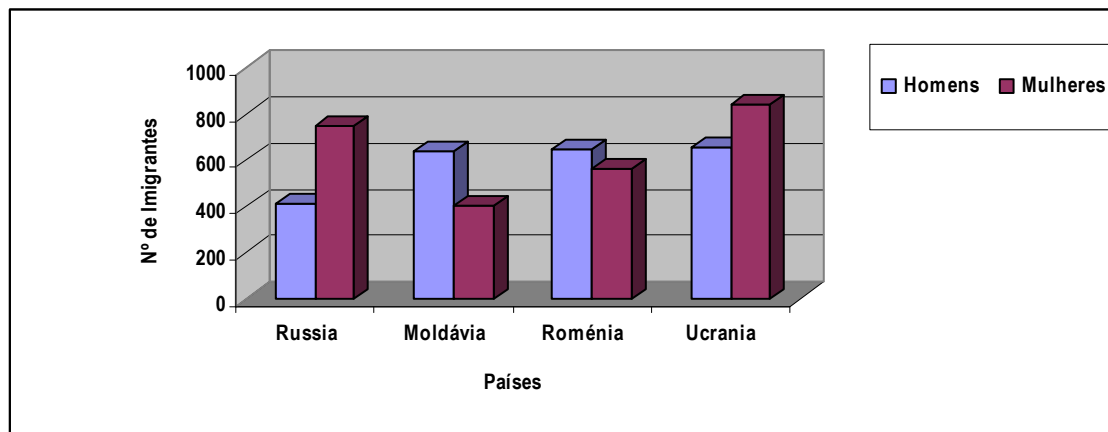
| Países   | AP (2001-2004) | AR 2004 |
|----------|----------------|---------|
| Rússia   | 7053           | 1158    |
| Moldávia | 12647          | 1042    |
| Roménia  | 10944          | 1211    |
| Ucrânia  | 64730          | 1497    |

Fonte: SEF, Relatório de 2004.

Contudo, convém frisar a especificidade do processo de legalização de 2001. Ao contrário dos processos anteriores, em que a legalização passava pela concessão de Autorização de Residência (AR), este processo assentou na figura das Autorizações de Permanência (AP) (enquadradas pelo Decreto-Lei 4/2001), em que, apenas autorizam a permanência em Portugal por motivos laborais. Uma situação de desemprego, por exemplo, implica a não renovação do visto e a obrigatoriedade de o imigrante abandonar o país de acolhimento, ou passa para uma situação de irregularidade, caso essa obrigatoriedade não tivesse sido respeitada.

De acordo com os dados do SEF, a grande maioria dos imigrantes da Europa de Leste, tem menos de 45 anos, tratando-se, desta feita, de uma população jovem, em plena idade activa. Estamos perante uma imigração essencialmente masculina, embora no que diz respeito à obtenção de Autorização de Residência no país, as mulheres começam a ter uma maior representatividade. No caso da Rússia, do total de 1.158 imigrantes com Autorização de Residência, 747 são mulheres; no caso da Ucrânia, do total de 1.497 imigrantes com Autorização de residência, 841 são as mulheres. No caso da Moldávia e Roménia os homens são mais representativos. Dos 1.042 moldavos, 637 são homens e 405 são mulheres; por último, dos 1.211 romenos, 648 são homens e 563 são mulheres (ver o gráfico 5).

Gráfico 5: Imigrantes da Europa de Leste, com Autorização de Residência (AR) por sexo, em 2004.



Fonte: SEF, Relatório de 2004.

É de salientar que os dados do SEF acima descritos só abrangem os imigrantes portadores de Autorização de Residência, por isso, o número apresentado é muito reduzido, comparativamente com os imigrantes portadores de Autorização de Permanência que, como vimos, no Quadro 14 é de longe mais elevado.

### 3.4.1.2 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Quanto à distribuição geográfica da população imigrante da Europa de Leste, esta é caracterizada por uma elevada dispersão pelo território nacional (ver o Quadro 15) ao contrário do que se tem vindo a registar com outros grupos de imigrantes, que tendem a concentrar-se nas grandes áreas urbanas.

Quadro 15: Imigrantes da Europa de Leste com Autorização de Permanência, por distrito de residência.

| Distritos        | Países   |          |         |        |         |
|------------------|----------|----------|---------|--------|---------|
|                  | Bulgária | Moldávia | Roménia | Rússia | Ucrânia |
| Aveiro           | 48       | 75       | 52      | 128    | 195     |
| Beja             | 3        | 16       | 3       | 1      | 20      |
| Braga            | 13       | 14       | 68      | 37     | 52      |
| Bragança         | 1        | 0        | 12      | 3      | 1       |
| Castelo Branco   | 5        | 1        | 17      | 16     | 45      |
| Coimbra          | 18       | 31       | 34      | 46     | 56      |
| Évora            | 2        | 6        | 13      | 11     | 5       |
| Faro             | 93       | 436      | 331     | 224    | 535     |
| Guarda           | 1        | 1        | 1       | 1      | 10      |
| Leiria           | 8        | 30       | 23      | 26     | 98      |
| Lisboa           | 231      | 298      | 635     | 491    | 484     |
| Portalegre       | 2        | 45       | 18      | 2      | 34      |
| Porto            | 228      | 17       | 21      | 82     | 38      |
| Santarém         | 16       | 37       | 38      | 21     | 70      |
| Setúbal          | 52       | 211      | 190     | 155    | 162     |
| Viana do Castelo | 9        | 14       | 15      | 18     | 8       |
| Vila Real        | 0        | 1        | 9       | 7      | 10      |
| Viseu            | 71       | 59       | 14      | 8      | 44      |
| Açores           | 6        | 17       | 7       | 15     | 61      |
| Madeira          | 12       | 21       | 30      | 29     | 41      |
| Total            | 819      | 1332     | 1531    | 1321   | 1969    |

Fonte: SEF, Relatório provisório de 2005.

As diferenças registadas nos padrões de concentração residencial entre os imigrantes originários da Europa de Leste e outros imigrantes, estão directamente relacionadas com o facto de o processo migratório dos europeus de leste ser, em grande medida, configurado por redes organizadas, que por sua vez, distribuem os imigrantes pelos locais onde surgem oportunidades de trabalho.

Segundo Jorge Malheiros (2003:4), a rápida emergência de uma nova geografia da imigração em Portugal, essencialmente suportada pela maior dispersão dos indivíduos oriundos da Europa de Leste, está relacionada com um conjunto de factores, tais como:

- *As dinâmicas de desenvolvimento recente de algumas regiões (prolongamentos da AML para Norte, em direcção ao Oeste e a Santarém, Área Metropolitana do Porto, cidades médias como Leiria ou Évora), cuja oferta regional de trabalho já não consegue responder às necessidades dos ramos de actividade em relativa expansão e bastante intensivos em mão-de-obra (comércio, restauração, limpeza) ou que são marcados por forte sazonalidade e mobilidade geográfica (hotelaria, construção civil), encontram na imigração a mão de obra necessária à supressão das carências.*
- *Actividades importantes em regiões como o Alentejo ou o Norte Litoral, com forte incorporação de mão-de-obra e fraca valorização social (agricultura de mercado, indústria transformadora “tradicional”), necessitam de recorrer à mão-de-obra estrangeira para garantir a sua sobrevivência.*
- *Alguma diversificação regional nos grandes investimentos públicos em infra-estruturas e equipamentos (expansão da rede rodoviária, estádios de futebol (...)) também contribui para a dispersão dos novos imigrantes, uma vez que a construção civil se mantém como o principal empregador de estrangeiros do sexo masculino.*

O autor salienta, porém, que uma vez que esta nova vaga imigratória inclui indivíduos bastantes qualificados e relativamente dispersos pelo território nacional, o seu contributo potencial para o desenvolvimento regional pode vir a ser relevante, não só em termos de incremento da iniciativa, da produtividade e do consumo local, mas também como eventuais elos de contacto com novos países, alargando o leque de oportunidades das regiões em que se instalam. Para que este potencial se concretize, o autor acrescenta, que há que colocar em prática incentivos à fixação que passam pela igualdade de condições no mercado de trabalho, pelo apoio ao reagrupamento familiar e pela facilitação do acesso do mercado habitacional (Malheiros, 2003:5).

### 3.4.1.3 - SITUAÇÃO PROFISSIONAL

Outra característica “inovadora” destes imigrantes, prende-se com uma certa evolução na situação profissional, após a obtenção de um primeiro emprego em Portugal. Relativamente a esta questão, Conceição Ramos (2003:11), salienta que “*após o trabalho na construção, após ter-se libertado dos passadores, após ter aprendido a língua do país e beneficiando de uma melhor formação, são procurados noutras sectores (como hotelaria) ou mesmo certos empregos muito qualificados, após terem obtido a equivalência dos diplomas*”. Os dados do último Recenseamento Geral da População, especifica-nos o número destes imigrantes por grupos socio-económicos (ver o quadro 16).

Quadro 16: Distribuição dos imigrantes da Europa de Leste por grupos socio-económicos, em 2001.

| Grupos Socio-económicos                    | Países |          |         |         |
|--|--------|----------|---------|---------|
|  | Rússia | Moldávia | Roménia | Ucrânia |
| Empresários e Pequenos Patrões             | 72     | 72       | 100     | 145     |
| Independentes                              | 31     | 16       | 49      | 33      |
| Dirigentes e Quadros Superiores            | 15     | 7        | 14      | 32      |
| Quadros Intelectuais e Científicos         | 168    | 57       | 61      | 253     |
| Quadros Intermediários                     | 92     | 44       | 47      | 206     |
| Empregados do Comércio e Serviços          | 175    | 136      | 191     | 625     |
| Operários Qualificados e Simi-qualificados | 594    | 1569     | 1140    | 4886    |
| Operários não qualificados                 | 550    | 906      | 754     | 3868    |
| Outros Activos                             | 53     | 52       | 56      | 377     |
| Total de Activos                           | 1750   | 2859     | 2412    | 10425   |
| Inactivos                                  | 339    | 125      | 249     | 368     |
| Total                                      | 2089   | 2984     | 2661    | 10793   |

Fonte: Recenseamento Geral da População 2001. In ACIME: Estatística de Imigração 2005.

Segundo Fonseca (2003:116-131), na altura da realização do Recenseamento Geral da População de 2001, a visibilidade dos imigrantes da Europa de Leste, era ainda relativamente reduzida. Apesar disso, como se pode constatar no Quadro 16, há um elevado número de imigrantes activos em diversos quadros socio-económicos. Muitos são operários qualificados e simi-qualificados, mas há um grande número de dirigentes, quadros superiores, quadros intelectuais e científicos. Esta situação, está subjacente ao facto, destes grupos de imigrantes possuírem ou proclamam ter qualificações de nível superior, que segundo Rocha Trindade (2003:177), é a consequência dos sistemas

educativos que vigoram nos respectivos países, com uma elevada percentagem de frequência do ensino secundário e uma significativa frequência de cursos superiores (ver o quadro 17).

Quadro 17: Distribuição percentual de imigrantes da Europa de Leste por nível de qualificação académica, em 2001.

| Países   | Não sabe ler nem escrever | Sabe Ler e escrever sem possuir qualquer grau | Ensino Básico | Ensino Secundário | Ensino Superior |
|----------|---------------------------|---|---------------|-------------------|-----------------|
| Rússia   | 3,7%                      | 3,9%  | 29,0%         | 27,0%             | 36,3%           |
| Moldávia | 2,3%                      | 2,2%  | 33,5%         | 33,9%             | 28,0%           |
| Roménia  | 3,6%                      | 3,0%  | 39,1%         | 38,2%             | 16,0%           |
| Ucrânia  | 3,0%                      | 3,0%  | 36,2%         | 30,6%             | 27,3%           |

Fonte: Recenseamento Geral da População 2001. In ACIME: Estatística de Imigração 2005.

Rocha-Trindade (2003:177), argumenta que para muitos dos imigrantes destas proveniências, os empregos a que inicialmente podem aceder estarão sensivelmente abaixo das qualificações que realmente possuem. A autora salienta que é de prever que quando possuírem um adequado domínio da língua portuguesa e tenham feito prova de capacidades de desempenho profissional, começam progressivamente a ter acesso aos trabalhos de natureza mais qualificada ou especializada.

De qualquer modo, pela forma como se realizou a entrada destes imigrantes em Portugal, pelas suas características socio-económicas e culturais e pelas reacções políticas e sociais que desencadeou na sociedade portuguesa, este movimento marcou, indelevelmente, uma viragem na imigração portuguesa que não podemos ignorar.

No ponto seguinte, iremos analisar, as políticas portuguesas para a imigração adoptadas após 25 de Abril até actualidade, que de alguma forma, regularam e regulam a situação dos imigrantes em Portugal.

### 3.5 - POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL - RUPTURA E CONTINUIDADE

Para analisar as políticas de imigração em Portugal, convém, em primeiro lugar, assinalar o que se entende por políticas de imigração. Rocha-Trindade (2001:74), define políticas de imigração como *“um conjunto de medidas legislativas e regulamentares relativas à entrada de estrangeiros no país para fins não exclusivamente turísticos, assim como as medidas relativas à inserção ou integração de comunidades estrangeiras residentes em Portugal”*.

Se em relação ao primeiro tipo de medidas, a legislação portuguesa assenta nas directrizes do Acordo de Schengen e nas normas comunitárias, em relação ao segundo tipo, assegura aos imigrantes um conjunto significativo de direitos, ao nível do acesso à saúde, à justiça, à educação, à segurança social e outros direitos fundamentais, decorrente da Constituição e da legislação que proíbem discriminações por motivos de raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.

No contexto português, Beja Horta (2004), defende que ao longo desses 30 anos, os fenómenos decorrentes da imigração foram encarados pelo poder político de forma distinta e até por vezes contraditória. Baseando na tipologia tripartida<sup>24</sup> de Castles, a autora identifica quatro (4) fases que correspondem as formas diferenciadas de encarar a imigração e a integração dos imigrantes, que vão desde o que intitula a política *“laissez faire”* (1974-1990), à política integracionista/assimilacionista (1991-1995) à política integracionista/pluralista (1996-2002) e à política Pluralista (2002 até presente). Daí que podemos afirmar que a política de imigração em Portugal foi e está marcada pela ruptura e continuidade, isto é, ela depende da conjuntura nacional e internacional.

Nesta sequência, examinaremos as principais medidas legislativas e regulamentares, implementadas nas diferentes fases descritas e, analisaremos igualmente os seus reflexos na integração das comunidades migrantes.

---

<sup>24</sup> Nesta tipologia, os modelos políticos podem assumir três tipos diferentes: (I) Exclusão diferencial, onde a maioria dos direitos sociais, políticos e de cidadania, estão vedados aos imigrantes, apesar de poderem estar integrados no mercado de trabalho, ou noutra área social; (II) Política Assimilacionista, quando se tem em vista a assimilação dos valores e da cultura dominante pelos imigrantes e minorias étnicas (Reino Unido; França etc.); (III) Política Pluralista, quando institucionalmente são adoptadas políticas multiculturais (Canadá e Austrália) (Beja Horta, 2002:48).

### **3.5.1 - PRIMEIRA FASE: POLÍTICA LAISSEZ FAIRE (1974-1990)**

#### **3.5.1.1 - ENQUADRAMENTO POLÍTICO-LEGAL E MEDIDAS DE INTEGRAÇÃO**

Durante esta fase, o discurso do Estado Português face à imigração foi caracterizado por políticas de *“laissez faire”*, isto é, por uma reduzida atenção prestada à imigração. Esta ideia é reforçada nos estudos efectuados por Machado (1993,1996,2002), ao defender que uma das maiores implicações desta fase foi a despolíticação da imigração e etnicidade em Portugal.

Nesta fase, a política portuguesa de imigração prendia-se, sobretudo, com o estabelecimento de novas condições para o acesso ou manutenção da nacionalidade portuguesa, bem como, com a configuração do primeiro enquadramento legal relativo a asilados e refugiados, tentando assim dar resposta às questões que, no referido momento histórico, assumiam particular relevância. Neste período houve também necessidade de consagrar o regime jurídico alusivo à entrada, permanência e expulsão de estrangeiros, pelo que procedeu-se à aprovação de um dispositivo legal relativo a essa matéria (ver o quadro 18).

Neste sentido, apesar do esvaziamento político relativamente à questão de imigração, emergiram alguns diplomas normativos relativos à nova lei da nacionalidade; ao direito de asilo e estatuto de refugiados e à entrada, permanência e expulsão de estrangeiros que entendemos ser dignos de referência.

No que concerne ao quadro legal da nacionalidade salienta-se a promulgação do Decreto-Lei nº, 308-A/75, de 24 de Junho que revogou a anterior Lei da nacionalidade (Lei nº 2098, de 29 de Julho de 1959) que tinha como alicerces o critério de *jus soli* e determinava *“que todas as crianças nascidas em território português são portuguesas, excepto nos casos em que os pais são representantes estrangeiros de outro Estado”* (Baganha, 2001:29).

O Decreto-Lei nº 308-A/75 instituía a perda da nacionalidade portuguesa para os residentes nas ex-colónias, excepto para os indivíduos nascidos em Portugal ou com ascendência portuguesa até 3º grau [art. 1º] e para os naturais das ex-colónias e descendentes, que em 25 de Abril de 1974 residissem em Portugal há mais de 5 de anos [art. 2º] (Baganha, 2002:71).

Contudo, como refere Baganha (2002:71-72), na introdução do referido Decreto-Lei é manifestada a vontade política de possibilitar a manutenção da nacionalidade portuguesa aos indivíduos nascidos nas ex-colónias que tivessem uma “*ligação especial a Portugal ou evidenciassem um desejo inegável de se tornarem portugueses*”. Assim, além desses critérios gerais, vigoravam como “*casos especiais*” passíveis conservação da nacionalidade portuguesa determinada pelo Conselho de Ministros, as seguintes situações:

- *Continuidade da ligação afectiva a Portugal, aferida pela fixação no país até finais de 1975;*
- *Prestação de serviços ao Estado português;*
- *Prevenção de situações de apátridas;*
- *Aplicação do princípio de reagrupamento familiar.*

Estes casos abrangiam um número considerável de naturais dos PALOP, residentes em Portugal na altura da descolonização ou chegados entre 1975 e 1980.

Em 1981, surge um novo dispositivo legal destinado a regulamentar a entrada, permanência e saída de estrangeiros (Decreto-Lei nº 264-B/81), acompanhado por uma nova lei da nacionalidade (Decreto-Lei nº 37/81).

No que concerne à nova lei da nacionalidade (Decreto-Lei nº 37/81, de 3 de Outubro), é de salientar que, a grande novidade dizia respeito ao abandono do princípio de *jus soli*, que como vimos prevaleceu até 1975, em favor do princípio de *jus sanguinis*. Assim sendo, a aquisição automática da nacionalidade portuguesa por parte dos nascidos em território nacional passou a estar dependente do facto de os pais serem cidadãos portugueses ou, no caso de se tratar de filhos de cidadãos estrangeiros, de os pais residirem legalmente em Portugal há mais de 6 anos (Baganha, 2002:73).

Em síntese poder-se-á afirmar que nesta primeira fase, a atitude geral dos governantes portugueses em relação à imigração foi de “*laissez faire, laissez passer*”, predominando a exclusão estrutural ao nível laboral<sup>25</sup>, social e cultural.

---

<sup>25</sup> Como se pode observar no quadro 18, o trabalho de estrangeiros em Portugal era regulado através do Decreto-Lei nº 97/77, de 17 de Março. Segundo Costa (2004:71) este Decreto “estabelecia que as empresas portuguesas com mais de 5 trabalhadores tinham que ter o seu quadro de pessoal preenchido em 90% por trabalhadores portugueses, sendo esta quota justificada pela necessidade de controlar o recrutamento de

Como descreve Machado (2002:399-400) “ (...) até ao início dos anos de 1990, o Estado português manteve uma atitude global de omissão política (...) deixou que a política de imigração fosse comandada apenas pelo princípio económico das necessidades de um mercado de trabalho largamente deficitário em mão-de-obra sobretudo no sector da construção civil e das obras públicas”.

Também na perspectiva de Beja Horta (2004:8) “ *the lack of integration measures and absence of a debate on immigration issues had as net effect the marginalization of migrant populations and the neutralization immigrants’claims and interests*”. Um exemplo ilustrativo dessa afirmação foi o resultado de um grande inquérito sobre as comunidades imigrantes residentes nos bairros de “lata” na periferia de Lisboa, levado a cabo nos finais dos anos 80, por Bruno de Costa e Pimenta (1991), em que foi estimado que aproximadamente 50.000 imigrantes estavam a viver nos 130 bairros de “lata” (a população estrangeira total a residir legalmente em Portugal em 1986 era de 86.972) espalhados pela Área da Grande Lisboa. As conclusões alcançadas revelam que 73% a 92% destes imigrantes estavam numa situação de exclusão, vivendo abaixo da linha da pobreza, sem condições de saneamento básico e sem acesso à educação, saúde, lazer, etc.

---

*estrangeiros de modo a prevenir o aparecimento de desigualdades sociais relativamente aos trabalhadores portugueses com igual formação profissional.*

Quadro 18: Cronologia dos principais diplomas normativos no âmbito da Primeira fase: Política Laissez Faire (1974-1990).

| Anos | Diploma Normativo  |
|------|--|
| 1974 | <p><b>Decreto-Lei nº 594/74, de 7 de Novembro de 1974</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O direito à constituição de associações passa a ser livre</li> </ul>  |
| 1975 | <p><b>Decreto-Lei nº 308/75 de 24 de Junho (Vulgarmente conhecido como a Lei de Almeida Santos)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Regula a conservação/perca da nacionalidade pelos indivíduos nascidos ou domiciliados nas ex-colónias.</li> </ul>   |
| 1976 | <p><b>Decreto-Lei nº 494-A/76, DR 145/76, Série I, 2º Suplemento, de 23 de Junho de 1976.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reestrutura a Direcção de Serviços de Estrangeiros que se autonomiza da PSP e fica na dependência directa do Ministro da Administração Interna.</li> </ul> <p><b>Decreto-Lei nº 524-G/76, de 5 de Julho de 1976.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aprova para ratificação o Acordo Geral sobre Migrações entre Portugal e Cabo Verde.</li> </ul>                      |
| 1977 | <p><b>Decreto-Lei nº 97/77, DR 64/77, Série I, de 17 de Março de 1977.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Regulamenta o trabalho de estrangeiros em território português fixando quotas.</li> </ul>  |
| 1978 | <p><b>Decreto-Lei nº 155/78, de 16 de Dezembro de 1978</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aprova o Acordo Geral sobre Migrações, entre a República de São Tomé e Príncipe e Portugal.</li> </ul> <p><b>Decreto-Lei nº 162/78, de 27 de Dezembro de 1978</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aprova para ratificação, a Convenção Europeia relativa ao Estatuto Jurídico do Trabalhador Migrante</li> </ul>  |
| 1979 | <p><b>Decreto-Lei nº 34/79 de 1 de Agosto de 1979</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aprova o acordo Geral sobre Migração entre Portugal e a República da Guiné Bissau.</li> </ul>   |
| 1980 | <p><b>Decreto-Lei nº 38/80 de 1 de Agosto de 1980</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Regula o Direito de Asilo e o Estatuto do Refugiado.</li> </ul>   |
| 1981 | <p><b>Decreto-Lei nº 264-B/81, DR 202/81, Série I, 1º Suplemento, de 3 de Setembro de 1981.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelece o regime geral de entrada, permanência e saída de estrangeiros do território nacional.</li> </ul> <p><b>Lei 37/81, de 3 de Outubro</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Regula as formas de aquisição e atribuição da nacionalidade portuguesa revoga a anterior Lei nº 2098, de 29 de Julho de 1959. Adopta o princípio do <i>ius sanguinis</i>.</li> </ul> |
| 1986 | <p><b>Decreto-Lei nº 440/86, DR 300/86, série I, 5º Suplemento, de 12 de Dezembro de 1986.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reestrutura o Serviço de Estrangeiro e Fronteiras.</li> </ul>  |
| 1987 | <p><b>Decreto-Lei nº 267/87, DR 149/87, Série I, de 2 de Julho de 1987.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Define o regime jurídico de entrada, permanência, e saída do território português de nacionais de Estados membros das Comunidades Europeias.</li> </ul>   |

Fonte: Extraído in Rocha-Trindade, 2001; Baganha, 2001; Pena Pires, 2003; Beja Horta, 2004, Oliveira, 2005 e [www.acime.gov.pt](http://www.acime.gov.pt) (consultado em 15 de Junho de 2006).

### **3.5.2 - SEGUNDA FASE: POLÍTICA INTEGRACIONISTA /ASSIMILACIONISTA (1991-1995)**

#### **3.5.2.1 - ENQUADRAMENTO POLÍTICO-LEGAL E MEDIDAS DE INTEGRAÇÃO**

Ao contrário do *laissez faire* político, legislativo e social que caracterizou a primeira fase da política portuguesa de imigração, na segunda fase: política integracionista/assimilacionista – 1990-1994<sup>26</sup>, a imigração ganhou uma centralidade sem precedentes na agenda política portuguesa, o que segundo Machado (2002) e Beja Horta (2004), se deveu a diversos factores, a saber:

- a pressão internacional para uma harmonização das políticas de imigração no espaço europeu – Acordo de Schengen<sup>27</sup>;
- a consolidação das comunidades imigrantes;
- a politização da etnicidade e/ou dos movimentos associativos de imigrantes
- a emergência de grupos de pressão e mobilização de associações não governamentais.

Neste período, a preocupação dos governantes portugueses começa a direccionar-se para as questões relacionadas com a imigração e para a necessidade da promulgação de diplomas normativos, tais como: o regime de entrada e permanência de cidadãos dos Estados membros da Comunidade Europeia (DL nº 60/93, de 3 de Março); o regime de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território português (DL nº 59/93, de 3 de Março), entre outros (ver o quadro 19).

<sup>26</sup> Segundo Beja Horta (2004:11), durante este período, as respostas do Estado português face à imigração foram algo ambíguas e mistas, combinando uma abordagem assimilacionista com medidas de exclusão diferencial e ao mesmo tempo, introduziram medidas especiais para a integração das comunidades imigrantes.

<sup>27</sup> O Acordo de Schengen designa o acordo assinado em Schengen, em 14 de Junho de 1985, entre a Alemanha, a Bélgica, a França, o Luxemburgo e os Países Baixos, com objectivo de suprimir progressivamente os controlos nas fronteiras comuns e instaurar um regime de livre circulação para todas as pessoas que sejam nacionais dos Estados signatários, dos outros estados da Comunidade ou de países terceiros. A convenção de Schengen foi assinada em 19 de Junho de 1990 por estes cinco Estados, mas só entrou em vigor em 1995. Esta convenção define as condições de aplicação e as garantias de realização da livre circulação.

O espaço Schengen alargou-se progressivamente: a Itália assinou os acordos em 1990, a Espanha e Portugal em 1991, a Grécia em 1992, a Áustria em 1995 e a Dinamarca, a Finlândia e a Suécia em 1996. Fazem igualmente parte nesta Convenção a Islândia e a Noruega.

Quadro 19: Cronologia dos principais diplomas normativos no âmbito da Segunda fase: Política Integracionista/Assimilacionista (1991-1995).

| Anos | Diploma Normativo   |
|------|---|
| 1991 | <p><i>Despacho Normativo n° 63/91, DR 60, Série I-B, de 13 de Março de 1991</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Cria o Programa Entreculturas</i></li> </ul>  |
| 1992 | <p><i>Decreto-Lei n° 212/92, DR 235/92, Série I-A, de 12 de Outubro de 1992.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Primeira regularização extraordinária de imigrantes em situação ilegal.</i></li> </ul>   |
| 1993 | <p><i>Decreto-Lei n° 163/93, DR 106, Série I-A, de 7 de Maio de 1993.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Cria o Programa de Erradicação de Barracas (PER), sem cláusulas restritivas em função da nacionalidade.</i></li> </ul> <p><i>Resolução do Concelho de Ministros n° 38 /93, DR 113/93, Série I-B, de 15 de Maio de 1993.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Cria a Comissão interdepartamental para a integração dos imigrantes e minorias étnicas</i></li> </ul> <p><i>Decreto-Lei n° 120/93, DR 89/93, Série I-A, de 16 de Abril de 1993.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Reestruturação do Serviço de Estrangeiros e alteração da Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna</i></li> </ul> <p><i>Decreto-Lei n° 59/93, DR 52/93, Série I-A, de 3 de Março de 1993</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Estabelece o novo regime de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território nacional.</i></li> </ul> <p><i>Decreto-Lei n° 60/93, de 3 de Março</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Estabelece o Regime Jurídico de Entrada e Permanência de Território Português de Nacionais de Estados-Membros da Comunidade Europeia.</i></li> </ul> |
| 1994 | <p><i>Lei n° 34/94, de 14 Setembro de 2004</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Estabelece o regime de acolhimento de estrangeiros ou apátridas, em centros de acolhimento temporário.</i></li> </ul> <p><i>Decreto-Lei n° 25/94, de 20 de Novembro de 1994</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Altera o Decreto-Lei 322/82, de 12 de Agosto (Regulamento da Lei da Nacionalidade Portuguesa)</i></li> </ul>   |
| 1995 | <p><i>Lei n° 9/95, de 7 de Abril de 1995</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Estabelece a Lei eleitoral das Autarquias locais.</i></li> </ul>   |

Fonte: Extraído in Rocha-Trindade, 2001; Baganha, 2001; Pena Pires, 2003; Beja Horta, 2004, Oliveira, 2005 e [www.acime.gov.pt](http://www.acime.gov.pt) (consultado em 15 de Junho de 2006).

Dentro desse contexto socio-político, o Estado português reconheceu e assumiu politicamente a realidade da imigração, tendo tomado um conjunto de medidas que visam a regularização de fluxos e a integração das comunidades migrantes. Neste período, decorreu um processo extraordinário de regularização dos imigrantes (Decreto-Lei n° 212/92, 12 de Outubro de 1992), que segundo Machado (2002:400), se saldou em 25.000 *pedidos de residência*. Foi ainda nesta fase, ou mais concretamente em 1994 que aprovaram a nova lei da nacionalidade<sup>28</sup> (Decreto-Lei 25/94 de 14 de Novembro) em da anterior lei da nacionalidade (Decreto-Lei n° 322/82, de 12 de Agosto).

<sup>28</sup> Beja Horta (2004:10) salienta que esta nova Lei de Nacionalidade limitava ainda mais o direito de cidadania aos estrangeiros. Salientando, por exemplo que os requisitos de residência para a naturalização foram alargados de 6 para 10 anos para os cidadãos não-PALOP e a aquisição de nacionalidade através do

Ainda na sequência de *processo extraordinário de regularização dos imigrantes* do Decreto-Lei supracitado, Rocha Trindade (1995:207), argumenta que a *“inexistência de antecedentes criminais, a disponibilidade de rendimentos próprios ou o exercício de uma profissão remunerada que permitisse obter meios de “existência condigna” constituíam requisitos obrigatórios para o deferimento do pedido de legalização e, assim, para a obtenção de autorização de residência. A precariedade do vínculo laboral de muitos imigrantes ilegais (altamente vantajosa para os empregadores em virtude de não serem obrigados a cumprir os níveis salariais oficialmente determinados e, por conseguinte, a efectuar os descontos legalmente exigidos), inviabilizou a legalização de grande parte dos indivíduos que encontravam em situação considerada como irregular”*.

Ainda no domínio normativo destaca-se o *Despacho Normativo nº 63/91*, de 13 de Março, que permitiu a criação de Programas de Educação Multicultural/ Entreculturas que visavam a promoção de igual acesso à educação entre crianças migrantes.

Além disso, a *Resolução do Conselho de Ministros nº 38/93, de Abril*, aprovou um programa de actuação que integrou um conjunto de medidas para os sectores de Emprego e da Formação Profissional, da Educação e da Acção Social. Tinha também em vista *“ (...) evitar situações de exclusão social e contribuir para a garantia de condições de vida condignas (...) reforçar, ainda mais, a plena inserção de imigrantes e minorias étnicas na comunidade portuguesa”*. No preambulo dessa Resolução é considerado que o apoio prestado a população migrante constitui *“ (...) objecto prioritário da actividade de diversos serviços administrativos e de entidades privadas sem fins lucrativos”*, ficando o Ministro do emprego e da Segurança Social incumbido de *“assegurar a coordenação das medidas dirigidas à plena integração social e profissional de imigrantes e minorias étnicas (...)”* (Rocha-Trindade, 1995:208).

Na sequência desta Resolução viria a ser publicado, a 12 de Outubro de 1993, um Despacho conjunto dos Ministérios da Administração Interna, da Educação, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, da Saúde, do Emprego e da Segurança Social, pelo qual é criada uma Comissão Interdepartamental para a Integração dos Imigrantes e Minorias Étnicas. Integrando representantes dos referidos ministros.

---

*casamento deixou de ser automática. Em vez disso, a naturalização só podia ser concedida depois de pelo menos 3 anos de casamento.*

Segundo Rocha-Trindade (1995:208-209), compete a esta Comissão:

- a) *O conhecimento das condições de vida dos imigrantes e o levantamento das medidas e acções desenvolvidas nos vários departamentos e instituições;*
- b) *A definição de medidas e estratégias a adoptar pelos diversos sectores ou departamentos mais directamente envolvidos na problemática da população imigrante e das minorias étnicas;*
- c) *A concepção e apoio à implementação de programas e acções dirigidas à integração social e profissional;*
- d) *A coordenação e acompanhamento das acções e programas desenvolvidos com as populações;*
- e) *A avaliação sistemática das acções desenvolvidas e dos resultados obtidos.*

A autora acrescenta que o referido dispositivo estabelece um quadro legal propiciador de condições para a definição e aplicação de uma política articulada de integração (Rocha Trindade, 1995:209).

Outra medida governamental de grande importância foi a criação do Programa Especial de Realojamento (PER) (Decreto-Lei nº 163/93, de 7 de Maio de 1993). A erradicação dos bairros de “*lata*” e os programas de realojamento e renovação urbana tornaram-se instrumentos chave na política portuguesa. Estas medidas pretendiam melhorar as condições de vida das populações de classe baixa, residentes nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Foi alargado aos imigrantes, independentemente da nacionalidade (ver o quadro 19, Decreto-Lei nº 163/93).

A questão de imigração foi também encarada pela a *sociedade Civil*<sup>29</sup> e pelo o poder local. O poder local, sobretudo as autarquias que possuem entre os seus munícipes um número

---

<sup>29</sup> *Poder-se-á destacar neste campo as Igrejas (católica, cristã e protestante) e Sindicatos que, através do Centro de Apoio à Reinserção de Emigrantes (CARE), pretendem mesmo constituir um lobby junto das entidades responsáveis pela definição e intervenção na política imigratória. Rocha-Trindade (1995:213) salienta que “ (...) essas organizações têm desenvolvido um importante papel na chamada de atenção da opinião pública para o fenómeno imigratório, mediante a realização de conferências de imprensa, colóquios,*

significativo de imigrantes e minorias étnicas, tem vindo a dedicar crescente atenção a estas populações.

Nesta conformidade, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) criou, no seio de Departamento de Acção Social, o *Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e Minorias Étnicas*, em Julho de 1993. Este Conselho operava como um comité consultivo, constituído por oficiais da Câmara Municipal e representantes de associações de imigrantes. Este órgão prossegue com o objectivo de garantir a participação das comunidades de imigrantes e das minorias étnicas nas políticas que se dirijam à sua integração na sociedade, contrariando os fenómenos de xenofobia e de racismo, de auto e hetero-exclusão, assim como garantir o respeito pela identidade própria, pelos valores e cultura dos imigrantes e pela promoção do “diálogo intercultural” (Rocha-Trindade, 1995:211; Beja Horta, 2004:11).

Nesta perspectiva, a Câmara Municipal da Amadora criou, também um órgão análogo designado Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes do Município da Amadora, cujos objectivos são “ (...) dar parecer sobre as políticas de inserção social das comunidades étnicas e de imigrantes; propor acções de intervenção social e cultural, com vista à resolução dos problemas que afectam estes grupos de população e ao reforço da entidade e promoção da diversidade cultural; propor iniciativas conjugadas com identidades públicas e privadas com intervenção neste âmbito e contribuir para a coordenação das acções desenvolvidas e a desenvolver pelo Município, em estreita ligação com as associações e entidades que as promovam” (CMA, 1995 cit. in Rocha-Trindade, 1995:211).

Por sua vez a Câmara Municipal de Loures estabeleceu um Gabinete para Assuntos Religiosos e Sociais Específicos (GARSE), cujo objectivo principal é responder às necessidades das comunidades da natureza étnica e religiosa radicada no conselho (Beja Horta, 2004:12).

É de frisar, porém, que com a criação destes mecanismos para a integração socio-política dos imigrantes, os partidos políticos, sobretudo da “ala” esquerda, incluíram os imigrantes<sup>30</sup> nas suas listas para o lugar de Deputados na Assembleia da República.

---

*encontros e outras iniciativas (...) têm também desenvolvido esforços visíveis no sentido de alertar os imigrantes para questões do seu interesse directo, informando-os e apoiando-os na resolução de dificuldades com que quotidianamente se debatem”.*

<sup>30</sup> *Tratava-se, pelo PS, do luso-guineense Fernando Ka, actual presidente da Associação Guineense de Solidariedade Social e, pelo PCP, do luso-cabo-verdiano Manuel Correia, sindicalista pertencente aos órgãos directivos da CGTP (Machado, 2002:404).*

Esta tendência acelerou consideravelmente depois dos socialistas tomarem posse da governação em 1995. Fase esta que será analisada em seguida.

*Mutatis mutandis*, poder-se-á concluir que durante esta fase, o discurso oficial funcionava, em grande medida, como um eufemismo de assimilação. A ideologia dominante concebia os imigrantes como indivíduos dos quais era esperada uma mudança de hábitos, de práticas e de atitudes, de forma a poderem-se integrar na sociedade portuguesa. Foram adaptadas medidas e programas tanto a nível internacional, nacional como local, com intuito de integrar as comunidades imigrantes. Como frisa Beja Horta (2002:51), “*embora muitas destas iniciativas se tenham esgotado em representações folclorizantes de cultura, uma das principais consequências do debate multicultural sobre a integração foi (...) a politização da imigração na sociedade portuguesa*”.

### **3.5.3 - TERCEIRA FASE: POLÍTICA INTEGRACIONISTA/PLURALISTA (1996-2002)**

#### **3.5.3.1 - ENQUADRAMENTO POLÍTICO-LEGAL E MEDIDAS DE INTEGRAÇÃO**

Se na segunda fase, a imigração ganhou uma centralidade sem precedentes na agenda política, não é menos verdade afirmar que a terceira fase da política de imigração foi caracterizada por um esforço efectivo de integração de imigrantes e das minorias étnicas, na sociedade portuguesa. Esta fase começou em 1995 e durou até 2002.

Segundo Beja Horta (2004:12), este período tem sido caracterizado por uma mudança de abordagem integracionista/assimilacionista para um *modelo mais pluralista*. Este facto deve-se, essencialmente, à viragem da senda política portuguesa. Em 1995, o Partido Socialista (PS) alcançou o poder sob a liderança de António Guterres. Uma vez no poder, o então Primeiro Ministro António Guterres, rapidamente implementou várias promessas eleitorais feitas em campanhas aos imigrantes.

Uma das primeiras medidas legislativas foi a implementação do segundo *Processo de Regularização Extraordinária de Imigrantes* (Lei 17/96, de 24 de Maio), no qual foram apresentados 31.117 requerimentos. Neste sentido, 29.809 estrangeiros viram a sua situação regularizada (Costa, 2004:65).

Subsequentemente, o Governo Socialista sob a liderança de António Guterres, adoptou uma larga variedade de políticas que reforçaram a participação social e política dos imigrantes na sociedade portuguesa.

Nesta esteira, em Janeiro 1996 é criado o Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), na dependência do Conselho de Ministro, com a missão de acompanhar a nível interministerial o apoio à integração dos imigrantes. As suas funções prendem-se com o diálogo entre as várias entidades representativas dos imigrantes e o estudo sobre a inserção dos imigrantes e minorias étnicas. Ao Alto-Comissário é delegado a seguinte missão (art. 2º, Decreto-Lei 3-A/96, de 26 de Janeiro, cit. in Santos, 2004:114):

- *Contribuir para a melhoria das condições de vida dos imigrantes em Portugal, de forma a proporcionar a sua integração na sociedade, no respeito pela sua identidade e cultura de origem;*
- *Contribuir para que todos os cidadãos legalmente residentes em Portugal gozem de dignidade e oportunidades idêntica, de forma a eliminar as discriminações e a combater o racismo e xenofobia;*
- *Acompanhar a acção dos diversos serviços da administração Pública competentes em matéria de entrada, saída e permanência de estrangeiros em Portugal;*
- *Colaborar na definição e assegurar o acompanhamento de dinamização de políticas activas no combate à exclusão;*
- *Propor medidas, designadamente de índole normativa, de apoio aos imigrantes e minorias étnicas.*

No âmbito dessas competências, o ACIME celebrou inúmeros protocolos<sup>31</sup>, accionou projectos e programas de combate à exclusão social, à info-exclusão, promoveu o reforço das identidades, culturas, a formação profissional, estágios e saídas profissionais (Unidades de Inserção na Vida Activa-UNIVA) e Iniciativas Locais de Emprego (ILE's).

---

<sup>31</sup> Com OIM. Câmaras Municipais, diversos Ministérios e Secretárias de Estado, Governos Civis, Autarquias Locais, Obra Católica para as Migrações, Conselho Português para os Refugiados, Associações de Imigrantes, etc.

Promoveu igualmente a cooperação, o debate e, sobretudo, a difusão da informação<sup>32</sup>, numa articulação transversal com as tutelas políticas, governativas e associativas. (Oliveira, 2004:113).

Outra medida de relevo, em matéria de protecção social, refere-se ao Rendimento Mínimo Garantido, extensível a residentes legalizados, independentemente da nacionalidade (Decreto-Lei 19-A/96, de 26 de Junho), (ver o quadro 20). Também na base do princípio de reciprocidade, foi concedido às comunidades imigrantes o direito de votar e de ser eleito em eleições municipais (Decreto-Lei nº 50/96, de 4 de Junho). Nesta conformidade, os direitos de voto e elegibilidade foram concedidos aos cidadãos da União Europeia (EU), assim como aos naturais de Cabo Verde, Brasil, Peru e Uruguai. Foram concedidos, igualmente, direitos de voto a cidadãos de Argentina, Noruega e Israel (Beja Horta, 2004:13).

Para a integração dos imigrantes e das minorias étnicas e de forma a evitar a xenofobia e a discriminação, o Ministério da Administração Interna elaborou, em 1998, *“um conjunto de textos de apoio para GNR e PSP, intitulado Imigrantes e Minorias” com intuito de promover a segurança e tolerância* (Santos: 2004:115).

Em 1998, surge o Conselho Consultivo para os Assuntos da imigração (COCAI) (Decreto-Lei nº 39/98 de 27 de Fevereiro), no âmbito das competências do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, com vista a *“ (...) assegurar a participação e a colaboração das associações representativas, dos parceiros sociais e das instituições de solidariedade social, na definição das políticas de integração social e de combate à exclusão”* (Oliveira, 2004:114).

Para além desses princípios alusivos à integração dos imigrantes, destaca-se, por um lado, o *Decreto-Lei nº 20/98, DR 109/98, de 12 de Maio de 1998* que regulamenta o trabalho de estrangeiros em território português, eliminando o sistema de quotas e, por outro lado, o *Decreto-Lei nº 244/98, de 8 de Agosto*, que regulamenta a *entrada, permanência, saída e expulsão* de estrangeiros do território nacional (ver o quadro 20), cujo objectivo primordial era harmonizar a legislação portuguesa sobre estrangeiros às normas comunitárias e à Convenção de Schengen.

---

<sup>32</sup> *No final dos anos 90, promoveu alguns programas dirigidos as necessidades específicas de nova vaga de imigração oriunda dos países de Leste (traduções em Russo, Romeno e Ucrainiano de inúmeros guias de acolhimento e folhetos informativos)* (Oliveira, 2004:113).

Outras medidas oficiais de relevo, têm a ver com a definição do regime jurídico das associações de imigrantes (Decreto-Lei nº Lei nº 115/99, de 3 de Agosto) e por outro lado salienta-se a importância da Lei nº 134/98, de 28 de Agosto, que previne e proíbe a discriminação em função da cor, nacionalidade ou origem étnica, na qual se baseia a campanha “*Em Cada Rosto Igualdade*”. Nestes termos, cria-se junto do ACIME, a *Comissão para a Igualdade e Contra Discriminação Racial*, apesar do seu funcionamento efectivo só se ter vindo a verificar com a promulgação da Lei 111/2000, de 4 de Julho, que a regulamenta (Santos, 2004:118; Oliveira, 2004:116).

Com a reeleição do Partido Socialista, em Outubro de 1999, o novo Programa de Governo, tem dado relevância não só à vigilância das fronteiras, mas à aplicação de uma política concertada de integração das comunidades migrantes.

Como afirma Vanda Santos (2004:117), o âmbito de acção é alargado, aparecendo pela primeira vez no Programa do Governo um sub-título dedicado à *política de imigração e minorias étnicas*. Nesta esteira, o Governo português propõe-se a:

- *Garantir a protecção das famílias imigrantes;*
- *Assegurar o acesso dos estrangeiros que residam e/ou trabalham em Portugal, ao atendimento médico e à prestação de cuidados de saúde em geral;*
- *Melhorar a relação entre Administração e os imigrantes promovendo a simplificação dos procedimentos adoptados pelos serviços e organismos dirigidos à generalidade desses cidadãos;*
- *Assegurar a igualdade de tratamento dos jovens filhos de imigrantes em matéria de acesso aos meios disponíveis para os estudantes portugueses carenciados, a nível do ensino superior;*
- *Eliminar as discriminações ainda existentes no acesso dos estrangeiros à habitação social;*
- *Facilitar a recepção e transferência das pensões de reforma dos países de origem dos imigrantes;*
- *Aperfeiçoar a legislação sobre a nacionalidade, tendo em conta a Convenção Europeia sobre a nacionalidade;*

- *Acompanhar todo o processo de harmonização de legislação em matéria de imigração a nível da União Europeia, de forma a salvaguardar os acordos estabelecidos ou a estabelecer com países da CPLP, e defender os standards de direitos dos estrangeiros já consagrados nas convenções internacionais, nomeadamente das Nações Unidas, da Organização Internacional do Trabalho e do Conselho da Europa.*

Neste contexto, foi criado o título de Autorização de Permanência (Decreto-Lei nº 4/2001, de 10 de Janeiro), encarado como uma espécie de visto de trabalho concedido no território português, destinado a todos os estrangeiros que estivessem em Portugal e que pudessem apresentar um contrato de trabalho. Esta medida legislativa não se confinou à estrita legalização documental de ilegais, pois ele assentava em três princípios basilares: *regularização, fiscalização e integração*. Sobre este assunto, o então Ministro de Administração Interna Nuno Severiano Teixeira (cit. in Santos 2004:119), parafraseia:

*“Para cumprir estes objectivos, a nova lei introduz dois conjuntos de mecanismos: um orientado para o enquadramento legal e a dignificação do imigrante; o outro para a repressão do tráfico e da exploração da mão-de-obra ilegal. No primeiro conjunto de medidas incluem-se quatro alterações importantes com reflexos na vida dos cidadãos imigrantes. Em primeiro lugar novos mecanismos de celeridade e desburocratização da concessão de vistos. Em segundo lugar, a introdução da figura da autorização de permanência que permite a regularização dos imigrantes desde que seja observada a condição prévia de que estes possuam um contrato de trabalho. Em terceiro lugar, uma outra medida de alcance humanitário respeita à concessão de vistos de estadia temporária para os familiares dos detentores de autorização de permanência, favorecendo, assim, o reagrupamento familiar. Finalmente, um último elemento importante respeita à possibilidade de fixação a longo prazo, dos imigrantes. Com efeito, ao fim de cinco anos ininterruptos de autorização de residência. No entanto, e para favorecer a imigração legal, nos casos de entrada com visto de trabalho o tempo de obtenção de residência é encurtado para três anos. No segundo conjunto de medidas inserem-se duas alterações essenciais: primeiro, a introdução de um novo tipo de crime: a angariação de mão-de-obra ilegal, criminalizando as redes de tráfico com uma moldura penal que pode ir até 5 anos de prisão; segundo, a criação de um regime de contra-ordenações para as empresas que empreguem mão-de-obra clandestina, com coimas que cifram entre 300 e 4900 contos por cada imigrante em situação ilegal”.*

Na sequência da medida legislativa acima referido (D.L 4/2001), foram concedidas 181. 060 autorizações de permanência, entre 22 de Janeiro de 2001 a 31 de Maio de 2002 (Costa, 2004:67). Para além do elevado número de estrangeiros que beneficiaram da concessão das autorizações de permanência, ocorreu também, como vimos, uma mudança radical, no que concerne à composição e ao panorama da população imigrante no país, com a regularização de um elevado número de imigrantes provenientes da Europa de Leste.

É de frisar que este Decreto-Lei teve, também alguns reflexos na esfera económica. Baganha (2005:34-35), caracteriza este período como a *“fase da supremacia do mercado”*. Segundo a concepção da autora, *“houve uma drástica mudança na política imigratória nacional, uma vez que enquanto nos anos 90 se reconhecia que a ineficácia dos mecanismos de regulação dos fluxos migratórios levava à criação de bolsas de ilegais constituídas essencialmente por imigrantes provenientes dos PALOP, cujo projecto migratório era de longo prazo. Em 2001 o que se fez foi validar a posteriori o funcionamento do mercado, reconhecendo tacitamente a total inoperância dos mecanismos de regularização existente (...) valida-se a posteriori o funcionamento do mercado, parecendo o legislador tomar como garantido que as necessidades de mão-de-obra desse mesmo mercado eram conjunturais e não estruturais”*.

Todavia, o então Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, José Leitão (cit. in Santos, 2004:120) considerou que esta medida foi um *“sucesso na integração de milhares de clandestinos no mercado de trabalho estruturado”*.

Segundo Oliveira (2004:118), o referido decreto *“ (...) combateu a economia informal, regulou os fluxos migratórios com necessidades de trabalho, obrigou as pequenas empresas, principalmente na área da construção civil a legalizarem-se, tornou o custo do trabalho mas justo, diminui a concorrência desleal”*.

Em suma, as políticas adoptadas pautaram-se num esforço de legalização, integração e participação políticas das comunidades migrantes. Essa política, representava, de certa forma, o discurso oficial da União Europeia, que prezava e preza por uma política coordenada e harmonizada entre os vários Estados-membros. O quadro político desta terceira fase é caracterizado por uma abordagem inclusiva da imigração, apesar de como descreve Beja Horta (2004), essa mudança teve mais valor simbólico do que estrutural, face às múltiplas assimetrias sociais existentes, ao elevado número de imigrantes ilegais, à marginalização, e às práticas discriminatórias de que as populações imigrantes são alvo.

Quadro 20: Cronologia dos principais diplomas normativos no âmbito da Terceira Fase: Política Integracionista/Pluralista (1996-2002).

| Anos | Diploma Normativo   |
|------|---|
| 1996 | <i>Lei n° 17/96, DR, Série I-A, de 24 de Maio de 1996.</i>  |
|      | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Segunda regularização de imigrantes em situação ilegal</i></li> </ul>   |
|      | <i>Decreto-Lei n° 3-A/96, DR 22/96, Série I-A, 1° Suplemento, de 26 de Janeiro de 1996.</i>   |
|      | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Institui o Alto-Comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas.</i></li> </ul>   |
| 1998 | <i>Lei n° 19-A/96, DR 149, Série I-A, de 26 de Junho de 1996.</i>   |
|      | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Cria o Rendimento Mínimo Garantido, a que têm acesso, os residentes em Portugal independentemente da nacionalidade.</i></li> </ul>  |
|      | <i>Lei n° 50/96, DR 205/96, Série I-A, de 4 de Setembro de 1996.</i>  |
| 1998 | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Altera a Lei de Recenseamento Eleitoral, e a Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, permitindo a participação de cidadãos estrangeiros votar e ser eleito na base da reciprocidade.</i></li> </ul> |
|      | <i>Decreto-Lei n° 39/98, DR 49/98, Série I-A, de 27 de Fevereiro de 1998.</i>   |
|      | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Cria o Concelho Consultivo para o Assuntos da Imigração (COCAI).</i></li> </ul>   |
| 1998 | <i>Decreto-Lei n° 244/98, DR 182/98, Série I-A, de 8 de Agosto de 1998.</i>   |
|      | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Regulamenta a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional</i></li> </ul>   |
|      | <i>Lei n° 20/98, DR 109/98, Série I-A, de 12 de Maio de 1998.</i>   |
| 1999 | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Regulamenta o trabalho de estrangeiros em território português, eliminando o sistema de quotas.</i></li> </ul>  |
|      | <i>Lei n° 115/99, DR 179, Série I-A, de 3 de Agosto de 1999.</i>  |
| 2000 | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Define o regime jurídico das Associações de Imigrantes</i></li> </ul>   |
|      | <i>Decreto-Lei n° 252/2000, DR 238 Série I-A de 16 Outubro de 2000.</i>   |
| 2001 | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Aprova a estrutura orgânica e define as atribuições dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras.</i></li> </ul>   |
|      | <i>Decreto-Lei n° 4/2001, DR8, Série I-A de 10 de Janeiro de 2001</i>   |
|      | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Regulamenta as condições da entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, criando o título de autorização de permanência.</i></li> </ul>                                |
|      | <i>Despacho Normativo n° 5/2001, DR 27, Série I-B, de 1 de Fevereiro de 2001</i>  |
|      | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Cria, na dependência directa do membro do Governo que tiver a seu cargo as questões da igualdade e do Ministro da Educação, o Secretariado Entreculturas.</i></li> </ul>                                    |
|      | <i>Despacho n° 25360/2001, DR 286, II Série, de 12 de Dezembro de 2001.</i>   |
| 2001 | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Estabelece o acesso à saúde por estrangeiros.</i></li> </ul>  |
|      | <i>Resolução do Conselho de Ministros n° 14/2001, DR 38, Série I-B, de 14 de Fevereiro de 2001.</i>   |
|      | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Cria a comissão interministerial de acompanhamento da política de imigração</i></li> </ul>  |

Fonte: Extraído in Rocha-Trindade, 2001; Baganha, 2001; Pena Pires, 2003; Beja Horta, 2004, Oliveira, 2005 e [www.acime.gov.pt](http://www.acime.gov.pt) (consultado em 15 de Junho de 2006).

### **3.5.4 - QUARTA FASE: POLITICA PLURALISTA (2002 até presente)**

#### **3.5.4.1 - ENQUADRAMENTO POLÍTICO-LEGAL E MEDIDAS DE INTEGRAÇÃO**

A quarta fase da política de imigração começou com o XV Governo constitucional, liderado por José Manuel Durão Barroso, que iniciou o seu mandato em Abril de 2002.

Em Junho, o então Ministro da Administração Interna, Figueiredo Lopes, critica o prolongamento das *Regularizações Extraordinárias* levado a cabo pelo anterior governo, defendendo o combate à imigração ilegal e o sistema de quotas rígidas para a entrada de imigrantes, apostando numa política que “*estabeleça o rigor na entrada e solidariedade no acolhimento e na integração dos imigrantes*” (Santos, 2004:123).

Este discurso oficial estava bem patente no Programa do Governo. O ponto 5 do capítulo IV “*Reforçar a Justiça Social. Garantir a Igualdade de Oportunidades*” é inteiramente dedicado à questão das minorias étnicas e imigração. Entende-se que a imigração é um fenómeno recente e que traz ao Estado novas responsabilidades. Não descarta os benefícios que a imigração pode acarretar, mas refere que a “*(...) a política de imigração deve ser vista como estruturante e assumir um carácter transversal, de molde a prevenir potenciais conflitos que possam advir da integração dos estrangeiros residentes em território nacional. As acções a desenvolver devem articular os interesses das várias minorias étnicas, sociais e comunidades de imigrantes, com o todo nacional. O caminho deve ser a inclusão e não de exclusão ou marginalização. Considerando que os recursos nacionais são escassos não se pode adoptar uma política de portas abertas*” (*Programa Político de XV Governo Constitucional, cit. in Oliveira, 2004:119*).

Partindo dessa conformidade, o Governo considera imprescindível assumir as seguintes tarefas:

- *Elaboração de um Plano Nacional para a Imigração, onde conste a programação da política para os próximos quadro anos;*
- *Estabelecimento, em colaboração com autarquias locais (...) de planos de integração das minorias, assegurando-lhes condições de vida condigna;*
- *Articulação com o SEF e com a Inspeção Geral do Trabalho, em ordem a contrair eficazmente a imigração ilegal e a exploração de mão-de-obra dos imigrantes;*
- *Revisão da Lei Penal (...) de modo a combater eficazmente as redes de imigração irregular;*

- *Criação de contratos de programas específicos com as ONG's de imigrantes, para o desenvolvimento de políticas concretas de apoio aos imigrantes, com vista a uma melhor integração na sociedade portuguesa;*
- *Apoio à criação e manutenção de associações representativas das comunidades de imigrantes com maior peso no nosso país;*
- *Criação de uma estrutura operacional e eficaz de acompanhamento da política de imigração.*

Nesta linha de referência, foi criado um novo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (também designado por ACIME), órgão dependente da Presidência do Conselho de Ministros e consultivo do Governo em matéria de imigração. (ver o quadro 21, Decreto-Lei nº 251/2002, de 22 de Novembro). Entre os seus objectivos destacam-se:

- *Promover o diálogo com entidades representativas de imigrantes e minorias étnicas em Portugal;*
- *Promover o conhecimento e aceitação da língua, das leis e dos valores morais e culturais portugueses por parte dos imigrantes, como condições de uma integração plena;*
- *Contribuir para a melhoria das condições de vida dos imigrantes em Portugal, de forma a proporcionar a sua integração na sociedade, no respeito pela sua identidade e cultura de origem;*
- *Contribuir para que todos os cidadãos legalmente residentes em Portugal gozem de dignidade e oportunidades idênticas;*
- *Eliminar as discriminações e combater o racismo e a xenofobia;*
- *Promover o estudo da temática da inserção e das minorias étnicas;*
- *Cooperar com os diversos serviços da Administração Pública competentes em matéria de entrada, saída e permanência de cidadãos estrangeiros em Portugal, com respeito pelas suas competências e pelas dos membros do Governo especificamente encarregues destas matérias;*
- *Colaborar na definição e assegurar o acompanhamento e dinamização de políticas activas de combate a exclusão;*
- *Propor medidas, designadamente, de índole normativa, de apoio aos imigrantes e às minorias étnicas.*

Na prossecução destes objectivos, a política de integração do ACIME assenta nos seguintes pilares<sup>33</sup>: - *criação de uma rede nacional de apoio ao migrante*<sup>34</sup>; - *consolidação do projecto Entreculturas*; - *criação do Observatório de Imigração e concretização de campanhas de sensibilização*.

Paralelamente à proliferação de medidas face à integração dos imigrantes legais, o discurso oficial no âmbito legislativo tende a ser mais restritivo. Assim, o Decreto-Lei 34/2003, de 25 de Fevereiro, vem alterar as condições de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território nacional consagrados no Decreto-Lei 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações decorrentes da Lei nº 97/1999, de 26 de Julho, e pelo Decreto-Lei nº 4/2001 de 10 de Janeiro, que aprova as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. (ver o quadro 21).

Segundo Vanda Santos (2004), este enquadramento jurídico privilegia a legalização de imigrantes a partir do seu país de origem, mediante a apresentação de um contrato de trabalho em Portugal. Por outro lado, o número de entradas de estrangeiros começa a ser limitado de acordo com um “*relatório bianual segundo as exigências de mão-de-obra*” (Santos, 2004:127).

Na concepção de Paulo Costa (2004), esta nova tendência é estabelecida numa relação directa entre a *admissão dos estrangeiros* e o *interesse nacional*, traduzido na adopção do critério da satisfação das necessidades de mão-de-obra do mercado de trabalho português, através da consagração de quotas por sectores de actividades. Esta situação é tanto mais clara, quanto é admitida a ultrapassagem dos limites estabelecidos pelo relatório de oportunidade de trabalho, se “*a oferta de emprego for essencial à economia nacional, revista de natureza altamente qualificada ou de interesse científico, artístico ou social relevante para o país*” (Costa, 2004:68).

<sup>33</sup> In. [www.acime.gov.pt](http://www.acime.gov.pt), consultado em 20 de Julho de 2006.

<sup>34</sup> Neste âmbito, foram criados os Centros Nacionais e os Centros Locais de Apoio ao Imigrante (CNAI e CLAI). O CNAI, funciona, em Lisboa desde 22 de Março de 2004 e no Porto, desde 5 de Abril de 2004. Os CLAIS, descentralizam a informação prestada aos imigrantes e funcionam agregados a uma instituição ou associação anfitriã. Até a esta data (20 de Julho de 2006), estavam em funcionamento 52 centros espalhados pelo país.

No mesma linha de análise, Baganha (2005:36), advoga que “ (...) quando este quadro legislativo entrou em vigor era possível argumentar que a nova linha orientadora, reiterada no discurso político de primazia à integração dos imigrantes e de combate à imigração ilegal, justificava o pendor mais restricionista da nova legislação no tocante à regulação das entradas (...) mas pouco mais de um ano passado sobre a promulgação do Decreto, começou a tornar-se evidente que o discurso político e a prática política estavam mais uma vez em dissonância”.

No seguimento de integração, o DL nº 67/2004, de 25 de Março, vem criar um registo dos cidadãos estrangeiros menores, em situação ilegal em face do regime jurídico de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território nacional, aprovado pelo Decreto-Lei 244/98, de 8 de Agosto, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 34/2003, de 25 de Fevereiro. Segundo Oliveira (2004:124), tal registo tem, exclusivamente, como objectivo, assegurar o acesso dos menores ao benefício dos cuidados de saúde e à educação pré-escolar e escolar. Ressalva-se no texto da lei a impossibilidade de estes dados servirem de fundamento ou meio de prova para qualquer procedimento administrativo ou judicial, contra qualquer cidadão estrangeiro que exerça o poder paternal do menor registado, salvo na medida do necessário para a protecção dos direitos deste (art. 3º, nº 3 do referido decreto; cit. in Oliveira, 2004:124).

Por último, refira-se ao Decreto *Regulamentar 6/2004, de 26 de Abril* que, regulamentou o regime jurídico consagrado, no DL nº 244/98, de 8 de Agosto, com a redacção que lhe foi dada pelo DL 34/2003, de 25 de Fevereiro, no que se refere à entrada e saída de estrangeiros do território nacional, à concessão de vistos no estrangeiros e nos postos de fronteira, à prorrogação da permanência, ao direito do reagrupamento familiar, à concessão e renovação de autorizações de residência e ao boletim de alojamento. Revoga o DR 5-A/2000, de 26 de Abril, alterado pelo DR 9/2001, de 31 de Maio (ver o quadro 21).

Desta feita, foi aberto um período de registo, para posterior regularização, de 45 dias, para os trabalhadores imigrantes entrados até 12 de Março de 2003, que tivessem sido contribuintes, pelo menos 90 dias, para a Segurança Social e para a Administração Fiscal (art. 71)<sup>35</sup>. O referido decreto regulamentar abrange também os menores estrangeiros nascidos em território português até à entrada em vigor do Decreto-Lei nº 34/2003, de 26 de Fevereiro. Se não tenham ausentado de território nacional ficam dispensados de visto

<sup>35</sup> Do Decreto Regulamentar nº 6/2004, de 26 de Abril, in [www.acime.gov.pt](http://www.acime.gov.pt), consultado em 21.07.2006.

para obtenção de autorização. Regime idêntico é aplicado aos progenitores que, efectivamente exerçam o poder paternal (art. 70)<sup>36</sup>.

Na acepção de Baganha (2005), esta fase da política de regulação dos fluxos salda-se, mas uma vez, por um “rotundo” fracasso e pela constituição de uma nova bolsa de ilegais. Ou seja, “ (...) *longe de estancar a imigração ilegal e o comércio ilícito dos contratos de trabalho, o que o Decreto Regulamentar nº 6 de 2004 veio fazer foi mais vez reconhecer a inoperância dos mecanismos de regulação dos fluxos e a primazia do mercado* (Baganha, 2005:36). É de frisar que este processo regulamentar encontra-se ainda a decorrer.

Em 17 de Julho de 2004, Portugal viu-se a formar um novo Governo – o XVI Governo Constitucional de coligação PSD e CDS-PP, liderado por Pedro Santana Lopes, cujos objectivos políticos destacados na área da imigração, centram-se no desenvolvimento das políticas de integração, no aprofundamento dos direitos de cidadania, sublinhando-se a atenção especial que se pretende dar às segundas e terceiras gerações de imigrantes em Portugal.

Todavia, em Dezembro de 2004, esse Governo foi dissolvido pelo então Presidente da República Jorge Sampaio. Nesta conformidade, nas eleições antecipadas, o Partido Socialista (PS) liderado por José Sócrates saiu vitorioso, com a maioria absoluta. Assim, em 12 de Março de 2005, formaram XVII Governo Constitucional.

Este Governo elegeu também as questões da imigração no seu Programa Político. No capítulo II – *NOVAS POLÍTICAS SOCIAIS*, notabiliza-se um subtítulo – *PARA UMA POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO INCLUSIVA*. Neste sentido, ficou patente o seguinte:

*“ (...) Os imigrantes procuram-nos para melhorar a sua vida, mas cumprem um papel importante no nosso desenvolvimento. Por isso temos o dever de lhes proporcionar o acesso a condições mínimas de sustentação e de integração. Este dever não se funda apenas em motivos de ordem étnica e humanista, funda-se também em relevantes motivos de interesse nacional: imigrantes insuficientemente integrados, instáveis, com problemas sociais, são um factor de perturbação que contribui para sentimentos de insegurança dos cidadãos. (...) a contrapartida deste dever da comunidade nacional para com os imigrantes é o dever destes aceitarem e praticarem as regras mínimas de convivência social consagradas na Constituição”* (Programa de XVII Governo Constitucional)<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> *Idem.*

<sup>37</sup> In. [www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt), consultado em 21 de Julho de 2006.

Numa perspectiva de integração dos imigrantes, o Governo propõe “*reforçar os mecanismos de integração dos imigrantes, e estabelecer-lhes um conjunto mínimo de mecanismos de protecção social idênticos àqueles de que desfrutam os portugueses*” (Programa de XVII Governo Constitucional)<sup>38</sup>.

Para cumprir tais objectivos, o Governo promoverá:

- *O reconhecimento de um estatuto de cidadania a quem tem fortes laços com Portugal, designadamente a indivíduos que nasceram em território nacional que são filhos de pai ou de mãe não nacionais nascidos em Portugal, ou filhos de quem já vive há alguns anos em Portugal, e se encontre integrado na sociedade, qualquer que seja a sua situação face à lei;*
- *A garantia da igualdade de tratamento, particularmente nos domínios social e laboral;*
- *A criação de mecanismos de protecção social mínima para imigrantes que tenham perdido o seu emprego;*
- *A participação dos imigrantes na vida política, designadamente através da participação nas eleições autárquicas, após um período de permanência no território nacional;*
- *A criação de mecanismos e programas de integração e de incentivo a quadros qualificados nas áreas em que o país mostra maiores carências, bem como a utilização adequada de recursos humanos qualificados já imigrados em Portugal;*
- *A multiplicação de oportunidades de aprendizagem do português por estrangeiros, bem como a formação para a cidadania;*
- *A facilitação dos processos de equivalência de diplomas e qualificações profissionais obtidas no estrangeiro;*
- *O desenvolvimento de programas específicos para a integração plena de segunda e terceira gerações;*
- *O acesso dos filhos dos imigrantes e das minorias étnicas às creches, aos jardins-de-infância e ao pré-escolar;*
- *O lançamento de campanhas de educação sexual e planeamento familiar, particularmente destinados aos jovens imigrantes, tendo em conta a diversidade e os códigos culturais;*
- *A participação das associações de imigrantes no processo de integração;*

---

<sup>38</sup> *Idem.*

- *A frequência de cursos de formação profissional por parte de imigrantes que residem ou permanecem legalmente em Portugal;*
- *O desenvolvimento de uma rede nacional de informação aos imigrantes e minorias étnicas, em colaboração com as autarquias locais;*
- *A criação de material didáctico do ensino básico e secundário que contribua para atingir níveis satisfatórios de sucesso escolar das crianças e jovens de imigrantes;*
- *Programas de inserção social e ocupacionais de mulher migrante.*

Nesta conformidade, no plano institucional, o Decreto-Lei nº 27/2005, de 11 de Novembro, define o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) como serviço de coordenação e de natureza interministerial e promove a integração dos Centros de Apoio ao Imigrante (Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante – CNAIS e Centros Locais de Apoio ao Imigrante – CLAIS), que se constituem como unidades orgânicas de acolhimento e informação de cidadãos imigrantes (ver o quadro 21).

Uma outra medida de relevo levado a cabo por este Governo refere-se à *Lei Orgânica nº 2/2006*, de 17 de Abril, aprovada no Parlamento sem votos contra. Esta lei procede à alteração da lei da nacionalidade do DL 37/81 de 3 de Outubro. Neste sentido, verificar-se-á um reforço significativo do *Jus solis* como critério de atribuição e aquisição de nacionalidade, o que traduz um acesso mais facilitado à nacionalidade para imigrantes e seus descendentes.

Assim, são portugueses de origem, os filhos de pai ou mãe nascidos em território nacional ou no estrangeiro (neste último, é necessário fazer uma declaração de vontade junto do posto consular português do país onde se encontram a residir) e os indivíduos nascidos em Portugal que não tenham outra nacionalidade.

Com esta última alteração, passará igualmente a ser atribuída nacionalidade originária às crianças nascida em Portugal, filhos de estrangeiros, quando pelo menos um dos progenitores tenha nascido e resida em Portugal à data do nascimento do filho (terceira geração de imigrantes). São também portugueses de origem, as crianças nascidas em Portugal, filhos de estrangeiros, desde que à data do nascimento, um dos progenitores resida legalmente em Portugal há pelo menos cinco anos e desde que nenhum dos

progenitores se encontre ao serviço do seu respectivo Estado (art. 1º nº1-e) do DL nº 2/2006 de 17 Abril).

Uma outra situação muito particular de aquisição de nacionalidade portuguesa é o caso das crianças estrangeiras adoptadas por portugueses, que recebem automaticamente a nacionalidade portuguesa (art.5º do DL nº 2/2006 de 17 Abril).

A aquisição da nacionalidade portuguesa, através de processo de naturalização passa a abranger os menores filhos de estrangeiros, desde que um dos progenitores complete cinco anos de residência legal após o nascimento do filho (art. 6º nº 2-a) do DL nº 2/2006 de 17 Abril). As crianças que nasceram em Portugal e que aqui concluíram o 1º ciclo de ensino básico, podem adquirir a nacionalidade portuguesa, independentemente da situação documental dos pais (art. 6º nº 2-b), do DL nº 2/2006 de 17 Abril).

Para quem não nasceu em Portugal tem ainda à possibilidade de adquirir nacionalidade portuguesa por naturalização, mediante as seguintes condições:

- *Ser maior de idade ou emancipado perante a lei portuguesa;*
- *Residir legalmente em Portugal, há pelo menos 6 anos (este requisito pode ser dispensado aos indivíduos nascidos em Portugal, que aqui residem nos últimos 10 anos);*
- *Conhecer suficientemente bem a língua portuguesa;*
- *Não ter sido condenado pela prática de crime punível com pena de prisão igual ou superior a 3 anos, segundo a Lei portuguesa.*

Com a actual lei o cidadão deixa de ter que comprovar a existência de uma ligação efectiva à comunidade nacional; - ter idoneidade moral cívica, e possuir meios para assegurar a sua subsistência.

A equiparação das uniões de facto ao casamento, constitui mais uma via de aquisição de nacionalidade. Nesta conformidade, pode ser atribuída nacionalidade portuguesa a um estrangeiro casado ou a viver em união de facto há mais de 3 anos com um nacional português.

Em suma, a política adoptada quer por anteriores governos de coligação PSD e CDS, quer por actual Governo de PS, visam, sem dúvida, a integração e inclusão das populações imigrantes, sobretudo os descendentes de imigrantes.

Quadro 21: Cronologia dos principais diplomas normativos no âmbito da Quarta Fase: Política Pluralista (2002 até Presente).

| Anos | Diploma Normativo  |
|------|--|
| 2002 | <p><b>Lei 22/2002 de 21 de Agosto de 2002</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Autoriza o Governo a alterar o regime de entrada, saída, permanência e afastamento de estrangeiros de território nacional.</li> </ul>   |
|      | <p><b>Decreto-Lei nº 251/2002, de 22 de Novembro de 2002</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Cria o novo ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.</li> </ul>  |
| 2003 | <p><b>Decreto-Lei nº 34/2003, de 25 de Fevereiro de 2003</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Altera, o Regime Jurídico que regula a entrada, saída, permanência e Afastamento de estrangeiros de território nacional do Decreto-Lei nº 244/98, de 8 de Agosto de 1998, com as alterações decorrentes da Lei nº 97/1999, de 26 de Julho, e pelo Decreto-Lei nº 4/2001 de 10 de Janeiro, que aprova as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.</li> </ul>  |
|      | <p><b>Decreto-Lei nº 154/2003 de 15 de Julho de 2003</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Regulamenta a aplicação do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil.</li> </ul>   |
|      | <p><b>Decreto-Lei nº 32/2003 de 30 de Julho de 2003</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aprova o Acordo sobre a Concessão de Visto Temporário para tratamento Médico a Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.</li> </ul>   |
| 2004 | <p><b>Decreto-Lei nº 67/2004, de 25 de Março de 2004</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Cria um registo dos cidadãos estrangeiros, menores, cuja situação seja ilegal em face do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, aprovado pelo Decreto-Lei 244/98, de 8 de Agosto, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 34/2003, de 25 de Fevereiro.</li> </ul>   |
|      | <p><b>Resolução do Concelho de Ministros, 51/2004</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Define o Visto de Trabalho como instrumento decisivo para a regulação e estabilização das entradas em território nacional para os imigrantes que pretendam desenvolver uma actividade profissional na economia portuguesa.</li> </ul>   |
|      | <p><b>Decreto Regulamentar 6/2004 de 26 de Abril</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Regulamentou o regime jurídico consagrado, no DL 244/98, de 8 de Agosto, com a redacção que lhe foi dada pelo DL 34/2003, de 25 de Fevereiro, no que se refere à entrada e saída de estrangeiros do território nacional, à concessão de Vistos no estrangeiros e nos postos de fronteira, á prorrogação da permanência, ao direito do reagrupamento familiar, à concessão e renovação de autorizações de residência e ao boletim de alojamento. Revoga o DR 5-A/2000, de 26 de Abril, alterado pelo DR 9/2001, de 31 de Maio.</li> </ul> |

|      |  |
|------|--|
|      | <p><b>Lei nº 18/2004, de 11 de Maio de 2004</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Transpõe para a ordem jurídica nacional, a Directiva nº 2000/43/CE, do Conselho, de 29 de Junho, que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica, estabelecendo um quadro jurídico para o combate à discriminação, baseada em motivos de origem racial ou étnica.</i></li> </ul>  |
| 2005 | <p><b>Decreto-Lei nº 27/2005, de 11 de Novembro de 2005</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Define o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) como serviço de coordenação e de natureza interministerial e promove a integração dos Centros de Apoio ao Imigrante (Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante – CNAIS e Centros Locais de Apoio ao Imigrante – CLAIS), que se constituem como unidades orgânicas de acolhimento e informação de cidadãos imigrantes;</i></li> </ul>  |
| 2006 | <p><b>Decreto-Lei nº 41/2006, de 21 de Fevereiro de 2006</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Procede à alteração do Decreto-Lei nº 176/2003, de 2 de Agosto. Vem equiparar a residentes, para efeitos da atribuição da prestação do abono de família a crianças e jovens, os cidadãos estrangeiros portadores de títulos válidos de permanência, ou respectivas prorrogações.</i></li> </ul> <p><b>Lei Orgânica nº 2/2006, de 17 de Abril de 2006</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Procede à alteração e republicação da lei da nacionalidade.</i></li> </ul> |

Fonte: Extraído in Rocha-Trindade, 2001; Baganha, 2001; Pena Pires, 2003; Beja Horta, 2004, Oliveira, 2005 e [www.acime.gov.pt](http://www.acime.gov.pt) (consultado em 15 de Junho de 2006).

### **3.6 - O MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE IMIGRANTES EM PORTUGAL**

#### **3.6.1 - EMERGÊNCIA, CONSOLIDAÇÃO E INTERVENÇÃO**

A emergência do movimento associativo de comunidades migrantes está implicitamente ligada à história da imigração em Portugal. A constituição e o progressivo crescimento de comunidades imigrantes permitiram o aparecimento de associações que inicialmente tinham como objectivos *conservar e transmitir a cultura de origem* (Albuquerque, 2002:369).

Dada a concentração de população de origem imigrante na AML, não é de estranhar que tenha sido aí que apareceram as primeiras associações de imigrantes. De entre elas se destaca a *Casa de Cabo Verde* constituída em 1970 pelo núcleo de caboverdianos residentes em Portugal, que tinham integrado nas primeiras vagas de trabalhadores caboverdianos para a então metrópole colonial. A direcção e as orientações da *Casa de Cabo Verde* sofreram, após o 25 de Abril de 1974, alguma contestação da parte mais politizada da comunidade caboverdiana, de que resulta a sua transformação numa associação que une a *Casa de Cabo Verde* ao *Grupo de Acção Democrática de Caboverdianos e Guineenses* (Albuquerque, Ferreira e Viegas, 2000: 39).

No entanto, o desenrolar das relações políticas entre a Guiné e Cabo Verde, que culmina no golpe de estado da Guiné em 1980 e na cisão interna do PAIGC, irá conduzir essa associação a um período de crise. É, assim, que em 1981 é criada a *Associação Caboverdiana*, que reorienta a sua política no sentido de uma maior intervenção social junto da população imigrante que se ia concentrando em bairros periféricos de Lisboa.

A partir desse momento o número de associações de imigrantes começou a crescer. Segundo um levantamento efectuado por Carlos Correia (cit. in Albuquerque, Ferreira e Viegas, 2000: 37), relativo às associações lusófonas, em 1990 já existiam 10 associações e em 1996 esse número aumenta para 78, das quais apenas uma não era de origem africana (a Casa do Brasil).

Os encontros informais não estão incluídos nestes dados. Sobre este assunto, Celeste Correia (1994:49-50), descreve que “ (...) formas de organização colectiva são prolongamentos de encontros de fim de semana, na Igreja, em casa de amigos, nos cafés, nas estações de caminho de ferro, nos jardins, nas praças. (...) Esses são, portanto, os locais privilegiados para a conversa e procura de emprego. A entajuda e o bem-estar que a proximidade dos familiares e amigos proporcionam alargaram o leque das simples relações de vizinhança que mantinham com o seu grupo e puseram em marcha a

*regularização dos encontros e a constituição dos espaços destinados a estes fins. Esses espaços são as associações”.*

Durante os trinta anos de associativismo imigrante em Portugal, os motivos e preocupações que levaram à mobilização das associações alteraram-se ao longo do tempo. Ao descrever a mobilização associativa de imigrantes em Portugal, Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000:36-37), distinguiram três grandes fases:

- a primeira fase – *intervenção de emergência* e que marcou toda a década de 80, iniciou-se em meados dos anos 70 com a vinda de um grande contingente de cidadãos africanos das antigas colónias portuguesa. Esta fase é caracterizada pela criação de associações informais nos locais da AML, que foram acolhendo os recém-chegados. O objectivo subjacente a estas primeiras associações era facilitar a instalação dos conterrâneos, num quadro de ausência de medidas oficiais da integração;
- a segunda fase marca o *impulso da intervenção das associações como agentes da integração socio-económica dos imigrantes*, que marcou a primeira metade da década de 90. Neste período assistiu-se a um rápido aumento do número das associações. É durante este período que as associações deram os primeiros passos na intervenção política em torno da reivindicação de direitos de cidadania dos imigrantes e seus descendentes e investem no desenvolvimento de projectos mais integrados e de mais longo prazo;
- a terceira fase – *maturação do movimento associativo*, desenvolve-se a partir de meados da década de 90, em que as associações alcançaram o reconhecimento formal, pelas instituições políticas, nacionais e locais, do seu papel enquanto agentes de desenvolvimento das comunidades de origem dos imigrantes, assistindo-se à consolidação daqueles que conseguiram entrar na etapa da profissionalização.

Nestes moldes, as primeiras associações privilegiaram a preservação das culturas de origem bem como a conservação das suas redes de sociabilidade e solidariedade. A organização de eventos culturais e de grupos de dança africana para crianças e jovens, a criação de bares no espaço associativo, a comemoração de datas simbólicas são iniciativas que têm como denominadores comuns o desejo de preservar a cultura da terra mãe entre as novas gerações nascidas em Portugal e a necessidade de proporcionar um espaço onde se possa partilhar a saudade da terra natal e as amarguras da vida no novo país.

Como asseveram Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000:41-42), esta primeira etapa da implantação do movimento associativo de imigrantes em Portugal caracterizou-se, fundamentalmente, pela mobilização das comunidades para resolver os seus próprios problemas, num quadro onde o Estado estava ausente e não tinha ainda despertado para as questões da imigração e da etnicidade.

No início dos anos 90, a questão da imigração e do associativismo imigrante começa a ganhar visibilidade na sociedade portuguesa, principalmente devido ao aumento rápido das entradas de imigrantes africanos originários dos países lusófonos. Nessa altura, o movimento associativo de imigrante era dinâmico e privilegiava a intervenção de cariz social. É também durante este período, que foram fundadas legalmente como associações, algumas das organizações que tinham vindo a intervir politicamente no terreno como é o caso da Associação Unidos de Cabo Verde, da Associação Cultural Moinho da Juventude e da Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINENSO) (Albuquerque, Ferreira e Viegas, 2000:41-42).

Apesar das intervenções políticas adquirirem, por parte das associações de imigrantes, uma maior atenção nos anos 90, a intervenção social não foi menos preponderante nas actividades desenvolvidas pelas associações. Destacam-se aqui, por exemplo, cursos de alfabetização e de formação profissional, apoio às crianças através de ATL's e jardins-de-infância e também o atendimento à população em termos de alimentos, saúde e planeamento familiar. Paralelamente à intervenção no domínio social, aumentaram também, iniciativas de âmbito recreativo e cultural. Registam-se, assim, numerosos eventos e actividades que se estendem desde a organização de festas tradicionais e comemorações, à criação de grupos de música e, também, à promoção de eventos desportivos. O conjunto das actividades até agora descritas, embora se dirija a toda a população imigrante, incide com particular interesse nas gerações dos descendentes.

Com efeito, Albuquerque, Ferreira, Viegas (2000:47), descrevem que “ (...) a questão fundamental que emerge na mobilização associativa desta primeira metade da década 90 diz respeito à integração dos descendentes de imigrantes e ao problema da violência, que muita das vezes estava associada às novas gerações”. Daí que nos anos 90 surgiram, também, várias associações de jovens descendentes de imigrantes e houve o reforço da participação activa dos jovens nas associações já existentes.

Neste contexto, as referidas autoras salientaram que estas associações de jovens *“têm a particularidade de não estarem organizadas com base numa origem étnica única mas serem multiculturais, ao contrário de grande parte das associações de imigrantes”* (Albuquerque, Ferreira, Viegas, 2000:54). Para além das associações de jovens descendentes de imigrantes, também existe um importante número de estudantes universitários que tem conduzido à criação de associação de estudantes africanos, sendo já comum nas universidades portuguesas os Núcleos de Estudante Africanos (NEA).

Resumindo, as funções e actividades desempenhadas actualmente pelas associações de imigrantes em Portugal, Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000:37-38), realçam que estas organizações concentram as suas atenções nos seguintes três grandes domínios de intervenção:

- *Domínio Socio-económico, que se desdobra na realização de acções de educação não formal (como ateliers educativos para crianças ou workshops de dança para jovens), formação profissional como, por exemplo, cursos desenvolvidos no âmbito da mediação cultural, de técnicas empresariais ou de amas), prestação de cuidados de saúde, melhoramento das condições dos bairros, promoção da prática desportiva, entre outras inúmeras actividades;*
- *Domínio Cultural, que se traduz na organização de actividades culturais como forma de conservar e transmitir a identidade cultural e que, frequentemente, estão articuladas com o domínio educativo, por exemplo, através da promoção de actividades para a conservação da língua materna;*
- *Domínio Político-legal, concretizado em acções desenvolvidas para a comunidade, assentes na informação sobre direitos e deveres dos imigrantes e em acções para a sociedade em geral e para o Estado em particular, ao defenderem e representarem os interesses das comunidades de origem imigrante, em que assumem o papel de interlocutor do Estado.*

Rocha-Trindade (1995:213), salienta que estas associações têm demonstrado uma forte vitalidade e força organizativa na promoção de diversas acções reivindicativas dos direitos dos imigrantes e, simultaneamente, reabilitadoras da sua imagem na sociedade portuguesa. A autora acrescenta que essas associações *“constituem formas organizadas de acção colectiva empenhadas primordialmente na defesa e representação dos interesses dos imigrantes junto dos poderes decisórios e na preservação das respectivas culturais de origem”*.

Até 1999, as associações de imigrantes constituíam-se simplesmente como associações culturais sem fins lucrativos ou como instituições particulares de solidariedade social, sem deterem um estatuto jurídico específico. Como descreve José Leitão (1995:113-114), a ausência de um enquadramento jurídico funcionava como um obstáculo à participação política das associações de imigrantes, dada a inexistência de um reconhecimento formal do papel específico que elas têm vindo a desempenhar na sociedade portuguesa e, sobretudo, porque não lhes eram concedidos os direitos de informação, consulta, apoio jurídico e direito de antena que outro tipo de organizações detinham.

Todavia, esta situação alterou-se com a aprovação pela Assembleia da República do Regime Jurídico das Associações de Imigrantes (DL nº 115/99, de 3 de Agosto regulamentada pelo Decreto-Lei nº 75/2000 de 9 de Maio). Essa lei, acabou por estabelecer o regime jurídico das associações representantes dos imigrantes e seus descendentes, prevendo o reconhecimento da sua representatividade, bem como o direito ao apoio técnico e financeiro do Estado para o desenvolvimento das suas actividades e o direito a beneficiar de tempo de antena nos serviços públicos de rádio e televisão.

Com esta viragem, a tendência vivida actualmente no seio de movimento associativo de imigrantes vai ao encontro daquilo que Albuquerque, Ferreira e Viegas, chamam de *“profissionalização das associações”*. No que concerne a este respeito, as autoras sustentam que *“ (...) as associações que se profissionalizam são aquelas que conseguem aperfeiçoar a sua organização interna de modo a fazer frente à exigências dos financiadores, exigências essas traduzidas numa melhor definição de objectos, no planeamento das acções a curto prazo, médio e longo prazo, no preenchimento do formulários dos projectos, no cumprimento das normas financeiras e de organização da contabilidade, etc. As que sobrevivem a este aumento de exigências terão, por sua vez, de conseguir um equilíbrio entre a obtenção de recursos financeiros para prosseguirem e melhorarem a sua actividade; a sua intervenção (devido, precisamente, ao facto de serem financiadas por determinadas entidades); e a adesão das comunidades que representam, base da sua existência”* (Albuquerque, Ferreira e Viegas, 2000:53).

Com o financiamento da parte das autoridades, as associações podem ambicionar projectos mais onerosos e quantos mais projectos vão assumindo, maior será o reconhecimento por parte do Estado e por parte das próprias comunidades. Em contrapartida, as associações que não conseguem aceder a esse financiamento, não conseguem melhorar a qualidade da intervenção nem a própria organização interna. Por isso, as associações com maior consolidação são cada vez mais requisitadas e podem alargar a sua intervenção e o número de membros activos.

**As associações mais jovens e de menor dimensão, sentem dificuldades em manterem as suas actividades. Muitas vezes, estas associações acabam por existir formalmente mas não em termos práticos.**

**Contudo, com o crescimento da população imigrante em Portugal e, em conjunto com as dificuldades que esta população sente para a sua integração efectiva, as associações aparecem como um recurso indelével no bem-estar desta população.**

**Tomando em consideração o papel que as associações de imigrantes desempenham nos processos de integração, torna-se importante, conhecê-las de perto, sobretudo no que diz respeito à sua dimensão relacional com a estrutura política portuguesa.**



***CAPÍTULO IV - DINÂMICAS ORGANIZATIVAS DAS ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES  
ANGOLANOS, GUINEENSES E EUROPEUS DE LESTE NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA  
(ESTUDO EMPÍRICO)***

## **4 - INTRODUÇÃO**

Este capítulo tem como objectivo analisar as dinâmicas organizativas das associações de imigrantes angolanos, guineenses e de europeus de leste na Área Metropolitana de Lisboa, com base nos resultados empíricos, fruto de inquérito por questionário aplicado aos dirigentes dessas organizações, entre Julho e Setembro de 2006.

Assim sendo, na secção a seguir, iremos analisar a estrutura organizacional dessas associações. Debruçaremos sobre a densidade; a natureza das actividades; a dimensão dos recursos humanos, materiais e económicos, bem como a capacidade de mobilização dessas organizações.

Examinaremos também a densidade das suas redes organizacionais. Para o efeito, centraremos a nossa análise em três dimensões: *redes inter-organizacionais* (as relações das associações em estudo, com organizações e instituições não imigrantes); *redes intra-organizacionais* (relações dessas associações com outras organizações de imigrantes) e *redes transnacionais* (as relações das associações com organizações/instituições internacionais e com associações da mesma comunidade estabelecidas no estrangeiro e nos países de origem).

Analisaremos igualmente, a natureza da participação cívica e política das associações em estudo, privilegiando às actividades de acção de protesto, ou outras formas de confrontação, tais como: manifestação, petições; conferências de imprensa, etc; bem como o seu relacionamento com o sistema político nacional e os seus envolvimento em campanhas eleitorais.

## 4.1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES

Nesta secção, vamos examinar as características organizacionais das associações inquiridas. Neste sentido, consideramos um conjunto de indicadores, tais como: o ano de fundação das organizações; o número de organizações; a natureza das actividades; a dimensão dos recursos humanos, materiais e económicos, bem como a capacidade de mobilização dessas organizações.

### 4.1.1 - CARACTERÍSTICAS ORGANIZACIONAIS

Quando se analisa o movimento associativo de imigrantes angolanos, guineenses e europeus de leste, é importante salientar que não se trata, como é óbvio, de associações homogéneas, mas sim de associações com características organizacionais diferenciadas. No que diz respeito ao ano da fundação dessas organizações, verificámos que as associações de imigrantes angolanos e guineenses, foram constituídas na sua maioria na década de 90, sendo, no entanto, de referir que uma das associações de imigrantes angolanos (Casa de Angola) foi constituída na década de 60 e, uma das associações de imigrantes guineenses (Aguinense) foi constituída na década de oitenta. Por sua vez, as associações de imigrantes da Europa Leste, foram todas constituídas a partir do ano 2000, (ver Tabela 1). Este facto, prende-se como atrás referimos, com a própria dinâmica de imigração destas comunidades.

Tabela 1 – Distribuição do ano de fundação das associações inquiridas.

| Ano de Fundação | Assoc. Angolanas |            | Assoc. Guineenses |            | Assoc. Europ. de Leste |            |
|-----------------|------------------|------------|-------------------|------------|------------------------|------------|
|                 | N                | %          | N                 | %          | N                      | %          |
| 1969            | 1                | 12.5       | -                 | -          | -                      | -          |
| 1987            | -                | -          | 1                 | 16.7       | -                      | -          |
| 1991            | 2                | 25.0       | -                 | -          | -                      | -          |
| 1992            | 1                | 12.5       | -                 | -          | -                      | -          |
| 1994            | -                | -          | 1                 | 16.7       | -                      | -          |
| 1995            | -                | -          | 1                 | 16.7       | -                      | -          |
| 1996            | 2                | 25.0       | 1                 | 16.7       | -                      | -          |
| 2000            | -                | -          | -                 | -          | 1                      | 14.3       |
| 2001            | 1                | 12.5       | -                 | -          | -                      | -          |
| 2002            | -                | -          | 2                 | 33.3       | 1                      | 14.3       |
| 2003            | 1                | 12.5       | -                 | -          | 2                      | 28.6       |
| 2004            | -                | -          | -                 | -          | 2                      | 28.6       |
| 2005            | -                | -          | -                 | -          | 1                      | 14.3       |
| <b>Total</b>    | <b>8</b>         | <b>100</b> | <b>6</b>          | <b>100</b> | <b>7</b>               | <b>100</b> |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

#### 4.1.1.1 - NATUREZA DAS ACTIVIDADES

Para uma melhor compreensão das actividades das associações inquiridas, pré-definimos 37 áreas de actividades, normalmente desenvolvidas pelas organizações de imigrantes. Acresce porém, que havia espaço para acrescentar outras actividades desempenhadas por elas. Neste sentido, pedimos-lhes que nos indicassem principais áreas de actividades que desenvolveram nos últimos 2 anos.

Como se pode observar na Tabela 2, as actividades das associações inquiridas são muito diversificadas. Nos últimos 2 anos, essas associações deram maior relevância às áreas de actividade, como: solidariedade social, educação, cultura, saúde, emprego, formação e assuntos relativos à imigração. Não se regista nenhuma diferença significativa entre o grupo de associações em estudo.

Tabela 2 – Distribuição das actividades desenvolvidas pelas associações inquiridas.

| Actividades Desenvolvidas                       | Assoc.<br>Angolanas | Assoc.<br>Guineenses | Assoc.<br>Europ. de Leste |
|---|---------------------|----------------------|---------------------------|
|   | N                   | N                    | N                         |
| Solidariedade Social                            | 7                   | 6                    | 6                         |
| Saúde   | 5                   | 5                    | 3                         |
| Deficiência                                     | 1                   | 1                    | -                         |
| Pensionistas, Velhice                           | -                   | 1                    | -                         |
| Assuntos de Discriminação                       | 5                   | 3                    | 6                         |
| Actividades Religiosas                          | 1                   | -                    | 4                         |
| Educação  | 7                   | 4                    | 7                         |
| Pobreza   | 1                   | -                    | 2                         |
| Desporto  | 5                   | 3                    | 3                         |
| Juventude, Infância                             | 5                   | 2                    | 2                         |
| Pais  | 1                   | 1                    | 2                         |
| Cultura, Música, Teatro                         | 7                   | 5                    | 7                         |
| Hobbies/Tempos Livres                           | 2                   | -                    | 1                         |
| Investigação                                    | 1                   | -                    | 3                         |
| Ajuda Humanitária                               | 2                   | 2                    | 3                         |
| Mulheres  | 1                   | -                    | 1                         |
| Direitos Humanos                                | 2                   | 2                    | 2                         |
| Cuidados Infantis/outros Serviços para Crianças | 2                   | -                    | 1                         |
| Desenvolvimento Comunitário                     | 1                   | 3                    | 1                         |
| Política  | 2                   | 2                    | 3                         |
| Relações Laborais                               | -                   | 1                    | 2                         |
| Família   | 2                   | 1                    | 3                         |
| Emprego e Formação                              | 6                   | 3                    | 5                         |
| Habitação                                       | 2                   | 2                    | 3                         |
| Assuntos relativos à Imigração                  | 8                   | 6                    | 7                         |
| Cooperação Internacional                        | 1                   | 1                    | 3                         |
| Questões Locais ou de Vizinhança                | -                   | -                    | 2                         |
| Oferta de Serviços de Alojamento                | -                   | 2                    | 1                         |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

Tendo em conta as actividades das associações, pareceu-nos importante questionar o seguinte: *qual é a auto-definição que as associações inquiridas fazem de si mesmas? Será que o processo de categorização intersecta com as áreas de intervenção das associações, ou será que se autodefinem com base num outro critério?*

De um modo geral, em consonância com as suas áreas de intervenção, a maioria das associações de imigrantes angolanos e guineenses auto-define-se como *organização de solidariedade social e organização de imigrantes*. Por sua vez, a grande maioria das organizações de europeus de leste auto-define-se como *associação cultural e organização de imigrantes* (ver a Tabela 3).

Tabela 3 – Categorias de auto-definição das associações inquiridas.

| As Associações se definem como...                            | Assoc. Angolanas |      | Assoc. Guineenses |      | Assoc. Europ. Leste |      |
|--|------------------|------|-------------------|------|---------------------|------|
|  | N                | %    | N                 | %    | N                   | %    |
| Assoc. Cultural e Organização de Imigrantes                  | 1                | 12.5 | 1                 | 16.7 | 4                   | 57.5 |
| Organização de Imigrantes                                    | -                | -    | -                 | -    | 1                   | 14.3 |
| Solidariedade Social e Cultural                              | -                | -    | -                 | -    | 1                   | 14.3 |
| Solidariedade Social e Organização de Imigrantes             | 5                | 62.5 | 3                 | 50   | 1                   | 14.3 |
| Assoc. Juvenil e Organização de Imigrantes                   | 1                | 12.5 | -                 | -    | -                   | -    |
| Organização de Imigrantes e Organização de Mulheres          | 1                | 12.5 | -                 | -    | -                   | -    |
| Organização de Ajuda Humanitária e Organização de Imigrantes | -                | -    | 1                 | 16.7 | -                   | -    |
| Solidariedade Social e Associação Étnica                     | -                | -    | 1                 | 16.7 | -                   | -    |
| Total  | 8                | 100  | 6                 | 100  | 7                   | 100  |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

Outro indicador de auto-definição das associações tem a ver com a representação. Isto é, questionámos-lhes se representavam um grupo de pessoas particular. Nesta lógica, duas organizações angolanas responderam que representam um grupo específico. Uma afirma que representa estudantes angolanos, e outra frisou que representa as mulheres angolanas em Portugal. Por sua vez, uma associação guineense respondeu também que representa os guineenses em Portugal, por último, duas organizações de europeus de leste indicaram que representavam um grupo de pessoas particular. Uma referiu que representa os búlgaros em Portugal, e outra salientou que representa os ucranianos em Portugal. As restantes organizações não se definem, como sendo representantes de algum grupo de pessoas em particular.

Estes factos podem estar relacionados com a área de actuação das associações. Como podemos observar na Tabela 4, a maioria das associações inquiridas actua por todo país, destacando, portanto, uma vocação menos localista.

Tabela 4 – Âmbito geográfico de actuação das associações inquiridas.

| Âmbito Geográfico | Assoc. Angolanas |      | Assoc. Guineenses |      | Assoc. Europ. de Leste |      |
|-------------------|------------------|------|-------------------|------|------------------------|------|
|                   | N                | %    | N                 | %    | N                      | %    |
| Regional          | 1                | 12.5 | 1                 | 16.7 | -                      | -    |
| Distrital         | -                | -    | -                 | -    | 1                      | 14.3 |
| Todo o país       | 7                | 87.5 | 5                 | 83.3 | 6                      | 85.7 |
| Total             | 8                | 100  | 6                 | 100  | 7                      | 100  |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

As actividades desenvolvidas pelas associações são o reflexo dos objectivos apresentados por estas. Perguntámos às associações inquiridas se tinham uma declaração oficial com as suas missões (objectivos) e em que consistia essa missão. Todas as associações responderam que tinham uma missão e que esta consiste, por um lado, na preservação e transmissão da cultura das suas origens e, por outro lado, na defesa e na promoção da integração social das comunidades que elas representam.

Neste sentido, questionámos-lhes também, com que frequência, nos últimos 2 anos, se envolveram na realização das actividades que constam na Tabela 5. A maioria das associações organizou, mensalmente e anualmente, várias actividades de foro cultural, social e político para responder às necessidades das comunidades que representam. Dentro dessas actividades, as organizações de eventos culturais e sociais tiveram maior relevância para as associações inquiridas. No entanto, é de salientar que as associações de imigrantes da Europa de Leste são as que mais envolveram na organização de eventos intelectuais.

Tabela 5 - Frequência de realização de actividades das associações inquiridas, nos últimos 2 anos.

| Actividades                                       | Assoc. Angolanas                 |             | Assoc. Guineenses |             | Assoc. Europ. De Leste |             |
|---|----------------------------------|-------------|-------------------|-------------|------------------------|-------------|
|   | Mensal/<br>N                     | Anual/<br>N | Mensal/<br>N      | Anual/<br>N | Mensal/<br>N           | Anual/<br>N |
|   | Organização de eventos culturais | 1           | 6                 | 1           | 5                      | 1           |
| Organização de eventos sociais                    | -                                | 5           | 1                 | 5           | -                      | 7           |
| Organização de eventos intelectuais               | 3                                | 3           | 1                 | 1           | 1                      | 5           |
| Organização de eventos políticos                  | -                                | 3           | -                 | 2           | 2                      | 3           |
| Organização de eventos educativos                 | 1                                | 4           | 1                 | 4           | 4                      | 2           |
| Organização de actividades desportivas e de lazer | 3                                | 2           | -                 | 3           | 2                      | 2           |
| Organização de actividades religiosas             | -                                | -           | -                 | 2           | 1                      | -           |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

Outras actividades de extrema importância que as associações inquiridas desenvolveram, nos últimos 2 anos, em prol dos seus associados, têm a ver com a prestação de apoio para diversas situações. A Tabela 6, ilustra-nos que, a maioria das associações em estudo prestou apoio aos seus associados em contactos com proprietários; contactos pessoais com polícia e o sistema judicial. As associações de imigrantes da Europa de Leste são as que mais apoiaram os seus associados nesses domínios. No entanto, todas as associações inquiridas prestaram apoios aos seus associados, nomeadamente, em contactos pessoais com as autoridades.

Tabela 6 – Distribuição de apoio efectuado aos associados nos últimos 2 anos.

| Apoio aos associados em...                          | Assoc.<br>Angolanas | Assoc.<br>Guineenses | Assoc.<br>Europ. de Leste |
|---|---------------------|----------------------|---------------------------|
|   | N                   | N                    | N                         |
| Contactos com proprietários                         | 3                   | 4                    | 7                         |
| Contactos pessoais com polícia e o sistema judicial | 4                   | 4                    | 7                         |
| Contactos pessoais com as Autoridades Locais        | 8                   | 6                    | 7                         |
| Escrever cartas às Autoridades                      | 8                   | 6                    | 7                         |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

Para além dos apoios aos seus associados, muitas das associações inquiridas editam publicações e participam nos programas de rádios, televisão local e nacional, que de alguma forma, ajudam-lhes a responder às necessidades das comunidades que representam. Ao analisar a Tabela 7, verificámos que as associações inquiridas apresentam diferentes tipos de publicações, mas o *Boletim/jornal* é o mais desenvolvido no seio das associações em estudo. As organizações de europeus de leste demonstram uma maior actuação na área dos Mass-Media/Órgãos de Comunicação Social.

Tabela 7 – Distribuição da edição, publicações e programas de rádios/televisão desenvolvidas pelas associações inquiridas.

| Edição e Programas                | Assoc.<br>Angolanas | Assoc.<br>Guineenses | Assoc.<br>Europ. de Leste |
|-----------------------------------|---------------------|----------------------|---------------------------|
|                                   | N                   | N                    | N                         |
| Página na Internet                | 4                   | 1                    | 3                         |
| Boletim/jornal                    | 4                   | 3                    | 6                         |
| Revista ou publicações periódicas | -                   | 1                    | 1                         |
| Livros                            | -                   | -                    | 2                         |
| Programas de Rádio/Tv. Local      | -                   | 1                    | 1                         |
| Programas de rádio/Tv. Nacional   | 1                   | 2                    | 4                         |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

#### 4.1.1.2 – RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E ECONÓMICOS

Outras dimensões das características organizacionais das associações em estudo, diz respeito aos seus recursos humanos, materiais e económicos, que passamos a examinar.

Com o intuito de conhecer a dimensão das associações inquiridas, pedimos-lhes que nos indicassem uma estimativa do *total de membros*; *número de membros activos* (associados que participam frequentemente nas actividades das associações); *número de participantes não associados* (indivíduos que participam nas actividades da organização sem que sejam associados), bem como os *clientes*, isto é indivíduos que beneficiam dos serviços sem serem sócios.

Como se constata na Tabela 8, a maioria das associações inquiridas apresenta uma estimativa de 100 a 449 membros. No que diz respeito ao número de *membros activos*, a estimativa referenciada pelas associações não é elevada, pois ela ronda numa média de 10 a 29 indivíduos. O mesmo acontece com o número de participantes não associados, dado que, a sua estimativa gira também numa média de 10 a 29 para a maioria das associações. Todavia, é de salientar o tamanho da clientela dessas organizações. A maioria das associações salienta que, a estimativa dos beneficiários dos seus serviços anda a volta de 500 ou mais indivíduos. Não há, portanto, diferenças significativas entre grupo de associações em estudo.

Tabela 8 – Estimativa dos membros, participantes não associados e clientelas das associações inquiridas.

| Membros e não associados...         | Assoc. Angolanas | Assoc. Guineenses | Assoc. Europ. de Leste |
|-------------------------------------|------------------|-------------------|------------------------|
|                                     | N                | N                 | N                      |
| <b>Total de Membros</b>             |                  |                   |                        |
| 100 a 499                           | 6                | 5                 | 6                      |
| 500 ou mais                         | 2                | 1                 | 1                      |
| <b>Membros Activos</b>              |                  |                   |                        |
| 10 a 29                             | 7                | 5                 | 5                      |
| 30 a 99                             | 1                | 1                 | 2                      |
| <b>Participantes não Associados</b> |                  |                   |                        |
| 10 a 29                             | 7                | 4                 | 4                      |
| 30 a 99                             | 1                | 2                 | 3                      |
| <b>Clientes</b>                     |                  |                   |                        |
| 100 a 499                           | 3                | 2                 | 2                      |
| 500 ou mais                         | 5                | 4                 | 5                      |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

Outros elementos que ajudam-nos a compreender a dimensão das organizações em análise, têm a ver com as suas composições. Como ilustra a Tabela 9, todas as associações inquiridas possuem uma estrutura orgânica.

Tabela 9 – Distribuição da composição das associações inquiridas.

| Composição         | Assoc. Angolanas |     | Assoc. Guineenses |     | Assoc. Europ. de Leste |     |
|--------------------|------------------|-----|-------------------|-----|------------------------|-----|
|                    | Sim              | Não | Sim               | Não | Sim                    | Não |
|                    | N                | N   | N                 | N   | N                      | N   |
| Direcção           | 8                | -   | 6                 | -   | 7                      | -   |
| Presidente         | 8                | -   | 6                 | -   | 7                      | -   |
| Secretário         | 8                | -   | 6                 | -   | 7                      | -   |
| Tesoureiro         | 8                | -   | 6                 | -   | 7                      | -   |
| Assembleia geral   | 8                | -   | 6                 | -   | 7                      | -   |
| Estatutos escritos | 8                | -   | 6                 | -   | 7                      | -   |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

Perguntámos às associações inquiridas com que frequência se reúnem na *Direcção*. Assim sendo, a grande maioria das associações responderam que reúnem várias vezes por ano. Todavia, é de realçar que 38% das associações angolanas; 33 % das associações guineenses e 43 % das associações de imigrantes da Europa de Leste afirmaram que reúnem mensalmente.

A Tabela 10, indica-nos que a *Direcção* da maioria das associações é constituída por cinco membros, sendo de destacar que a representatividade das mulheres aparece mais ou menos equilibrada nas associações de imigrantes angolanos e de europeus de leste, ao passo que a *Direcção* das organizações dos imigrantes guineenses é constituída, maioritariamente, por homens (ver a Tabela 11).

Tabela 10 – Número de membros que fazem parte da Direcção das associações inquiridas.

| Nº de membros da direcção | Assoc. Angolanas | Assoc. Guineenses | Assoc. Europ. de Leste |
|---------------------------|------------------|-------------------|------------------------|
|                           | N                | N                 | N                      |
| 3 Membros                 | -                | -                 | 1                      |
| 5 Membros                 | 4                | 5                 | 4                      |
| 7 Membros                 | 2                | 1                 | 1                      |
| 8 Membros                 | 1                | -                 | -                      |
| 9 Membros                 | -                | -                 | 1                      |
| 11 Membros                | 1                | -                 | -                      |
| Total                     | 8                | 6                 | 7                      |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

Tabela 11 – Distribuição de indivíduos do sexo feminino na Direcção das associações inquiridas.

| Nº de mulheres na Direcção | Assoc. Angolanas | Assoc. Guineenses | Assoc. Europ. de Leste |
|----------------------------|------------------|-------------------|------------------------|
|                            | N                | N                 | N                      |
| 1 mulher                   | -                | 4                 | -                      |
| 2 mulheres                 | 4                | 2                 | 4                      |
| 3 mulheres                 | 3                | -                 | 1                      |
| 4 mulheres                 | -                | -                 | 2                      |
| 5 mulheres                 | 1                | -                 | -                      |
| Total                      | 8                | 6                 | 7                      |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

O mesmo acontece quando analisamos a distribuição da amostra segundo o sexo do presidente da *Direcção* das associações inquiridas. Como podemos observar na Tabela 12, a representatividade das mulheres, como presidente da *Direcção* das organizações de imigrantes angolanos e de europeus de leste aparece bastante equilibrada. Já nas organizações de imigrantes guineenses, a situação é bastante diferente, dado que, os presidentes das suas *Direcções* são todos do sexo masculino.

Tabela 12 – Distribuição por sexo do Presidente da Direcção das associações inquiridas.

| Sexo      | Assoc. Angolanas | Assoc. Guineenses | Assoc. Europ. de Leste |
|-----------|------------------|-------------------|------------------------|
|           | N                | N                 | N                      |
| Feminino  | 4                | -                 | 4                      |
| Masculino | 4                | 6                 | 3                      |
| Total     | 8                | 6                 | 7                      |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

Para complementar a nossa análise, perguntámos às associações, com que frequência, se reúnem na *Assembleia geral* e quantos sócios estiveram presentes na última *Assembleia geral*. Nesta conformidade, uma associação de cada grupo de associações em estudo respondeu que reúne várias vezes por ano. As restantes associações inquiridas afirmaram que reúnem uma vez por ano.

No que diz respeito à assistência dos sócios na última *Assembleia geral*, a Tabela 13, revela que a maioria das associações inquiridas apresenta uma estimativa de 30 a 99 sócios. Contudo, nota-se algumas diferenças entre o grupo de associações em estudo. Três associações de imigrantes angolanos e de Europa de Leste estimaram que 100 a 449 sócios estiveram presentes nas suas últimas *Assembleia geral*. Uma organização de imigrantes guineenses estimou também que na sua última *Assembleia geral* estiveram por volta de 100 a 449 sócios.

Tabela 13 – Número de sócios presentes na última Assembleia geral das associações inquiridas.

| Nº de sócios       | Assoc. Angolanas | Assoc. Guineenses | Assoc. Europ. de Leste |
|--------------------|------------------|-------------------|------------------------|
|                    | N                | N                 | N                      |
| 30 a 99 sócios     | 5                | 5                 | 4                      |
| 100 a 449 sócios   | 3                | 1                 | 3                      |
| 500 ou mais sócios | -                | -                 | -                      |
| Total              | 8                | 6                 | 7                      |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

Queríamos também conhecer as características do total dos membros (jovens entre 16 a 30 anos; aposentados ou mais de 65 anos, portugueses, imigrantes recentes, etc.) das associações inquiridas. Neste sentido, pedimos-lhes que nos indicassem a percentagem desses grupos. De acordo com as respostas apresentadas, apurámos que os jovens, de idade entre 16 a 30 anos, representam mais de 50% do total dos membros das associações inquiridas. Verificámos também, que todas as associações inquiridas têm portugueses como membros. A sua percentagem é, em média, menos de 50% para cada grupo de associações em estudo. Os aposentados e os imigrantes recentes constituem menos de 10% do total dos membros das associações inquiridas, salvo nas organizações de imigrantes da Europa de Leste, que indicaram que os imigrantes recentes constituem mais de 50% dos seus membros.

Até aqui, debruçámos a nossa análise sobre a dimensão dos membros das associações inquiridas. Agora vamos cingir sobre os seus recursos materiais e económicos. Um dos recursos materiais de extrema importância para a consolidação das organizações de imigrante é, certamente, a existência de uma sede para a execução das suas actividades. Infelizmente, certificamos que, a maioria das associações inquiridas não tem sede própria. Encontram-se instaladas em espaços públicos, muitas vezes cedidos pela Câmara Municipal ou Juntas de Freguesia e em casas privadas. Esta situação é mais frequente nas organizações de imigrantes da Europa de Leste (ver a Tabela 14).

Tabela 14 – Distribuição da existência de sede das associações inquiridas.

| Existência da Sede     | Assoc. Angolanas | Assoc. Guineenses | Assoc. Europ. de Leste |
|------------------------|------------------|-------------------|------------------------|
|                        | N                | N                 | N                      |
| Sede Própria           | 4                | 3                 | 1                      |
| Espaço público/privado | 4                | 3                 | 6                      |
| Total                  | 8                | 6                 | 7                      |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

Perguntámos às associações que espaço dispõem para a execução das suas actividades regulares. Perante as respostas que nos foram dadas, verificámos que muitas das associações inquiridas não dispõem de um espaço próprio para as suas actividades de grande dimensão. Utilizam um outro espaço para as suas actividades regulares e não obstante, partilham-no com outras associações (ver a Tabela 15).

Tabela 15 – Distribuição de outro espaço para as actividades das associações inquiridas.

| Outro espaço                           | Assoc.<br>Angolanas | Assoc.<br>Guineenses | Assoc.<br>Europ. de Leste |
|--|---------------------|----------------------|---------------------------|
|  | N                   | N                    | N                         |
| <b>Partilha com outras associações</b> |                     |                      |                           |
| Sim                                    | 6                   | 5                    | 5                         |
| Não                                    | 2                   | 1                    | 2                         |
| <b>Arrendamento</b>                    |                     |                      |                           |
| Sim                                    | 1                   | 1                    | -                         |
| Não                                    | 5                   | 5                    | 5                         |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

Outros recursos materiais de extrema importância que, também determinam o grau de profissionalização e a capacidade de intervenção das associações, são recursos de comunicações, tais como: o telefone, computadores próprios, Internet, e-mail e fax. A Tabela 16, mostra-nos que todas ou quase todas as associações inquiridas têm acesso a esses recursos. Não há uma fronteira nítida entre o grupo de associações em estudo. Apenas uma associação de imigrantes guineenses e uma de imigrantes da Europa de Leste afirmaram não ter máquina de fax ou número próprio de fax.

Tabela 16 – Distribuição dos recursos de comunicação das associações inquiridas.

| Recursos de Comunicação                 | Assoc.<br>Angolanas | Assoc.<br>Guineenses | Assoc.<br>Europ de Leste |
|---|---------------------|----------------------|--------------------------|
|   | N                   | N                    | N                        |
| Telefone próprio                        | 8                   | 6                    | 7                        |
| Morada própria                          | 8                   | 6                    | 7                        |
| Computadores próprios                   | 8                   | 6                    | 7                        |
| Ligação à Internet                      | 8                   | 6                    | 7                        |
| Endereço electrónico/e-mail próprio     | 8                   | 6                    | 7                        |
| Máquina de fax ou número próprio de fax | 8                   | 5                    | 6                        |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

Os recursos financeiros são elementos imprescindíveis para a consolidação e profissionalização das organizações de imigrantes. Partindo dessa esteira, pedimos às associações inquiridas que nos indicassem o valor do seu orçamento anual. A partir das respostas das associações (Tabela 17), verificámos que os valores de orçamento são bastante discrepantes entre as associações. Das organizações angolanas, três indicaram um orçamento que varia entre os 2500 euros a 4999 euros e as outras restantes apresentam um orçamento que vai desde 5000 a 99.999 Euros. A maioria das organizações de imigrantes da Europa de Leste aponta um orçamento de 10.000 a 49.000 Euros. Já no caso das organizações de imigrantes guineenses o orçamento não é muito linear. Duas associações vivem com um orçamento anual de 1000 a 2499 euros e outras apresentam um orçamento superior a 50.000 Euros. Não obstante, é de destacar que, uma das organizações guineenses (Aguinenso) apresenta um orçamento superior a 200.000 euros. Isto deve-se ao facto de ela ser uma IPSS, com acesso a um elevado número de recursos humanos e materiais que é impossível comparar com outras organizações de imigrantes.

Tabela 17 – Distribuição de orçamento anual das associações inquiridas.

| Orçamento Anual   | Assoc. Angolanas | Assoc. Guineenses | Assoc. Europ de Leste |
|-------------------|------------------|-------------------|-----------------------|
|                   | N                | N                 | N                     |
| Menos de € 1000   | -                | -                 | -                     |
| 1000 a 2499 €     | -                | 2                 | -                     |
| 2500 a 4999 €     | 3                | -                 | 1                     |
| 5000 a 9999 €     | 1                | -                 | 1                     |
| 10 000 a 49 999 € | 2                | 1                 | 4                     |
| 50 000 a 99 999€  | 2                | 2                 | 1                     |
| Mais de 200 000 € | -                | 1                 | -                     |
| <b>Total</b>      | <b>8</b>         | <b>6</b>          | <b>7</b>              |

Fonte: Inquérito às associações (2006)

Neste seguimento, pedimos às organizações que nos indicassem como é constituída a sua receita orçamental. Assim sendo, constatámos que essas organizações estão dependentes dos subsídios dos organismos públicos e privados, tais como: subsídios das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia; subsídios concedidos pelo ACIME e pelos Centros Regionais da Segurança Social, sobretudo às associações que também funcionam como IPSS. Usufruem também de subsídios da União Europeia; dos Governos do país de origem; patrocínios de empresas, etc.

Muitas delas, dispõem de receitas próprias, provenientes das vendas de bens e serviços; receitas de eventos ou campanhas de angariação de fundos. Na maioria dos casos, a única fonte de receitas regular é a quotização dos sócios, o que, como indica a Tabela 18, constitui um recurso limitado, uma vez que, geralmente, trata-se de um valor simbólico e muitas vezes só alguns dos sócios é que o pagam.

Tabela 18 – Distribuição da amostra segundo o pagamento de quotas.

| Pagamento de quotas  | Assoc. Angolanas | Assoc. Guineenses | Assoc. Europ. de Leste |
|----------------------|------------------|-------------------|------------------------|
|                      | N                | N                 | N                      |
| Todos ou quase todos | 1                | 1                 | 3                      |
| Alguns deles         | 6                | 3                 | 3                      |
| Poucos ou nenhuns    | 1                | 2                 | -                      |
| Não tem quotas       | -                | -                 | 1                      |
| <b>Total</b>         | <b>8</b>         | <b>6</b>          | <b>7</b>               |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

Estes factos influenciam fortemente a capacidade de recursos humanos (funcionários) das associações. Como podemos constatar na Tabela 19, poucas das associações inquiridas dispõem de funcionários remunerados a tempo inteiro. Apenas duas organizações guineenses afirmaram ter funcionários remunerados a tempo inteiro. Por sua vez, duas associações de imigrantes da Europa de Leste dispõem de funcionários para as suas actividades; uma dispõe de um funcionário remunerado a tempo inteiro e outra de um funcionário remunerado a tempo parcial. As organizações de imigrantes angolanos não dispõem de funcionários remunerados.

Tabela 19 – Distribuição de funcionários remunerados e voluntários das associações inquiridas.

| Recursos Humanos                                      | Assoc. Angolanas | Assoc. Guineenses | Assoc. Europ. de Leste |
|---|------------------|-------------------|------------------------|
|   | N                | N                 | N                      |
| Funcionários remunerados (tempo inteiro)              | -                | 2                 | 1                      |
| Funcionários remunerados (tempo parcial)              | -                | -                 | 1                      |
| Voluntários que trabalham mais de 3 horas semanal     | 3                | 3                 | 4                      |
| Voluntários que trabalham 3 horas ou menos por semana | 3                | 4                 | 4                      |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

A maioria das associações desenvolve as suas actividades com trabalho de voluntariado. Como podemos observar ainda na Tabela 19, a maioria das associações dispõem de voluntários que trabalham mais de 3 horas semanais e os que trabalham menos de 3 horas por semana.

#### **4.1.1.3 - CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO**

Depois de analisar os recursos humanos, materiais e económicos das associações em estudo, consideramos importantes conhecer a capacidade de mobilização dessas organizações, a partir de dois principais indicadores: um refere-se à *capacidade real de mobilização* e outro reporta-se à *capacidade potencial de mobilização* das associações inquiridas.

De acordo com o primeiro indicador, pedimos às associações que nos indicassem qual foi a actividade ou iniciativa organizada durante o último ano que atraiu o maior número de participantes (membros e não membros). No que diz respeito ao segundo indicador, isto é, a capacidade potencial de mobilização, perguntámos às organizações inquiridas o seguinte: “suponha que a vossa associação tem uma actividade muito importante, em que seria essencial a participação de maior número de pessoas (membros e não membros), quantas pessoas seria de esperar que participassem?”.

No que concerne à capacidade real de mobilização, aferimos que todas as associações inquiridas organizaram actividades em que participaram um número significativo de pessoas. As actividades organizadas variam conforme o grupo de associações em estudo. As organizações angolanas apresentam uma série de actividades, tais como: *comemorações do dia da independência de Angola, do dia de África; festa do Natal, dia da Criança, desporto, homenagens e conferências*. Por sua vez, as associações de imigrantes guineenses organizaram também actividades como: *comemorações do dia da independência da Guiné-Bissau; do aniversário da própria associações; festa do Natal e Desporto*. Por último, as organizações de imigrantes da Europa de Leste já organizaram actividades em que participaram muitas pessoas. As suas actividades cingem-se também nas *comemorações do dia da independência dos seus países de origem; festa do Natal; actividades com crianças; actividades na Feira de Santiago em Setúbal; conferências e exposição*.

Tendo em conta essas actividades e analisando a Tabela 20, constatámos que a capacidade real de mobilização da maioria dessas organizações é em média de 500 pessoas.

Tabela 20 – Capacidade de Mobilização das associações inquiridas.

| Número de participantes                    |              | Assoc. Angolanas | Assoc. Guineenses | Assoc. Europ. de Leste |
|--|--------------|------------------|-------------------|------------------------|
|  |              | N                | N                 | N                      |
| Capacidade <u>Real</u> de Mobilização      | 150 pessoas  | 1                | 1                 | 1                      |
|  | 250 pessoas  | 2                | 1                 | 2                      |
|  | 500 pessoas  | 4                | 3                 | 3                      |
|  | 1000 pessoas | 1                | 1                 | 1                      |
| Capacidade <u>Potencial</u> de Mobilização | 300 pessoas  | 1                | 1                 | 2                      |
|  | 600 pessoas  | 3                | 3                 | 3                      |
|  | 900 pessoas  | 1                | 1                 | 1                      |
|  | 1200 pessoas | 2                | 1                 | -                      |
|  | 1500 pessoas | 1                | -                 | 1                      |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

A capacidade potencial da mobilização não se afigura muito diferente da capacidade real de mobilização das associações inquiridas. Como se pode observar ainda na Tabela 20, a capacidade potencial de mobilização de grande parte das organizações inquiridas é de 600 pessoas. Todavia, é de salientar que quatro organizações de imigrantes angolanos; duas organizações de imigrantes guineenses e também duas de imigrantes da Europa de Leste perspectivam mais de 600 participantes nas suas eventuais actividades de relevo.

Estes resultados levam-nos a concluir que o número total dos membros não é o único determinante da capacidade de mobilização de uma associação. Como vimos anteriormente, o número total dos membros da maioria das associações inquiridas oscila entre os 100 a 499 indivíduos, que por sua vez, não deixa de ser pouco significativo comparando com o número de participantes e perspectivas de participantes nas actividades de grande dimensão das associações inquiridas.

## **4.2 - DENSIDADE DAS REDES ORGANIZACIONAIS DAS ASSOCIAÇÕES**

Nesta secção, vamos descrever a densidade das redes organizacionais das associações inquiridas. Para o efeito, centrámos a nossa análise em três dimensões: *Redes Inter-organizacionais* (as relações das associações inquiridas com organizações e instituições não imigrantes); *Redes Intra-organizacionais* (relações das associações inquiridas com outras associações de imigrantes) e *Redes Transnacionais* (as relações das associações inquiridas com organizações/instituições internacionais e com associações da mesma comunidade estabelecidas no estrangeiro e nos países de origem).

### **4.2.1- REDES INTER-ORGANIZACIONAIS**

Com objectivo de conhecer a dimensão das redes inter-organizacionais, ou mais concretamente as relações das associações inquiridas com organizações e instituições não imigrantes, solicitámos às associações em estudo que nos identificassem o nome das organizações e instituições não imigrantes, com as quais têm tido reuniões ou consultas e cooperação nos últimos dois anos. A Tabela 21, mostra-nos as organizações e instituições não imigrantes com as quais as associações inquiridas têm tido mais consultas e cooperação nestes dois últimos anos.

Como se torna evidente, a interacção das associações em estudo com as organizações e instituições não imigrantes é relativamente baixa. Não se regista diferença significativa entre o grupo de associações em análise.

As Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia constituem as entidades com quem a maioria das associações mantêm contactos e cooperação. Como podemos observar na Tabela 21, as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia dos distritos de Lisboa e Setúbal estão no topo dos contactos e da cooperação. Isto porque, muitas associações inquiridas se localizam nesses distritos. Mas é de salientar que a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia de Lisboa foram aquelas que as associações inquiridas mais frisaram.

As associações inquiridas mantêm também, relações com o poder central, principalmente através de vários organismos do Estado, dos quais se destaca o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), que como ilustra a Tabela 21, está na cúpula das consultas e colaborações das associações inquiridas. Isto porque, a maioria dessas associações é membro do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) e não obstante, essas organizações estão também envolvidas em projectos coordenadas pelo ACIME.

Para além desses organismos, é de destacar o contacto e a cooperação entre as associações inquiridas e as organizações e instituições, como: Fundação Calouste Gulbenkian, Obra Católica Portuguesa das Migrações, SOS-Racismo, Frente Anti-Racista e Associação Olho Vivo. Estas últimas organizações têm como objectivos denunciar actos de racismo e discriminação e informar os imigrantes dos seus direitos.

Com particular interesse, assomam as consultas e a cooperação entre algumas organizações de imigrantes angolanos e guineenses com os Partidos Políticos, sobretudo, com os dois maiores Partidos: Partido Socialista (PS) e Partido Social Democrata (PSD). Essa rede relacional, pode ser vista, por um lado, como um importante meio para colmatar a escassez dos recursos, muitas vezes sentida pelas associações e, por outro lado, como estratégia eleitoralista, sobretudo a nível local. Este assunto será desenvolvido na secção da participação cívica e política.

Tabela 21 – Distribuição de organizações e instituições não imigrante, com as quais as associações inquiridas mantiveram consultas e cooperação, nos últimos 2 anos.

| Organizações e Instituições                                | Assoc. Angolanas |            | Assoc. Guineenses |            | Assoc. Europ. de Leste |            |
|--|------------------|------------|-------------------|------------|------------------------|------------|
|  | Consultas        | Cooperação | Consultas         | Cooperação | Consultas              | Cooperação |
|  | N                | N          | N                 | N          | N                      | N          |
| Partido Social Democrata                                   | 4                | 4          | 3                 | 2          | 2                      | -          |
| Partido Socialista   | 5                | 3          | 4                 | 2          | 1                      | 1          |
| Partido Comunista Português                                | 2                | 1          | 3                 | 2          | 2                      | 1          |
| Partido Popular  | 3                | 3          | 2                 | 2          | -                      | -          |
| Bloco de Esquerda  | 2                | 2          | 4                 | 3          | -                      | -          |
| Câmara Municipal de Lisboa                                 | 6                | 5          | 4                 | 4          | 4                      | 4          |
| Juntas de Freguesia de Lisboa                              | 5                | 4          | 3                 | 3          | 3                      | 2          |
| Câmara Municipal de Sintra                                 | 2                | -          | 2                 | 2          | -                      | -          |
| Juntas de Freguesia de Sintra                              | -                | -          | 1                 | 1          | -                      | -          |
| Câmara Municipal de Cascais                                | -                | -          | -                 | -          | 2                      | 1          |
| Juntas de Freguesia de Cascais                             | -                | -          | -                 | -          | 2                      | 1          |
| Câmara Municipal de Amadora                                | 3                | 2          | 1                 | 1          | -                      | -          |
| Juntas de Freguesia de Amadora                             | 3                | 1          | 1                 | 1          | -                      | -          |
| Câmara Municipal de Loures                                 | 3                | 3          | -                 | -          | -                      | -          |
| Juntas de Freguesia de Loures                              | 2                | 2          | -                 | -          | -                      | -          |
| Câmara Municipal de Odivelas                               | 1                | 1          | -                 | -          | -                      | -          |
| Juntas de Freguesia de Odivelas                            | 1                | 1          | -                 | -          | -                      | -          |
| Câmara Municipal de Setúbal                                | -                | -          | -                 | -          | 2                      | 2          |
| Juntas de Freguesia de Setúbal                             | -                | -          | -                 | -          | 2                      | 2          |
| Conselho Português para a Paz e Cooperação                 | -                | -          | 2                 | 2          | 2                      | 2          |
| Amnistia Internacional                                     | 2                | 1          | 2                 | -          | -                      | -          |
| Associação portuguesa dos Direitos dos Cidadãos            | -                | -          | 1                 | 1          | 1                      | 1          |
| Associação Portuguesa de Apoio à Vítima                    | 2                | 1          | -                 | -          | 1                      | -          |
| Civitas - Assoc. Para a defesa dos direitos dos Cidadãos   | -                | -          | -                 | -          | 1                      | -          |
| Conselho Português para os refugiados                      | 2                | 1          | 1                 | 1          | -                      | -          |
| SOS Racismo  | 6                | 5          | 3                 | 2          | 7                      | 4          |
| Frente Anti-Racista  | 3                | 1          | 2                 | 1          | 2                      | 2          |
| Rede Anti-Racista  | 1                | 1          | -                 | -          | 1                      | 1          |
| OIKOS  | 1                | -          | 2                 | 2          | -                      | -          |
| AMI - Assistência Médica Internacional                     | 3                | -          | 3                 | 3          | 2                      | 2          |
| Médicos do Mundo   | 1                | 1          | -                 | -          | 1                      | 1          |
| Instituto Português de Valle Flor                          | -                | -          | 1                 | -          | -                      | -          |
| Santa Casa da Misericórdia de Lisboa                       | 2                | 2          | 2                 | 1          | 2                      | 1          |
| APAI - Associação Portuguesa de Aprendizagem Intercultural | -                | -          | -                 | -          | 1                      | 1          |
| Obra Católica Portuguesa das Migrações                     | 5                | 5          | 3                 | 3          | 6                      | 4          |
| Serviço Jesuíta das Migrações                              | 1                | -          | 2                 | 2          | 3                      | 3          |
| ACIME  | 7                | 7          | 5                 | 5          | 6                      | 5          |
| Fundação Calouste Gulbenkian                               | 4                | 2          | 4                 | 4          | 7                      | 5          |
| CGTP   | 2                | 1          | 1                 | 1          | 1                      | 1          |
| UGT  | 2                | 2          | 1                 | 1          | 1                      | 1          |
| Quercos  | -                | -          | 1                 | 1          | 1                      | 1          |
| Olho Vivo  | 4                | 4          | 1                 | 1          | 1                      | 1          |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

#### 4.2.2 - REDES INTRA-ORGANIZACIONAIS

Na secção anterior analisámos a natureza relacional das associações inquiridas com organizações e instituições não imigrantes. O objectivo principal desta secção é examinar a natureza das redes intra-organizacionais das associações inquiridas. Isto é, queremos conhecer a dimensão relacional das associações inquiridas com outras associações de imigrantes. Para o efeito, pedimos às associações em estudo que nos identificassem o nome das organizações de imigrantes, com as quais têm tido reuniões ou consultas e cooperação nos últimos dois anos. As Tabelas 22 e 23 sintetizam as organizações de imigrantes com as quais as associações inquiridas têm tido mais contactos e cooperação nestes dois últimos 2 anos.

Tabela 22 – Distribuição de outras organizações de imigrantes, com as quais as associações inquiridas mantiveram consultas, nos últimos 2 anos.

| Organizações de Imigrantes  | Assoc. Angolanas | Assoc. Guineenses | Assoc. Europ. de Leste |
|---|------------------|-------------------|------------------------|
|   | N                | N                 | N                      |
| Associação Guineense de Solidariedade Social (Aguinense)              | 8                | 5                 | 1                      |
| Associação Guineense e Povos Amigos                                   | 6                | 5                 | -                      |
| Associação Unida dos Emigrantes da Guiné-Bissau em Portugal           | 3                | 5                 | -                      |
| Casa da Guiné   | 2                | 6                 | -                      |
| Associação GUINEÁSPORA-Fórum de Guineenses na Diáspora                | 3                | 5                 | -                      |
| Associação Casa de Angola   | 6                | 3                 | -                      |
| Associação dos Residentes Angolanos no Concelho de Odivelas - ARACODI | 5                | 1                 | -                      |
| Associação de defesa dos Angolanos                                    | 6                | 2                 | -                      |
| FSA - Fórum Social Angolanos  | 4                | 1                 | -                      |
| União da Juventude Angolana em Portugal                               | 6                | 1                 | -                      |
| KAMBA - Associação dos Angolanos no Concelho do Seixal                | 4                | -                 | -                      |
| Associação dos Estudantes Angolanos em Portugal                       | 5                | 1                 | -                      |
| Associação Angolana de Solidariedade em Portugal-ASAP                 | 4                | 1                 | -                      |
| NOVAGER - Associação dos Angolanos Residentes em Portugal             | 5                | 1                 | -                      |
| Associação de Coordenação e Integração dos Migrantes Angolanos        | 4                | -                 | 2                      |
| Associação da Mulher Migrante Angolana                                | 6                | 1                 | 1                      |
| Associação de Imigrantes Romenos e Moldavos-FRATIA                    | -                | -                 | 3                      |
| Associação de Imigrantes dos Países do Leste-EDINSTVO                 | 1                | 3                 | 4                      |
| Associação dos Ucrrianos em Portugal                                  | 1                | 2                 | 3                      |
| República - Associação dos Imigrantes Russófonos                      | -                | 1                 | 1                      |
| Associação Cultural dos Romenos Mirce Eliade-S. Mamede                | -                | -                 | 1                      |
| Centro Cultural Moldavo   | -                | 1                 | 6                      |
| Associação Búlgari  | -                | -                 | 2                      |
| SANITAE - Associação Informação e Defesa da Saúde                     | 1                | -                 | -                      |
| Solidariedade Imigrante-Associação para a Defesa dos Imigrantes       | 7                | 6                 | 7                      |
| Associação Espaço Jovem   | -                | -                 | 1                      |
| Associação Luso Cabo-verdiana de Sintra                               | 1                | 1                 | 2                      |
| ADIME - Associação para a defesa e inserção das minorias étnicas      | -                | -                 | 1                      |
| Associação Caboverdiana de Setúbal                                    | 2                | 1                 | 3                      |
| Movimento Social pelo Esclarecimento e Informação                     | -                | 1                 | -                      |
| Liga dos Chineses em Portugal   | 2                | 2                 | 1                      |
| Associação Caboverdiana de Lisboa                                     | 5                | 3                 | 3                      |
| Casa do Brasil de Lisboa  | 7                | 3                 | 5                      |
| Mulher Migrante   | 2                | -                 | 1                      |

Fonte: Inquérito às associações (2006)

Tabela 23 - Distribuição de outras organizações de imigrantes, com as quais as associações inquiridas cooperaram nos últimos 2 anos.

| Organizações de Imigrantes                                      | Assoc. Angolanas | Assoc. Guineenses | Assoc. Europ. de Leste |
|---|------------------|-------------------|------------------------|
|   | N                | N                 | N                      |
| Associação Guineense de Solidariedade Social (Aguinense)        | 6                | 4                 | 1                      |
| Associação Guineense e Povos Amigos                             | 4                | 3                 | -                      |
| Associação Unida dos Emigrantes da Guiné-Bissau em Portugal     | 3                | 2                 | -                      |
| Casa da Guiné   | 3                | 2                 | -                      |
| Associação GUINEÁSPORA-Fórum de Guineenses na Diáspora          | 2                | 4                 | -                      |
| Associação Casa de Angola                                       | 6                | -                 | -                      |
| Associação de defesa dos Angolanos                              | 2                | -                 | -                      |
| FSA - Fórum Social Angolanos                                    | 1                | -                 | -                      |
| União da Juventude Angolana em Portugal                         | 2                | 1                 | -                      |
| Associação de Estudantes Angolanos em Portugal                  | -                | 1                 | -                      |
| Associação Angolana de Solidariedade em Portugal - ASAP         | 1                | -                 | -                      |
| NOVAGER - Associação dos Angolanos Residentes em Portugal       | 1                | -                 | -                      |
| Associação de Coordenação e Integração dos Migrantes Angolanos  | 3                | -                 | -                      |
| Associação da Mulher Migrante Angolana                          | 4                | -                 | -                      |
| Associação de Imigrantes Romenos e Moldavos -FRATIA             | 1                | -                 | 2                      |
| Associação de Imigrantes dos Países do Leste -EDINSTVO          | 1                | 1                 | 3                      |
| Associação dos Ucrrianos em Portugal                            | -                | 2                 | 1                      |
| República - Associação dos Imigrantes Russófonos                | 1                | 1                 | 1                      |
| Associação Cultural dos Romenos Mirce Eliade - S. Mamede        | -                | -                 | 1                      |
| Centro Cultural Moldavo   | -                | -                 | 3                      |
| Associação Búlgari  | -                | -                 | 1                      |
| AMIFESTA - Associação dos amigos da Festa                       | -                | -                 | 1                      |
| SANITAE - Associação Informação e Defesa da Saúde               | 1                | -                 | -                      |
| Solidariedade Imigrante-Associação para a Defesa dos Imigrantes | 7                | 6                 | 7                      |
| Associação Luso Cabo-verdiana de Sintra                         | 1                | -                 | 1                      |
| Associação Caboverdiana de Setúbal                              | 2                | 1                 | 1                      |
| Liga dos Chineses em Portugal                                   | -                | 1                 | 1                      |
| Associação Caboverdiana   | 3                | 2                 | 1                      |
| Casa do Brasil de Lisboa  | 4                | 2                 | 4                      |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

As Tabelas 22 e 23, evidenciam que as associações tendem a privilegiar os contactos e as colaborações com outras associações da mesma comunidade. As organizações de imigrantes angolanos e guineenses tendem a colaborar mais entre si, do que com as organizações dos europeus de leste.

As associações de imigrantes da Europa de Leste não mantêm basicamente contactos com as associações de imigrantes dos países da língua oficial portuguesa (PALOP).

A Associação Guineense de Solidariedade social (Aguinense) apresenta como referência para as organizações de imigrantes angolanos e para as outras associações de imigrantes guineenses. Como afiguram as duas Tabelas supracitadas, a grande maioria destas organizações assevera ter consultado e cooperado com Aguinense.

Outras associações de referências para as associações em estudo são: a *Solidariedade Imigrante* e a *Casa do Brasil de Lisboa*. Como vimos, nas Tabelas 22 e 23, a grande maioria das associações inquiridas salienta ter cooperado com essas organizações. Aliás

com intuito de identificar as organizações que constituem referência na rede inter e intra-relacional, pedimos às associações inquiridas que nos indicassem o nome das associações portuguesas e de imigrantes com as quais mantiveram um contacto de referência nos últimos dois anos. Ficou evidente que, as organizações como: *SOS Racismo; Obra Católica Portuguesa das Migrações; Solidariedade Imigrante e Casa do Brasil* são de referências para as associações inquiridas.

Tabela 24 – Organizações de Referências para o conjunto das associações inquiridas.

| Associações                                    | Assoc. Angolanas | Assoc. Guineenses | Assoc. Europ. de Leste |
|--|------------------|-------------------|------------------------|
|  | N                | N                 | N                      |
| <b>SOS Racismo</b>                             | <b>7</b>         | <b>3</b>          | <b>4</b>               |
| <b>Obra Católica Portuguesa das Migrações</b>  | <b>5</b>         | <b>4</b>          | <b>5</b>               |
| Serviço jesuíta das migrações                  | 1                | -                 | 2                      |
| Amnistia Internacional                         | 1                | 2                 | 1                      |
| Conselho Português para os Refugiados          | 1                | -                 | 2                      |
| Frente anti-racista                            | 2                | -                 | 1                      |
| Olho Vivo                                      | 1                | 1                 | 1                      |
| Comissão de Igualdade das Mulheres             | 1                | -                 | -                      |
| Cruz Vermelha Portuguesa                       | 1                | -                 | -                      |
| Médicos do Mundo                               | 1                | -                 | -                      |
| <b>Solidariedade Imigrante</b>                 | <b>2</b>         | <b>5</b>          | <b>6</b>               |
| <b>Casa do Brasil de Lisboa</b>                | <b>5</b>         | <b>3</b>          | <b>4</b>               |
| Moinho de Juventude                            | 2                | 1                 | -                      |
| Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas | 1                | -                 | -                      |
| Rede Anti-Racista                              | 1                | -                 | -                      |
| Associação Portuguesa de Apoio à Vítima        | 2                | -                 | -                      |
| Caritas Portuguesa                             | -                | 2                 | -                      |
| CIDAC  | -                | 1                 | -                      |
| Plataforma de Ong's Portuguesas                | -                | 1                 | -                      |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

#### 4.2.3 - REDES TRANSNACIONAIS

Uma última dimensão das redes organizacionais diz respeito à densidade dos contactos internacionais das associações inquiridas. Como vimos, no capítulo do enquadramento teórico, os estudos sobre comunidades migrantes e associativismo têm-se centrado, tradicionalmente, sobretudo nos processos de aculturação, de integração e de mobilização étnica dos imigrantes, circunscrevendo a análise entre os imigrantes e as sociedades de acolhimento. Mas, com o processo de globalização e transnacionalismo, vários autores (Castles, 1998, 2005; Faist, 1999; Vertovec, 1999, 200, etc.) têm evidenciado um crescente interesse na abordagem das comunidades migrantes em espaços alargados, que extravasam os contextos nacionais dos países de imigração. Nesta conformidade, para conhecer a dimensão das redes transnacionais das associações em estudo, pedimos-lhes que nos indicassem as organizações e instituições internacionais com as quais mantêm contactos regulares.

Como podemos observar na Tabela 25, a maioria das associações inquiridas não tem contactos com organizações e instituições Internacionais. Contudo, embora pouco significativo, algumas dessas associações afirmaram ter contactos com organismos internacionais, sobretudo com os de carácter social que trabalham em prol das comunidades migrantes.

Tabela 25 – Distribuição de organizações e instituições internacionais, com as quais as associações inquiridas mantêm contactos.

| Organizações e Instituições Internacionais                | Assoc. Angolanas | Assoc. Guineenses | Assoc. Europ. de Leste |
|---|------------------|-------------------|------------------------|
|   | N                | N                 | N                      |
| Fundo Social Europeu                                      | -                | 1                 | 1                      |
| Org. Internacional dos Imigrantes Russos                  | -                | -                 | 1                      |
| Org. de Apoio Búlgaros no Estrangeiro                     | -                | -                 | 1                      |
| Aliança Russa da Europa                                   | -                | -                 | 1                      |
| Parlamento Europeu  | -                | -                 | 1                      |
| Org. Espanha de apoio à Criança                           | 1                | -                 | -                      |
| Conselho Mundial Das Igrejas                              | 1                | -                 | -                      |
| Fórum dos Migrantes da União Europeia                     | 2                | 1                 | -                      |
| Fórum dos Refugiados no Reino Unido                       | -                | 1                 | -                      |
| ASANTWA - Org Apoio Comunidade Negra No Reino Unido       | -                | 1                 | -                      |
| Organizações Holandesas de Apoio às Comunidades Migrantes | -                | 1                 | -                      |
| UNESCO  | -                | 1                 | -                      |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

O mesmo não acontece quando perguntámos às associações inquiridas se mantêm contactos regulares com outras associações da mesma comunidade na Europa, na América do Norte, etc. e com associações locais nos seus países de origem.

Como indica a Tabela 26, a grande maioria das associações inquiridas mantêm contactos regulares com outras organizações da mesma comunidade na Europa; na América do Norte e com organizações locais nos seus países de origem.

Tabela 26 – Distribuição dos contactos das associações inquiridas com outras organizações da mesma comunidade na Europa, na América, etc. e com organizações locais dos seus países de origem.

| Contactos com associações da mesma comunidade no exterior | Assoc. Angolanas | Assoc. Guineenses | Assoc. Europ. de Leste |
|---|------------------|-------------------|------------------------|
|   | N                | N                 | N                      |
| Sim   | 7                | 5                 | 6                      |
| Não   | 1                | 1                 | 1                      |
| Total   | 8                | 6                 | 7                      |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

Os contactos variam conforme o grupo de associações em estudo. As organizações angolanas inquiridas afirmaram ter contactos regulares com associações de imigrantes angolanos em Inglaterra, Holanda, Alemanha, Canadá e com Pauline Oliveira Foundation nos E.U.A. Estabelecem também, contactos com as associações em Angola, tais como: Acreditar e Vencer, Liga Africana, Associação de Estudante da Universidade Agostinho Neto e

*Juventude em Angola.* Por sua vez, as associações de imigrantes guineenses mantêm contactos com associações de imigrantes guineenses em França, Luxemburgo, Espanha e Senegal. Na Guiné-Bissau contactam regularmente às associações de: *Filhos amigos de Bafatá; Guineense em Bissau, Coligativa Bissau-Biombo e ONG'S da Guiné-Bissau.* Por último, as organizações de imigrantes da Europa de Leste também desfrutam de contactos regulares com os seus compatriotas nos estrangeiros. Contactam regularmente com as associações *Romenos em Nurenberg, Viana; Associações Moldavos em Itália e Espanha; Associações Ucrrianas em Espanha, Itália e na Grécia; Balkan-Organização Búlgara em Espanha.* O contacto com organizações nos seus países de origem é praticamente inexistente. Das associações inquiridas, apenas uma (Associação Bulgari) ter afirmado manter contacto regular com *Associação Luso-Bulgara na Bulgária.*

Queríamos conhecer o tipo (natureza) de contactos que estabelecem. Como podemos ver na Tabela 27, a grande maioria das associações inquiridas salienta que os contactos estabelecidos visam promover a colaboração em projectos; iniciativas de desenvolvimento no país de origem e activismo político. Este último é mais notório no grupo de organizações de imigrantes angolanos.

Tabela 27 – Natureza dos contactos estabelecidos entre associações inquiridas e outras organizações da mesma comunidade no estrangeiro e nos países de origem.

| Natureza de contactos                            | Assoc. Angolanas | Assoc. Guineenses | Assoc. Europ. de Leste |
|--|------------------|-------------------|------------------------|
|  | N                | N                 | N                      |
| Colaboração em projectos                         | 7                | 5                 | 6                      |
| Iniciativas de desenvolvimento no país de origem | 7                | 5                 | 6                      |
| Activismo político                               | 6                | 1                 | 1                      |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

Para além de desempenhar um papel preponderante no reforço da identidade étnica, as ligações transnacionais estabelecidas, assumem também um importante papel no desenvolvimento do país de origem. Como vimos, a natureza dos contactos transnacionais, visa, acima de tudo, promover a colaboração em projectos, bem como iniciativas de desenvolvimento dos seus países de origem. Por exemplo, as organizações guineenses, para além de promover a integração social e políticas da sua comunidade em Portugal, contribuem também para o desenvolvimento local da Guiné-Bissau. No seu estudo sobre *“As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense”*, João Có, conclui que a ligação destas associações à sua origem, através de projectos é, hoje bem visível na Guiné-Bissau, sobretudo ao nível local. Exemplos de acções de projectos são as ajudas em medicamentos, materiais escolares, materiais desportivos, a construção de estabelecimento de ensino, o desenvolvimento do comércio, incentivo religioso, etc.

### 4.3 – PARTICIPAÇÃO CÍVICA E POLÍTICA DAS ASSOCIAÇÕES

Na secção anterior analisámos a densidade das redes organizacionais das associações. Nesta secção, vamos debruçar a nossa análise sobre a participação cívica e política, mas especificamente sobre o envolvimento político das associações inquiridas em diversas actividades, sejam elas de acção de protesto ou outras formas de confrontação, tais como: manifestação; petições, conferências de imprensa, etc; bem como, os seus envolvimento em campanhas eleitorais e com as estruturas políticas nacionais.

#### 4.3.1 – NATUREZA E INTENSIDADE DAS ACTIVIDADES CÍVICAS E POLÍTICAS

As actividades cívicas e políticas das associações inquiridas são diversas. Começámos, então, por analisar o seu envolvimento em acções de protesto ou manifestações. Para isso, formulámos a seguinte questão: *nos últimos dois anos, a vossa associação participou em acções de protesto ou manifestações sobre algum dos seguintes assuntos que constam na Tabela 28?* Os resultados mostram-nos que os assuntos relacionados com o fenómeno de imigração, isto é, políticas de imigração; direitos de cidadania; perseguição racial/discriminação e defesa das tradições culturais das minorias são os que, geralmente, mais mobilizam as associações inquiridas. Como se pode ver, não existem diferenças significativas entre as diferentes associações em análise.

Tabela 28 – Distribuição de acções de protesto, em que as associações inquiridas participaram nos últimos 2 anos.

| Assuntos de acção de protesto               | Assoc.<br>Angolanas | Assoc.<br>Guineenses | Assoc.<br>Europ. de Leste |
|---|---------------------|----------------------|---------------------------|
|   | N                   | N                    | N                         |
| Habitação                                   | 1                   | 3                    | 2                         |
| Guerra/Defesa                               | 1                   | 1                    | .                         |
| Política Internacional                      | .                   | .                    | .                         |
| Desenvolvimento Político noutros Países     | .                   | .                    | .                         |
| Defesa das tradições culturais das minorias | 4                   | 4                    | 2                         |
| Qualidade ou acesso à educação              | 3                   | 3                    | 2                         |
| Perseguição racial/Discriminação            | 6                   | 4                    | 3                         |
| Direitos de Cidadania                       | 7                   | 4                    | 5                         |
| Asilo                                       | 1                   | .                    | 1                         |
| (des) emprego                               | .                   | .                    | .                         |
| Pobreza                                     | .                   | .                    | .                         |
| Combate ao crime na vizinhança              | .                   | .                    | .                         |
| Combate contra as drogas                    | .                   | .                    | .                         |
| Direitos Religiosos                         | .                   | .                    | 1                         |
| Actuação Policial                           | .                   | .                    | .                         |
| Sem-abrigo                                  | .                   | .                    | .                         |
| Políticas de Imigração                      | 8                   | 6                    | 7                         |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

A Tabela 29, apresenta-nos a intensidade das acções cívicas e políticas desenvolvidas pelas associações inquiridas. Segundo os resultados depreendemos que, nos últimos anos, todas as associações executaram acções cívicas que vão desde: manifestações; petições; conferências de imprensa e campanhas políticas.

No que concerne às manifestações, petições e conferências de imprensa, observámos que a grande maioria das associações inquiridas afirma ter realizado essas acções sete vezes ou mais nos últimos dois anos. Também muitas delas afirmaram ter participado, “algumas vezes”, nas campanhas políticas.

Tabela 29 – Intensidade das actividades cívicas e políticas das associações inquiridas.

| Acções cívicas e políticas      | Assoc.<br>Angolanas | Assoc.<br>Guineenses | Assoc.<br>Europ. de Leste |
|---------------------------------|---------------------|----------------------|---------------------------|
|                                 | N                   | N                    | N                         |
| <b>Manifestações</b>            |                     |                      |                           |
| Nunca                           | -                   | -                    | 1                         |
| 1-3 vezes por ano               | 3                   | 4                    | 1                         |
| 4-6 vezes por ano               | -                   | -                    | 1                         |
| 7 vezes ou mais por ano         | 5                   | 2                    | 4                         |
| <b>Petições</b>                 |                     |                      |                           |
| Nunca                           | -                   | -                    | -                         |
| 1-3 vezes por ano               | 1                   | 2                    | -                         |
| 4-6 vezes por ano               | 2                   | 1                    | 3                         |
| 7 vezes ou mais por ano         | 5                   | 3                    | 4                         |
| <b>Conferências de imprensa</b> |                     |                      |                           |
| Nunca                           | -                   | -                    | 1                         |
| 1-3 vezes por ano               | 2                   | 2                    | -                         |
| 4-6 vezes por ano               | 2                   | -                    | 1                         |
| 7 vezes ou mais por ano         | 4                   | 4                    | 5                         |
| <b>Campanhas políticas</b>      |                     |                      |                           |
| Nunca                           | 2                   | 2                    | 5                         |
| Raramente                       | 1                   | 1                    | -                         |
| Algumas Vezes                   | 5                   | 3                    | 2                         |
| Regularmente                    | -                   | -                    | -                         |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

Outra dimensão de grande importância reporta-se à capacidade das associações inquiridas em promover a participação e integração dos seus membros nos processos eleitorais. Apesar de, como vimos, não usufruírem de acordo de reciprocidade, muitos membros dessas organizações desfrutam da cidadania portuguesa, o que lhes permitem candidatar-se as eleições legislativas e autárquicas. Neste sentido, questionámos as associações acerca da sua participação nas campanhas eleitorais, bem como a promoção dos seus membros na participação eleitoral. Como podemos observar na Tabela 30, a maioria das associações de imigrantes angolanos e guineenses participaram em campanhas eleitorais. Por sua vez, é de frisar que duas organizações de imigrantes da Europa de Leste participaram, igualmente, em campanhas eleitorais.

Este facto é interessante, como vimos, a imigração e as organizações de imigrantes da Europa de Leste, são recentes e, não obstante, esses imigrantes são, praticamente, todos portadores de Autorização de Permanência e Autorização de Residência, que como sabemos, não lhes permitem candidatar-se a cargos políticos; mas não os inibem de participar em campanhas eleitorais.

Dada à sua antiguidade e consolidação, os membros de organizações de imigrantes angolanos e guineenses já se apresentaram como candidatos em eleições locais e nacionais e, por conseguinte, já foram eleitos, sobretudo a nível local, pelos partidos: PS, PSD e CDS/PP (ver a Tabela 31). Esses factos vêm confirmar, aquilo que vimos na secção anterior, ou seja, evidenciam as relações entre as associações inquiridas e os partidos políticos portugueses.

Tabela 30 – Participação das associações inquiridas e dos seus associados em campanhas eleitorais.

| Participação em eleições                           |                | Assoc. Angolanos | Assoc. Guineenses | Assoc. Europ. de Leste |
|--|----------------|------------------|-------------------|------------------------|
|  |                | N                | N                 | N                      |
| Participou em campanhas?                           | Sim            | 4                | 3                 | 2                      |
|  | Não            | 4                | 3                 | 5                      |
| Membro da associação apresentou-se como candidato? | Sim            | 3                | 1                 | -                      |
|  | Não            | 5                | 5                 | -                      |
| Em que Tipo eleições?                              | Locais         | 3                | 1                 | -                      |
|  | Nacionais      | 1                | 1                 | -                      |
|  | País de origem | -                | -                 | -                      |
| Por que Partido (os) e/ou coligação (ões)?         | PS             | 1                | 1                 | -                      |
|  | PSD            | 1                | -                 | -                      |
|  | PSD; CDS/PP    | 1                | -                 | -                      |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

Tabela 31 – Eleições dos membros das associações inquiridas.

| Participação política             |                | Assoc. Angolanos | Assoc. Guineenses | Assoc. Europ. de Leste |
|-----------------------------------|----------------|------------------|-------------------|------------------------|
|                                   |                | N                | N                 | N                      |
| Eleição dos associados            | Sim            | 2                | 1                 | -                      |
|                                   | Não            | -                | -                 | -                      |
| Tipo de eleições                  | Locais         | 2                | 1                 | -                      |
|                                   | Nacionais      | 1                | 1                 | -                      |
|                                   | País de origem | -                | -                 | -                      |
| Partido (s) e/ou coligação (ões)? | PS             | -                | 1                 | -                      |
|                                   | PSD            | 1                | -                 | -                      |
|                                   | PSD; CDS/PP    | 1                | -                 | -                      |

Fonte: Inquérito às associações (2006).

A última dimensão da nossa análise sobre a participação cívica e política, tem a ver com a participação das associações inquiridas nos processos de tomada de decisão a nível local, municipal e nacional. Neste sentido, questionámos as associações se, nos últimos dois anos, foram convidadas a participar nos processos de tomada de decisão sobre um determinado assunto. Como constata a Tabela 32, muitas associações inquiridas foram convidadas, sobretudo, a nível local e municipal a participar num conselho ou numa comissão para resolver um problema específico. A nível nacional, muitas associações afirmaram terem sido convidadas, como membro ocasional, para participar numa comissão nacional para resolver um assunto específico. Por exemplo, muitas das associações inquiridas fazem parte do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI), coordenado pelo ACIME.

Tabela 32 – Distribuição de convites e participação das associações inquiridas, nos processos de tomada de decisão a nível local, municipal e nacional, nos últimos dois anos.

| Órgãos decisórios   | Assoc. Angolanas |            | Assoc. Guineenses |            | Assoc. Europ. de Leste |            |
|---|------------------|------------|-------------------|------------|------------------------|------------|
|   | Convite          | Participou | Convite           | Participou | Convite                | Participou |
|   | N                | N          | N                 | N          | N                      | N          |
| <b>NÍVEL LOCAL</b>  |                  |            |                   |            |                        |            |
| Como membro permanente de um conselho local   | 2                | 2          | 1                 | 1          | 2                      | 2          |
| Como membro permanente de um conselho local específico sobre determinado assunto (serviços sociais, mulheres, educação, etc.)     | 6                | 6          | 1                 | 1          | 2                      | 2          |
| Como convidado ocasional para participar numa comissão local para resolver um problema específico                                 | 6                | 6          | 3                 | 3          | 5                      | 5          |
| Para integrar numa comissão consultiva ou um grupo local sobre uma política ou assunto específico                                 | 4                | 4          | 4                 | 1          | 4                      | 4          |
| <b>NÍVEL MUNICIPAL</b>  |                  |            |                   |            |                        |            |
| Como membro permanente de um conselho municipal específico sobre determinado assunto (serviços sociais, mulheres, educação, etc.) | 4                | 4          | 1                 | -          | 2                      | 2          |
| Como convidado ocasional para participar numa comissão municipal para resolver um problema específico                             | 8                | 8          | 4                 | 4          | 5                      | 5          |
| Para integrar uma comissão consultiva ou um grupo local sobre uma política ou assunto específico                                  | 3                | 3          | 3                 | 1          | 2                      | 2          |
| <b>NÍVEL NACIONAL</b>   |                  |            |                   |            |                        |            |
| Como membro permanente de um conselho nacional específico sobre determinado assunto (serviços sociais, mulheres, educação, etc.)  | 1                | 1          | 1                 | -          | 1                      | 1          |
| Como convidado ocasional para participar numa comissão nacional para resolver um problema específico                              | 7                | 6          | 2                 | 2          | 6                      | 6          |
| Para integrar numa comissão consultiva ou um grupo nacional sobre uma política ou assunto específico                              | 1                | 1          | 3                 | 3          | 3                      | 2          |

Fonte: Inquérito às associações (2006).



## ***CAPÍTULO VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS***

## 5 - NOTAS CONCLUSIVAS

*“A ave de minerva só levanta voo à caída da noite”*  
Hegel, Filosofia do Direito.

Esta dissertação teve como objectivo principal analisar as dinâmicas organizativas das associações de imigrantes angolanos, guineenses e de europeus de leste na Área Metropolitana de Lisboa.

Para prosseguir com esse objectivo e para responder a pergunta de partida, bem como as questões complementares deste trabalho, centramos a nossa análise em três eixos temáticos: (I) na estrutura organizacional dessas organizações (densidade, tamanho, participantes, actividades e recursos humanos e materiais); (II) nas densidades das suas redes organizacionais (redes inter-organizacionais; redes intra-organizacionais e redes transnacionais); (III) nas suas dimensões em termos de participação activa, privilegiando às actividades cívicas e políticas por elas desempenhadas.

No que concerne ao nosso primeiro eixo de análise - estrutura organizacional das associações de imigrantes angolanos, guineenses e de europeus de leste, concluímos que estamos na presença de associações com características organizacionais diferenciadas. As associações de imigrantes angolanos e guineenses foram estabelecidas, na sua maioria em meados dos anos 80 e no início dos anos 90, salvo a Casa de Angola que foi constituída em 1969, ainda no período da colonização. Muitas dessas associações já se encontram consolidadas. As organizações de imigrantes da Europa de Leste são recentes e estão em fase da consolidação. Foram todas constituídas a partir do ano 2000, pois trata-se, como vimos, de uma comunidade recém-formada no país.

As suas actividades são variadas, mas depreendemos que se orientam mais para áreas de solidariedade social, educação, cultura, saúde, emprego e assuntos relativos à imigração. A par destas actividades, elas apoiam os seus associados em contactos com proprietários; contactos pessoais com o sistema judicial e com as autoridades. As

organizações de imigrantes da Europa de leste são as que mais desenvolvem estas actividades em prol dos seus associados. Essas actividades ajudam-nas de alguma forma, responder às necessidades das comunidades que representam.

Ao analisar os seus recursos, constatámos vários tipos de situações: a maioria das associações não tem sede própria. Encontram-se instaladas em espaços públicos, muitas vezes cedidos pela Câmara Municipal ou pela Junta de Freguesia e em casas privadas. Esta situação é mais frequente nas organizações de imigrantes da Europa de Leste.

A ausência de uma sede suscita graves problemas, colocando em causa a prossecução de determinadas actividades ou condicionando a sua realização. Ficam assim, dependentes da cedência pontual de instalação por parte de uma entidade externa.

Em estreita ligação com os problemas sentidos pelo grande número de associações ao nível da aquisição de um espaço próprio, radica a escassez de recursos financeiros e a sua dependência de subsídios ou apoios de entidades externas (que são muitas vezes de carácter pontual). Na maioria dos casos, a única fonte de receitas regular é a quotização dos sócios, o que constitui um recurso muito limitado, não só por se tratar de um valor simbólico, mas também porque nem todos os associados pagam as suas quotas.

Ainda assim, conseguimos precisar um pouco melhor outras fontes de financiamento que não a quotização dos sócios, designadamente: subsídios provenientes de organismos públicos de onde se destacam as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia; subsídios concedidos pelo ACIME e pelos Centros Regionais da Segurança Social, sobretudo às associações que também funcionam com Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Muitas delas usufruem também de subsídios da União Europeia; dos governos dos seus países de origem; patrocínios de empresas. Para além desses subsídios, algumas delas dispõem de receitas próprias, provenientes das vendas de bens e serviços; receitas de eventos ou campanhas de angariação de fundos.

Sobre este assunto, parece-nos essencial que as associações em análise criem mecanismos de auto-financiamento, libertando-se, desta forma, da sustentabilidade do Estado. Esta é de facto uma dimensão crucial de passagem para um patamar que envolve credibilidade, rigor e profissionalismo no desenvolvimento das suas missões.

Apesar de tudo, todas as associações em análise dispõem de recursos de comunicação, tais como: telefone, computadores próprios, Internet, e-mail e fax. Para além desses recursos, as associações em estudo actuam na área de comunicação social. As organizações de imigrantes da Europa de Leste demonstram uma maior actuação na área de *Mass-Media*. Esses recursos materiais desempenham um papel de extrema importância na determinação do grau de profissionalização e na capacidade de intervenção das associações.

Em estreita ligação com os fracos recursos materiais e financeiros das associações, aparecem os limitados recursos humanos de que, na sua generalidade dispõem, sendo uma pequena minoria (2 associações de imigrantes guineenses e 2 de imigrantes da Europa de Leste) a que possui funcionários. Esta situação evidencia a grande dependência das associações do trabalho voluntariado. Essas limitações impedem que as associações alarguem as suas actividades e garantam a continuidade das que desenvolvem.

Apesar dessas limitações, essas organizações apresentam uma grande capacidade de mobilização, razão inerente ao âmbito geográfico das suas actuações, pois congregam “clientela” por todo o país.

No que concerne ao nosso segundo eixo de análise - densidade das redes organizacionais das associações de imigrantes angolanos, guineenses e europeus de leste, apurámos que a dimensão das redes inter-organizacionais, ou mais concretamente a interacção das associações desses imigrantes com as organizações e instituições não imigrantes é relativamente baixa. As Câmaras Municipais e Juntas de freguesia constituem as entidades com quem a maioria das associações mantêm contactos e cooperação. Mantêm também interacção com o poder central, principalmente com o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

Para além desses organismos, sobressai o contacto e a cooperação entre as associações e as instituições e ONG's, como: Fundação Calouste Gulbenkian, Obra Católica Portuguesa das Migrações, SOS-Racismo, Frente Anti-Racista e Associação Olho Vivo que têm como objectivos apoiar, denunciar actos de racismo e discriminação, bem como informar os imigrantes dos seus direitos.

Por outro lado, observámos também que há consultas e cooperação entre essas associações e os partidos políticos portugueses, sobretudo com o Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD). Essas redes inter-organizacionais podem ser muito positivas para a integração social e política das associações e das comunidades que elas representam na sociedade de acolhimento.

Em relação às redes intra-organizacionais, inferimos que as associações tendem a privilegiar os contactos e as colaborações com outras associações da mesma comunidade. As organizações de imigrantes angolanos e guineenses tendem a colaborar mais entre si, do que com as organizações dos europeus de leste. As associações de imigrantes da Europa de Leste não mantêm basicamente contactos com as associações de imigrantes dos países da língua oficial portuguesa (PALOP).

Muitas dessas organizações estão envolvidas no campo transnacional, mantêm contactos regulares com outras organizações da mesma comunidade instaladas no estrangeiro e com organizações locais nos seus países de origem. Ao tentar averiguar a natureza desses contactos, concluímos que a grande maioria das associações salienta que os contactos estabelecidos visam promover a colaboração em projectos, bem como iniciativas de desenvolvimento e activismo político nos seus países de origem.

No terceiro eixo da nossa análise – participação cívica e política das associações de imigrantes angolanos, guineenses e de europeus de Leste, concluímos que as actividades cívicas e políticas dessas associações são diversas. Os assuntos relacionados com o fenómeno de imigração (políticas de imigração; direitos de cidadania; perseguição racial/discriminação e defesa das tradições culturais das minorias) são os que, geralmente, mais mobilizam essas organizações. As associações dos imigrantes da Europa de Leste privilegiaram mais assuntos relacionados com a defesa dos direitos de cidadania e de políticas de imigração.

Os resultados do nosso estudo evidenciam que essas associações, em particular as de imigrantes angolanos e guineenses participam em campanhas eleitorais e reportam grande capacidade em promover a participação e integração dos seus membros nos processos eleitorais, independentemente dos seus direitos políticos. Apesar de não usufruírem de acordo de reciprocidade, muitos membros dessas organizações desfrutam

da cidadania portuguesa, o que lhes permitem candidatar-se as eleições legislativas, regionais e autárquicas.

Nesta conformidade, dada a sua antiguidade e consolidação, os membros de organizações de imigrantes angolanos e guineenses já se apresentaram como candidatos em eleições locais e nacionais e, não obstante, já foram eleitos, sobretudo a nível local, pelos seguintes partidos: PS, PSD e CDS/PP.

A nossa investigação permite-nos concluir que essas organizações desenvolvem várias actividades de carácter cultural, social e política que lhes permitem conservar as suas culturas de origem, bem como promover a integração social e participação cívica dos imigrantes que elas representam na sociedade de acolhimento.

Parece-nos que essas associações estão prontas a conquistar novas metas de intervenção para a promoção da integração social dos imigrantes que elas representam. É uma luta sem quartel, rumo ao direito de cidadania, numa sociedade que elas próprias ajuda a edificar. Importa sublinhar que as associações não funcionam em “circuito fechado”, pois elas mobilizam vários espaços de intervenção.

A visibilidade dessas associações, não depende exclusivamente delas, mas também da sociedade portuguesa, principalmente do Estado Português. O cenário ideal caracterizar-se-ia pela manutenção e fortalecimento de uma política multicultural que iria conduzir à sua dinamização. Uma colaboração mútua, como dizia Putman, tornar-se-ia uma dimensão crucial na conquista de cidadania e direitos de igualdade.

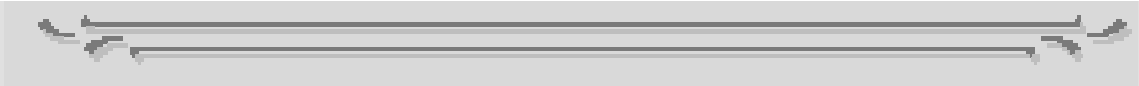
Chegando ao fim do percurso desta investigação, estamos conscientes de que muitas outras forças e dilemas, que preenchem o quotidiano dos espaços associativos e das pessoas neles envolvidos ficam por descrever.

A realidade do associativismo de imigrantes em Portugal, pela sua constante mutação e pela complexidade das suas características e influências, deixará sempre em aberto um terreno de pesquisa que deverá, pela sua importância social, merecer a atenção contínua dos investigadores, dos agentes sociais e dos políticos.

**Seria interessante um estudo que permitisse uma análise mais detalhada das dinâmicas organizativas das associações das diferentes comunidades, que constituem aquilo a que designamos comunidades da Europa de Leste, que tudo indica, estão em crescimento. Com o elevado grau de habilitações que proclamam possuir e com a nova lei da nacionalidade, em que muitos desses cidadãos poderão vir a usufruir da cidadania portuguesa, podem-lhes conferir um maior dinamismo de integração social e política.**

**Seria igualmente interessante estudar as dinâmicas organizativas de outras associações dos imigrantes originários dos PALOP, especialmente às associações fundadas pelos filhos de imigrantes, analisando as suas estruturas e densidades organizacionais, bem como as reais oportunidades de participação cívica e política na sociedade portuguesa.**

**A par desses tópicos para a investigação futura, acresce-se a necessidade de estudar a imagem que os líderes associativos têm da sociedade portuguesa e do seu sistema político, bem como da sua própria comunidade, no que diz respeito à sua participação cívica, inserção social, cultural e profissional.**



## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ABOU, Selim
 

1981 *L'Identité culturelle*. Paris: Éditions Anthropos.
- AGUIAR, Manuela
 

2006 A Participação cívica e o associativismo. In: *Ousar a memória, fortalecer a cidadania*. Lisboa: Obra Católica Portuguesa de Migrações. p. 87-90.
- ALBUQUERQUE, Rosana
 

2002 Dinâmicas associativas e comunidades imigrantes. In: *A imigração em Portugal: os movimentos humanos e culturais em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo. p. 367-381.
- ALBUQUERQUE, Rosana; TEIXEIRA, Ana
 

2005 *Active participation of immigrants in Portugal: country report prepared for the european research project POLITIS, Oldenburg 2005*. In: [www.uni-oldenburg.de/politis-europe](http://www.uni-oldenburg.de/politis-europe) , último acesso: Fev. de 2006.
- ALBUQUERQUE, Rosana; FERREIRA, Lúcia; VIEGAS, Telma
 

2000 *O fenómeno associativo em contexto migratório: duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- ALMEIDA, António de
 

2001 Europa Central e de Leste: dez anos de transição. In: *JANUS 2001, Anuário das Relações Exteriores*, Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa. p. 26-27.
- ALTO COMISSARIO PARA A IMIGRAÇÃO E MINORIAS ÉTNICAS
 

1999 *A Integração dos imigrantes e das minorias étnicas linhas de actuação do ACIME; 1996/99*. Lisboa: ACIME.
- AZEVEDO, Mário Costa
 

1992 *Sugestões para a composição de relatórios e trabalhos escolares*. Lisboa: Universidade Católica.
- BAGANHA, Maria Ioannis
 

1998 Immigrant involvement in the informal economy: The portuguese case. *Journal of Ethnic and Migration Studies*. Brighton: Sussex Centre for Migration Research, Vol. 24 nº2. p. 367-385.

- 2001 A cada Sul o seu Norte: dinâmicas migratórias em Portugal. In: Santos, Boaventura Sousa (Org) – *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamentos. p. 135-159.
- BAGANHA, Maria Ioannis; MARQUES, João Carlos
 

2001 *Imigração e política. O caso português*, Lisboa: Fundação Luso-Americana.
  - BAGANHA, Maria Ioannis; PEIXOTO, João
 

1996 O estudo das migrações nacionais: ponto de intersecção. In: J. M. Carvalho Ferreira [et al.] *Entre a economia e a sociologia*. Oeiras: Celta Editora p. 233-240.
  - BAGANHA, Maria Ioannis; FERRÃO, João; MALHEIROS, Jorge
 

2002 *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*. Lisboa: Instituto de Emprego e Formação Profissional: Observatório de Emprego e Formação Profissional. (*Estudos e Análises*; nº14).
  - BAGANHA, Maria Ioannis; MARQUES, João Carlos; GOIS, Pedro
 

2004 *New waves: migration from Easter to Southern Europe*. Lisboa: Fundação Luso-Americana. p.23-40.

2004 Novas migrações, novos desafios: a imigração do Leste Europeu. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: CES. Centro de Estudos Sociais. nº 69. p. 95-115.
  - BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel
 

1997 *Race, nation, classe: les identités ambiguës*. Paris: La Découverte.
  - BARBALET, J.M
 

1989 *A cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa.
  - BARRETO, António
 

1995 Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995. *Análise Social*. Lisboa: ICS - Instituto de Ciências Sociais. Vol. XXX nº 134 (Jan.) p. 841-855.
  - BARRETO, António (Coord)
 

2005 *Globalização e migrações*. Lisboa: ICS – Instituto de Ciências Sociais.

● BASTOS, José Gabriel

1999 *Portugal multicultural*. Lisboa: Edições Fim de Século (Antropológica; 1).

2002 Imigrantes, minorias étnicas e minorias nacionais em Portugal, hoje: da exclusão social e identitária ao multiculturalismo. In: *A imigração em Portugal: os movimentos humanos e culturais em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo. p. 273-288.

● BEAUD, Stéphane; NOIRIEL, Gérard

1991 Penser l'intégration des immigrés. In: TAGUIEFF, Pierre-André (Dir) - *Face au racisme: analyses, hypothèses, perspectives*. Paris: Éditions la Découverte. Tome II.

● BIROU, Alain

1988 *Dicionário de ciências sociais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

● BOURDIEU, Pierre

1997 *Razões práticas – Sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta Editora.

● BÖHNING, W.R.

1983 Elements of a theory of international economic migration to industrial nations states. In: KRITZ, Mary M. (Ed) - *Global trends in migration: theory and research on international population movements*. New York: Centre for Migrations Studies.

● CABRAL, Amílcar

1976 *A arma da teoria: unidade e luta*. Lisboa: Seara Nova. Vol I

● CANOTILHO, José Joaquim Gomes (Coord.)

1998 *Direitos humanos, estrangeiros, comunidades migrantes e minorias*. Oeiras: Celta Editora.

● CARMO, Hermano (Coord.)

2001 *Problemas sociais contemporâneos*. Lisboa: Universidade Aberta.

● CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiros

1998 *Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

- **CARITA, Cristina; ROSENDO, Vasco Nuno**
  - 1993 **Associativismo cabo-verdiano em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa: CIES. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, nº.13. p. 135-152.**
  
- **CARVALHAIS, Isabel Estrada**
  - 2004 ***Os desafios da cidadania pós-nacional*. Porto: Edições Afrontamento.**
  
- **CASHMORE, Ellis**
  - 1996 ***Dictionary of race and ethnic relation*. Londres: Routledge.**
  
- **CASTLES, Stephen**
  - 1995 **How nations-state respond to immigrations and ethnic diversity. *New Community*. Heidelberglaan: European Research Centre on Migration and Ethnic Relations, 21 nº3. p. 293-308.**
  - 2000 **International migration at the Twenty-First Century. *International Social Sciences Journal*. Paris: UNESCO, nº165. p. 269-281.**
  - 2000(a) **Underclass or exclusion: social citizenship for ethnic minorities. In: ELLIE, Vasta (Org.) - *Citizenship, community and democracy*. London: Macmillan Press. p. 23-41.**
  - 2005 ***Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de Século.**
  
- **CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J.**
  - 1998 ***The age of migration – international population movements in the modern world*. 3<sup>rd</sup> ed. London: Macmillan Press.**
  
- **CASTRO, Isabel**
  - 2006 ***Problemática qualitativa e quantitativa do “capital social”: uma exploração*. Lisboa: Socius – Centro de investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS Working Papers nº 3).**
  
- **CÓ, João Ribeiro Butiam**
  - 2004 ***As associações das comunidades imigrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: O caso guineense*, Lisboa: Socius - Centro de investigação em Sociologia Económica e das Organizações. (SOCIUS Working Papers nº 12).**

- 2006 *A aquisição do capital social e a formação das estruturas sociais na Guiné-Bissau: uma abordagem para a percepção de conflitos sociais*. Lisboa: Socius - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. (SOCIUS Working Papers nº 6).
- COHEN, Robin
 

2005 Globalização, migração internacional e cosmopolitismo quotidiano. In: *Globalização e migrações*. Lisboa: ICS. Instituto de Ciências Sociais. p. 25-44.
  - CORDEIRO, Ana Paula
 

2004 *Imigrantes, minorias étnicas e autarquias: intervenções e omissões. Práticas políticas no Município da Amadora*. Lisboa: [s.n.] Tese de doutoramento.
  - CORREIA, Celeste
 

1994 Minorias Étnicas. A participação na vida da Cidade. In: *Actos do Colóquio*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. p.59.62.
  - COSTA, Paulo Manuel
 

2004 *Políticas de imigração e as novas dinâmicas da cidadania em Portugal*. Lisboa: Instituto Piaget.
  - COSTA-LASCOUX, Jacqueline
 

1991 La nationalité, une voie vers l'intégration In: TAGUIEFF, Pierre-André (Dir) - *Face au racisme: les moyens d'agir*. Paris: Éditions la Découverte. Tome 1. p.147-153.
  - COULON, Alain
 

1995 *A escola de Chicago*. São Paulo: Papirus Editora.
  - FAIST, Thomas
 

1999 *Transnationalization in international migration: implications for study of citizenship and cultures*. In: [www.transcomm.ox.ac.uk](http://www.transcomm.ox.ac.uk), último acesso: Fev. 2006.
  - FENNEMA, Meindert
 

2004 The concept and measurement of ethnic community. *Journal of Ethnic and Migration Studies*. Brighton: Sussex Centre for Migration Research, Vol. 30, Nº 3. p. 429-447.

- FENNEMA, Meindert; TILLIE, Jean
  - 1999 Political participation and political trust in Amsterdam: civic communities and ethnic networks. *Journal of Ethnic and Migration Studies*. Brighton: Sussex Centre for Migration Research, Vol. 25, Nº 4. p. 703-726.
  
- FERNANDES, António Teixeira
  - 1993 Conflitualidade e movimentos sociais. *Análise Social*. Lisboa: ICS - Instituto de Ciências Sociais, Vol. XXVIII, Nº123-124. p. 787-828.
  - 1996 *Introdução à ciência política: teorias, métodos e temática*. Porto: Porto Editora.
  - 1999 *Para uma sociologia da cultura*. Porto: Campo das Letras.
  
- FERREIRA, Eduardo de Sousa; RATO, Helena; MORTÁGUA, Maria João
  - 2005 *Novos caminhos da Europa. A imigração de leste*. Oeiras: Celta Editora.
  
- FONSECA, Maria Lucinda
  - 2003 Dinâmicas de integração: estratégias e protagonistas. In: *Congresso Imigração em Portugal: Diversidade - Cidadania – Integração*, Lisboa: ACIME. p.107-140.
  
- FRASER, Nancy
  - 2002 A Justiça social na globalização: reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: CES. Centro de Estudos Sociais. Nº63 (Out.) p. 7 – 20.
  
- GIDDENS, Anthony
  - 2004 *Sociologia*. 4ª ed. rev. e act. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
  
- GLAZER, Nathan
  - 1997 *We are all multiculturalists now*. Londres: Havard University Press.
  
- GUILLAUMIN, Collette
  - 1992 Une société en ordre. De quelques-unes des formes de l'idéologie raciste. *Sociologie et Sociétés*. Montréal : Les Presses de L'Université de Montréal. Vol. XXIV, Nº 2. p. 13-23.
  - 1995 A Diferença cultural. In: WIEVIORKA, Michel (dir.) - *Racismo e modernidade*. Venda Nova: Bertrand.

- HORTA, Ana Paula Beja

- 2000 *Constructing otherness: nationhood and immigration politics in portuguese post-colonial society*. Vancouver: [s.n. ] Tese de doutoramento.
- 2002 *Imigração em Portugal, contrastes e politização. História*. Lisboa: APH. Associação Portuguesa de História, Nº45 (Fev.) p.44-54.
- 2002a *Multiculturalism in abeyance: immigration and local politics in the periphery of Lisbon*. Lisboa: Universidade Aberta (policopiado).
- 2003 *Transnational networks and the local politics of migrant grassroots organizing in post-colonial Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.CEMRI.
- 2004 *Contested citizenship: immigration politics and grassroots migrants' organizations in post-colonial Portugal*. New York: Center for Migration Studies.
- 2004a *Immigration policies and citizenship rights in post-colonial Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta/CEMRI.
- 2004b *Migrant associations, social capital and political integration: the case study of capverdean associations in the region of Lisbon*. Lisboa: Universidade Aberta.
- 2006 *Diversidade cultural: A integração e os novos direitos de cidadania*. In: *Ousar a memória, fortalecer a cidadania*. Lisboa: Obra Católica Portuguesa de Migrações. p. 205-218.

- HORTA, Ana Paula Beja; MATÉS, Rosa M. Verdugo

- 2003 *Políticas de imigração e o movimento associativo migrante em Portugal e Espanha*. In: *Estúdios Migratórios*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega. Arquivo da Migración Galega. Nº15-16. p. 199-232.

- JODELET, Denise (Dir.)

- 1989 *Les Représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.

- LEITÃO, José

- 1995 *O Direito de associação*. In: *Imigração e Associação*. Lisboa: CEPAC. p. 113-114.

- KASTORYANO, Riva

- 2005 *Participação e cidadania transnacionais: Os imigrantes na União Europeia*. In: Barreto, António (org.) *Globalização e Migrações*. Lisboa: ICS. Instituto de Ciências Sociais. p. 145-166.

## ● MACHADO, Fernando Luís

- 1992 Etnicidade em Portugal. Contrastes e politização. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa: CIES. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Nº12. p. 123-136.
- 1993 Etnicidade em Portugal : O grau zero da politização. In: *Emigração, imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre a Emigração e Imigração em Portugal. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Fragmentos. p. 407-414 (Estudos, 12).
- 1994 Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa: CIES. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, nº16. p. 111-134.
- 1997 Contornos e especificidades da imigração em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa: CIES. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, nº24. p. 9-44.
- 1998 Da Guiné-Bissau a Portugal: Luso-guineenses e imigrantes. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa: CIES. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, nº26. p. 5-56.
- 1999 Imigrantes e estrutura social. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa: CIES. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Nº29. p. 21-76.
- 2002 *Contrastes e continuidade, migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

## ● MAGALHÃES, Maria Inês Macias de Mello

- 2001 Cidadania intercultural: uma utopia do presente? Lisboa: [s.n.] tese de doutoramento.

## ● MALHEIROS, Jorge Macaísta

- 1995 *Labour Market Experience of Refugees in Portugal and Spain: A Case Study on Angolans, Timorese and Saharais*. King's College London.
- 1996 *Imigrantes na região de Lisboa. Os anos da mudança. Imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana*. Lisboa: Colibri.
- 2003 Velhas e novas geografias da imigração em Portugal. *JANUS 2003 Anuário das Relações Exteriores*. Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa. p. 2-7. In: [www.janusonline.pt](http://www.janusonline.pt), último acesso Março de 2006.
- 2005 Jogos de relações internacionais: repensar a posição de Portugal no arquipélago migratório global. In: *Globalização e Migrações*. Lisboa: ICS – Instituto de Ciências Sociais.p. 251-271.

- 2006 *Das redes sociais simples às redes transnacionais: conciliar espaços de pertença e de integração.* In: *Ousar a Memória, Fortalecer a Cidadania.* Lisboa: Obra Católica Portuguesa de Migrações. p 73-78.
- MARQUES, Margarida. M
    - 2003 *Migrants associations and their elites: building a new field of interest representation.* Lisboa: SociNova/Migrações.
    - 2004 *Singularidade nacional e construção da cidadania. Algumas reflexões sobre a difícil incorporação dos imigrantes na sociedade portuguesa.,* Lisboa: SociNova/Migrações.
  - MONTEIRO, César Augusto
    - 1997 *Comunidade imigrada. visão sociológica – o caso da Itália.* Mindelo (Cabo Verde): Edição do Autor.
  - MOREIRA, Carlos Diogo
    - 1994 *Planeamento e estratégias da investigação social.* Lisboa: ISCSP- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
  - OLIVEIRA, Maria Nunes dos Santos Gonçalves
    - 2004 *Percurso migratório e integração social: os ucranianos no Concelho de Leiria – Estudo de Caso.* Lisboa: [s.n.]. Dissertação de mestrado.
  - PAULINO, Carla Marina Limpo
    - 2003 *O associativismo de migrantes guineenses: estudo da associação guineense de solidariedade social: AGUINENSO.* Lisboa: [s.n.] Dissertação de mestrado.
  - PAPASTEGIADIS, Nikos
    - 2000 *The turbulence of migration: globalization: desterritorialization and hibridity.* Cambridge: Polity Press.
  - PEIXOTO, João
    - 1998 *As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal: fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intra-organizacional.* Lisboa: [s.n.] Tese de doutoramento.
    - 2004 *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas.* Lisboa: Socius – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. (SOCIUS Working Papers, N° 11).

● POSSIDÓNIO, Dora

2006 *Descendentes de angolanos e de luso-angolanos na Área Metropolitana de Lisboa: inserção geográfica e social*. Lisboa: ACIME.

● PUTMAN, Robert D.

2006 *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

● RAMOS, M<sup>a</sup> da Conceição Pereira

2003 *Le Portugal, pays relais de la migration en Europe. Migrations Etudes*. Paris: ADRI - Agence pour le Développement des Relations Interculturelles, N°116.

● PIRES, Rui Pena

1999 *Uma teoria dos processos de integração. Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa: CIES. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, N°30 p. 9-54.

2003 *Migrações e integração, teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Oeiras: Celta Editora.

● PIRES, Sónia

2004 *O terceiro sector imigrante e associações do Leste Europeu em Portugal: estruturação de um novo espaço de cidadania*. Coimbra: CES. Centro de Estudos Sociais. Núcleo de Estudos das Migrações, N° 204.

● PIRES, Francisco Lucas

1992 *O que é Europa?* Lisboa: Difusão Cultural.

● POUTIGNAT, Philippe e Streiff-Fenart, Jocelyne

1995 *Théories de l'ethnicité*. Paris: Presses Universitaires de France.

● PORTES, Alejandro

1999 *Migrações internacionais: origens, tipos e modos de incorporação*. Oeiras: Celta Editora.

2000 *Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa: CIES. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, N°33. p. 133-158.

2004 *Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: CES. Centro de Estudos Sociais, N°69. p. 73-91.

● PORTELLA, Cristina

2001 Imigrantes da Europa de Leste. *JANUS 2001 Anuário das Relações Exteriores*. Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa. p. 184-185.

● QUINTINO, Maria Celeste Rogado

2004 *Migrações e etnicidade em terrenos portugueses, guineenses: estratégias de invenção de uma comunidade*. Lisboa: ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

● QUIVY, Raymond e CHAMPENHOUDT, Luc Van

2003 *Manual de investigação em Ciências Sociais*, 3ª ed. Lisboa: Gradiva.

● REX, John

1988 *Raça e etnia*. Lisboa: Editorial Estampa.

1995 Estratégias anti-racista na Europa. In: WIEVIORKA, Michel - *Racismo e modernidade*. Venda Nova: Bertrand Editora.

● ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz

1986 Do Rural ao Urbano: O Associativismo como estratégias de Sobrevivência: *Análise Social*, Vol. XXII (91), p. 313-330.

1993 Minorias, Polissemia do conceito da Diversidade de Manifestações. In: *Emigração, imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional sobre emigração e imigração em Portugal. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Fragmentos, p. 442-433.

1995 *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.

1999 Migrations au Portugal: le dernier quart siècle : Portugal et Afrique Lusophone: 25 ans d'évolution(s). In: *De La Révolution des Œillets au 3<sup>ème</sup> Millénaire. Saint Denis : Université Paris 8 Vincennes – Saint-Denis*. p. 127-146.

2001 História da imigração em Portugal (I). in: *JANUS 2001 Anuário das Relações Exteriores*. Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa. p. 170-175.

2003 “A Realidade da imigração em Portugal – Análise Social, Demográfica e Social, in *Acta do I Congresso de Imigração em Portugal . Diversidade - Cidadania – Integração*. Lisboa: ACIME. p.171-184.

- ROSA, Maria João Valente,
  - 2005 *(Des)Encontro entre as migrações internacionais (laborais) e as qualificações (escolares): o caso dos europeus de leste em Portugal*. Lisboa: SociNova / Migrações.
- SAINT-MAURICE, Ana, PIRES, Rui Pena
  - 1989 Descolonização e migrações: os imigrantes dos PALOP em Portugal. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº10/11 p. 203-226.
- SANTOS, Boaventura de Sousa
  - 2001 (Org) *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, Vanda
  - 2004 *O discurso oficial do Estado sobre a emigração dos anos 60 a 80 e imigração dos anos 90 à actualidade*. Lisboa: ACIME.
- SARDINHA, Joãa Manuel Silva
  - 2001 *Preservar a identidade: integração da comunidade caboverdiana na área metropolitana de Lisboa: associativismo e perspectivas das associações*, Lisboa [s.n.] Dissertação de mestrado.
- SCHNAPPER, Dominique
  - 2000 *Que'est-ce que la citoyenneté?* Paris : Éditions Gallimard.
- SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (Orgs)
  - 1986 *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- SOUSA, Nardi
  - 2003 *Imigração e cidadania local: associativismo imigrante e políticas públicas de Portugal*. Praia (Cabo Verde): Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- SOYSAL, Yasemin. N.
  - 1994 *Limits of citizenship: migrants and post national membership in Europe: Chicago, University of Chicago Press*.
- SOS RACISMO
  - 2002 *A imigração em Portugal: Os movimentos humanos e culturais em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo.

- STOCK, Maria José (Coord.)
  - 2005 *Velhos e novos actores políticos: partidos e movimentos sociais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- TAGUIEFF, Pierre-André (Dir.)
  - 1991 *Face au racisme* Vol. I e II, Paris : Éditions la Découverte.
- TAYLOR, Charles
  - 1994 *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget.
- TILLIE, Jean,
  - 2004 Social capital of organizations and their members: explaining the political integration of immigrants in Amsterdam. *Journal of Ethnic and Migration Studies*. Brighton: Sussex Centre for Migration Research. Vol. 30, Nº 3. p. 529-541.
- TOCQUEVILLE, Alexis de
  - 2001 *Da democracia na América*. Cascais: Principia Publicações Universitárias e Científicas.
- TODD, Emmanuel
  - 1994 *Le destin des immigrés : assimilation et ségrégation dans les démocraties occidentales*. Paris : Éditions du Seuil.
- VERMEULEN, Floris Freek
  - 2005 *The immigrant organising process: The emergence and persistence of Turkish immigrant organisation in Amsterdam and Berlin and Surinamese organisatios in Amsterdam, 1960-2000*”, Amsterdam: University Amsterdam.
- VERMEULEN, Hans
  - 2001 *Imigração, integração e a dimensão política da cultura*. Lisboa: Edições Colibri.
- VERTOVEC, Steve
  - 1999 Conceiving and reserching transnationalim: ethnic and racial studies. Vol 22, nº 2, University of Oxford. In: [www.transcomm.ox.ac.uk](http://www.transcomm.ox.ac.uk), consultado em Fevereiro de 2006.
  - 1999(a) Minority association, networks and public policies: re-assessing relationships. *Journal of Ethnic and Migration Studies*. Brighton: Sussex Centre for Migration Research. Vol. 30, Nº 3. p. 21-42.
  - 2002 *Transnational networks and skilled labour migration: Ladenburger diskurs Migration Conference, 14-15 Fevereiro 2002 (Working Papers)*. In: [www.transcomm.ox.ac.uk](http://www.transcomm.ox.ac.uk), consultado em Fevereiro de 2006.

● VIEGAS, José Manuel Leite

1986 Associativismo e dinâmica cultural. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa: CIES. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Nº1. p. 103-121.

2004 Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspectiva comparativa europeia. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa: CIES. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia Nº46. p. 33-50.

● VIEGAS, Telma Maria

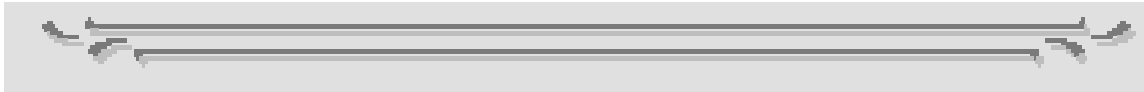
1998 *Migrações e associativismo de migrantes: estudo do caso timorense*. Lisboa: Universidade Aberta/Fundação Oriente (Estudos Pós-Graduados;12).

● WIEVIORKA, Michel

1995 *Racismo e modernidade*. Venda Nova: Bertrand Editora.

❖ Sites da Internet

- Serviços de Estrangeiros e Fronteiras [www.sef.pt](http://www.sef.pt)
- Instituto Nacional de Estatística [www.ine.pt](http://www.ine.pt)
- Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas [www.acime.gov.pt](http://www.acime.gov.pt)
- Portal do Governo Português [www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt)
- Ministério dos Negócios Estrangeiros [www.min-estrangeiros.pt](http://www.min-estrangeiros.pt)
- Secretaria dos Estados das Comunidades [www.seccomunidades.pt](http://www.seccomunidades.pt)
- SOS Racismo [www.sos.racismo](http://www.sos.racismo)
- Imigrantes [www.imigrantes.pt](http://www.imigrantes.pt)
- Organização Internacional das Migrações [www.oim.pt](http://www.oim.pt)
- Transnational Communities Programme [www.transcomm.ox.ac.uk](http://www.transcomm.ox.ac.uk)
- Migration Information Source [www.migrationinformation.org/Feature/printe.cfm](http://www.migrationinformation.org/Feature/printe.cfm)
- European research Project Politics, [www.uni-oldenburg.de/politis-europe](http://www.uni-oldenburg.de/politis-europe)
- Revista Janus [www.janusonline.pt](http://www.janusonline.pt)
- Enciclopédia [www.encyclopedia.tiosam.com](http://www.encyclopedia.tiosam.com)



**ANEXO**

**Questionário às associações de imigrantes angolanos,  
guineenses e europeus de leste na Área Metropolitana de Lisboa**

Data da entrevista (formato dd/mm): .....

Ano da entrevista (formato yyyy): .....

Cidade da entrevista: .....

Método de localização da associação:

1. Lista oficial/institucional
2. Procura informal

Classificação da associação conforme sugerido pelo nome (usar a lista da p.16 e colocar o número da categoria):

.....  
.....  
.....  
.....

Hora de início da entrevista (formato hh:mm): \_\_: \_\_

## **INTRODUÇÃO**

(Informação a ser transmitida aos entrevistados)

**Este estudo inscreve-se no âmbito do projecto de investigação para a obtenção de grau de Mestre em Relações Interculturais, no Departamento de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Aberta.**

**Estamos interessados em organizações de imigrantes angolanos, guineenses e de Europa de Leste que, frequentemente, cooperam com membros destas comunidades.**

**Estamos especialmente interessados em saber mais sobre o modo como as associações de imigrantes angolanos, guineenses e de Europa de Leste na Área Metropolitana de Lisboa, cooperam e se organizam de modo a atingirem os seus objectivos. Estamos também interessados nas vossas organizações e é por esse motivo que vos contactámos.**

**Os resultados deste estudo serão utilizados em publicações científicas. A informação fornecida será tratada confidencialmente.**

**Apesar de lhe colocarmos questões muito precisas sobre a vossa organização, queremos salientar que não estamos especificamente focalizados apenas na vossa organização. É o quadro geral que nos interessa. Mas para ter uma boa perspectiva geral, necessitamos também de ter boa informação sobre as organizações individualmente.**

## A. TIPO DE ORGANIZAÇÃO

1. Qual é o nome completo e exacto da vossa associação?

.....  
.....  
.....  
.....

2. Existem um acrónimo/abreviatura deste nome?

1  Sim

2  Não → *ir para a pergunta 3*

2a. Qual é o acrónimo?

.....  
.....

3. Em que ano foi a vossa associação fundada? (formato yyyy)

Ano da fundação original:

(Apenas se diferente) Ano da fundação/registo oficial

.....  
.....

4. Esta organização existiu anteriormente com um nome diferente ou com uma diferente composição organizacional?

1  Sim

2  Não → *ir para a pergunta 6*

4a. Qual era o nome da organização anterior?

.....  
.....  
.....  
.....

5. Em que ano foi fundada esta anterior organização? (formato yyyy)

.....  
.....

6. Qual é a morada oficial da vossa associação?

.....  
.....  
.....  
.....

7. A vossa associação/grupo é uma organização “guarda-chuva” (uma federação ou confederação)?

- 1  Sim
- 2  Não → *ir para a pergunta 9*

7a. Quantas organizações estão filiadas?

.....  
.....

8. Qual são os nomes dessas organizações? [perguntar no final como documentação]

- 1 .....
- 2 .....
- 3 .....
- 4 .....
- 5 .....
- 6 .....
- 7 .....
- 8 .....
- 9 .....
- 10 .....

9. A vossa associação é membro de uma organização ou federação regional?

- 1  Sim
- 2  Não → *ir para a pergunta 10*

9a. De quais?

- 1 .....
- 2 .....
- 3 .....
- 4 .....
- 5 .....

10. A vossa associação é membro de uma organização ou federação nacional?

- 1  Sim
- 2  Não → *ir para a pergunta 11*

10a. De quais?

- 1 .....
- 2 .....
- 3 .....
- 4 .....
- 5 .....

**11. A vossa associação é membro de uma organização ou federação internacional?**

- 1  Sim
- 2  Não → *ir para a pergunta 12*

**11a. De quais?**

- 1 .....
- 2 .....
- 3 .....
- 4 .....
- 5 .....

**12. A vossa associação é membro de alguma rede ou plataforma de associações?**

- 1  Sim
- 2  Não → *ir para a pergunta 13*

**12a. De quais?**

- 1 .....
- 2 .....
- 3 .....
- 4 .....
- 5 .....

**13. A vossa associação mantém contactos regulares com outras associações de Imigrantes da mesma comunidade na Europa, América do Norte, etc. ou com associações locais do Vosso País de Origem?**

- 1  Sim
- 2  Não → *ir para a pergunta 14*

**13a. Com quais?**

- 1 .....
- 2 .....
- 3 .....
- 4 .....
- 5 .....

**13b. Que tipo (natureza) dos contactos?**

- 1  Colaboração em Projectos .....
- 2  Iniciativas de desenvolvimento no país de origem .....
- 3  Activismo político .....
- 4 Outros.....  
.....  
.....  
.....

**14. A vossa associação/grupo é activa [possibilidade de respostas múltiplas]:**

- 1  apenas em parte de Lisboa/Cascais/Setúbal → em que parte?: .....
  - apenas na vizinhança
  - outra: .....
- 2  em todo o distrito
- 3  em todo o país
- 4  noutros países ? 4a. Em que países? .....
- 5  a nível da União Europeia

**15. Qual das seguintes categorias melhor descreve a vossa associação?**

**[Nota para o entrevistador: é perguntado apenas 1, mas se o entrevistado insistir que não se consegue decidir, podemos admitir 2 no máximo]**

**[Instruções de codificação: antes de codificar uma organização como "outro clube ou associação", confirmar se ela não se integra em alguma das outras categorias.]**

- 1  Clube desportivo ou de actividades ao ar livre
  - 2  Associação juvenil (por exemplo, escuteiros, clubes de jovens)
  - 3  Organização ambientalista
  - 4  Associação de direitos/protecção dos animais
  - 5  Organização pacifista
  - 6  Organização de ajuda humanitária ou direitos humanos
  - 7  Organização de solidariedade social
  - 8  Associação de doentes, doenças específicas ou adictos
  - 9  Associação de deficientes
  - 10  Organização de pensionistas ou aposentados
  - 11  Serviços de habitação ou albergue
  - 12  Partido político
  - 13  Sindicatos
  - 14  Organização de agricultores
  - 15  Organização de empresários ou patrões
  - 16  Organização profissional
  - 17  Associação de consumidores
  - 18  Associação de pais
  - 19  Associação cultural, musical, dança ou teatro
  - 20  Outra associação de tempos livres
  - 21  Associação de moradores
  - 22  Organização de imigrantes
  - 23  Organização religiosa ou paroquial
  - 24  Organização de mulheres
  - 25  Associação de vítimas de guerra, veteranos, ou ex-combatentes
  - 26  Organização anti-racista
  - 27  Grupo de acção directa
  - 28  Associação étnica
  - 29  Outro clube ou associação (descrever :) .....
- .....

16. Existe uma declaração oficial com a missão da vossa organização? Por acaso têm-na por escrito.

- 1  Sim
- 2  Não → *ir para a pergunta 17*

16a. Em que consiste a vossa missão?

.....

.....

.....

.....

.....

17. Vêm a vossa associação como representando algum grupo de pessoas em particular?

*[Nota para o entrevistador: Se o entrevistado não compreender o que queremos dizer com “representando”, explicar que consideramos como tal a organização de actividades para e/ou defesa dos interesses ou pontos de vista de um colectivo específico ou de um certo grupo de pessoas]*

- 1  Sim
- 2  Não → *ir para a pergunta 18*

17a. Que grupo de pessoas representam?

.....

.....

.....

.....

.....

## B. ACTIVIDADES

18. Indique-me, por favor, em que sectores ou áreas a vossa associação/grupo esteve activa, durante o último ano:

- 1  solidariedade social
- 2  saúde
- 3  deficiência
- 4  pensionistas, velhice
- 5  assuntos de discriminação
- 6  actividades religiosas
- 7  educação
- 8  pobreza
- 9  temas relativos ao grupo étnico
- 10  desporto
- 11  juventude, infância
- 12  pais
- 13  cultura, música, teatro, ...
- 14  hobbies/tempos livres
- 15  investigação
- 16  paz
- 17  ajuda humanitária
- 18  mulheres
- 19  direitos humanos
- 20  cuidados infantis/outros serviços para crianças
- 21  desenvolvimento comunitário
- 22  política
- 23  relações comerciais
- 24  relações laborais
- 25  interesses dos consumidores
- 26  família
- 27  emprego e formação
- 28  habitação
- 29  delinquência
- 30  opção sexual
- 31  assuntos relativos à imigração
- 32  cooperação internacional
- 33  questões locais ou de vizinhança
- 34  oferta de serviços de alojamento
- 35  desenvolvimento económico
- 36  meio ambiente ou direitos dos animais
- 37  redacções e actividades profissionais
- 38  outro.....  
.....

**[No caso de ser escolhida mais de uma categoria fazer p. 19, caso contrário fazer p. 20]**

19. Qual o sector que tem sido mais importante?

**[Por favor, anotar o número da área (e.g. anotar '10' se o desporto tiver sido a área mais importante).  
Solicite ao entrevistado para escolher qual é a área mais importante.]**

.....  
.....  
.....  
.....

**20. Com que frequência, nos últimos 2 anos, a vossa associação se envolveu na realização das seguintes actividades?**

|  | semanal<br>mente         | mensal<br>mente          | anual<br>mente           | menos<br>frequentement<br>e ou nunca |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------------------|
| 1 Organização de eventos culturais (concertos, exposições, performances, etc.)   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>             |
| 2 Organização de eventos sociais (festas, refeições, feiras, bailes, viagens, etc.)  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>             |
| 3 Organização de eventos intelectuais (debates, conferências, etc.)  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>             |
| 4 Organização de eventos políticos (lobbying, manifestações, encontros públicos, greves, etc.)   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>             |
| 5 Organização de actividades educativas (cursos de línguas, visitas a museus, outros cursos, etc.)   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>             |
| 6 Organização de actividades desportivas e de lazer (competições, cursos de fitness, etc.)   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>             |
| 7 Organização de actividades religiosas (peregrinações, orações colectivas, discussões sobre a bíblia/leitura do Alcorão, catequese, etc.) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>             |

**20a. Existem outras actividades que organizem com frequência? [escrever a resposta literalmente]**

-----  
 -----  
 -----  
 -----

**21. Durante os últimos 12 meses, com frequência a vossa associação fez alguma das seguintes actividades? [marcar todas as respostas]**

|   | nunca                    | 1 - 3<br>vezes           | 4 - 6<br>vezes           | 7 vezes<br>ou<br>mais    |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1 Enviar cartas ou escrever às autoridades (apelos, petições, denúncias, etc.)                              | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2 Conferências de imprensa ou comunicados de imprensa   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3 Gestão e implementação de programas públicos (social, educacional, cultural, etc.)                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4 Distribuição de boletins, notas informativas ou outro material escrito para influenciar a opinião pública | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 5 Recolha de assinaturas para petições  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 6 Organizar ou colaborar na organização de manifestações ou encontros públicos                              | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 7 Organizar boicotes a produtos, instituições ou países   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 8 Organizar ou participar na ocupação de edifícios ou em "lock-up" (encerramento)                           | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

22. Nos últimos 2 anos, a vossa associação participou em acções de protesto ou manifestações sobre algum dos seguintes assuntos? [marcar todas as respostas]

- 1  Habitação
- 2  Guerra/defesa
- 3  Política internacional
- 4  Desenvolvimento político noutros países
- 5  Defesa das tradições culturais das minorias
- 6  Qualidade ou acesso à educação
- 7  Perseguição racial / discriminação
- 8  Direitos de cidadania
- 9  Asilo
- 10  (Des)emprego
- 11  Pobreza
- 12  Combate ao crime na vizinhança
- 13  Combate contra as drogas
- 14  Direitos religiosos
- 15  Actuação policial
- 16  Sem-abrigo
- 17  Políticas de imigração

23. A vossa associação edita alguma das seguintes publicações? [marcar todas as respostas. Se a resposta for sim, perguntar:]

23a. E em que língua?

23a. Língua

- 1 Boletim/jornal  .....
- 2 Página na Internet  .....
- 3 Revista ou publicações periódicas  .....
- 4 Livros  .....
- 5 Programas de rádio/televisão local  .....
- 6 Programas de rádio/televisão nacional  .....

24. Nos últimos 2 anos, a vossa associação apoiou os associados em:

- |  | Sim                      | Não                      |
|--|--------------------------|--------------------------|
| 1 Contactos com proprietários?                           | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2 Contactos pessoais com a polícia e o sistema judicial? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3 Contactos pessoais com as autoridades locais?          | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4 Escrever cartas às autoridades?                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

25. Com que frequência a vossa associação pediu aos seus associados para prestar alguma das seguintes contribuições? :

- |   | nunca                    | raramente                | algumas vezes            | regularmente             |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1 Contactar autoridades políticas em nome da [nome da org.] | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2 Escrever cartas para jornais ou revistas                  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3 Assinar uma petição                                       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4 Boicotar certos produtos ou organizações                  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 5 Participar em manifestações                               | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 6 Participar em greves                                      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 7 Colaborar em campanhas de candidatos políticos            | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

26. A vossa associação, nas últimas eleições legislativas (2005), organizou ou participou em alguma campanha para aumentar a participação eleitoral?

- 1  Sim
- 2  Não

27. Alguém da vossa associação já se apresentou como candidato em eleições?

- 1  Sim
- 2  Não → *ir para a pergunta 29*

27a. Em que tipo de eleições?

|                  | Sim                      | Não                      |
|------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1 Locais         | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2 Regionais      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3 Nacionais      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4 País de origem | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

27b. Por que Partido(os) ou coligação(ões)? (possibilidade de respostas múltiplas)

.....

.....

.....

.....

.....

28. Algum membro da vossa associação já foi eleito?

- 1  Sim
- 2  Não → *ir para a pergunta 29*

28a. Em que tipo de eleições?

|                  | Sim                      | Não                      |
|------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1 Locais         | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2 Regionais      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3 Nacionais      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4 País de origem | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

28b. Por que Partido(os) ou coligação(ões)? (possibilidade de respostas múltiplas)

.....

.....

.....

.....

.....

## C. CARACTERIZAÇÃO DOS ASSOCIADOS

29. Por favor, indique para cada uma das categorias seguintes quantas pessoas existem na vossa associação/grupo. Se forem a delegação local ou regional de uma associação maior, estamos apenas interessados na vossa própria organização e não no total da associação. Se não tiver dados precisos indique uma estimativa.

29a. Indique também, por favor, qual a percentagem de mulheres em cada categoria.

*[Nota para o entrevistador: Se a organização for uma federação ou confederação de outras associações/organizações, ou uma fundação, e não tiver membros individuais codificar como -1]*

*[Nota para o entrevistador: Se o entrevistado não for capaz de dar uma estimativa em qualquer uma das categorias, mostrar o cartão 6A e perguntar que coluna melhor descreve a realidade (29b)]*

|   |  | 29a                |            | 29b. Se não for capaz de indicar uma estimativa, qual a coluna que melhor descreve a realidade? |               |               |                 |                   |
|---|--|--------------------|------------|---|---------------|---------------|-----------------|-------------------|
|   |  | Números/estimativa | % mulheres | 1<br>A<br>9   | 10<br>A<br>29 | 30<br>a<br>99 | 100<br>a<br>499 | 500<br>ou<br>mais |
| 1 | Total de membros   |                    |            |   |               |               |                 |                   |
| 2 | Membros activos (associados que participam frequentemente nas actividades da vossa associação)                   |                    |            |   |               |               |                 |                   |
| 3 | Participantes não-associados (indivíduos que participam nas actividades da organização sem que sejam associados) |                    |            |   |               |               |                 |                   |
| 4 | Funcionários pagos, a tempo inteiro/full-time (approx. 30 horas/semana ou mais)                                  |                    |            |   |               |               |                 |                   |
| 5 | Funcionários pagos, a tempo parcial/part-time (menos de 30 horas/semana)   |                    |            |   |               |               |                 |                   |
| 6 | Voluntários que trabalham 3 horas ou menos por semana  |                    |            |   |               |               |                 |                   |
| 7 | Voluntários que trabalham mais de 3 horas por semana   |                    |            |   |               |               |                 |                   |
| 8 | Clientes (indivíduos que beneficiam dos serviços sem serem sócios)   |                    |            |   |               |               |                 |                   |

**→ Entrevistador: se o número de membros for = 0 ou -1, ir para a pergunta 33**

29c. Guardam um registo dos vossos membros?

1.  sim
2.  não

30. Quantos membros pagam quota?

- 1  Todos ou quase todos
- 2  Alguns deles
- 3  Poucos ou ninguém
- 4  Não temos quotas



**[Nota para o entrevistador: não colocar a questão 37 ao entrevistado, responda você mesmo e siga as instruções]**

**37. Entrevistador: a língua do grupo étnico da associação é diferente do português?**

- 1  Sim → *ir para a pergunta 37a*
- 2  Não → *ir para a pergunta 39*

**37a. Em que língua geralmente realiza as seguintes actividades da associação?**

|   | Apenas em português      | Sobretudo em português   | Cerca de metade em português e metade em língua do país de origem | Sobretudo em língua do país de origem | Apenas em Língua do país de origem |
|---|--------------------------|--------------------------|---|---------------------------------------|------------------------------------|
| 1 Actividades diárias                         | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>  | <input type="checkbox"/>              | <input type="checkbox"/>           |
| 2 Reuniões com os sócios                      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>  | <input type="checkbox"/>              | <input type="checkbox"/>           |
| 3 Correspondência com sócios ou participantes | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>  | <input type="checkbox"/>              | <input type="checkbox"/>           |
| 4 Correspondência com contactos externos      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>  | <input type="checkbox"/>              | <input type="checkbox"/>           |
| 5 Reuniões de direcção                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>  | <input type="checkbox"/>              | <input type="checkbox"/>           |
| 6 Divulgação de actividades                   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>  | <input type="checkbox"/>              | <input type="checkbox"/>           |
| 7 Publicações                                 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>  | <input type="checkbox"/>              | <input type="checkbox"/>           |

**38. Quantos dos vossos participantes não falam português? Podem dizer-nos qual é a percentagem?**

.....

.....

.....

.....

## D. RELAÇÕES COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES, ÉTNICAS OU NÃO- ÉTNICAS

39. Pode dizer-nos os nomes das associações portuguesas e de imigrantes com as quais manteve um contacto mais frequente nos últimos anos? (entrevistador: é possível responder até 10 nomes)

|    |       |
|----|-------|
| 1  | ..... |
| 2  | ..... |
| 3  | ..... |
| 4  | ..... |
| 5  | ..... |
| 6  | ..... |
| 7  | ..... |
| 8  | ..... |
| 9  | ..... |
| 10 | ..... |

40. Gostaríamos de lhe apresentar agora uma lista de outras associações ou organizações portuguesas. Em primeiro lugar, pode dizer-nos com qual delas teve alguma reunião ou realizou consultas nos últimos anos?

40a. Em segundo lugar, pode dizer-me com qual delas cooperou nos últimos 2 anos?

|    |                                   | Reunião/Consultas        | Cooperação/<br>participação<br>activa |
|----|-----------------------------------|--------------------------|---------------------------------------|
| 1  | Partido Social Democrata (PSD)    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>              |
| 2  | Partido Socialista (PS)           | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>              |
| 3  | Partido Comunista Português (PCP) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>              |
| 4  | Partido Popular (PP/CDS)          | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>              |
| 5  | Bloco de Esquerda (BE)            | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>              |
| 6  | Câmara Municipal de Lisboa        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>              |
| 7  | Juntas de Freguesia de Lisboa     | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>              |
| 8  | Câmara Municipal de Sintra        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>              |
| 9  | Juntas de Freguesia de Sintra     | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>              |
| 10 | Câmara Municipal de Cascais       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>              |
| 11 | Juntas de Freguesia de Cascais    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>              |
| 12 | Câmara Municipal de Amadora       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>              |
| 13 | Juntas de Freguesia de Amadora    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>              |
| 14 | Câmara Municipal de Loures        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>              |
| 15 | Juntas de Freguesia de Loures     | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>              |

|    |  |                          |                          |
|----|--|--------------------------|--------------------------|
| 16 | Câmara Municipal de Odivelas                               | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 17 | Juntas de Freguesia de Odivelas                            | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 18 | Câmara Municipal de Setúbal                                | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 19 | Juntas de Freguesia de Setúbal                             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 20 | Conselho Português para a Paz e Cooperação                 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 21 | Amnistia Internacional                                     | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 22 | Fórum Justiça e Liberdades                                 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 23 | Associação Portuguesa dos Direitos dos Cidadãos            | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 24 | Associação Portuguesa de Apoio à Vítima                    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 25 | Civitas - Ass. para a Defesa dos Direitos dos Cidadãos     | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 26 | Conselho Português para os Refugiados                      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 27 | SOS Racismo  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 28 | Frente Anti-Racista  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 29 | Rede Anti-Racista  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 30 | Oikos  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 31 | AMI - Assistência Médica Internacional                     | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 32 | Médicos do Mundo   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 33 | Instituto Marquês de Valle Flor                            | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 34 | Santa Casa da Misericórdia de Lisboa                       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 35 | União das Misericórdias Portuguesas                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 36 | APAI - Associação Portuguesa de Aprendizagem Intercultural | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 37 | Obra Católica Portuguesa das Migrações                     | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 38 | Serviço Jesuíta das Migrações                              | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 39 | ACIME  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 40 | Fundação Calouste Gulbenkian                               | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 41 | CGTP   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 42 | UGT  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 43 | Quercos  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 44 | Olho Vivo  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

**41 Gostaríamos de lhe apresentar agora uma lista de outras associações e organizações de imigrantes que trabalham na Área Metropolitana de Lisboa. Em primeiro lugar, pode dizer-nos com qual delas teve alguma reunião ou realizou consultas nos últimos anos?**

**41a. Em segundo lugar, pode dizer-me com qual delas cooperou nos últimos anos?**

|   | Reunião/Consultas        | Cooperação/Participação activa |
|---|--------------------------|--------------------------------|
| 1 Associação Guineense de Solidariedade Social                        | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 2 Associação Guineense e Povos Amigos                                 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 3 Associação Unida dos Emigrantes da Guiné-Bissau em Portugal         | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 4 Casa da Guiné   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 5 Associação GUINEÁSPORA-Forúm de Guineenses na Diáspora              | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 6 Associação Casa de Angola   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 7 Associação dos Residentes Angolanos no Concelho de Odivelas-Aracodi | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 8 Associação da Defesa dos Angolanos                                  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 9 FSA - Fórum Social Angolanos  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 10 União da Juventude Angolana em Portugal                            | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 11 Kamba-Associação dos Angolanos no Concelho de Seixal               | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 12 Associação de Estudantes Angolanos em Portugal                     | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 13 Angolano de Solidariedade Social-ASAP                              | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 14 NOVAGER-Associação dos Angolanos Residentes em Portugal            | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 15 Associação e Coordenação e Integração dos Migrantes Angolanos      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 16 Associação de Imigrantes Romenos e Moldavos (FRATIA)               | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 17 Associação dos Imigrantes dos Países do Leste (EDINSTVO)           | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 18 Associação dos Ucrrianos em Portugal                               | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 19 República – Associação dos Imigrantes Russófonos                   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 20 Associação Romena e Povos Amigos                                   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 21 Associação Cultural dos Romenos Mirce Elíade – S.Mamede            | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 22 Centro Cultural Moldavo  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 23 Associação Búlgari   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 24 AMIFESTA - Associação dos Amigos da Festa                          | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |
| 25 Associação Mãos Unidas   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>       |

- |    |  |                          |                          |
|----|--|--------------------------|--------------------------|
| 26 | SANITAE - Associação Informação e Defesa da Saúde                            | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 27 | Solidariedade Imigrante, Associação para a Defesa dos Imigrantes             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 28 | Associação Espaço Jovem  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 29 | Associação Luso Cabo-verdiana de Sintra                                      | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 30 | ADIME – Associação para a defesa e inserção das Minorias Étnicas             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 31 | Associação Caboverdiana de Setúbal   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 32 | Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio Cultural | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 33 | Associação Apoio sem Limite – Instituto Particular de Solidariedade Social   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 34 | Movimento Social Pelo Esclarecimento e Informação                            | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 35 | Liga dos Chineses em Portugal  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 36 | Associação Solidariedade Imigrante   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 37 | Associação dos Amigos da Mulher Angolana                                     | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 38 | Associação Caboverdiana  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 39 | Casa do Brasil de Lisboa   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 40 | Mulher Migrante  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 41 | Associação Luso Africana de Solidariedade Social                             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

.....  
 Outros (especificar) .....  
 .....  
 .....  
 .....  
 .....

**42. A vossa associação tem qualquer tipo de contacto com outras organizações que intervenham a nível internacional? Quais são os nomes dessas organizações?**

.....  
 .....  
 .....  
 .....

## E. CONTACTOS COM POLÍTICOS E AUTORIDADES

O próximo conjunto de questões é sobre os contactos da vossa associação com a administração pública e/ou os políticos.

43. Nos últimos anos, a vossa associação/grupo teve contacto com alguma das seguintes instituições ou representantes?

43a. [Quando o entrevistado mencionar uma, perguntar:] Esse foi um contacto ocasional ou regular?

|   | Contacto ocasional       | Contacto regular         |
|---|--------------------------|--------------------------|
| <b>Administração ou funcionários municipais:</b>                                |                          |                          |
| - Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e das Minorias Étnicas (Lisboa) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Gabinete de Apoio às Minorias Étnicas   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Serviços sociais municipais   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Clubes de emprego municipais  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Escola  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Polícia municipal   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Centro de saúde   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <i>Presidente da Câmara Municipal ou Vereadores</i>                             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <b>Deputados da Assembleia Municipal do:</b>                                    |                          |                          |
| - Partido Social Democrata (PSD)  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Partido Socialista (PS)   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Partido Comunista Português (PCP)   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Partido Popular (CDS-PP)  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Bloco de Esquerda (PSR/UDP)   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <b>Secção local ou políticos locais do:</b>                                     |                          |                          |
| - Partido Social Democrata (PSD)  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Partido Socialista (PS)   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Partido Comunista Português (PCP)   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Partido Popular (CDS-PP)  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Bloco de Esquerda (PSR/UDP)   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <i>Presidente da Junta de Freguesia</i>   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <b>Assembleia de Freguesia ou deputados do:</b>                                 |                          |                          |
| - Partido Social Democrata (PSD)  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Partido Socialista (PS)   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Partido Comunista Português (PCP)   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Partido Popular (CDS-PP)  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - <i>Bloco de Esquerda (PSR/UDP)</i>  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <b>Administração local distrital</b>  |                          |                          |
| - Governo Civil de Lisboa   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

|  |                          |                          |
|--|--------------------------|--------------------------|
| <b>Administração pública central ou funcionários:</b>                  |                          |                          |
| - Ministério do Emprego e Segurança Social                             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Ministério da Administração Interna                                  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Ministério da Educação   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <b>Governo ou membros do governo</b>                                   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <b>Assembleia da República ou deputados do:</b>                        |                          |                          |
| - Partido Social Democrata (PSD)                                       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Partido Socialista (PS)  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Partido Comunista Português (PCP)                                    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Partido Popular (CDS-PP)   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Bloco de Esquerda (BE)   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Partido "Os Verdes"  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <b>Partidos nacionais ou políticos do:</b>                             |                          |                          |
| - Partido Social Democrata (PSD)                                       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Partido Socialista (PS)  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Partido Comunista Português (PCP)                                    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Partido Popular (CDS-PP)   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Bloco de Esquerda (BE)   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| - Partido "Os Verdes"  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <b>Sindicatos</b>  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <b>Instituições europeias</b>  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <b>Membros da administração ou autoridades do vosso País de Origem</b> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <b>Partidos políticos ou políticos do vosso País de Origem</b>         | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

44. Nos últimos anos, a vossa associação foi chamada a participar em processos de tomada de decisão por algum dos seguintes meios?

44a. [Quando o entrevistado mencionar uma, perguntar:] A vossa associação participou?

|                        |   | Foi chamada              | Participou               |
|------------------------|---|--------------------------|--------------------------|
| <b>Nível local</b>     |   |                          |                          |
| 1                      | Como membro permanente de um conselho local   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2                      | Como membro permanente de um conselho local específico sobre determinado assunto (serviços sociais, mulheres, educação, etc.)     | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3                      | Como convidado ocasional para participar numa comissão local para resolver um problema específico                                 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4                      | Para integrar uma comissão consultiva ou um grupo local sobre uma política ou assunto específico                                  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <b>Nível municipal</b> |   |                          |                          |
| 5                      | Como membro permanente de um conselho municipal específico sobre determinado assunto (serviços sociais, mulheres, educação, etc.) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 6                      | Como convidado ocasional para participar numa comissão municipal para resolver um problema específico                             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

- |                       |  |                          |                          |
|-----------------------|--|--------------------------|--------------------------|
| 7                     | Para integrar uma comissão consultiva ou um grupo municipal sobre uma política ou assunto específico                             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <b>Nível nacional</b> |  |                          |                          |
| 8                     | Como membro permanente de um conselho nacional específico sobre determinado assunto (serviços sociais, mulheres, educação, etc.) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 9                     | Como convidado ocasional para participar numa comissão nacional para resolver um problema específico                             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 10                    | Para integrar uma comissão consultiva ou um grupo nacional sobre uma política ou assunto específico                              | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

**45. A vossa associação teve algum contacto, nos 2 últimos anos, com alguns dos representantes destas autoridades públicas ou instituições?**

**45a. Se fosse necessário, alguém da vossa associação seria capaz de arranjar uma reunião para o próprio dia ou para o dia seguinte com alguma destas pessoas?**

**45b. Já alguém da vossa associação conseguiu uma reunião para o próprio dia ou para o dia seguinte com alguma destas pessoas?**

|    |  | Teve<br>contacto         | Pode<br>arranjar<br>reunião | Já<br>conseguiu<br>reunião |
|----|--|--------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| 1  | Presidente da Câmara Municipal                 | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/>   |
| 2  | Chefe da polícia                               | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/>   |
| 3  | Embaixador ou Cônsul do vosso país de origem   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/>   |
| 4  | Bispo de Lisboa / Xequê da Mesquita            | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/>   |
| 5  | Jornalista da RTP, TVI ou SIC                  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/>   |
| 6  | Jornalista da TV do vosso país de origem       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/>   |
| 7  | Jornalista do Notícias do vosso conselho       | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/>   |
| 8  | Jornalista do Público/DN/CM/24 Horas/Expresso  | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/>   |
| 9  | Jornalista da imprensa do vosso país de origem | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/>   |
| 10 | Jornalistas do grupo étnico                    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    | <input type="checkbox"/>   |

## F. DIMENSÃO E RECURSOS

46. Qual é o espaço que a vossa associação utiliza como sede?

.....  
.....

46a. Partilham-no com outras associações?

1.  Sim
2.  Não

46b. A vossa associação é a proprietária?

1.  Sim? → *ir para a pergunta 47*
2.  Não

46c. É propriedade de quem? *[Entrevistador: no caso de ser propriedade privada fazer pergunta 46d:]*

.....  
.....

46d. Arrendaram-no?

1.  Sim
2.  Não

47. A vossa associação utiliza um outro espaço para as suas actividades regulares?

1.  Sim
2.  Não? → *ir para a pergunta 48*

47a. Qual é o espaço que a vossa associação utiliza para essas actividades regulares?

.....  
.....

47b. Partilham-no com outras associações?

1.  Sim
2.  Não

47c. A vossa associação é a proprietária?

1.  Sim? → *ir para a pergunta 48*
2.  Não

47d. É propriedade de quem? *[Entrevistador: no caso de ser propriedade privada fazer pergunta 47e:]*

.....  
.....

47e. Arrendaram-no?

1.  Sim
2.  Não

48. Da seguinte lista o que é que a vossa associação tem? *(marcar todas as respostas)*

- 1  número de telefone próprio
- 2  morada própria
- 3  computadores próprios
- 4  ligação à internet própria
- 5  endereço electrónico/email próprio
- 6  máquina de fax ou número de fax próprio

## G. COMPOSIÇÃO DA DIRECÇÃO

MOSTRAR CARTÃO 14 (FREQUÊNCIA DA CATEGORIA 49a APENAS PARA 1 & 5)

### 49. A vossa associação tem...?

49a. [Se sim em 1 e/ou 5 perguntar:] Com frequência se reúnem?

|                                    | Não                      | Sim                      | 49a. [Se sim em 1 e/ou 5 ] Com frequência se reúnem? |                          |                            |                          |                             |
|------------------------------------|--------------------------|--------------------------|--|--------------------------|----------------------------|--------------------------|-----------------------------|
|                                    |                          |                          | Semanal<br>mente                                     | Mensal<br>mente          | Várias<br>vezes por<br>ano | Uma vez<br>por ano       | Menos<br>frequente<br>mente |
| 1 uma direcção                     | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>                             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    |
| 2 um presidente                    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>                             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    |
| 3 um secretário                    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>                             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    |
| 4 um tesoureiro                    | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>                             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    |
| 5 uma assembleia geral             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>                             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    |
| 6 estatutos escritos (pedir cópia) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>                             | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/>    |

[Entrevistador: Se a organização não tiver uma assembleia geral → ir para a pergunta 52]

### 50. Quantos sócios estiveram na vossa última assembleia geral?

.....  
.....

[Entrevistador: Se a organização não tiver direcção → ir para a próxima secção]

### 51. Como é que os membros da direcção são eleitos?

.....  
.....  
.....  
.....

### 52. Quantos membros fazem parte da direcção?

.....  
.....

### 53. Quantas mulheres integram a direcção?

.....  
.....

### 54. Quantos membros da direcção nasceram em Portugal?

.....  
.....

**55. Quantos membros da direcção nasceram no vosso país de origem**

.....  
.....

**56. O vosso presidente é homem ou mulher?**

.....  
.....

## H. FINANÇAS

57. Pode dizer-nos qual é o orçamento anual da vossa associação?

-----

[Entrevistador: se não responder codificar como -9, se ele/a não souber codificar como -8. Em ambos os casos fazer pergunta 57a]

### MOSTRAR CARTÃO 15

57a. Se não sabe o valor exacto do orçamento, pode indicar-me em que intervalo se situa?

- 1  Menos de € 1,000
- 2  Entre € 1,000 e € 2,499
- 3  Entre € 2,500 e € 4,999
- 4  Entre € 5,000 e € 9,999
- 5  Entre € 10,000 e € 49,999
- 6  Entre € 50,000 e € 99,999
- 7  Entre €100,000 e € 149,999
- 8  Entre € 150,000 e € 199,999
- 9  Mais de € 200,000

58. Pode indicar-me como é que é constituída as receitas do vosso orçamento?

### MOSTRAR CARTÃO 16

|    |  | EUR | % do total<br>orçamento |
|----|--|-----|-------------------------|
| 1  | Receitas das vendas de bens ou serviços                                  |     |                         |
| 2  | Receitas de eventos ou campanhas de angariação de fundos                 |     |                         |
| 3  | Quotas dos sócios  |     |                         |
| 4  | Donativos de indivíduos  |     |                         |
| 5  | Patrocínios de empresas  |     |                         |
| 6  | Financiamento de federação ou organização-chapéu (umbrella organization) |     |                         |
| 7  | Subsídio da junta de freguesia   |     |                         |
| 8  | Subsídio da câmara municipal   |     |                         |
| 9  | Subsídio do governo civil  |     |                         |
| 10 | Subsídio do governo  |     |                         |
| 11 | Subsídio da União Europeia   |     |                         |
| 12 | Subsídio do governo do vosso país de origem                              |     |                         |

Fim do questionário.

Obrigado pela sua colaboração.